
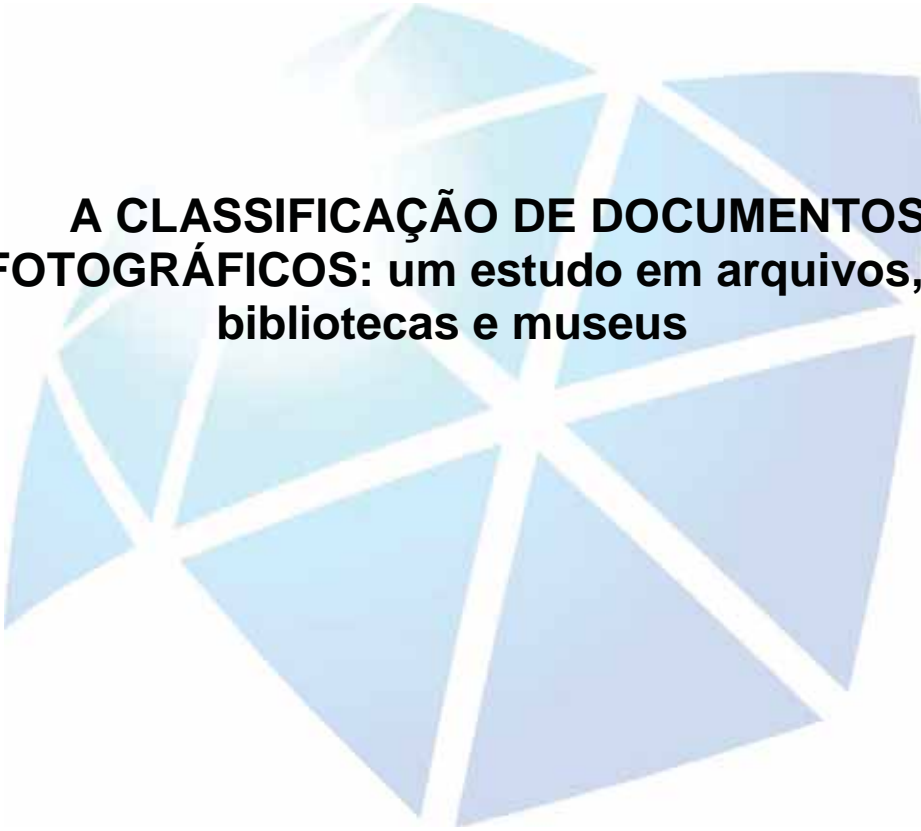


**unesp**  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
**Faculdade de Filosofia e Ciências**  
CAMPUS DE MARÍLIA - SP

**ANA CRISTINA DE ALBUQUERQUE**



**A CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS  
FOTOGRAFICOS: um estudo em arquivos,  
bibliotecas e museus**

**Marília  
2012**

**ANA CRISTINA DE ALBUQUERQUE**

**A CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS: um estudo  
em arquivos, bibliotecas e museus**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e  
Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP,  
Campus Marília como requisito para obtenção de título  
de Doutor em Ciência da informação.

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da  
Informação

**Orientadora:** Dr<sup>a</sup> Telma Campanha de Carvalho Madio

Marília  
2012

Albuquerque, Ana Cristina de.  
A345 A Classificação de documentos fotográficos: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus/Ana Cristina de Albuquerque. – Marília, 2012.  
287f.; 30 cm.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2012.

Orientadora: Telma Campanha de Carvalho Madio.

1. Documento fotográfico. 2. Classificação arquivística. 3. Classificação bibliográfica. 4. Classificação museológica. I. Albuquerque, Ana Cristina de. II. Madio, Telma Campanha de Carvalho. III. Título.

CDU 025.43

**ANA CRISTINA DE ALBUQUERQUE**

**A CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS: um estudo  
em arquivos, bibliotecas e museus**

**BANCA EXAMINADORA:**  
DEFESA

---

Dra. Telma Campanha de Carvalho Madio (Orientadora)  
Universidade Estadual Paulista – UNESP, SP

---

Dra. Maria Leandra Bizello  
Universidade Estadual Paulista – UNESP, SP

---

Dra. Solange Ferraz de Lima  
Universidade de São Paulo – Museu Paulista USP, SP

---

Dr. Carlos Alberto Ávila de Araújo  
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, MG

---

Dr. João Batista Ernesto de Moraes  
Universidade Estadual Paulista – UNESP, SP

Marília, 22 de maio de 2012.

Dedicatória

A minha família, Olivia, Antonio e Karina  
Ao meu amor Jefferson

## Agradecimentos

Não é fácil agradecer quando há tantas pessoas que fizeram parte e passaram por nossa vida durante o tempo que nos dedicamos à realização de um trabalho. Desde que entrei na UNESP, em 2000, tive a oportunidade de conhecer pessoas maravilhosas, compartilhar momentos ótimos e levar comigo coisas muito especiais. Doze anos..... Os pontos são de propósito, é muito tempo, mas felizmente foi muito bom.

Fechar algo é sempre difícil, fechar o ciclo na UNESP dá uma dor no coração, mas muito orgulho de fazer parte desta universidade e ter vivido momentos tão preciosos.

Já que escrevi tanto sobre classificação, resolvi determinar algumas categorias nos meus agradecimentos, mas não no sentido de hierarquizar, mas apenas de mostrar a importância que todos têm para mim.

### *Aos Mestres*

Começo agradecendo aos meus orientadores: primeiro ao professor Sidney Barbosa, que acreditou no meu projeto e me acompanhou durante um ano. Muito obrigada pelas aulas maravilhosas, que inspiraram a todos.

Ao professor João Batista Ernesto de Moraes, que desde a graduação me acompanha, sempre inteligente. Agradeço pelo tempo que me orientou e por participar de minha defesa.

A minha orientadora Telma, pelo incentivo, carinho sempre e por acreditar em mim. É muito importante que as pessoas acreditem no seu trabalho, pois isso faz com que possamos desenvolvê-lo melhor.

Agradeço a professora Leandra Bizello, pelas importantes observações na qualificação e por participar da defesa. Igualmente, a professora Solange Ferraz de Lima, que indiretamente sempre fez parte desta pesquisa, pois foi a partir de um email que a enviei em 2007 (ela nem deve lembrar) que comecei a pensar em meu projeto de doutorado. Agradeço pelas observações na qualificação e pela participação na defesa.

Ao professor Carlos Alberto Ávila, por aceitar fazer parte da banca de defesa e pela leitura atenta e crítica com sugestões preciosas.

Aos professores Marília Xavier Cury, Vânia Carneiro de Carvalho, Sonia Maria Troitiño Rodriguez e Eduardo Ismael Murguia por aceitarem o convite como suplentes.

Especialmente a todos os meus professores que tão bem desempenham a função de ensinar:

José Augusto Chaves Guimarães, Plácida Leopoldina V. A. da Costa Santos, Mariângela Spotti Fujita, Rosângela Formentini Caldas, Helen de Castro Silva Casarim, Ely Francina Tanuri de Oliveira e Daniela Pereira dos Reis de Almeida.

### ***As pessoas que fazem a Universidade***

Agradeço a todos os funcionários da Biblioteca da UNESP em especial Ilma, Lair, Tininha, Vânia, Luzinete, pelo carinho e atenção de sempre.

Agradeço também ao Dito, Zé Luis, Celso, Dirceu, Seu Amilton e Marlene, pelo carinho e atenção, vocês são importantíssimos nesta universidade.

### ***Ao Trabalho***

Quero agradecer a todos os professores do Departamento de Ciência da Informação de Londrina, UEL pelo apoio, pela recepção e pelos ensinamentos. Em especial a Juliana e Maurício pela atenção e carinho.

Agradeço especialmente as pessoas que me receberam tão bem durante as visitas técnicas para realização desta pesquisa. No Museu Paulista fui recebida por Flávia Andrea Machado Urzua e Tatiane Vasconcelos dos Santos. Na Biblioteca Municipal Mario de Andrade me receberam Livia Lopes Garcia e Rizio Bruno. No Arquivo Público do Estado de São Paulo fiz contato e fui recebida por Elisabete Savioli, Shirley Silva e Raquel Cristina Soares. Muito obrigada a todos.

### ***Aos Amigos***

São todos queridos, especiais e maravilhosos:

A minha amiga de infância Ligia Escarpini por sempre estar ao meu lado. A Tia Célia e Maurílio pelo apoio sempre.

A Ludmilla Oviedo Licas, pelo amor e carinho de sempre. É muito bom ter você como minha amiga.

A Simone Borges pelas conversas, apoio mútuo, carinho, amizade e tudo o mais que compartilhamos. Especialmente a Mainha, grande surpresa na defesa, representou meus pais naquele momento.

A minha querida Maria de Lourdes Lima, pelos momentos baladas, pela amizade e carinho.

Ao Fábio Pinho, por ser o Fábio Pinho. Grande pessoa e amigo.

Aos queridos Fernando Vechiato pela ajuda com textos, conversas e parcerias e Luci Beckman pelo carinho.

A Martinha, pelos momentos em Cuiabá, cervejinhas, e por estar sempre pronta a ajudar.

Ao Adilson Luiz Pinto, pelas conversas, parceria em trabalhos e pelo apoio.

A Diana Vilas Boas e Richele Vignoli, pela amizade, por compartilhar com muita paciência esta minha última fase, e pelos lanches e risadas de fim de tarde no bosque.

A Brígida Cervantes, Sueli Bortolin, Maria Julia Giraldes e Terezinha Batista, por serem pessoas Maravilhosas e Especiais e me ensinarem tantas coisas.

Ao Alê, pelas cachoeiras em Chapada, os churrascos em Marília e a grande amizade.

Minhas amigas de graduação, Isabela, Luciana Florindo, Elisangela, Celise, Echaporã (Eliane) que fizeram nossa estadia em Marília muito mais feliz.

Ao Tramela, companheiro de Ilha Solteira.

Ao Yuri por compartilhar momentos de tensão, na prova, e de alegria, na praia.

Ao Rogério Ramalho, pela sinceridade e amizade.

A todos que compareceram a defesa em especial Maicon e Gilberto Cândido.

### ***Aos Casais amigos queridos***

Agradeço primeiro aos meus grandes companheiros de todas as horas Tatiane Pacanaro, e Rodrigo Rabello. Quando digo todas as horas é verdade mesmo, moramos juntos, fizemos mestrado na mesma época, foram os primeiros a ler meu projeto de doutorado e agora estamos separados por conta do trabalho, mas sempre juntos.

Adima e Robson, por compartilhar conosco tantas dificuldades, mas sempre com bom humor. Vocês são maravilhosos.

Aos Graislam, Graziela e Aislam, por serem tão especiais, pelo blues e pelo vinho e por compartilhar tantas alegrias.

A Daniela e Cândido, pela companhia em Vilhena e Cuiabá, pela amizade e pelos momentos juntos.

### ***A família***

A minha família que sempre me apoiou em tudo. Minha mãe Olivia pelo otimismo de sempre, por sonhar e acreditar que suas filhas pudessem estudar. Meu pai Antonio pelo amor e mesmo sem imaginar plantou em mim a vontade de ver uma imagem aparecer em um papel em seu estúdio de fotografia improvisado. Minha irmã Paula pelo apoio e minha irmãzinha Karina, por ser minha companheira de todos os momentos, estamos sempre juntas em tudo.

### ***Ao amor***



Ao meu amor Jefferson, por cuidar de mim, por fazer parte da minha vida e por ser tão especial. Este trabalho também é seu.

Esta é só uma pequena lembrança que deixo para as pessoas que amo. Vocês significam muito para mim.

*“Lhe mando o retrato que mais gosto, mas exijo troca. Gosto mais porque marca no meu rosto os caminhos do sofrimento, você repare, cara vincada, não de rugas ainda, mas de caminhos, de ruas, de praças, como uma cidade. Às vezes, quando espio esse retrato, eu me perdôo e até me vem um vago assomo de chorar. De dó. Porque ele denuncia todo o sofrimento dum homem feliz. Porque de fato desde muito cedo eu atingi a transcendência da felicidade... As lutas, os insultos, os erros, as dificuldades, as derrotas (a cada derrota, eu dizia alegre: “Um a zero, vamos principiar outro jogo!”), eram pra mim motivos de tanta, não alegria, mas dinâmica do ser e superação até física, que me esqueci que sofria. Até que me tiraram essa fotografia. E fiquei horrorizado de tudo o que sofri. Sem saber.”*

Carta de Mário de Andrade a Milton de Freitas  
Fevereiro de 1944

*“Posso sair daqui para me organizar  
Posso sair daqui para desorganizar”*

Chico Sciense e Nação Zumbi

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **A classificação de documentos fotográficos**: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus. Marília, 2012. f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2012.

### Resumo

O documento fotográfico, através de processos de tratamento tanto de seus elementos formais quanto temáticos, torna-se uma importante fonte de pesquisa, representando uma possibilidade de conhecer diferentes realidades socioculturais. O contexto onde se inserem e a ordem que lhes é dada podem influenciar no entendimento e uso de seus atributos e foi essa tensão o que procuramos apreender no âmbito de sua classificação, atividade que permite ao documento passar posteriormente às fases que completam seu tratamento em uma unidade informacional. Partimos da premissa de que mesmo com as discussões e pesquisas acerca do documento fotográfico, ainda podemos verificar constantes dúvidas que impõe desafios aos profissionais e pesquisadores atuantes na área de Ciência da Informação. Estas dúvidas se refletem no modo em que o pesquisador de imagens irá recuperar uma fotografia e as informações contidas nesta. Desse modo, primeiramente realizamos um estudo conceitual do termo classificação e de como este pode ser compreendido na ciência e em arquivos, bibliotecas e museus delineando como os caminhos deste termo influenciaram e participaram do processo de consolidação de cada um destes campos. Para tanto, realizamos uma pesquisa primeiramente bibliográfica e posteriormente exploratória no Arquivo Público do Estado de São Paulo, SP, Biblioteca Mario de Andrade, SP e no Museu Paulista, SP, para verificar os processos de classificação nestas instituições. Baseados na observação feita em cada instituição e no levantamento de documentos e manuais utilizados por estas, construímos nossa discussão com base no preceito de que todas as normas vigentes em arquivos, bibliotecas e museus podem englobar objetos tão singulares como os documentos fotográficos. Procuramos enfatizar a existência de princípios próprios, específicos a cada área, devido à função da instituição, sua relação com a sociedade e com o suporte informacional, mas também mostrar que há analogamente em cada um dos campos, a necessidade de conhecimentos que contemplem uma maior familiarização com os preceitos de cada um, pois as três instituições têm semelhanças entre si. Cada acervo traz consigo problemas genéricos e específicos a cada um dos campos a que se filia e é nesse contexto que a Ciência da Informação pode contribuir com discussões de cunho conceitual que resultam na compreensão e na consolidação de bases teóricas à problemática da classificação em relação ao documento fotográfico.

**Palavras-chave:** Documento fotográfico. Classificação bibliográfica. Classificação Arquivística. Classificação Museológica.

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **The classification of photographic documents**: a study of files, libraries and museums. Marília, 2012. f. Thesis (Doctorate) – Post Graduation Program in Information Science - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2012.

### **Abstract**

The photographic document, through the treatment processes of both the formal and the thematic elements are important sources of research and it represents a possibility to get to know different sociocultural realities. Their contexts and order may interfere in the understanding and the use of their attributes. This tension is what I tried to catch in their classification sphere, which is the activity that allows the document go through the phases that complete the treatment as an informational unit. It is assumed that even with the discussions and researches about photographic documents, it is still possible to see constant doubts that challenges professionals and researchers who act in the the field of Information Science. These doubts reflect in the way the image researcher will recover a picture and the information it contains. This way, it is first done a conceptual study of the word classification and how it may be understood in science and files, libraries and museums outlining how this term influenced and took part of the consolidation process of each field. For that a bibliographic research was made and then data was collected in the Arquivo Público do Estado de São Paulo, SP, Biblioteca Pública Mario de Andrade, SP and in Museu Paulista, SP, to check the classification processes in each institution. Based on the observations made by each institution and on the documents and manuals used by them, it was possible to start a discussion assuming that the rules for files, libraries and museums may have objects as unique as photographic documents. This essay emphasises the existence of principles, specific to each area, according to each institution's function, their relation to society and with informational support, but also to show that there is in each field the need to know more about each precept because the three institutions are alike. Each collection brings generic and specific problems to each one of the fields that they connect to and it is in this context that the Science of Information can contribute to conceptual discussions that result in the comprehension and the consolidation of theory towards the classification in relation to the photographic document.

**Key words:** Photographic document. Bibliographic classification. Archival classification. Museum classification.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Classificação das tribos australianas (DURKHEIM; MAUSS, 1903, p. 184).....	43
<b>Quadro 2:</b> Classificação das Ciências do <i>Novum Organum</i> , de Francis Bacon.....	69
<b>Quadro 3:</b> Os princípios arquivísticos para classificação expostos por Martín-Pozuelo Campillos (1996, pp. 56-57).....	116
<b>Quadro 4 :</b> Síntese das etapas da pesquisa para futuras classificação, avaliação e descrição de documentos. Lopes (1996, p.90-97).....	123
<b>Quadro 5:</b> Representação da classificação de Comte baseado em Ribeiro (1994) e San Segundo Manuel (1996).....	155
<b>Quadro 6 :</b> Sistema de Classificação de Dewey – CDD.....	165
<b>Quadro 7:</b> Estrutura da Classificação Decimal Universal – CDU.....	170
<b>Quadro 8:</b> Parte da estrutura do sistema de Ranganathan. Baseado em San Segundo Manuel (1996).....	177
<b>Quadro 9:</b> Sistemas referentes a documentação museológica.....	229
<b>Quadro 10:</b> Categorias de informação que devem ser identificadas a partir do objeto.....	233

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Organograma do Arquivo Público do Estado de São Paulo.....	138
<b>Figura 2:</b> Campos para pesquisa de fotografias .....	142
<b>Figura 3:</b> Imagem recuperada através do campo “autor”.....	143
<b>Figura 4:</b> Imagem recuperada no campo “termo ou palavra-chave”.....	144
<b>Figura 5:</b> Imagem recuperada no campo “termo ou palavra-chave”.....	145
<b>Figura 6:</b> Espiral do conhecimento de Ranganathan.....	173
<b>Figura 7:</b> Site onde estão armazenados Àlbuns de Fotografias da Seção de Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade.....	189
<b>Figura 8:</b> Pesquisa por palavra-chave.....	190
<b>Figura 9:</b> Incidências das palavras pesquisadas.....	191
<b>Figura 10:</b> Ficha Classificatória Polivalente – Oddon – 1.....	235
Figura 11: Organograma do Museu Paulista.....	253
<b>Figura 12:</b> Estrutura do banco de dados do Museu Paulista.....	255
<b>Figura 13:</b> Número de IC.....	258

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO</b> .....	17
1.1 Definição do problema da pesquisa.....	20
1.2 Justificativa.....	22
1.3 Hipóteses.....	24
1.4 Objetivos.....	24
1.5 Procedimentos metodológicos.....	25
1.6 Estrutura geral da tese.....	26
<b>2.A FOTOGRAFIA</b> .....	29
<b>3 AS CLASSIFICAÇÕES SOCIAIS E FILOSÓFICAS</b> .....	40
3.1 Concepções sobre o termo classificação: filosófica, das ciências, dos seres, dos saberes.....	51
<b>4.A ATIVIDADE DA CLASSIFICAÇÃO EM ARQUIVOS: PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS</b> .....	76
4.1 Em busca do fazer, em busca da teoria: a classificação em arquivos.....	100
4.2 O fazer da classificação: elementos e princípios.....	111
4.2.1 A gestão da informação e a classificação.....	118
4.3 Os arquivos e os documentos fotográficos.....	125
4.4 O Acervo Iconográfico e Cartográfico do Arquivo Público do Estado de São Paulo.....	134
<b>5.AS CLASSIFICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	149
5.1 As classificações bibliográficas: da filosofia ao pragmatismo.....	159
5.2 O sistema de Classificação Decimal Universal.....	166
5.3 A classificação de Ranganathan.....	171
5.4 Fotografias na biblioteca: o acervo da Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade.....	181
<b>6.A CLASSIFICAÇÃO EM MUSEUS: COLEÇÕES E A EXPRESSÃO DO MOSTRAR</b> .....	193
6.1 A história dos museus marcada pela história das classificações.....	200
6.2 O tratamento da informação e a documentação museológica.....	215

6.3 O tratamento documental nos museus: a classificação.....	231
6.4 A fotografia no museu.....	238
6.5 O Acervo Iconográfico do Museu Paulista.....	246
<b>7.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>264</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>270</b>





# 1 INTRODUÇÃO

O conhecimento do lugar em que vivemos, a criação de relacionamentos e influências do mundo com as pessoas e vice versa, as aspirações em relação aos diversos ambientes que nos rodeia é uma necessidade inerente que faz com que o ser humano crie condições que permitam que ele próprio e seus descendentes entendam como e por que fatos diversos ocorrem. Essas necessidades dão lugar a buscar interpretações sobre seu ambiente para que o homem sintetize, articule, formule e organize todo o material que produz, material este que, sendo registrado, vai ser deixado como herança de algum momento que não retornará, mas que poderá ser conhecido com o passar do tempo.

Entender como uma sociedade se estrutura, é tentar perceber como, ao longo dos anos, foram deixadas marcas de decisões que fizeram que esta seguisse caminhos que iriam ter influências determinantes, no ambiente local e geral. No cotidiano, práticas e modos de fazer são construídos constantemente, refletindo o pensamento e disposição de uma determinada época, comunidade ou cultura. A documentação de diferentes tipos que é produzida tem o papel não só de comprovar, lembrar, testemunhar fatos, mas também de, através de estruturas complexas, refletir universos específicos, condensados em características e contradições que irão apresentar uma identidade própria, escrita por seus detentores que, ao conferir à sua documentação, ou coleção, uma disposição particular, apresentará os modos e relações com o mundo e com pessoas da época.

Acumular e guardar tesouros para oferecer ao olhar, mesmo que sua função útil seja uma questão que fique em segundo plano, é uma prática que atravessa séculos.

A coleção de registros de qualquer natureza mostra o prazer em guardar, o vínculo profissional ou afetivo, traz a confirmação de conhecimentos adquiridos sobre determinados assuntos, lugares e objetos, enfim, exhibe a teia de acontecimentos que o detentor quer que seja visto e reconhecido.

Possuir e preservar aquilo que se deseja, que se valoriza e se acredita que não deve ser esquecido descobre sentido no ato de colecionar (MARQUES;SILVEIRA, 2005) e, com o ato de selecionar objetos, estabelece-se também um significado em relação a eles. Esses objetos, coletados e diferenciados trazem a possibilidade de formar uma classificação das coisas, que, por sua vez, deve ser explicada e entendida de acordo com seu contexto histórico. Uma coleção mostra a relação existente entre as coisas colecionadas, o colecionador e seu contexto. Um colecionador conserva, divulga e transmite o que há de precioso. Uma unidade informacional institucionaliza, classifica, descreve, e disponibiliza.

Arquivos, bibliotecas e museus, têm como função primordial expor seus acervos, atender seus usuários de forma a recuperar informações, oferecer material à pesquisas e lazer.

Todo esse trabalho se define na organização e tratamento de seus acervos. Coletar, organizar, identificar, catalogar e classificar qualquer tipo de suporte são atividades que norteiam a montagem de um acervo e fazem dessas instituições lugares onde ficam depositadas coleções ou fundos que fizeram parte da história de diferentes culturas pessoais ou institucionais.

O tratamento de acervos nasce juntamente com o desenvolvimento das ciências e com a necessidade de dar a uma determinada coleção, dentro de um ambiente próprio, o acesso às suas informações. As atividades que são executadas nessas instituições vêm da capacidade de colecionar e armazenar e estão ligadas a todo desenvolvimento das classificações do conhecimento, dos seres e dos saberes, ou seja, “antes das práticas legitimadas pelas instituições está a coleção.” (LARA FILHO, 2006).

Organizar o volume de informações que estão disponíveis é um desafio. A organização da informação não pode ser ao acaso: é o resultado de todas as transformações e influências sociais, econômicas e culturais que se dão no ambiente em que circula.

A ordem, dada por seus produtores ou detentores, enquanto objetos de uso fora de uma biblioteca, museu ou arquivo reflete o sentido de uma época, de uma cultura.

Neste contexto, esta pesquisa propôs uma reflexão sobre o conceito de classificação em arquivos, bibliotecas e museus e como esta é aplicada em relação a documentos fotográficos, estes, frutos muitas vezes das coleções particulares, de registros institucionais, documentação pessoal, etc. Em qualquer aspecto que se encontrem, a partir do momento em que estão em uma instituição, necessitam de métodos e tratamentos que façam refletir, da forma mais objetiva possível, as informações que estão contidas, por vezes claras e facilmente perceptíveis, por vezes, devido a sua contextualização e produção, de difícil acesso aos profissionais envolvidos em seu tratamento.

A pesquisa percorreu o caminho de como se deu e quais foram os fatores que impulsionaram a classificação ao longo do tempo e como atualmente está sendo realizada a respeito de um documento de tipo específico, sendo que esta atividade se revela de extrema importância para as fases de tratamento dos documentos e para sua posterior recuperação.

### **1.1 Definição do problema da pesquisa**

O documento fotográfico está presente em diversas áreas do conhecimento e em algumas se torna um elemento quase que indispensável para pesquisas, sendo usado para observações de culturas e povos juntamente a diários de campo pela antropologia; para diagnosticar doenças com fotografias científicas no caso da medicina; verificar as mudanças numa cidade, suas construções e urbanização na arquitetura; como objetos de valor histórico pela sociologia e historiografia. Estes são apenas alguns exemplos da importância do documento fotográfico para, junto a textos escritos, demonstrar fatos do presente ou do passado.

Trata-se de uma representação do real que adquiriu verdadeira credibilidade quanto a suas imagens e, graças aos registros constantes e experiências fotográficas, grande parte do que conhecemos hoje de pequenos e breves momentos passados – cidades, povos, ou seja, tudo o

que foi registrado a partir do aparecimento da fotografia – são, além de recordações, documentos históricos que nos mostram, aliados a outras formas de expressão, importantes momentos que devem ser conhecidos para a construção de uma determinada memória.

A organização e classificação dadas às coleções de fotografias que vão se formando, sejam estas coleções de natureza institucional ou pessoal, refletem o pensamento de uma época. De acordo com Pavão apud Gonçalves e Marcondes (2005, p. 263):

[...] não é qualquer agrupamento ou conjunto de fotografias que se pode considerar uma coleção de fotografias. À noção de coleção preside um intuito, que lhe confere uma unidade, um significado próprio, difícil de encontrar num aglomerado de fotografias. Cada elemento que integra uma coleção faz parte de um todo, ganha sentido individual e coletivo precisamente através do conjunto. É a esta noção de um todo orgânico que podemos chamar coleção.

A questão a que se refere o autor nos remete à teoria arquivística do respeito aos fundos<sup>1</sup>, ou seja, as formas de organizar e classificar documentos particulares devem ser mantidas e respeitadas pelas instituições que a recolhem, a fim de “não apagar os traços da sua organicidade, traduzida no modo como ela foi acumulada, reunida e, ainda, naquilo que foi intercambiável nessa reunião” (GONÇALVES; MARCONDES, 2005, p. 263). Tarefa difícil e que exige um trabalho de pesquisa dos profissionais envolvidos no processo de tratamento não só de arquivos como de todas as instituições que possuem acervos fotográficos, pois, “quanto mais uma classificação se adaptar a uma determinada época, menos adequada será para outra” (VICKERY, 1980, p. 187).

Sendo assim, este trabalho apresenta uma investigação conceitual do termo classificação, partindo da questão de que, apesar do número significativo de trabalhos e discussões apresentadas à área de Ciência da Informação sobre o tratamento do documento fotográfico em unidades de

---

<sup>1</sup> “Um documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto tem que retratar a infra-estrutura e as funções do órgão gerador. Reflete, em outras palavras, suas atividades-meio e suas atividades-fim. Esta é a base da teoria de fundos.” (BELLOTTO, 1991, p.8-9).

informação, este ainda enfrenta desafios pelos profissionais que atuam junto a bibliotecas, arquivos e museus e questionamentos que, se devidamente levantados, poderão contribuir para melhorar e elucidar dúvidas tanto como estabelecer um maior aprofundamento na questão técnica e intelectual desse documento. Os procedimentos metodológicos que as classificações bibliográficas mantêm em relação a documentos científicos e escritos são aplicados de forma a caracterizar a informação fotográfica adequadamente? Outra questão que decorre como conseqüência, é como os fundamentos teóricos da classificação, seja ela em um arquivo, biblioteca ou museus com suas devidas diferenças, são utilizados no sentido de contribuir com a organização das informações presentes em documentos fotográficos.

Outro problema observado, no caso específico do assunto classificação de documentos fotográficos, é a escassa bibliografia acadêmica dos campos da arquivologia, biblioteconomia e museologia que não contemplam discussões nem tratam profundamente este tema. A classificação nestas áreas é muito discutida a respeito de seu início, suas formas de execução, seus sistemas, no entanto, quando passamos ao estudo de documentos específicos, como em nosso caso, a literatura não dá base suficiente para que possam ser considerados os processos que documentos de natureza diferentes têm de passar como qualquer outro documento.

Desta forma, o trabalho se refere ao campo dos estudos teóricos e conceituais em relação à classificação da informação e de sua evolução e utiliza o documento fotográfico como objeto principal para tecermos uma discussão sobre a importância e contribuições teóricas sobre a classificação de documentos fotográficos na área da Ciência da Informação e Classificação, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

## **1.2 Justificativa**

Arquivos, bibliotecas e museus são instituições com grandes semelhanças em sua estrutura funcional mas com especificidades constituídas por literatura e atuação próprias. Tendo em vista seus acervos, ambos trabalham com coleções, documentos, catálogos, conservação e classificação.

Nas três instituições o documento fotográfico se faz presente trazendo suas peculiaridades referentes a seu suporte, origem, função e tratamento que, independente da instituição se aplica aos diversos domínios do saber.

Nesse sentido, a pesquisa se justifica por visar contribuir com discussões teóricas dentro da Ciência da Informação sobre uma das mais relevantes atividades desenvolvidas por unidades de informação: a classificação. A pesquisa é pertinente academicamente pela proposta de sistematizar, através da bibliografia da área e de manuais, a conceituação de classificação e a forma como é desenvolvida e, conseqüentemente, fornecer subsídios teóricos para a compreensão do ato de classificar o documento fotográfico nos três campos aqui descritos.

A bibliografia quase escassa e poucas reflexões sobre o tema impulsionam para um maior aprofundamento nas questões propostas, abrindo caminho para novas reflexões e contribuições para a atividade considerada de extrema importância para as três áreas.

A fotografia é um meio tecnológico de criação e reprodução de imagens em série. Pelo fato de ser determinada por essas condições materiais de produção, ela desenvolve conseqüentemente, sua própria linguagem expressiva isto é, forma e conteúdo se imbricam de maneira inseparável. Por esses motivos, a fotografia, por um lado, apresenta condições únicas que determinarão seu tratamento em unidades de informação. De maneira que, seja em um arquivo, em uma biblioteca ou em um museu ela sempre apresentará os mesmos traços constitutivos sendo diferentes as funções que serão dadas às suas informações nesses acervos (ALBUQUERQUE, 2006). Dependendo dessa função, sua classificação tem um papel essencial tanto para o profissional quanto para o usuário pesquisador.

O interesse pelo tema vem principalmente de estudos anteriores sobre o tratamento do documento fotográfico, (ALBUQUERQUE, 2006)<sup>2</sup>, onde suscitaram novas indagações a respeito das diferentes fases do processo de

---

<sup>2</sup> ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Catalogação e Descrição de documentos fotográficos: uma aproximação comparativa entre o AACR2 e a norma ISAD (G). 197f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2006.

tratamento organizacional destes documentos. Quais os procedimentos utilizados e de que forma a classificação, atividade essencial nas três áreas pesquisadas, influencia ou é colocada frente ao destino final das informações de documentos fotográficos.

### **1.3 Hipóteses**

Um dos pontos de partida desta pesquisa é a evidência de que ao estudar os caminhos trilhados a partir do tratamento de documentos fotográficos em arquivos, bibliotecas e museus, nos deparamos com questões e problemas que, nos revelam o quanto estas instituições e seus estudos teóricos necessitam de um mergulho em relação a assuntos que há tempos vêm sendo discutidos, com ênfase ainda, em documentos textuais.

Partimos também da premissa de que os instrumentos e práticas de classificação nestes três ambientes necessitam de novas reflexões e horizontes que especifiquem melhor quais as representações resultantes do processo de classificação, como é utilizado e o que ele pode acarretar ao ser considerado como um processo fundamental para que representações sejam construídas de forma a evidenciar o contexto, a história e a função do documento, fazendo assim a ponte entre a informação e o usuário.

Por terem poucas discussões teóricas acerca do tema que, conseqüentemente influenciarão em suas práticas, estas unidades documentais se apresentam como laboratórios onde é possível observar métodos que, no âmbito da Ciência da Informação, gerarão discussões e apontamentos favoráveis a melhorias e novas perspectivas de tratamento documental de fotografias. Sendo assim, apresentamos a seguir os objetivos da pesquisa.

### **1.4 Objetivos**

#### **Objetivo geral**



Identificar, reunir e compreender os fundamentos teóricos da classificação, trilhando por suas raízes filosóficas até as classificações das áreas do conhecimento para entender como foi adequada à organização das informações em arquivos, bibliotecas e museus.

### **Objetivos específicos**

1. Levantar a bibliografia referente às classificações arquivística, bibliográfica e museológica;
2. Verificar *in loco* se é feita e como é realizada a classificação de documentos fotográficos nos acervos de museus, bibliotecas e arquivos selecionados nesta pesquisa;
3. Analisar qual o papel da classificação e a relação dos três campos no tratamento de documentos fotográficos.

### **1.5 Procedimentos metodológicos**

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi de base bibliográfica e exploratória, por buscar uma literatura específica das áreas discutidas como alicerce fundamental para o entendimento das classificações e de seu desenvolvimento. Inicialmente através do levantamento e sistematização da literatura, foi possível construir e contextualizar o objeto da pesquisa e entender as muitas influências e caminhos que levaram a classificação, no âmbito dos três campos, a se desenvolver de forma a se tornar imprescindível nas atividades informacionais.

Posteriormente, realizamos visitas técnicas e um trabalho de observação *in loco*, que forneceu subsídios para compor considerações em relação ao tema. As visitas permitiram um maior contato com os profissionais que realizam os trabalhos acerca dos documentos fotográficos das instituições, a observação de seus fazeres e a explicação por meio de quem realmente está no dia a dia do serviço de documentação.

Para tanto, visitamos acervos fotográficos representantes dos três campos estudados: Arquivo Público do Estado de São Paulo, SP. Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade, SP e Museu Paulista, SP. A escolha das instituições se deu principalmente por oferecerem um rico acervo iconográfico, tratados por profissionais experientes e integrados com o processo de modernização dos acervos e suas mudanças.

As visitas e observações permitiram a melhor compreensão das atividades realizadas específicas a cada instituição acerca dos documentos fotográficos, assim como conhecer o perfil e a que usuários atendem. Junto ao breve levantamento do histórico de cada uma, assim como as referências que utilizam para compor o tratamento da documentação, podemos perceber os objetivos comuns, as diferenças e como a classificação está nas práticas, mas também na história que remete aos objetivos iniciais de arquivos, bibliotecas e museus.

Assim, foi possível construir uma discussão voltada ao perfil de cada um dos campos e chegar aos objetivos propostos, sempre permeados pelas reflexões teóricas que influenciam e dão sustentação aos procedimentos realizados.

## **1.6 Estrutura geral da tese**

Na estrutura geral da tese, apresenta-se além desta Introdução como **1º capítulo**, os seguintes capítulos:

- **2º capítulo**: neste capítulo buscamos compreender o contexto de produção da fotografia, seu início e como as condições sociais impulsionaram o seu desenvolvimento, assim como o aparecimento e consolidação de instituições que influenciaram, além de outros fatores, em seu valor documental. A importância de conhecer como o documento fotográfico se estabeleceu se dá por este estar presente em um contexto onde os campos aqui tratados também se encontravam passando por mudanças e questionamentos quanto às formas de tratamento de seus materiais, novos suportes e a necessidade de bases teóricas mais sólidas para compreender todos os fatores de mudança.

- **3º capítulo:** buscou-se entender qual a importância e como se dão as classificações sociais, já que, de acordo com estudiosos do tema, esta é, antes de tudo, uma forma de organização das sociedades, portanto estariam em um estado anterior às classificações do conhecimento. Nos tópicos seguintes o termo classificação e as classificações filosóficas são estudados a partir de concepções filosóficas.

- **4º capítulo:** o percurso da classificação arquivística, seus conceitos, desenvolvimento e práticas são os temas discutidos neste capítulo que busca em primeiro lugar entender o que é a classificação arquivística e como ela é executada para em seguida mostrar especificamente os caminhos do documento fotográfico nos arquivos e como este está sendo tratado no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Aqui também foram analisados os instrumentos, o site da instituição e feita a observação que forneceu informações importantes sobre o processo de disponibilização dos documentos fotográficos da instituição, assim como sua estrutura nos fundos a que pertencem.

- **5º capítulo:** traçamos neste capítulo como foi o processo que deu origem às classificações bibliográficas, quais as influências das classificações filosóficas sobre estas e como se estruturaram em meio às necessidades da sociedade da época. Escolhemos a Classificação Decimal de Dewey, a Classificação Decimal Universal e a Classificação de Ranganathan como exemplos de sistemas de classificação bibliográficos que deram enorme contribuição à área. Para a construção deste tópico algumas dificuldades foram encontradas em relação ao percurso do documento fotográfico em acervos de bibliotecas, portanto escolhemos partir à análise deste contextualizando-o no âmbito da Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade, seu breve histórico e em seguida relatar, com base nas informações contidas no site da instituição, no site onde estão disponibilizados os documentos fotográficos e da observação realizada, como foi o processo de elaboração, campos de consulta e o tratamento de forma geral do documento na instituição.

- **6º capítulo:** foram tratadas as discussões em torno do que é um museu, sua criação e a prática da classificação. Passamos pela documentação

museológica para compreender os métodos executados nestas instituições. Em seguida, analisamos como os documentos fotográficos se consolidaram nos museus e como é tratado no Museu Paulista. Durante a observação tivemos acesso à documentação e manuais que nos permitiram mostrar de forma sistemática como é o tratamento das coleções fotográficas e como são classificados em relação ao acervo e disponibilizados para pesquisas.

- **7º capítulo:** são apresentadas as **Considerações finais** que traçamos a partir do percurso realizado nesta pesquisa.

Desta forma, acreditamos que contribuímos com pontos importantes em relação ao debate que está presente, mesmo que por vezes pareça implícito, sobre a classificação nas unidades de informação, suas características nos arquivos, bibliotecas e museus e as influências que cada uma destas instituições leva ao seu dia-a-dia, representadas no tratamento que dão aos seus documentos, aqui especificamente ao documento fotográfico.



Considerando o fato de que para entender e trabalhar com o documento fotográfico em unidades de informação há a necessidade de conhecer um pouco de sua história, já que seu desenvolvimento está intrinsecamente atrelado às mudanças sociais e influem nas representações posteriores, destacamos um rápido olhar pelo percurso e produção da fotografia.

O Renascimento foi importante para o aperfeiçoamento não só de técnicas que possibilitariam resultados posteriores aos estudos referentes ao aparecimento da fotografia, como influenciou a aproximação com o real. Sobre o assunto, Brandão (2009), explica que os artistas deste período, buscaram o rompimento com o mundo medieval principalmente através da arte com experimentos que utilizavam a câmera escura como subsídio para produção de sua arte. De acordo com Brandão (2009, p.02):

Foi justamente seu desenvolvimento nos séculos XVI ao XIX – abertura do orifício, utilização de lentes, emprego do diafragma – que deixaria a primeira etapa da fotografia pronta: o domínio e o conhecimento da luz possibilitados pela física, abrindo caminhos para o posterior aprimoramento da etapa química do processo fotográfico. Se o homem do século XIX via na fotografia uma copia fidedigna da natureza, no Renascimento buscava-se não só o retratar o *real*, mas criar esse próprio real, por meio de uma análoga absoluta.

Portanto, o anseio de reproduzir fielmente a natureza, que permeava os sonhos dos homens de engenho e arte daquela época, influenciou em vários sentidos a concepção de imagem fotográfica como, por exemplo, com o fundamento da perspectiva unilocular, que dirige a composição da imagem a um único ponto de fuga, o olhar de um que, de acordo com Brandão (2009, p.08) “permanecerá na sociedade ocidental durante séculos e também influirá na própria fotografia.”

A sociedade burguesa do século XIX, com o advento da industrialização, estava pronta cultural e economicamente para que os experimentos fotográficos tivessem as condições necessárias para o seu desenvolvimento. O aparecimento da máquina e as formas de representação do real através da perspectiva deram elementos para que a câmara fotográfica fosse aperfeiçoada.

Se referindo à máquina, de acordo com Rouillé (2009), a fotografia trouxe um novo “protocolo” em relação à produção de imagens que o autor pontua de três formas: a passagem da técnica manual de lentamente construir imagens em uma tela com pigmentos para uma operação onde a imagem aparece por conta de reações químicas, mudando o espaço ocupado antes por oficina para um laboratório; o uso do pincel como instrumento principal de realização de uma obra para a máquina que, no entendimento do autor, faz com que a aproximação com o real seja muito mais visível; a passagem da “matéria bruta” como a tinta e o grafite que necessitam da arte e estética de alguém para o material que precisa ser manipulado quimicamente. Estes são diferenciais estruturais que marcam a atividade industrial e a necessidade da máquina para compor imagens. A máquina possibilita a produção em série, o que, com a fotografia se tornou ao longo de sua história, um fato irrefutável, visto que seus poderes de sedução aliados à reprodutibilidade em massa fizeram dela objeto industrial.

Neste sentido, Rouillé (2009, p.38), afirma que com a capacidade de produzir imagens em série, a fotografia marcou também a passagem do individual e único, ao múltiplo. Para o autor: “O dispositivo fotográfico é uma extraordinária máquina de produzir imagens-objetos mais próximos dos produtos industriais do que das realizações artesanais ou das obras artísticas.”

Nas reflexões que traça em “Filosofia da Caixa Preta”, Flusser (2002, p.21), também se refere ao aspecto maquínico da fotografia, mas como uma extensão do corpo explicando que a câmara fotográfica é um aparelho que, sendo prolongamento do olho humano, tem o poder de alcançar a natureza de forma mais profunda e por isso é mais poderosa e eficiente do que o próprio olho.

Na revolução industrial, as máquinas adquirem lugares próprios, sendo que o homem vive em função desses lugares que lhes são destinados e ao redor dessas máquinas que são desenvolvidas rapidamente. Portanto, o advento da fotografia veio para consolidar em imagens a forma mecânica de se

mostrar o mundo, de captar as imagens que serviriam como uma prova do real. Segundo Benjamin (1977, p.219):

Independentemente uns dos outros, buscavam a mesma meta: fixar imagens na *câmera obscura*, conhecida ao menos desde Leonardo. Assim que, após mais ou menos cinco anos de esforços de Niépce e Daguerre, isto se tornou possível à mesma época, o Estado, favorecido pelas dificuldades de patenteação encontradas pelos inventores, tomou conta disso e, indenizando-os, transformou-o em coisa pública. Estavam dadas, assim, as condições para um contínuo e acelerado desenvolvimento que, por longo tempo, excluiu qualquer retrospectiva.

A primeira vez que uma imagem foi fixada em uma placa de metal foi em 1826<sup>3</sup>, por Nicéphore Niepce, que reuniu os princípios ópticos conhecidos e conseguiu a partir de processos químicos, dar início ao que seria a habilidade mecânica e não mais manual de o homem retratar o seu meio. “Qualquer invenção é condicionada, por um lado, por uma série de experiências e de conhecimentos anteriores e por outro, pelas necessidades da sociedade.” (FREUND, 1995, p.37). Naquele momento, Niepce reuniu estas duas condições e conseguiu, através de estudos que estavam sendo feitos há muitos anos, resultados como construir cinco câmaras fotográficas que hoje se encontram no Museu Niepce, na França. Essas câmeras ainda eram bem amadoras quanto à óptica, mas deram os passos para o desenvolvimento da técnica fotográfica. A fotografia era a junção da automação de um lado e do desenvolvimento de técnicas para sua fixação de outro.

Os resultados conseguidos por Niepce foram aperfeiçoados por seu sócio Daguerre<sup>4</sup> que, com o instrumento que levava o seu nome, daguerreótipo, soube adentrar com sua invenção nos meios burgueses e intelectuais franceses e, após quinze anos da primeira imagem ser fixada por Niépce (FREUND, 1995, p.38), a fotografia tornou-se conhecida do público. Por um projeto de lei o Parlamento francês adquiriu a invenção e seguindo o curso de interesse pelo progresso, a fotografia apresentada à sociedade, podendo

<sup>3</sup> A cronologia referente à história da fotografia seguirá nesta dissertação FREUND, G. Fotografia e sociedade. Mafra: Veja, 1995. 214p. (Comunicação & Linguagem).

<sup>4</sup> Daguerre se associou a Niepce em 1829, segundo Sougez (2001). Fizeram experimentos juntos até a morte de Niepce, em 1833. Daguerre era conhecido por seu *diorama*, espécie de teatralização de cenas onde usava-se jogos de luzes e conhecimentos de perspectiva para dar a impressão de que se contemplava cenas reais de lugares.



ser explorada e aperfeiçoada por qualquer pessoa que possuísse condições para isso. A obra de Niepce por um tempo foi totalmente posta na autoria de Daguerre que, por sua vez, soube “fazer propaganda” do que tinha conseguido. Segundo Sougez (2002, p. 57):

Daguerre, diametralmente oposto ao calado e tímido Niepce, trouxe o lado mercantilista e espectacular, com um processo cuja originalidade lhe era própria e não teria muito futuro, já que se tratava de algo dispendioso, de difícil manipulação e que produzia apenas uma única prova, não multiplicável. Apesar dos seus defeitos, o daguerreótipo – que não era mais que uma variante do processo – propagou-se pelo mundo, abrindo definitivamente o caminho à fotografia.

O daguerreótipo, conforme escreve Sougez (2001), abriu caminho para as aspirações da burguesia liberal da época e foi adotado justamente por satisfazer alguns de seus desejos. O desenvolvimento da fotografia caminhou de forma rápida e muitas vezes, simultaneamente em diversos lugares<sup>5</sup>. A necessidade que a nova burguesia, como classe, tinha de ser representada contribuiu imensamente para que a fotografia fosse um dos elementos preferidos à afirmação de poder material.

Na “Grande Exposição da Indústria” em 1855, na França, a fotografia foi levada para camadas sociais diferentes, já que até aquele momento era conhecida do público, mas esse público se resumia a intelectuais, artistas e cientistas. Pessoas famosas conhecidas apenas do grande público à distância, podiam ser vistas ali congeladas em um momento que acontecera, um momento de suas vidas. Segundo Freund (1995, p.68):

Nas exposições o público comprimia-se face às inúmeras fotografias de gente eminente e de celebridades. Deve compreender-se o que significava, para a época, o facto de se

---

<sup>5</sup> Um exemplo dessa simultaneidade é a descoberta da fotografia no Brasil, mais especificamente na vila de São Carlos, atualmente Campinas – SP, por Hércules Romuald Florence, um desenhista francês que chegou ao Brasil em 1824. Florence é um caso de investigador autodidata que, entre suas invenções está a *zoophonie*, que é o estudo das vozes dos animais. Em 1832, procurando recursos para impressão gráfica, realizou pesquisas para encontrar alternativas de impressão através da luz solar para reproduzir de forma mais fácil e econômica textos e imagens. Denominou seu invento de “Photografie”. Sobre Florence, Boris Kossoy fez um trabalho intitulado *Hércules Florence 1833: a descoberta isolada da fotografia no Brasil*, publicado em 1976.

ter face aos olhos, de repente, personalidades que até então apenas de longe era possível admirar.

A fixação da imagem em um suporte bidimensional na sociedade industrial tornava-se definitiva no sentido de um novo modo de conhecimento, olhar-se a si mesmo e ao mundo com os olhos da realidade, do progresso que transforma a natureza. Com o desenvolvimento do sistema capitalista, as cidades foram inundadas por pessoas de diferentes lugares buscando vender sua mão-de-obra e fazendo mover a máquina econômica e industrial, organizando-se de forma homogênea ao novo sistema urbano. Como em todas as transformações, as classes dominantes tinham como objetivo impor suas formas de olhar o mundo. Aí se inclui a fotografia e seu caráter de veracidade. Há muito tempo o homem vinha buscando um modo de gravar fielmente o que via. O que apenas era feito através da pintura – perpetuar uma imagem conforme era – podia ser feito sem esta, ou seja, usar uma nova técnica e uma nova tecnologia. Este anseio foi suprido pela fotografia a partir do momento em que as pessoas perceberam que através dela poderiam se apropriar de um pequeno instante do mundo, assim como se tornarem imortais em um pedaço de papel. A reproduzibilidade da fotografia faz com que seja totalmente inclusa na sociedade da época, pois reflete as necessidades e permite que se tenha muito perto tudo o que anteriormente não poderia ser visto.

Adaptando-se á sociedade moderna do século XIX, a fotografia reunia num só elemento o poder de o homem comum ver-se a si mesmo, e o poder de o fotógrafo intervir no meio em que atuava. Nesse âmbito, a fotografia expressa os anseios da época a partir da relação fotógrafo/fotografado. Para Costa & Silva (2004, p.17):

A situação da fotografia no século XIX foi realmente invulgar. A natureza transformava-se constantemente, impulsionada pelas necessidades do capital. A fotografia referendou internamente essa dinâmica, na medida em que o projeto de desenvolvimento da perspectiva, subjacente ao código fotográfico, encontrou identidade nos rumos impostos à natureza.

A indústria da fotografia se instalava a cada dia em todos os lugares da Europa e da América e reuniu a arte da pintura e seus códigos estéticos com a nova técnica e arte que estavam surgindo e, num primeiro momento, pintores e fotógrafos tinham espaços muito próximos, um, usando a fotografia como modelo para suas pinturas e outro copiando poses da pintura para agradar a seus clientes, segundo Granjeiro (2000, p.17):

a vontade de reprodução da própria imagem ajudou a difundir e legitimar a técnica fotográfica pela sociedade. A fotografia passou, assim, a fazer parte de um campo milenar de significados; a figurar como técnica para as representações da vida ao lado dos bustos esculpido, das moedas cunhadas com a esfinge de seu proprietário, das telas a óleo e das pinturas no fundo das cavernas.

Os estúdios e ateliês fotográficos funcionavam com enorme força, mas o objeto tão desejado ainda era possuído por poucos por causa de seu preço, consequência das dificuldades encontradas para reproduzir uma imagem. A fotografia encontrou um grande popularizador na figura de Disderi, um comerciante que, adquiriu seu estúdio fotográfico como muitos outros em busca de fortuna na época e conseguiu sucesso por reduzir o formato das cópias criando o *carte de visite*<sup>6</sup>. Substituiu a placa de metal pela de vidro, o que o permitiu fazer várias cópias e como consequência, os preços das fotografias ficaram mais baixos, dando aos menos abastados o poder de também se sentirem importantes e imortais através de um retrato (FREUND, 1995). Disderi propõe em seu trabalho um tratamento totalmente comercial às fotografias. Eram adaptadas ao gosto dos clientes, sendo usados muitos artifícios para que as atenções se voltassem para seu comércio.

Disderi representa [...], o protótipo do fotógrafo industrial, disposto a usar todos os truques ao seu alcance para adular e seduzir a clientela. A relação pessoal fotógrafo/fotografado, que está na base das obras dos artistas fotógrafos, é substituída

---

<sup>6</sup>De formato reduzido, 6X9, o cartão de visita dá a possibilidade ao fotógrafo de, numa mesma chapa, poder fazer oito cópias de preço muito reduzido para a época, sobre este fato Fabris (1991, p. 20) comenta: "O cartão de visita supre a "ausência de retrato" nas classes menos favorecidas, mas à sua difusão capilar a alta burguesia opõe uma série de estratégias de diferenciação, negadoras da multiplicidade. Além de dirigir-se aos artistas fotógrafos, a elite social continua a privilegiar o daguerreótipo até a década de 60 e passa a preferir em seguida a fotografia pintada, que garante "a fidelidade da fotografia" e "a inteligência do artista", como afirma uma revista contemporânea".

pela relação puramente mecânica entre o homem e a máquina instaurada por Disderi. (FABRIS, 1991, p.20).

A fotografia que até aquele momento era produzida com toques artísticos por fotógrafos como Le Gray e Nadar<sup>7</sup>, é substituída pela fotografia comercial e estes artistas fotógrafos ou se adaptavam à nova realidade ou perderiam – como houve casos – seus estabelecimentos e clientela. Portanto, Disderi e sua invenção mudaram significativamente o papel da fotografia quando:

[...] coloca ao alcance de muitos o que até aquele momento fora apanágio de poucos e confere à fotografia uma verdadeira dimensão industrial, quer pelo barateamento do produto, quer pela vulgarização dos ícones fotográficos em vários sentidos (FABRIS, 1991, p.17).

Disderi utilizava acessórios para que as fotografias fossem compostas ao gosto do cliente, assim, ele tinha cenários para cada tipo, cada arquétipo como o artista, o escritor, o militar, a dama etc. Dessa maneira, ao contrário de Nadar que privilegiava a expressão, os retratos de Disderi contavam com a aparência, a cena montada para mostrar não o caráter mas o que havia de externo, ou seja, uma cena a fim de forjar uma determinada aparência.

Os cartões de visita foram usados durante muitas décadas e, segundo Sougez (2002), além das fotografias particulares um enorme comércio de fotografias de pessoas famosas também foi montado usando a facilidade do cartão de visita. O ateliê de Disderi não durou muito tendo este ficado pobre, porém, seus *carte de visite* tiveram fundamental importância à comercialização e propagação de fotografias.

Se havia dúvidas quanto à importância do aparecimento da fotografia, elas foram elucidadas quando as inovadoras possibilidades de

---

<sup>7</sup> Nadar foi um jornalista, caricaturista e intelectual que viveu na segunda metade do século XIX em Paris. Montou seu estúdio fotográfico que era recanto de intelectuais e gente influente, pois era bastante famoso entre eles. Seus retratos em especial não eram feitos com artifícios e sim em fundo branco, mostrando o caráter de quem está sendo fotografado e a visão do fotógrafo ao dispo-lo de tal maneira. Le Gray também primava suas fotografias com expressões artísticas, talvez por estar mais ligado à pintura e à arquitetura e seu estúdio era moda entre os intelectuais franceses assim como o de Nadar, que aliás ficavam próximos. Sobre Le Gray e Nadar ver: SOUGEZ, M.L. **História da fotografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, 314p.

informação, expressão artística e formas de comercialização começaram, num rápido processo a dar vistas de que funcionam através desta.

Podia-se ver várias culturas, povos, modos de viver e vestir, arquitetura, através de um simples pedaço de papel, e esse poder de ter o mundo em suas mãos de forma miniaturizada, é dado vertiginosamente pelo cartão postal ilustrado que, num mundo onde tudo se modificava rapidamente deu a sensação ao homem de poder “coleccioná-lo” antes de desaparecer e de poder visualizar lugares antes apenas narrados oralmente ou através da escrita<sup>8</sup>. Para Rouillé (2009, p.38):

Suas propriedades mecânicas permitiram que ele surgisse como a possibilidade, dentro das condições novas da revolução industrial, de realizar a utopia enciclopédica de Diderot: proceder a um inventário exaustivo do mundo visível, reduzi-lo, em sua totalidade, ao formato de um álbum, consultável no quadro restrito de um laboratório ou de um salão burguês.

Com os cartões postais o suposto processo de auto conhecimento através da imagem foi mais aprofundado, podendo-se também conhecer o seu meio e tê-lo a seu lado a qualquer momento. Segundo Fabris (1991, p.35):

Instrumento de democratização do conhecimento numa sociedade liberal, que acredita no poder positivo da instrução, o cartão postal leva às últimas conseqüências a “missão civilizadora”, conferida à fotografia pela sua capacidade de popularizar o que até então fora apanágio de poucos. A viagem imaginária e a posse simbólica são as conquistas mais evidentes de uma nova concepção de espaço e de tempo, que abole as fronteiras geográficas, acentua similitudes e dissimilitudes entre os homens, pulveriza a linearidade temporal burguesa numa constelação de tempos particulares e sobrepostos.

Embora se sabendo tratar de uma representação do real, a fotografia adquire verdadeira credibilidade quanto a suas imagens e, graças aos registros constantes e experiências fotográficas, grande parte do que conhecemos hoje de pequenos e breves momentos passados – cidades,

---

<sup>8</sup> Segundo Sontag (1981, p.15): “A câmara começou a duplicar o mundo no momento em que a paisagem humana passou a experimentar um ritmo de transformação vertiginoso: enquanto um número incontável de manifestações da vida biológica e social está sendo destruído em breve espaço de tempo, surge um invento capaz de registrar o que está desaparecendo.”

povos, ou seja, tudo o que foi registrado a partir do aparecimento da fotografia – são, além de recordações, documentos históricos que nos mostram, aliados a outras formas de expressão, importantes momentos que devem ser conhecidos para se tornarem objetos que preservem a memória ou sirvam de estudos para esta ser construída.

A técnica fotográfica continuou se desenvolvendo rapidamente chegando as famosas máquinas portáteis que prometiam e realmente cumpriam o desejo de que, sem a ajuda de um fotógrafo profissional, as pessoas comuns pudessem apenas “apertar o botão” para “eles” fazerem o resto. Era a popularização do registro fotográfico em esfera pública e privada, tornando-se documentos, lembranças e objetos ideológicos de forma massificada.

A partir desse momento a fotografia já não era sonho para alguns e sim poder de todos e é isso o que vemos hoje. Uma forma de comunicação visual que se estende por todos os lugares e nos faz ver a todo momento imagens comuns, elaboradas, cruéis, feitas por profissionais e amadores, com intenções definidas ou por acaso.

Diante disso, sua função documental era exercida deliberadamente pela sociedade oitocentista, onde, Costa & Silva (2004, p.18) comentam que:

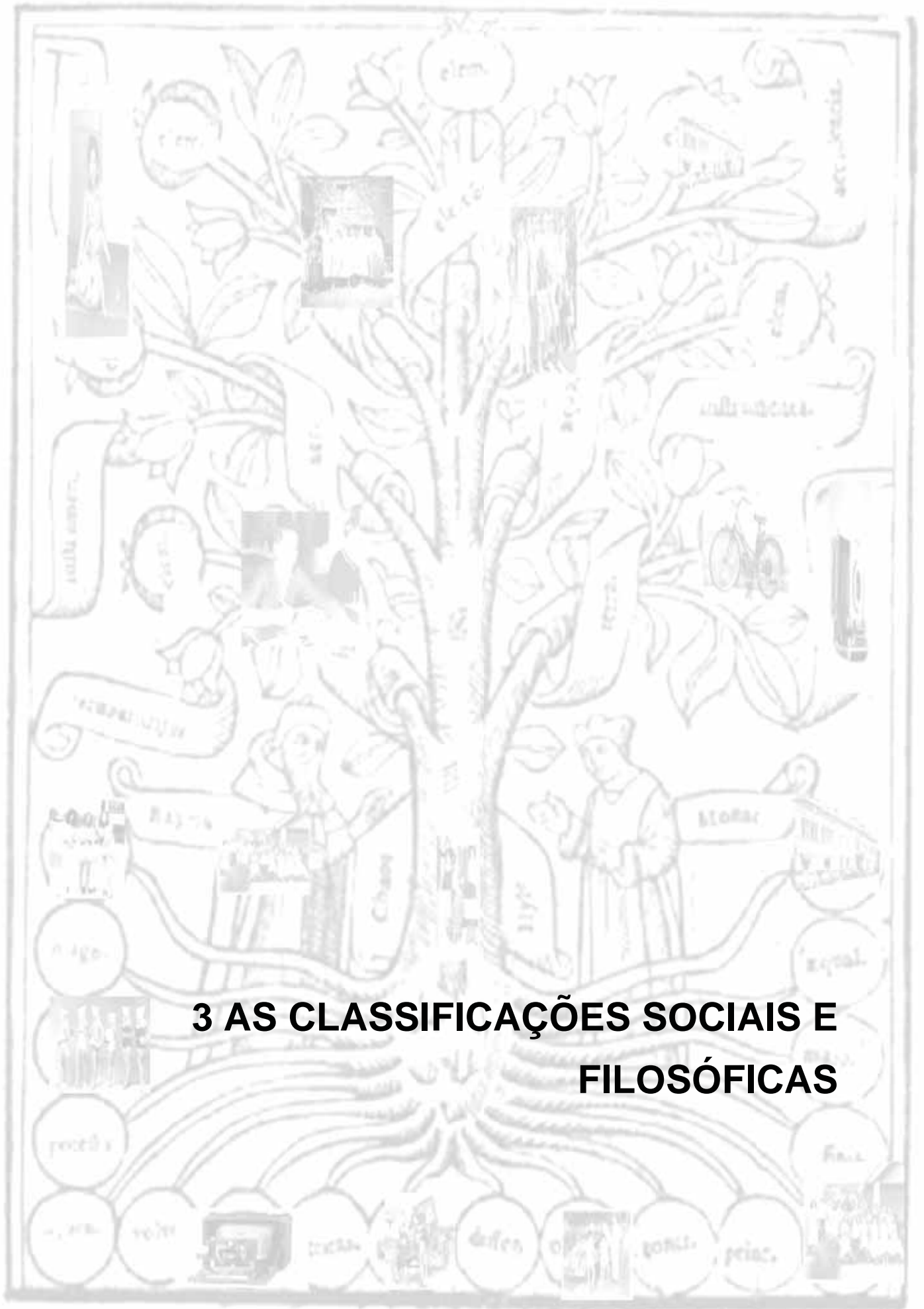
Não é de estranhar, portanto, que a preocupação com a documentação transpareça na maior parte da produção fotográfica do século XIX. Havia a intenção explícita de documentar o mundo e representá-lo em suas variáveis sociais e materiais. O espaço urbano e os tipos humanos foram os principais temas registrados.

O valor documental que a fotografia demonstrava em seus registros foi sendo construído lentamente, através de processos sociais como explica Tagg (1998). Levada a status de documento por uma série de questões que envolvem a consolidação de um modo de vida, a institucionalização de serviços e a abertura de novas instituições e os esforços de países em passar imagens que pudessem ser assimiladas por seus cidadãos. Estes fatores dão á fotografia o valor de prova, ao que Tagg (1998, p.11) explica que:

La idea misma sobre qué es lo que constituye una prueba tiene una historia [...]. Es una historia que implica técnicas y procedimientos definidos, instituciones concretas y relaciones sociales específicas – es decir, relaciones de poder -. Es a partir de este contexto más amplio que debemos analizar la historia de la evidencia fotográfica. El problema es histórico, no existencial. (TAGG, 1998, p.11).

Deste ponto em diante, o seu desenvolvimento foi marcado por mudanças que só aumentaram sua utilização e importância. No âmbito de nossa pesquisa, tratamos a fotografia como um documento repleto de peculiaridades que acompanhou as mudanças sociais e consolidou inúmeros usos dentro desta. As coleções de fotografias acumuladas durante a vida de uma pessoa ou de uma instituição se transformaram posteriormente em documentos acumulados em instituições que também estavam sofrendo modificações e influências sociais. Os valores de prova e de realidade, vistas a partir das argumentações de Tagg (1998) se dão no sentido de que estão ligados diretamente às novas instituições que surgem no bojo daquela sociedade, assim como práticas de observação necessárias para manter um estado sob controle.

Diante do exposto, passamos à análise da classificação em arquivos, bibliotecas e museus e do o papel da fotografia em cada um destes campos, visando entender a classificação nas unidades informacionais.



### 3 AS CLASSIFICAÇÕES SOCIAIS E FILOSÓFICAS



Desde que um homem nasce, a partir de seu primeiro momento de vida, sofre a imersão em um sistema que hierarquiza e denomina, determinado por códigos sociais que expõem a cultura de uma sociedade, e que irá classificar, de diversas formas, ao longo da vida dessa pessoa, tudo o que vier a existir ao seu redor. Também o sujeito, com o conhecimento subjetivo do mundo, irá se apropriar de formas de nomear e classificar o seu universo. Cada grupo social tem maneiras de expor sua cultura e tradição e de se relacionar com o mundo. Para perpetuar esses fatores, as classificações agem sobre o contexto social de forma a permitir o reconhecimento de ações e padrões que estão dispostos entre os seres e as coisas. As classificações nas sociedades, sejam elas primitivas ou modernas, constituem relações e perspectivas hierarquizadas que constroem os conjuntos que representam códigos exclusivos de determinadas culturas.

Antes de tudo, a classificação é instintiva, mesmo sendo uma atividade intelectual. Classificamos de forma natural, reconhecendo, desde criança, relações de semelhança, em estágios que Piaget (GIL, 2001, p. 94) divide em três: para uma criança, é possível perceber passo a passo o universo cheio de imagens e objetos onde vive, construindo suas “coleções figurais”. A criança reconhece as relações de semelhança, que aplica a objetos que têm uma continuidade, ou seja, objetos que se apresentam de forma contínua, não sabendo, ainda, aplicar a relação parte-todo, devido à sua ligação com o pensamento sensível, conforme explicação de Inhelder e Piaget citada por Gil (2001):

Procede gradualmente, esquecendo o que acaba de fazer e não prevendo o que se seguirá: alinha, por exemplo, o conjunto dos elementos dados, alternando a cada momento o critério que determina as suas aproximações sucessivas, ou, constrói, então, um objecto colectivo ou complexo justapondo os elementos, sem plano nem coerência. (INHELDER; PIAGET, 1959 apud GIL, 2001, p. 94-95)

Com o tempo, essas relações deixam de ser “apenas figurais e obtém-se gradualmente a distinção entre ‘alguns’ e ‘todos’, isto é, a noção de classe” (GIL, 2001, p. 95), que gera, por fim a noção de hierarquia, ou seja, mesmo que não conheça as noções científicas e matemáticas de uma

classificação, os seres humanos desde sempre tendem a constituir e agrupar formas, executando, assim, a função de categorizar.

Muitos autores, em suas respectivas áreas de estudo, relacionaram as classificações ao que a sociedade manifesta como as suas formas de pensamento e organização. Na sociologia, temos os famosos estudos do início do século XX, de Émile Durkheim e Marcel Mauss<sup>9</sup> que, com “Algumas formas primitivas de classificação”, explicam como estão divididas as tribos australianas e seu sistema de classificação. De acordo com Gimeno Perelló (2002, p. 1), Durheim fala também de uma pré-história das classificações que estão inseridas nas sociedades primitivas. Para os autores, essas tribos representam o que há de mais primitivo, tanto que denominam seus sistemas de classificação de os “[...] mais humildes que conhecemos [...]” (DURKHEIM; MAUSS, 1995, p. 183).

Os autores realizaram uma análise sobre o sistema de organização dessas tribos e descrevem que cada tribo se divide em duas frátrias<sup>10</sup> que contêm alguns clãs, ou seja, um grupo de pessoas que, por serem ligadas pelo mesmo antepassado, se consideram parentes; no caso desse estudo, esses clãs são ligados pelo mesmo totem, um animal, objeto, deus, cultuado como símbolo de uma sociedade. Os exemplos dados durante o estudo do sistema totêmico australiano como uma organização categorial que coloca os seres humanos e as unidades sociais em posições separadas e nomeadas, como plantas, animais, chuva, vento, etc., faz com que esses elementos tenham vínculos com seus análogos na sociedade e vive versa, assim, a construção que pareceria arbitrária, na verdade é concebida por unir o mesmo e separar o diferente (GIMENO PERELLÓ, 2002).

---

<sup>9</sup> Publicado originalmente como: Émile Durkheim et Marcel Mauss, “De quelques formes de classification – Contribution à l’étude des représentations collectives”. *Année sociologique*, VI, (1901-1902), p. 1-72. Rubrique “Mémoires originaux”. Les Presses universitaires de France.

<sup>10</sup> Denomina-se clã um grupo que vem de uma mesma linhagem, ou seja, tem suas origens em um antepassado comum. A frátria, por sua vez, é um grupo de clãs — cujo antepassado comum não precisa necessariamente ser uma pessoa, pode ser um mito — em que todos se consideram parentes.

No estudo, os autores analisam justamente o sistema totêmico australiano e as relações de matrimônio estabelecidas dentro de cada frátria. Dessa forma, os autores mostram, por meio de um quadro, a organização geral das tribos.

**Quadro 1:** Classificação das tribos australianas (DURKHEIM; MAUSS, 1903, p. 184)

Frátria I	Classe matrimonial A Classe matrimonial B	Clã da ema Clã da serpente Clã da lagarta, etc.
Frátria II	Classe matrimonial A' Classe matrimonial B'	Clã do canguru Clã do gambá Clã do corvo, etc.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

A partir do quadro, os autores explicam que:

As classes designadas pelas mesmas letras (*A, A', etc e B, B', etc.*) são aquelas entre as quais é permitido o conúbio. Todos os membros da tribo se encontram assim classificados em quadros definidos e que se encaixam uns nos outros. Ora, *a classificação das coisas reproduz, a classificação dos homens.* (DURKHEIM; MAUSS, 1995, p. 184)

Assim, Durkheim e Mauss (1995) afirmam que a classificação é simples, pois é bipartida, ou seja, apenas se divide em dois grupos, duas categorias que estão dispostas em frátrias. Mas ele se torna um pouco mais complexo a partir do momento em que divide matrimonialmente esses grupos, servindo-se de um sistema que, como mostra o quadro, divide os seres conforme com quem podem se casar (DURKHEIM; MAUSS, 1995).

Dessa maneira, utilizam a classificação para mostrar as origens do totemismo australiano usando a observação empírica na pesquisa, o que demonstra um rigor em privilegiar a observação como fator importante no caso de testar hipóteses. Com o aprofundamento do estudo das origens da estrutura social que se davam naquelas tribos, os autores têm a possibilidade de apontar quais foram as mudanças ocorridas no sistema. “La compartimentación de la sociedad en frátrias, tribus, categorias o clases unidas por aquello que las separa es reflejo de las mismas divisiones y uniones de la globalidad del

universo.” (GIMENO PERELLÓ, 2002, p. 2). Dessa forma, Durkheim e Mauss consideram que as sociedades são as fontes que geram as classificações e todo modelo de organização dos sistemas parte dessas sociedades que atribuem códigos de diferenças e semelhanças aos seus indivíduos. Cabe à sociedade que mudanças sejam realizadas em relação às classificações impostas ou que sejam aperfeiçoadas e mantidas, conforme seja melhor a cada grupo. De acordo com os autores:

As classificações primitivas não constituem, pois, singularidades excepcionais sem analogia com as que estão em uso entre povos os mais cultivados; parecem, ao contrário, se ligar sem solução de continuidade às primeiras classificações científicas. Com efeito, embora difiram profundamente destas últimas sob certos aspectos, não deixam todavia de possuir todos os caracteres essenciais das mesmas. Em primeiro lugar, da mesma forma que as classificações dos eruditos, elas são sistemas de noções hierarquizadas. As coisas não se encontram dispostas simplesmente sob a forma de grupos isolados uns dos outros, mas estes grupos mantêm uns com os outros relações definidas e seu conjunto forma um só e mesmo todo. Ainda mais, estes sistemas, do mesmo modo que os da ciência, têm um fim especulativo. Seu objeto não é facilitar a ação, mas tornar compreensivas, inteligíveis, as relações existentes entre os seres. Dados certos conceitos considerados como fundamentais, o espírito sente a necessidade de prender a eles as noções que formula a respeito de outras coisas. Tais classificações são, pois, antes de tudo, destinadas a ligar as idéias entre si, a unificar o conhecimento; a esse título, podemos dizer sem exatidão que elas são obra da ciência e constituem uma primeira filosofia da natureza. Não é tendo em vista a regulamentação de sua conduta, nem mesmo a justificação da prática que o australiano divide o mundo entre os totens de sua tribo, e sim porque a noção de totem, sendo capital, necessita situar, em relação a ela, todos os outros conhecimentos seus. Pode-se, pois, pensar que as condições de que dependem estas classificações muito antigas não deixaram de desempenhar um papel importante na gênese da função classificatória em geral. (DURKHEIM; MAUSS, 1995, p. 197-198)

Percebe-se claramente nesse trecho que os autores supracitados consideram as classificações primitivas um início das classificações científicas, sendo que o caráter hierarquizador e de relacionamento entre as partes, formando um todo, vem de elementos presentes e que condizem com a essência de organização e separação por semelhanças e diferenças. A classificação que é analisada na Austrália tem a

função de, antes de tudo, atender às necessidades de uma sociedade que carece de organização para se firmar com suas tradições e regras diante de outros grupos, e os autores identificam esse estágio de desenvolvimento social como parte constituinte dos processos de classificação científica que mais tarde iriam se desenvolver a partir das observações empíricas a respeito dos seres e de seus meios, mantendo a organicidade e hierarquia. De acordo com Gimeno Perelló (2002, p. 1):

Trata Durkheim de demostrar cómo estas sociedades establecen conocimientos, que es el orden del universo según sus categorías sociales asociando mediante correlaciones conceptuales la sociedad con el cosmos. Clasificar no es, para Durkheim, solo constituir signos también establecer relaciones entre ellos, coordinarlos o subordinarlos unos con otros.

Pelos estudos das relações dentro das tribos australianas, temos uma visão de que as classificações surgem nos meios sociais, e daí se estendem a todas as vertentes dos relacionamentos humanos e dos saberes. Nesse sentido, San Segundo Manuel (1996) escreve que a concepção de Durkheim e Mauss é compartilhada por dois grandes teóricos da classificação, Kedrov e Samurin. Um grupo de coisas se mostra com uma elaboração abstrata do entendimento humano, dessa forma, ambos os autores concordam que esse entendimento se baseia e se concretiza devido à organização social de que faz parte, em que a sociedade é o modelo, a base na qual as classificações se desenvolvem, sendo, antes de tudo, categorias sociais. De acordo com a autora:

Este pensamiento refleja claramente las formas propias de relación familiares, y estas relaciones familiares están subordinadas a factores económicos y políticos; por tanto los sentimientos y las formas de relación familiares, constituyen la base de la organización doméstica, social y este entramado va a presidir la repartición lógica de las cosas. (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996, p. 29)

Dessa maneira, o centro dos primeiros sistemas que se dividiram na natureza, antes do social, econômico e político, não se baseia no indivíduo e sim em seu meio, o que a autora chama de “sociocentrismo”, segundo as ideias de Durkheim e Mauss (1995). A história das classificações é,

portanto, a história de etapas vividas no núcleo familiar, que se transformam em elementos de convivência social (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996).

Na antropologia, temos as importantes obras de Claude Lévi-Strauss, que já em suas primeiras publicações, como *As estruturas elementares do parentesco*, publicada em 1949, na França, buscou demonstrar como era a organização das sociedades e como utilizavam as estruturas linguísticas para isso. Na concepção do autor, a organização social se dá como se fossem frases que, mesmo que sejam diferentes entre si, seguem um rígido padrão e sistema universal de constituição (LÉVI-STRAUSS, 2003), concepção esta que se mostrava revolucionária em seu campo, pois mostrava a organização social além da dicotomia natureza e cultura, ou seja, colocava a cultura como uma produção social.

Mas foi com *O totemismo hoje* e *O pensamento selvagem* que se pode visualizar os sistemas de classificação e organização em sociedades estudadas pelo autor e toda a lógica de pensamento primitivo, que, análoga ao pensamento ocidental “domesticado”, tem suas estruturas de classificação que, se analisadas a partir do estruturalismo, é passível de se encontrar em todos os níveis da sociedade. Segundo Burke (2003, p.78),

Lévi-Strauss rejeitou a idéia de pré-lógico, mas também ele destacou as categorias concretas dos chamados povos primitivos, como os índios americanos, que fazem uma distinção análoga ao nosso contraste entre “natureza” e “cultura” com as categorias do “cru” e do “cozido”.

Neste sentido, Gimeno Perelló (2002) afirma que Lévi-Strauss entendia que a ordem taxonômica do totemismo tem a capacidade de organizar, assim como as representações que vêm deste são variantes do pensamento selvagem e estabelecem homologias que relacionam as condições naturais e as condições sociais, estabelecendo, dessa forma, um sistema de signos.

Também San Segundo Manuel (1996) faz algumas observações em relação à obra. Com uma análise estrutural, Levi-Strauss, de acordo com as observações da autora, afirma que a classificação do homem primitivo é diferente dos modelos ocidentais por não ser hierárquica: tem uma

estrutura vertical que vai do geral ao específico e do abstrato ao concreto (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996).

Levi-Strauss considera que, las lógicas prácticos-teóricas que rigen la vida y el pensamiento de las sociedades llamadas primitivas están movidas solamente por la exigência de las separaciones diferenciales y no de subordinación, [...]. En definitiva, el conocimiento intuitivo presenta una realidad y, por ende, una estructuración y clasificación de la realidad intacta y no alterada por las formas de pensamiento moderno y la lógica actual, Levi-Strauss añade a ello la observación de que nuestra forma de pensamiento es totalizante y agota lo real por médio de clases dadas en número finito [...]. (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996, p. 30)

Assim, é possível afirmar que os códigos linguísticos têm o objetivo de sempre expressar sentido, seja de maior ou menor complexidade, e o pensamento do homem primitivo é uma gramática transmitida hereditariamente, como sistema de classificação (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996).

O autor também mudou a concepção que se tinha de mitos. De acordo com Leach (1977), através dos estudos da mitologia em várias sociedades, como com os povos ameríndios, Lévi-Strauss revelou a lógica que existia por trás de toda a aparente irracionalidade e desorganização ao contar com a realidade mítica para explicar os diferentes fatores sociais, da natureza e pessoais que essas sociedades viviam. A lógica existente nas mitologias era diferente da lógica que conhecemos, a clássica e aristotélica, no entanto, obedecia a sistemas de organização e classificação tão rígidos quanto. Os mitos são estruturas que, elegidas mentalmente, por estruturas inconscientes, delineiam na realidade uma série de significados que, a partir da experiência real do mundo, colocam ordem no caos das experiências humanas. Os elementos que os compõem não são arbitrários e, sim, meticulosamente assimilados aos fatos do real, o que acarreta na organização de um modo geral das sociedades, passando pelos graus de parentesco, pelas manifestações culturais, pelos ritos de passagem etc. Esses sistemas de organização irão preservar as formas de convivência de determinados grupos e incidir diretamente na forma com que concebem o mundo (LEACH, 1977).

Em um estudo sobre Lévi-Strauss, Paseti (2008) buscou esclarecer o que é o pensamento selvagem a que o autor se refere descrevendo as classificações realizadas por sociedades que impulsionaram seus desenvolvimentos científicos. De acordo com a autora, Lévi-Strauss defende que existem dois modos do pensamento científico se manifestar em sociedades: um que é próximo à intuição sensível, mais curioso e com capacidade de percepção, e outro mais distante. Esse pensamento concreto é o que o autor institui como “pensamento selvagem”. Esse tipo de pensamento irá também ter relações com o pensamento científico e inteligível e, com a junção dos dois, fará parte da base da ciência, pois para o autor “a ciência será sempre inteligível e sensível”.

Como ciência do concreto, o pensamento selvagem é simultaneamente analítico e sintético. Tem ambição simbólica e volta-se, ao mesmo tempo, à percepção e à classificação do universo imediato e empírico. Ao contrário do pensamento domesticado, ele é descontínuo e analógico, pretende ser sincrônico e diacrônico, e expressa uma compreensão atemporal do mundo. Opera por uma estratégia diferenciada da natureza, por uma percepção sensível que se traduz em critério de classificação e compreensão simbólica. Identifica-se com o mito, a magia e a arte, podendo conviver com o pensamento científico moderno. (PASSETI, 2008, p. 264)

Assim, fica claro em Lévi-Strauss que as formas de pensamento, sejam primitivas ou ocidentais e modernas, não podem se reduzir a uma única concepção, pois, com diferenças que devem ser marcadas e historicizadas a cada grupo, é perceptível que as formas de organização, classificação e hierarquização pertencem em maior ou menor grau, de forma mais elaborada ou mais primitiva, a todas as sociedades e que essas formas de organização e classificação podem ser a base constitutiva das classificações das ciências e, conseqüentemente, do conhecimento.

Podem-se visualizar as classificações em todos os lugares, envolvendo todas as ações realizadas. Partindo de uma análise das sociedades atuais, Costa (1997, p. 65) escreve que “[...] as classificações são parte intrinsecamente constitutivas [...]” delas. O autor ressalta em seu artigo que as classificações vão além dos relacionamentos sociais estabelecidos e que, na vida social, no dia a dia, nos relacionamentos informais, a classificação



se mostra como a atividade que constitui todos os outros sistemas de classificação que são elaborados formalmente. (COSTA, 1997). A presença das classificações nos relacionamentos sociais e como são organizados podem ser percebidos através de vários exemplos. O tratamento dispensado pelas pessoas umas às outras, atribuindo qualidades ou defeitos, distinguindo por classe social ou mesmo por simples atividades do cotidiano, como diferenças no vestir e no pensar, mostradas implícita ou explicitamente, conduzem os comportamentos e as decisões tomadas a partir das diferenciações feitas de forma automática, o que acarreta em como as relações sociais se darão (COSTA, 1997). O autor enfatiza a classificação social referente à classe social das pessoas como ricas e pobres, “vips e jetset”, que estão o tempo todo mudando, se desenvolvendo ou se aperfeiçoando de acordo com seu grupo social e sua época, como, por exemplo, as classificações dentro de grupos de jovens.

Assim, Costa (1997, p. 67) afirma que:

Verifica-se, assim, que estas classificações são informais, que são usadas em permanência na interação social, que estão inscritas nos padrões culturais vigentes em cada contexto social. Classificamos muitas vezes sem nos darmos conta de que classificamos. Mas, muitas outras vezes, damos-nos bem conta de que o fazemos. As classificações são socialmente eficazes. São mesmo uma das maneiras mais eficazes de ‘fazer coisas com palavras’ [...].

Os inúmeros atos de classificação que são realizados todos os dias pelas pessoas mostram o caráter natural e corrente na prática dessa atividade. O autor descreve algumas situações em que a lógica classificatória aparece estampada explicitamente e, a partir daí, enumera quatro dimensões da problemática das classificações.

A primeira dimensão se resume às “classificações como padrões de cultura socialmente partilhados” (COSTA, 1997, p. 68), que o autor apresenta como uma característica essencial das sociedades, mas, ao mesmo tempo, individualizadas, pois variam de cultura para cultura. Isso exclui o fato de que as classificações são universais, o que daria margem a questões como se podemos considerá-las parte intrínseca de cada sociedade.

Em segundo lugar, o autor coloca a experiência de vida como fator impulsor de ver a classificação como um modo de perceber o mundo social. Dessa forma, a sociedade, já classificada e ordenada através de contextos culturais predeterminados, relaciona suas experiências à apreensão de um mundo, que só se relaciona através daqueles códigos. O autor enfatiza a relação entre “classificação e sociedade” (COSTA, 1997, p.69), no sentido de que as apreensões, que também são cognitivas, não existem sem o mundo social.

Em terceiro lugar, a dimensão colocada é a das “[...] classificações sociais como instrumentos por excelência da ação social.” (COSTA, 1997, p. 69), que são as ações que produzirão efeitos sociais na sua capacidade de interação e relacionamento entre os membros de determinada sociedade com suas regras. Em quarto lugar, o autor reflete sobre como essas classificações são objetos que se transmitem dentro de uma determinada sociedade, a partir de instituições como escola, trabalho, família, bibliotecas, que, formalmente, passam adiante os aprendizados, as formas de utilização e os sistemas de classificação sociais (COSTA, 1997).

A reunião desses três autores, que investigaram os processos de classificação em diferentes sociedades e em diferentes épocas, condiz em um fato: é a partir das classificações que as sociedades são organizadas e constituídas de forma a criar códigos de convivência e regras que estabelecerão como as relações se darão. Nos relacionamentos comuns, seja em tribos como em um grupo escolar, a hierarquização formal ou informal é forte caracterizadora dos modos de aprendizagem, sociabilidade e relacionamento instituídos nesses espaços. Nos relacionamentos comuns, classificam-se atividades, fatos e pessoas que também são classificadas. Portanto, partindo de uma visão da sociedade e de seus fatores intrínsecos, pode-se relacionar essa atividade à constituição dos sistemas formais de classificação, pois ela é naturalmente realizada para fins de conhecer, conviver e se relacionar melhor com o seu meio.

Partindo dessas considerações acerca das classificações sociais e das ações realizadas de forma instintiva pelo homem em sua

realidade cotidiana, discutiremos o processo como uma elaboração humana de organização do conhecimento das ciências e dos objetos. Em seus diferentes estágios de desenvolvimento, as classificações, sejam filosóficas ou bibliográficas, buscam a divisão para encontrar a chave do conhecimento e a melhor organização de objetos e fatos. Assim, a seguir, caracterizaremos as classificações filosóficas e das ciências, para, em seguida, passar para sua forma mais especializada, nas diferentes unidades de informação

### **3.1 Concepções sobre o termo classificação: filosófica, das ciências, dos seres, dos saberes**

Um conceito, de acordo com Comte-Sponville (2003), em verbete do seu *Dicionário Filosófico*, é uma ideia abstrata de algo, mas que é definida e construída com precisão, pois é o resultado de uma prática e o elemento de uma teoria, seja esse conceito filosófico ou científico. Dessa forma, estudar um determinado conceito torna-se tarefa interessante no momento em que percebemos que este passou por uma rica elaboração para se firmar durante o desenvolvimento social. Um conceito é como um instrumento em que, mentalmente, é possível definir diversas realidades, assim, pode-se compreender algo a partir do conjunto de propriedades que se elabora através dele. Portanto, os desenvolvimentos sociais são também fruto da elaboração de conceitos pelas pessoas, para melhor apreender e compreender o meio em que vivem e poder ter significados coerentes com suas aspirações.

Tendo sua raiz etimológica no latim *conceptus*, do verbo *concipere*, conceito significa “conter completamente” e “formar dentro de si”. É uma ideia que mentalmente se concebe e se pode entender, ou seja, é uma representação de uma realidade, mas abstrata e geral. Abbagnano (2000, p. 164) define conceito como:

[...] todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis. Assim entendido, este termo tem significado generalíssimo e pode incluir qualquer espécie de sinal ou procedimento semântico, seja qual for o objeto a que se refere, abstrato ou concreto, próximo ou distante, universal ou individual etc.

Assim, o autor mostra que conceitos são universais, pois, por serem gerais, podem ser aplicados a diferentes áreas ou coisas.

Uma característica é a que um conceito tem uma história própria, pois ao mesmo tempo em que pode ser expresso por muitos “nomes” e significar a mesma coisa, ele é um emaranhado que se monta a partir de outros conceitos, é uma multiplicidade porque é construído constantemente.

De acordo com Shera (1957), um conceito é uma rede de associações, inferências, relacionamentos que se dão através do ato de categorização, pois, para o autor, se visto pelo ângulo da teoria do pensar, é um aspecto do processo do pensamento humano, ou seja, ao formar um conceito, determinada pessoa não o separa das funções inerentes do pensamento, pois essa atividade está ligada ao processo de organização da memória e outras funções mentais que acontecem naturalmente. Segundo Shera (1957):

A conceituação, a formação de conceitos de classe, começou indubitavelmente com o mundo físico imediato e com a ordenação dos objetos nele, e pode ter-se movido na direção da tendência primitiva do homem de atribuir animismo ao inanimado.

Assim, a memória cria referências em que um padrão de relacionamentos é designado, fazendo com que a formação de conceitos se perpetre a partir dessas determinações mentais. Para o autor, “conceitos são a matéria de que o padronizar, isto é, a classificação é feita.” (SHERA,1957) ou seja, um conceito é a representação mental de um objeto, elaborado a partir do processo inerente de nomear, classificar e categorizar para compreender o mundo, sendo múltiplo em sua formulação e dependendo de sua época.

Os conceitos estão ligados à classificação pela maneira como dividimos e juntamos mentalmente objetos, pessoas, fatos, com isso dando características a cada um e montando, como um quebra-cabeça de significados, vários níveis e divisões de termos e palavras que se estendem até nossas ações cotidianas.

Como conceito, o termo classificação se caracteriza pelo processo de agrupar e dividir o conhecimento por suas semelhanças, dispor as

informações de modo que suas relações de analogia se sobressaíam, para que as ciências, o saber ou documentos possam ser apreendidos de forma precisa. A classificação é um fenômeno social e nela cada fato impulsiona a criação de novas formas de classificação entre os seres e os saberes. Dessa forma, as ações apresentadas no domínio das relações sociais são atos classificatórios.

É uma maneira que permite que semelhanças e diferenças sejam agrupadas para distinguir características de algo, assim como para arrumar fisicamente objetos.

O conceito de classificação é definido por muitos autores como sendo um processo que possibilita dispor conjuntos de elementos de forma que possam estar ordenados para fins pragmáticos, como organização, disponibilização, posterior recuperação e também para entender e conhecer melhor um determinado objeto ou pessoa. “Classificar, na acepção mais simples do termo, é reunir coisas ou idéias que sejam semelhantes entre si, e separar as que apresentam diferenças” (VICKERY, 1980, p. 23). Através da classificação é possível escolher dentro de diversas entidades — que, de acordo com Vickery (1980), são seres concretos e conceituais — as características que melhor têm relação com a entidade que foi determinada anteriormente.

Na perspectiva de Peña (2003, p. 30):

Es el acto de organizar el universo del conocimiento en algún orden sistemático. Ha sido considerada la actividad más fundamental de la mente humana. El acto de clasificar consiste en el dicotómico proceso de distinguir cosas u objetos que poseen cierta característica de aquellos que no la tienen, y agrupar en una clase cosas u objetos que tienen la propiedad o característica en común.

Assim, pode-se inicialmente colocar duas dimensões para este conceito: como processo mental, realizado consciente e inconscientemente pelas pessoas, com o objetivo de direcionar e organizar seu ambiente, sua rotina, seu trabalho, seus conhecimentos sobre o mundo; e a classificação com fins a organizar objetos, documentos, espaços, o conhecimento, as informações, para que estes não se percam e possam ser recuperados e mais

facilmente tratados. Segundo Araújo (2006, p. 177), a definição do termo em questão pode “variar um pouco”, no entanto:

[...] traz o elemento essencial que caracteriza um processo de classificação: a formação metódica e sistemática de grupos, a ação organizante de ordenar um determinado conjunto de seres ou coisas em agrupamentos menores, a partir de características semelhantes partilhadas por alguns (que os incluem dentro de determinado grupo) e não compartilhada pelos demais (que não pertencem a esse grupo). Nesse processo elege-se um critério de divisão, promovem-se definições e aproximações, estatutos e avaliações.

Com as classificações, tem-se a pretensão de organizar o universo do conhecimento em uma ordem sistemática, pois se agrupa não só o conhecimento, mas também objetos em uma classe comum. Para entender o conceito e o processo da classificação, é preciso percorrer sua história, que é cheia de diferentes manifestações, tanto como parte da vida do homem como fator do desenvolvimento das ciências, quanto como elemento utilitário para organizar a imensidão de documentos e informações que circulam de forma intensa em nossas áreas do conhecimento. Fundamentada em semelhanças e contrastes, a classificação pode reunir a síntese e a análise, pois é “o meio mais simples de, simultaneamente, discriminar os elementos de um conjunto e agrupá-los em subconjuntos — isto é, de analisar e sintetizá-lo” (BUNGE apud GIL, 2001. p. 91). Dessa forma, percebe-se também a relação com o desenvolvimento do conhecimento, pois, com a organização deste em classes, sua função se estende à de unificar e sistematizar os fatos e dados, com espaços que permitem crescer a partir do exterior, ou seja, nível a nível, de acordo com a hierarquia.

Baseados em Diemer, citado por Pombo (2002), a classificação se identifica com quatro grandes orientações. A primeira delas é a orientação ontológica, ou seja, a classificação dos seres, tomando ontologia como a ciência que considera o ser em si mesmo, independente do modo em que se manifesta. Podemos identificar aqui o importante papel do início das classificações que, segundo a autora:

[...] corresponde o problema da classificação nas ciências o qual, desde Aristóteles até os nossos dias, interessa fundamentalmente aos lógicos e aos cientistas ligados a

domínios em que a classificação tem um papel importante, tais como a biologia, a geologia, a cosmologia, a antropologia ou a tipologia psicológica. (POMBO, 2002, p. 2)

Sendo assim, as classificações estão, para Gil (2001), numa posição que antecede o conhecimento, pois a organização de objetos em classes é, segundo o autor, uma fase anterior à classificação; assim, separa-se primeiro, depois se classifica. A determinação conceitual do termo classificação se faz de forma difícil, pois esta está entre “[...] o unívoco e o equívoco, reúnem análise e síntese.” (Gil, 2001, p. 91).

O autor se refere a M Bunge para definir classificação:

[...] a classificação é o meio mais simples de, simultaneamente, discriminar os elementos de um conjunto e agrupá-los em subconjuntos – isto é, de analisar e de sintetizar. (M. BUNGE apud GIL, 2001, p. 91)

A classificação seria colocada entre a descrição, destacando características dos elementos classificados, e a explicação, a partir dessas características, pois assim seria possível entender o que é ou onde se situa aquele elemento. O autor explica que, também, as classificações são uma “[...] manifestação directa do pensamento [...]”, (GIL, 2001, p. 91), e que:

No sentido mais preciso, as noções de entidade, de qualidade, de relação e de quantidade intervêm de modo imediato nas classificações – classificam-se populações de objectos, segundo as suas propriedades e as suas interações com outros objectos. As classificações representam uma actualização não menos directa do par identidade diferença, do mesmo e do outro, e estabelecem-se sobre uma relação de precedência (de cada nível relativamente ao seguinte), isto é, sobre uma modalidade do par anterior posterior [...] (GIL, 2001, p. 91)

De acordo com o autor, em Aristóteles já era recomendado que a classificação fosse por opostos. Aristóteles tem enorme contribuição no entendimento do conceito de classificação<sup>11</sup>, pois, de acordo com San Segundo

---

<sup>11</sup> “O uso do termo “ciência” para denotar o estudo do mundo material, inorgânico, é relativamente recente. O termo clássico para o estudo da “natureza” é *physica*, a tradução latina do título de uma obra de Aristóteles. Embora ele não apresentasse uma classificação formal do conhecimento, o significado de *physica* pode ser derivado de um estudo de suas obras” (VICKERY, 1980, p. 188).

Manuel (1996), o filósofo responde pela reflexão mais completa e mais bem elaborada sobre a classificação do conhecimento e é com ele que os primeiros indícios de uma classificação sistemática em relação às ciências aparecem. As ciências investigam causas e princípios que estão envolvidos com a natureza dos seres, por isso ela só se concretiza quando há conhecimento dessas causas, sejam elas observadas em seres ou objetos de estudo de qualquer área do conhecimento. Com esse pensamento, o filósofo contribui para as bases das investigações científicas ocidentais, tendo como fundamentos de sua obra a pretensão de buscar uma articulação entre os diferentes saberes e procurar, através de unidades, as estruturas que sustentam os ramos dos conhecimentos múltiplos existentes.

Explicando a ascensão e a queda do sistema elaborado por Aristóteles, Vickery (1980) escreve que o filósofo dividiu o conhecimento em três: teórico, prático e produtivo, sendo que o primeiro é o conhecimento em si, a verdade, o próprio saber. Os objetos do conhecimento teórico são os seres que existem independentemente da ação e da vontade dos homens, o que tem como consequência a contemplação e o estudo, por parte dos homens, desses seres. Com isso, as investigações acerca desses seres são através de princípios universais, princípios estes que são o fator desencadeante da existência desses seres. San Segundo Manuel (1996, p. 37) explica que, com as ciências teóricas, o filósofo realiza a primeira distinção do que é a Filosofia, que trata o ser como um todo. Nessa divisão, entram as ciências que estudam os objetos da natureza e assim por diante, considerando sempre o ser como um todo e as observações em relação aos objetos como partes.

O segundo conhecimento, “[...] las ciencias prácticas tienen por objeto la acción encaminada a un fin, su objeto es exterior y producido por un agente [...]” (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996, p. 37). De acordo com Vickery (1980), o conhecimento prático é visto como orientador de uma conduta, pois são investigações realizadas a partir das ações dos homens, depende da vontade dos executores, por isso não é universal, mas uma experiência possível de acontecer ou não.



O terceiro, conhecimento produtivo, é a realização de coisas úteis ou belas (VICKERY, 1980, p. 189). Pode ser caracterizado como agricultura, olaria, pintura, escultura, retórica, ou seja, tudo o que é fabricado pelo homem.

Os “tipos” de conhecimento elaborados por Aristóteles se dividiam também, e é interessante ver que o conhecimento teórico incluía a Lógica, que, diferentemente dos outros conhecimentos, não se refere aos seres nem a conteúdos e é tida como um instrumento para que o pensamento correto seja aplicado. Sendo assim, a Lógica se refere a formas e estruturas de pensamento e de linguagem, isto é, uma base e uma preparação para realizar investigações em todas as outras ciências. Vickery (1980) escreve que o conhecimento teórico é o mais próximo do que entendemos por ciência hoje, justamente por dar as diretrizes para fundamentar e estudar as outras ciências, partindo de um determinado ponto.

Uma ressalva sobre a consideração a respeito da ciência é que o conhecimento dos gregos era uma física única, ou seja, um conhecimento íntegro, e a natureza era concebida como um todo (GIMENO PERELLÓ, 2002), portanto as observações vinham da perspectiva naturalista. De acordo com o autor, não é incorreto falar de uma classificação das ciências em Aristóteles, já que este empregava as expressões *episteme* e *philosophia* em suas obras, mas não se deve esquecer que hoje esse termo tem um significado diferente (GIMENO PERELLÓ, 2002).

De acordo com Aranalde (2009), os sistemas elaborados por Aristóteles foram impulsionados pela necessidade de representar a realidade de um modo ordenado, procurando identificar alguns conceitos que orientassem as representações do pensamento humano, o ato da categorização. Segundo a autora:

No sistema aristotélico, as categorias servem de fundamento ao conhecimento das coisas. Elas são os princípios básicos que tornam o conhecimento possível, partindo de uma perspectiva que concebe o mundo como um todo integrado de causas e efeitos, em que as coisas e as suas propriedades essenciais, seus estados, processos e relações podem e devem ser reveladas pelo trabalho intelectual. (ARANALDE, 2008, p. 91)

Portanto, as categorias representam o básico para o conhecimento de forma geral e estabelecem as relações de semelhança e diferença em que se apoiarão as condições que permitirão que haja uma organização dos significados do conhecimento e das coisas.

Em geral, qualquer noção que sirva como regra para investigação ou para sua expressão lingüística em qualquer campo. Historicamente o primeiro significado atribuído às categorias é realista: elas são consideradas determinações da realidade e, em segundo lugar, noções que servem para indagar e para compreender a própria realidade. (ABBAGNANO, 2000, p. 121)

Quanto às categorias, Gil (2001, p. 53) explica que estas são: “[...] critérios que presidem à distribuição e ordenação da pregnância da experiência nos seus diversos aspectos”, ou seja, são representações de experiências que se dão no terreno conceitual dos objetos, permitindo uma apreensão e definição destes (ABBAGNANO, 2001; ARANALDE, 2009).

Por quase dois mil anos, o que se conhecia e se utilizava de classificação do conhecimento vinha principalmente do modelo que Aristóteles estabeleceu, que, de acordo com Vickery (1980), permaneceu com a estrutura básica até quase o fim do século XVII. Gimeno Perelló (2002) afirma que foram muitos os filósofos clássicos, teólogos, filósofos cristãos e muçumanos que dedicaram às suas classificações a base deixada por Aristóteles. Por um lado, conservavam o saber como único e universal, por outro, a hierarquização do saber segundo seus graus de abstração. Burke (2003, p. 90) escreve que:

Aristóteles expusera um sistema de 10 categorias gerais (substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posição, condição, ação e paixão). Essas categorias eram largamente conhecidas e utilizadas (de fato ainda as utilizamos hoje, mesmo que não mais a consideremos um sistema fechado).

Para Aranalde (2009), o sistema elaborado por Aristóteles buscava as categorias como primordiais, ou seja, como uma forma de orientar as divisões feitas pelo pensamento humano. Dessa maneira, por tentar conhecer e compreender o que há no mundo, as categorias elaboradas por

Aristóteles até hoje são utilizadas para a compreensão de como se dá a classificação. De acordo com Aranalde (2009, p. 91):

No sistema aristotélico, as categorias servem de fundamento ao conhecimento das coisas. Elas são os princípios básicos que tornam o conhecimento possível, partindo de uma perspectiva que concebe o mundo como um todo integrado de causas e efeitos, em que as coisas e as suas propriedades essenciais, seus estados, processos e relações podem e devem ser reveladas pelo trabalho intelectual.

Enquanto as categorias, por meio da linguagem, definem a noção de realidade, as classificações dividem e agrupam o conhecimento, utilizando classes hierárquicas e critérios oportunamente escolhidos. Gil (2001, p. 91) esclarece que, em relação às categorias, as classificações:

[...] por outro lado, são uma manifestação directa do pensamento categorial. No sentido mais preciso, as noções de entidade, de qualidade, de relação e de quantidade intervêm de modo imediato nas classificações — classificam-se populações de objetos, segundo as suas propriedades e as suas interações com outros objetos. As classificações representam uma actualização não menos directa do par identidade/diferença, do mesmo e do outro, e estabelecem-se sobre uma relação de precedência (de cada nível relativamente ao seguinte) isto é, sobre uma modalidade do par anterior/posterior [...].

Assim, as categorias aristotélicas, todas importantes para a constituição da base filosófica dos muitos sistemas de classificação que seriam elaborados *a posteriori*, são elementos necessários para a construção e organização do conhecimento científico, pois classificam de modo a se ter conhecimento do que são as unidades classificadas, permitindo, assim, o estudo e aprofundamento em um determinado objeto da ciência. A classificação se estabeleceu com a fundamentação de teorias filosóficas e científicas que deram base ao seu desenvolvimento. As categorias<sup>12</sup>, exemplos

---

<sup>12</sup> “Em geral, qualquer noção que sirva como regra para investigação ou para sua expressão linguística em qualquer campo. Historicamente, o primeiro significado atribuído às categorias é realista: elas são consideradas determinações da realidade e, em segundo lugar, noções que servem para indagar e para compreender a própria realidade. Foi essa a concepção de Platão, que as chamou de gêneros supremos e enumerou cinco desses gêneros” (ABBAGNANO, 2000, p. 121).

realistas de descrição de qualquer experiência, são um primeiro estágio para que a classificação das ciências e do saber se desenvolva e se concretize<sup>13</sup>.

Em Roma, de acordo com San Segundo Manuel (1996), as divisões do conhecimento continuavam a ser elaboradas por filósofos como Lucrécio, que, tendo como estrutura do conhecimento uma ciência única e indivisível, escreveu uma obra intitulada *De rerum natura*, com um ponto de vista filosófico-naturalista, em que estabeleceu um agrupamento dos conhecimentos como: canônico, física de numerosos assuntos e fenômenos da natureza. Também foram elaboradas classificações empíricas, como a do filósofo romano Plínio el Viejo<sup>14</sup>, que dispôs em uma enciclopédia descritiva, chamada *Naturalis Historia*, uma divisão do mundo físico e do mundo biológico.

Outro exemplo de classificação do mundo antigo é a Árvore de Porfírio (POMBO, 2002), que partiu das teorias de Aristóteles e representou o conhecimento através da dicotomia.

Codificando, pela primeira vez, o esquema dicotômico que procede do geral ao particular, da maior extensão à maior compreensão, do gênero à species ínfima, a classificação de Porfírio vai ter uma influência enorme na posterior teoria da definição e classificação dos seres, desempenhando, durante séculos, funções que só a moderna ordenação evolutiva dos seres irá resgatar.

Porfírio, de acordo com a autora, oferece pela primeira vez essa representação arborescente da classificação, e posteriormente desempenha lugar de destaque nas várias elaborações de classificações, sejam dicotômicas ou mais elaboradas. A dicotomia, uma lei elementar da lógica, permite que características essenciais dos objetos sejam retiradas e, assim, formar classes de seres animados ou de ideias que possuem algo em comum (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996). A distinção é feita entre os

---

<sup>13</sup> “O ponto de partida tradicional para se construir uma classificação tem sido o “universo” do conhecimento, que se divide em classes convencionais principais. As “entidades” (seres concretos e conceituais) em cada classe principal têm muitos atributos, e alguns deles podem servir como características para a “divisão lógica” da classe principal em subclasses ou grupos. Os grupos assim derivados podem ser depois dispostos numa ordem útil. Cada grupo é em si um “universo” puro suscetível de divisão por uma outra característica. A divisão sucessiva por uma série de características resulta numa cadeia de classes” (VICHERY, 1980, p. 234).

<sup>14</sup> Para melhor entendimento sobre a classificação de Plínio el Viejo, ver San Segundo Manuel (1996, p. 39), em que a autora apresenta uma tradução das classes estabelecidas pelo filósofo.

elementos positivos e negativos, ou seja, por polos. Essa classificação influenciou muitas outras ao longo do tempo.

Na Idade Média, de acordo com San Segundo Manuel (1996), a divisão tripartida predominava junto à visão teológica. A influência de Aristóteles ainda perdurava na concepção do que é o conhecimento. A autora marca o período como o primeiro caracterizado pela intenção de recuperar a Antiguidade Clássica na Europa, e que teve ajuda do mundo árabe, com a transmissão do conhecimento grego. Esse primeiro período vai de 450 a 1150 e tem na Igreja a classe intelectual restrita aos muros do clero, com seu poder sobre a cultura e as novas elaborações das classificações das ciências, que servirão, literalmente, aos interesses e necessidades das estruturas monásticas.

As classificações, como se pôde ver em toda a Idade Média, estavam subordinadas ao ensino dentro dos mosteiros. A universidade medieval comportava as disciplinas essenciais ao aprendizado das doutrinas e regras da época. De acordo com Vickery (1980), depois do declínio de Roma, pouca coisa foi acrescentada ao desenvolvimento das ciências e, na Idade Média, as sete artes liberais, que já eram uma realidade na Antiguidade (MONGELLI, 1999), foram as disciplinas que, de forma a preparar os estudantes para o contato com estudos “mais elevados”, fizeram com que os modos de organização fossem direcionados para responder à hierarquia do conhecimento com uma forte e clara inspiração aristotélica (GIMENO PERELLÓ, 2002).

Dessa forma, o *Trivium*, ou o que pode ser chamado de “encontro dos três caminhos” (MONGELLI, 1999), ou “[...] ciencia de las palabras y términos [...]” (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996, p. 41), era composto pelas disciplinas de Lógica, Gramática e Retórica. As três disciplinas eram dirigidas de forma a proporcionar uma maior gama de conhecimentos, para que se pudesse atuar na vida eclesiástica, pois davam subsídios ao cultivo da mente e do espírito, sendo que a linguagem poderia expressar, de forma impecável, o que se procedia em relação aos assuntos.

O *Quadrivium*, ou ciência das coisas (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996), era composto de Aritmética, Geometria, Astronomia e Música, e, junto ao *Trivium*, tinha o objetivo de preparar os homens da Idade Média com habilidades que reunissem o teológico, o metafísico e o espiritual sem deixar o sentido prático. Assim, no contexto cultural e histórico da época, de acordo com Vickery (1980), conteúdos como a Física de Aristóteles estavam se perdendo.

No decorrer do século VII ao século IX, foi traduzida para a língua árabe grande parte do que restara da ciência grega, que, nas mãos dos árabes, começou a se recuperar e a ser desenvolvida pelos estudiosos, até o começo da tradução dos textos árabes para o latim, que teve início no século XI, na Itália e na Espanha. De acordo com o autor, “a absorção da ciência greco-árabe, pela Europa Ocidental, foi seguida pela construção das classificações.” (VICKERY, 1980, p. 190). Dessa maneira, o conhecimento foi dividido em quatro partes por Hugh de St. Victor, considerado por Vickery (1980) o mais importante escritor da época medieval, que seguiu Aristóteles nos modelos de divisão das ciências.

Clasificaciones inspiradas en el gran pensador griego fueron, por ejemplo: «La Sabiduría» de Avicena (siglo XI), que dividió las ciencias en especulativas y prácticas, constituidas las primeras en Ciencia Superior (Metafísica, Filosofía Primera o Ciencia Divina), Ciencia Media (Matemática) y Ciencia Ínfima (Física); «De divisiones philosophiae» de Domingo Gundisalvo (s.XII): Ciencia Humana o Filosófica (Elocuencia, Ciencia Media y Ciencia de la Sabiduría) y Ciencia Divina o de la Revelación. (GIMENO PERELLÓ, 2002, p. 3)

Mas o sistema aristotélico foi sendo substituído por outros elementos como o próprio tinha previsto, e as novas áreas eram incorporadas devido ao desenvolvimento do conhecimento. Com a Renascença, Vickery (1980) afirma que a falência da síntese de Aristóteles, que teve início no final da Idade Média, completou-se. Assim, iniciava-se de fato a separação entre filosofia e ciência, que, como alguns teóricos do assunto defendem, é o momento em que realmente podemos olhar a ciência próxima do que conhecemos hoje.

[...] sólo podemos referirnos a la clasificación científica con posterioridad a la Baja Edad Media, por tratarse aquél de un concepto moderno propio de la definitiva separación ciencia-filosofía, concepto que, obviamente, cobra mayor relevancia y profundidad al hilo del desarrollo científico posterior, si es posible hablar de clasificación del conocimiento, es decir, de clasificación del saber filosófico, ya em Platón, quien estableció la distinción entre opinión y saber. (GIMENO PERELLÓ, 2002, p. 2)

De acordo com o autor, São Tomás de Aquino foi um dos mais fiéis seguidores de Aristóteles e impulsionou o seu sistema até a Idade Moderna. A classificação elaborada por São Tomás foi seguida por filósofos escolásticos e serviu de modelo classificatório para bibliotecas monásticas (GIMENO PERELLÓ, 2002).

A relação que se instituiu com as coisas e com o mundo fez com que a classificação se tornasse importante para determinar uma ordem na ciência. As classificações:

[...] constituem os pontos estáveis que nos impedem de rodopiar sem solo, perdidos no desconforto do inominável, da ausência de “idades” ou “geografias”. Só elas nos permitem orientar-nos no mundo à nossa volta, estabelecer hábitos, semelhanças e diferenças, reconhecer os lugares, os espaços, os seres, os acontecimentos; ordená-los, agrupá-los, aproximá-los uns dos outros, mantê-los em conjunto ou afastá-los irremediavelmente. (POMBO, 2002, p. 01)

Outro ponto importante que se estende pela Idade Média é a já referida imagem hierarquizada de “árvore do conhecimento”. Sobre o assunto, Burke (2003) escreve que, no século XVI, árvore do conhecimento passa a ser uma forma de representação muito utilizada para demonstrar de forma ilustrativa como o conhecimento de uma determinada área ou assunto era estruturado, ou seja, a partir da árvore e de seus galhos.

Além de árvores do conhecimento como a *Arbor scientiae* (figura 5), de Raimundo Lúlio, escrita por volta de 1300, mas reeditada diversas vezes no período, havia árvores da lógica (a chamada “Árvore de Porfírio”), árvores da consigüinidade, árvores da gramática, árvores do amor, árvores das batalhas e até uma árvore dos jesuítas (com Inácio na raiz). O que poderia ser chamado de “organograma” do governo francês foi apresentado em 1579 como “a árvore do patrimônio e repartições francesas”, ao passo que o Advogado alemão

Ludwig Gilhausen publicava, em 1612, um tratado chamado *Arbor Judiciaria*. (BURKE, 2003, p. 82)

Com essa representação, alguns fatores começam a ficar explícitos na história das classificações. Primeiro, como ressalta Burke (2003), a metáfora da árvore supõe que há divisões, materializadas em troncos e galhos, que levam a uma visão de dominador e subordinado. Dessa forma, o autor explica que essa representação de árvore propõe a “[...] naturalização do convencional, ou a apresentação da cultura como se fosse a natureza [...]” (BURKE, 2003, p. 82), o que faz com que a negação das classificações serem de responsabilidade dos grupos sociais esconda as reais determinações desse fato. Diante do desenvolvimento cultural e do contexto social da época, eram necessárias afirmações desse tipo para a organização do conhecimento da forma como convinha às classes dominantes.

Na história das classificações, outro fator que marcou o seu desenvolvimento foi a tomada de consciência de que deveria haver uma separação para que os fenômenos naturais pudessem ser analisados de forma individual e particular, o que os homens de ciências, humanistas e científicos, tinham de fazer para fazer a ciência com métodos e leis concretas, com a finalidade de aplicar e utilizar resultados na prática de atividades produtivas, como agricultura, medicina etc. (GIMENO PERELLÓ, 2002). Era necessário que a investigação da natureza se desse através de métodos analíticos, que exigiam que o conhecimento fosse fragmentado para poder ser estudado e organizado. No entanto, Gimeno Perelló (2002) escreve que essa obsessão em observar e estudar as partes do conhecimento impedia de se ter uma visão geral sobre o conjunto dos fenômenos naturais ou “[...] los árboles no les dejaban ver el bosque” (GIMENO PERELLÓ, 2002, p. 4).

As modificações estruturais que resultaram na fragmentação dos fenômenos do conhecimento na transição da Baixa Idade Média para o Renascimento trouxeram consequências que se apresentavam nas diversas áreas do saber. Por exemplo, houve um movimento imenso de tradução dos documentos que se encontravam escritos nas línguas árabe e grega, trazendo o conhecimento do mundo antigo para eruditos europeus, o que possibilitou o



progresso e os estudos mais aprofundados em áreas determinadas do saber, implicando acentuadamente nas classificações dos saberes.

Também, com o surgimento de muitas universidades na Europa, nos séculos XV, XVI e XVII, é possível um exame de como se dava a classificação do conhecimento, já que esta iniciava sua reflexão e prática nesses ambientes que passavam por transformações e novas concepções em relação à organização. Sendo assim, Burke (2003) analisa três pontos para o entendimento de como se dava a organização do conhecimento da época: a organização dos currículos das universidades europeias, a ordem das bibliotecas e a estrutura das enciclopédias, o que o autor chama de “tripé intelectual” (BURKE, 2003, p. 83), em que defende que os sistemas, à sua maneira, refletem problemas e ideias sobre a classificação do conhecimento e suas estruturas, mas atendendo às necessidades e exigências da época e do meio de que eram fruto.

Quanto à parte do tripé que se refere ao currículo, Burke (2003) descreve que este era uma metáfora do atletismo clássico, era tido como um sistema de disciplinas, ou ordem. Essas disciplinas<sup>15</sup> refletiam os interesses sociais e econômicos impostos tanto no mundo clássico, onde esse termo era empregado num contexto associado à disciplina do exército, dos filósofos estoicos e do autocontrole, como na Idade Média, em que era tido como um elemento da penitência dos mosteiros e da disciplina da Igreja. Portanto, a organização dos currículos era clara no sentido de refletir o pensamento da época.

Estruturado em torno das sete artes liberais, como já exposto aqui, o *Trivium* e o *Quadrivium*, o currículo apresentava o primeiro grau, bacharelado, em que eram estudadas, além das sete artes liberais, as filosofias, que se referiam a ética, metafísica e filosofia natural, em que era referenciado Aristóteles (BURKE, 2003). Havia o esquema ternário, que podia

---

<sup>15</sup> A palavra disciplina, como todo conceito, tem atribuições de sentidos diferentes ao longo do tempo e da sociedade que a utiliza. Aqui, Burke (2003) enfatiza que se deve utilizar essa palavra com cuidado, pois pode ser interpretada, por exemplo, em meio a conflitos nos séculos XVIII e XIX, por serem consideradas invenções ou podem refletir o período das profissionalizações na Modernidade. Ver Burke (2003, p. 86).

ser seguido pelos estudantes no primeiro grau do curso, agregando teologia, direito e medicina, e, o que refletia, de acordo com o autor, a própria divisão da sociedade, “[...] os que rezavam, os que lutavam e os que semeavam, e o outro mundo entre o céu, o inferno e o purgatório.” (BURKE, 2033, p. 87). Assim, as divisões e organizações dos currículos mostravam mais uma face de sua hierarquização quando da relação entre as próprias faculdades, como o direito, considerado superior à medicina, e como os três cursos, considerados artes nobres por revelarem uma projeção social mais apurada, o que se concretizou ao longo do tempo (BURKE, 2003).

Quanto à estrutura das bibliotecas e à ordem dada aos livros, o autor esclarece que era reproduzido o que se seguia em relação aos currículos, ou seja, como o exemplo dado da biblioteca Bodleian, que publicou seu catálogo em 1605, no qual “[...] separava os livros em quatro grupos principais — artes, teologia, direito e medicina — com um índice geral de autores e índices gerais de comentadores de Aristóteles e da Bíblia” (BURKE, 2003, p. 88).

O autor nos lembra que se deve também prestar atenção na organização de outros sistemas e países, como os orientais, o que permite uma pesquisa interessantíssima sobre os sistemas de classificação do mundo oriental, que tinha organizações simples remetendo às suas necessidades.

Fechando o tripé, Burke (2003) relata que a estrutura das enciclopédias era organizada da mesma maneira que o sistema educacional da época. Eram projetos que pretendiam ter ao alcance todo o conhecimento do mundo, compilado e organizado como os estudos. “As enciclopédias e suas categorias podem ser consideradas expressões ou incorporações de uma visão sobre o conhecimento e, de fato, uma visão do mundo [...]” (BURKE, 2003, p. 89). A estrutura hierárquica do saber era mostrada a partir da pretensão de universalizar e organizar as ideias ali dispostas.

As classificações e a organização do conhecimento estavam se instrumentalizando para adequação e melhor serviço aos interesses das classes de pessoas que tinham e precisavam do conhecimento ao seu favor. É interessante a observação de Burke (2003) quando se refere aos “lugares-

comuns” a que as enciclopédias remetem, pois, mesmo com a queda do sistema elaborado por Aristóteles, como indicou Vickery (1980), percebe-se que as categorias eram utilizadas, como no exemplo de Rudolf Agricola, que elaborou 24 categorias que apoiavam a busca de seus argumentos (BURKE, 2003).

As classificações eram desenvolvidas de acordo com a organização das enciclopédias e com as faculdades medievais, o que impulsionou a reflexão a respeito de uma classificação do conhecimento relevante aos objetivos daquele momento. No entanto, a fragmentação dos objetos do conhecimento, de acordo com Gimeno Perelló (2002), ao fim da Baixa Idade Média, trouxe o início de um período marcado pelo subjetivismo e pelo idealismo científico que, além de afetar os diferentes campos de observação da natureza, chegando mesmo a isolar alguns fenômenos de sua conexão natural com suas partes, causou também conflitos em relação à continuidade de uma classificação do conhecimento de forma a contemplar as ideias tradicionais, como as de Aristóteles, e o rompimento e a tentativa de reformulação, como as mudanças propostas por Bacon, Locke, Descartes, e outros pensadores, que se mostraram importantes ao apresentarem esquemas de classificação que de alguma forma inferiam críticas aos antigos sistemas. Era necessária uma visão e elaboração da ciência que a colocasse no centro e desse condições para investigações que primassem por promover o progresso sistemático do conhecimento.

La tarea de clasificación de las ciencias devino entonces no sólo posible sino necesaria. El material acumulado se podía clasificar sólo de manera formal, basándose en la semejanza y la diferencia puramente externa de los objetos a clasificar. Las ciencias, incluidas en un sistema general, resultaban inconexas, solo aproximadas en función de una clasificación dada, sin enlace interno entre ellas. A esta incomunicación entre los distintos elementos hay que añadir el subjetivismo del creador, empezando por Bacon, aunque ya esbozado por algunos de sus predecesores, que clasificaban las ciencias según las capacidades de la inteligencia humana, sea alma, memoria, imaginación o razón. (GIMENO PERELLÓ, 2002, p. 4)

Destaca-se, nesse momento, a obra de Francis Bacon, ordenada na forma de uma *Instauratio Magna*, ou seja, tinha a pretensão de

desenvolver uma “Grande Restauração”, uma obra monumental com um plano cuidadosamente delineado por Bacon que veio a se materializar na publicação, em 1620, do *Novum Organum*, ou Novo Método, que, como o próprio nome indica, anunciava uma proposta de substituição ao *Organon* de Aristóteles (BURKE, 2003).

O método indutivo, colocando a filosofia sobre as bases da experimentação, faz de Bacon um precursor da filosofia moderna, sendo lembrado como um dos primeiros empiristas. San Segundo Manuel defende que as teorias de Bacon são um desenvolvimento das teorias elaboradas pelo médico espanhol do século XVI, Juan Huarte, em cuja obra é possível encontrar a divisão tripartida do intelecto humano: memória, imaginação e razão, em que cada uma corresponde a um grupo de determinada ciência (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996). Assim, Bacon elabora uma continuação das ideias de Huarte, “[...] onde aportó una nueva concepción del sistema de las ciencias, combatiendo la filosofía escolástica y siendo precursor del Siglos de Las Luces” (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996, p. 52).

No prefácio do *Novum Organum*, Bacon propunha o desenvolvimento da Grande Restauração através de seis partes:

- Classificação das Ciências;
- Novo Método ou Manifestações sobre a Interpretação da Natureza;
- Fenômenos do Universo ou História Natural e Experimental para a Fundamentação da Filosofia;
- Escala do Entendimento ou o Fio do Labirinto;
- Introdução ou Antecipações à Filosofia Segunda;
- Filosofia Segunda ou Ciência Nova.

Para que esse plano fosse realizado, uma série de tratados teriam de ser elaborados para definir o estado da ciência da época, assim como substituir o método de Aristóteles. Esses tratados descreveriam os modos de investigação das ciências, que eram vistos por Bacon como o método empírico contraposto à lógica utilizada pela corrente Escolástica, ou

seja, a investigação científica seria realizada empiricamente através do contato com a realidade.

Para compor a classificação das ciências, Bacon partiu da divisão das três faculdades da mente como sustentação para seu esquema. De acordo com Vickery (1980), ele negou a forma como o conhecimento era dividido até então, seguindo os parâmetros aristotélicos — teórico, prático e produtivo —, e sugeriu uma outra divisão, que foi a seguinte (BURKE, 2003; GIMENO PERELLÓ, 2002):

**Quadro 2:** Classificação das Ciências do *Novum Organum*, de Francis Bacon

<i>Novum Organum</i> – Francis Bacon, 1620		
Memória	História	Sagrada Natural Civil
Razão	Ciências da Natureza	Metafísica Física
	Ciências do Homem	Lógica Ética Ciências da Sociedade
Imaginação ou Fantasia	Artes	

**Fonte:** Elaborado pela autora

Explicando como Bacon tinha elaborado seu esquema, Vickery (1980, p. 192) escreve que:

A primeira delas era uma ciência “descritiva” baseada na memória, fornecendo os dados nos quais a filosofia “especulativa”, baseada na razão, continuava o trabalho. Mas a “produção dos efeitos” – os aspectos práticos e produtivos do conhecimento – seguiam diretamente o conhecimento das causas que a filosofia fornecia, e portanto Bacon incluiu a “produção dos efeitos” como uma parte “operadora” da Filosofia Natural.

O ponto a ser notado, entretanto, é que, a despeito desses desacordos teóricos com Aristóteles, os agrupamentos básicos da Física e da Matemática aristotélica pareciam quase inalterados na classificação de Bacon.

Mesmo com as influências que manteve em sua obra, com Bacon, a ciência adquire um novo estatuto, que supera o dogmatismo da “ciência” anterior e a coloca na perspectiva da história, porque tem a preocupação de responder às necessidades históricas de uma determinada classe social que precisava do avanço técnico-científico para seu desenvolvimento.

Bacon fundamentó el inductivismo como un método experimental. Para ello era necesario reorientar la ciencia de su época hacia la naturaleza e los hechos además de usar una metodología que consistió en una observación cuidadosa y completa de los hechos que llama “historia natural y experimental”, realizada según tablas de presencia, ausência o comparación o grados. (RENDON ROJAS; HERRERA DELGADO, 2010, p. 9)

Os autores falam também de outra característica fruto das modificações da concepção de conhecimento e de seu tratamento pelas ciências no contexto em que Bacon estava inserido: a concepção de que o saber científico é utilizado com fins práticos para o conhecimento teórico. Com isso, Bacon estabelece que conhecimento é poder, por dar a possibilidade de os seres humanos manipularem a realidade de acordo com suas vontades e desejos. Assim, o desenvolvimento científico pode prosperar aliado ao desenvolvimento do próprio ser humano (RENDON ROJAS; HERRERA DELGADO, 2010).

Bacon foi o primeiro autor a esboçar uma metodologia científica através de sua obra, foi também sua obra de “reclassificação” que teve o maior sucesso entre as tentativas da época de alocar novos modelos de classificação às ciências (GIMENO PERELLÓ, 2002; BURKE, 2003).

Para Shera (1957), Francis Bacon estava certo quando derivou a ordenação das ciências a partir das três faculdades mentais, pois seu trabalho foi válido no sentido de alçar a classificação dos relacionamentos puramente lógicos e dar a ela uma orientação psicológica, reconhecendo que o

conhecimento se faz por estruturas conceituais, ou seja, todo o conhecimento humano segue padrões que são determinados pelo cérebro e constroem os processos mentais.

Em meados do século XVIII (VICKERY, 1980), a influência e o esquema de Aristóteles começaram a desaparecer pela própria situação da sociedade da época, que, a serviço de um grupo social, necessitava de soluções práticas e não somente de silogismos. De acordo com Vickery (1980), os agrupamentos que serviam para classificar não eram mais elaborados, a não ser por alguns filósofos, e foram substituídos por disciplinas que, como já apontado, pela emergência das universidades, eram enumeradas de forma básica, sendo seguidas pelas bibliotecas. O autor afirma que:

Pelo século XVIII, portanto, a velha classificação aristotélica do conhecimento tinha desaparecido, mas não se sabia o que tomaria o seu lugar. Durante o século XIX, foram feitas tentativas para construir uma nova base racional para o agrupamento das ciências. As tentativas foram tão variadas quanto numerosas, e o período pode apenas ser descrito como uma confusão na qual sucediam-se sistemas contraditórios que competiam entre si. (VICKERY, 1980, p. 193)

O modelo de racionalidade que começa a se desenvolver e a se caracterizar a partir das posições de pensadores e filósofos do século XVI em diante afirma-se em contraposição ao senso comum, tornando-se um modelo “totalitário”, à medida que não aceita outras formas de conhecimento que não sejam pautados pela metodologia imposta (SANTOS, 1990). Opondo-se à visão Aristotélica do mundo, o conhecimento científico começa a se fazer através das observações empíricas dos fenômenos naturais, fazendo com que seja capaz a transformação e a dominação do real para se manifestar num conhecimento utilitário e funcional.

Em relação ao Enciclopedismo, Francis Bacon é tido como o grande inspirador. No projeto de sua *Instauratio Magna*, é possível observar o esboço do projeto enciclopedista que iria influenciar muitos pensadores. Os representantes do projeto enciclopedista, Diderot e d’Alembert, com a emergência do Renascimento, fazem uso do diagrama do conhecimento de Bacon e de outros pensadores, como Ephraim Chambers, autor da

*Cyclopaedia*, obra datada de 1728, que tinha a finalidade de definir termos e significado das ciências e das artes liberais, sendo uma das primeiras enciclopédias publicadas em inglês.

De acordo com Darnton (1986), Diderot e d'Alembert se empenharam em realizar um trabalho que fosse além de um dicionário, onde as informações eram dispostas em ordem alfabética e cada termo tinha seus significados.

Es claro que la importância de la Enciclopedia, para nuestro fin, radica en la nueva concepción de las ciencias. Estas comiezan a difundirse siguiendo el orden enciclopédico alfabético. Se trataba de una exposición sistemática y detallada de todas las ciencias y no tanto de establecer una estructura jerárquica. (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996, p. 62)

A proposta era ter ao alcance um mapa, em que se poderia ter, de forma condensada, todo o conhecimento do mundo. Como a árvore do conhecimento, a enciclopédia seria um todo orgânico (DARNTON, 1986).

Assim, começaram a empreitada da construção da *Encyclopédie*, utilizando estudos que confirmassem a pretensão da criação do “mapa do mundo”.

[...] Bacon forneceu a Diderot e d'Alembert o modelo de que necessitavam, e eles o acompanharam tão de perto que foram acusados de plágio. Mas também se desviaram dele em vários pontos significativos, como enfatizaram, repentinamente, no *Prospectus* e no *Discours préliminaire*. Elaboraram um “mappemonde” adequado aos seus próprios objetivos, exatamente como Bacon criara “um pequeno globo do mundo intelectual” para servir aos seus. Sobrepondo o mapa dos dois ao dele, observamos deslocamentos na topografia do conhecimento que podem servir de chaves para a estratégia subjacente à *Encyclopédie*. (DARNTON, 1986, p. 255-256).

O autor supracitado descreve que, como fizera Bacon, Diderot e d'Alembert começaram com a história e com a memória e foram dividindo os conhecimentos, como árvore. Burke (2003) também aponta mudanças no tocante às enciclopédias. Para o autor, a imprensa influenciou na disponibilização das enciclopédias, que ficaram mais acessíveis e, o que chama de mudança mais profunda, veio com a alfabetação. Mesmo sendo um método conhecido desde a Idade Média, não era tido até então como o sistema



principal de organização — o qual era realizado através da classificação subordinada.

Por outro lado, distinguindo a classificação das enciclopédias, Abbagnano (2000, p. 140), chama a atenção para o fato de:

Enquanto uma enciclopédia é a tentativa de dar o quadro completo de todas as disciplinas científicas e de fixar de modo definido as suas relações de coordenação e subordinação, uma classificação das ciências tem só o intuito mais modesto de dividir as ciências em dois ou mais grupos, segundo a afinidade de seus objetos ou de seus instrumentos de pesquisa. É óbvio que as enciclopédias das ciências também podem ser consideradas simples classificações, mas algumas classificações simples, feitas pelos filósofos do século XIX, foram muito mais eficazes nesse trabalho científico.

O projeto enciclopedista refletiu na organização e na classificação das ciências e do conhecimento como um guia, uma direção do novo mundo de intensa produção documental que se abria. Mas é diferente de uma classificação das ciências no sentido da função, para que serve. Muitos enciclopedistas desenvolveram sistemas que davam às suas obras o caráter categorial e remetiam aos estudos e classificações dos filósofos.

No se trata de un sistema que pretende la clasificación de todo el conocimiento humano cuyo asentamiento está en una base teórica, o de las funciones de la mente sino que presenta una estructura simple de la estructura del conocimiento para uso ordinário y cotidiano. (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996, p. 63)

Servir de instrumento do saber para os “homens de letras” da época era fator preponderante das enciclopédias, que carregavam, ou pretendiam carregar, o mundo dentro de si.

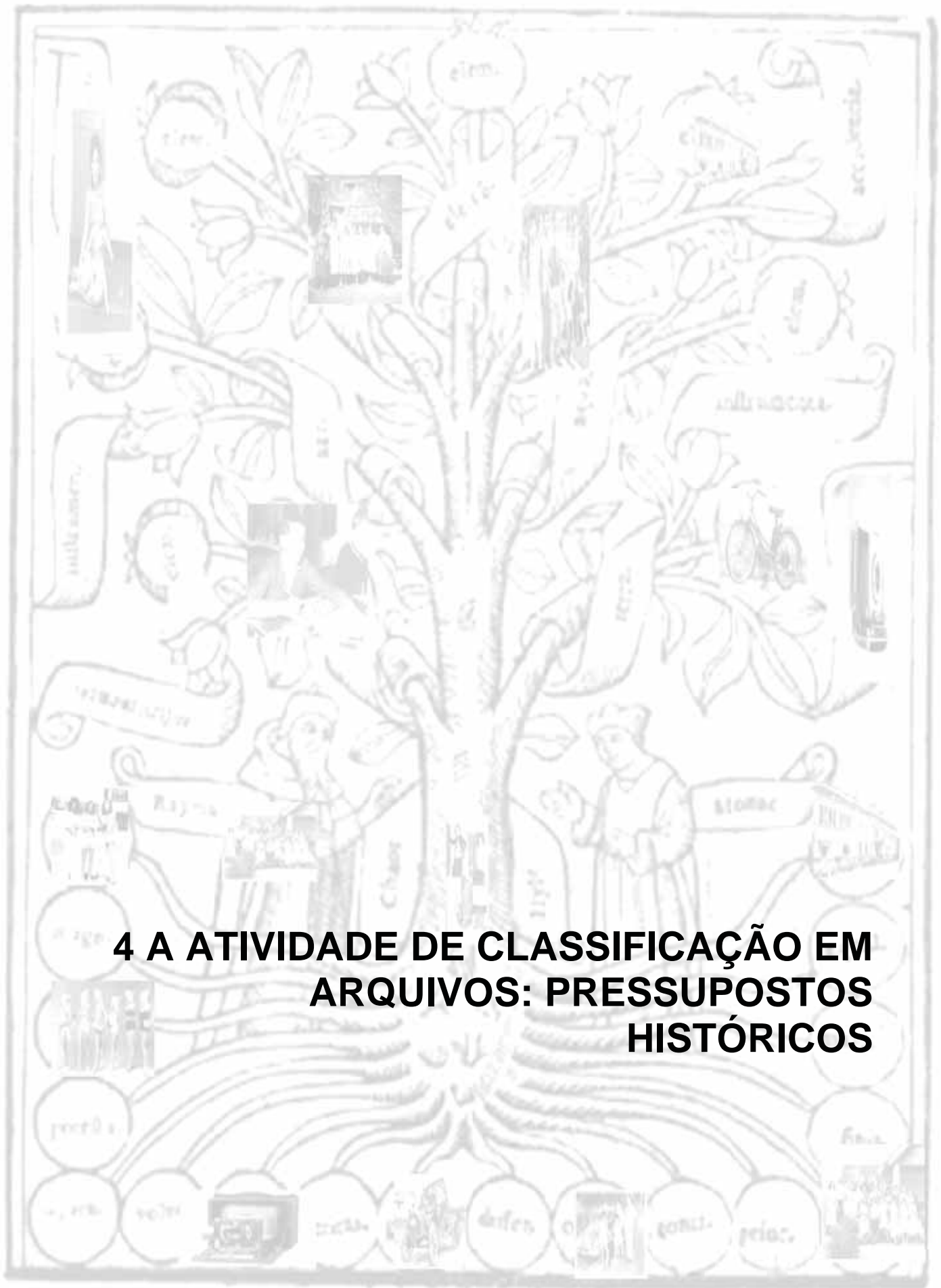
Nos séculos XVII e XVIII, aconteceram muitas mudanças na concepção do que era o conhecimento, este passou de seu caráter teórico para se tornar útil. Isso se reflete na organização das unidades que armazenavam o conhecimento — bibliotecas, arquivos e museus —, que, pela primeira vez, se veem norteadas por uma especificidade funcional, desvinculando-se da classificação dos saberes. Essa quebra da teoria para a prática alavancou um grande interesse e a criação de uma “ciência da classificação”, proporcionando o surgimento das classificações bibliográficas, baseadas nas classificações

filosóficas, a partir do século XIX (LARA FILHO, 2006). Segundo Pombo (2002, p. 03):

O objecto de análise é então o conceito de classificação na sua idealidade e abstracção máxima; o objectivo, a constituição de uma teoria da classificação que estude a totalidade dos possíveis sistemas de classificação e determine os meios da sua realização. Domínio que, interessando directamente aos classificacionistas, solicita de novo a colaboração dos filósofos.

A classificação passa a ter uma nova função: a de organizar no sentido prático, e se divide das classificações filosóficas. Svenonius (apud ARAÚJO, 2006) propõe uma separação entre as classificações dos filósofos, enciclopedistas e epistemólogos, que são mais voltados à classificação do conhecimento, da preocupação com a organização de documentos, assim como sua disposição física e recuperação. As classificações bibliográficas, nesse contexto, ganham grande força no século XIX.

Sobre essa nova concepção, discorreremos nos próximos capítulos. No momento, vamos nos ater aos elementos estruturais das classificações e de suas implicações em relação a como se desenvolveram no campo da arquivologia. Optar por determinado tipo de classificação ou classificar em determinado lugar é escolher, entre tantas, uma dimensão visual do mundo e das influências sofridas pelo meio. A classificação arquivística respeita a origem e a ordem original dos documentos e proporciona uma visão ampla da constituição das atividades que foram realizadas ao longo de sua jornada, seja em arquivos pessoais ou institucionais.



## 4 A ATIVIDADE DE CLASSIFICAÇÃO EM ARQUIVOS: PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS

Pode-se dizer que a participação dos arquivos na história perpassa por fases remotas da civilização e de suas formas de registro. Em sua função, desde o seu nascimento, o arquivo servia — e serve — para atestar fatos de administrações, até o momento em que foi visto também como importante elemento para a memória, para a história de um povo ou para defender bens e garantir direitos a cidadãos. Essas funções são explicadas por Duranti (1994, p. 50):

[...] os materiais arquivísticos ou registros documentais, representam um tipo de conhecimento único: gerados ou recebidos no curso das atividades pessoais ou institucionais, como seus instrumentos e subprodutos, os registros documentais são as provas primordiais para as suposições ou conclusões relativas a essas atividades e às situações que elas contribuíram para criar, eliminar, manter ou modificar. A partir destas provas, as intenções, ações, transações e fatos podem ser comparados, analisados e avaliados, e seu sentido histórico pode ser estabelecido.

Para que essas relações possam ser preservadas e possam servir aos interesses de uma instituição e de usuários, é essencial que a classificação seja realizada de acordo com as definições de uma organização física e intelectual dos documentos de arquivo.

A classificação tem o objetivo de refletir de forma clara as funções e atividades do órgão produtor e, assim, fazer com que os testemunhos e provas de ações realizadas por pessoas, famílias, instituições não se percam e que, principalmente, tenham relação com todo o conjunto documental restante.

Mas definir a atividade de classificação em arquivos, tarefa das mais importantes e essenciais para dar aos documentos uma organização viável, de acordo com os princípios da arquivologia, é ter de percorrer as histórias de como os arquivos, em sua trajetória ao longo do tempo, se instituíram tanto em seus fazeres quanto em sua teoria. Numa discussão sobre a origem da teoria arquivística, Romero Tallafigo (1994, p.25) escreve que:

El tratamiento y conservación de los archivos comenzó como todos los saberes humanos, como una práctica lógica, como un arte diário. Cuando los archiveros se pararon a reflexionar sobre sus quehaceres, cuando sus ideas las redujeron a principios, cuando fijaron técnicas, las describieron y las

difundieron, todo para garantizar la universalidad de su aplicación y el éxito de su labor, se creó la teoría científica y la identidad propia de la Archivística en el campo de los saberes.

Esses fazeres e teorias foram desenvolvidos a partir de documentos de diferentes governos, ao longo dos séculos, que de forma sistemática foram organizados, algumas vezes respeitando administrações, outras realizando operações que no futuro iriam comprometer a articulação de importantes arquivos, mas sempre foram apresentadas tentativas de ordenar consistentemente os documentos que inevitavelmente seriam acumulados e precisavam ser conservados. Essas ações e tentativas percorreram longo caminho até se consolidarem em princípios que norteariam a teoria arquivística e determinariam sua execução de forma a respeitar uma série de importantes fatores para a consolidação de uma regra, uma norma para guiar os fazeres arquivísticos.

Um princípio, numa perspectiva filosófica, é o início de algo, é de onde alguma coisa procede quanto ao ser, quanto ao acontecer e quanto ao conhecer (ABBAGNANO, 2000). Quando um princípio é determinado, pode-se perceber que este vem para descrever o caráter de determinada hipótese que dá a razão de ser a algo. Para Abbagnano (2000, p. 46), “desde os pré-socráticos, o termo princípio significou ‘princípio de todas as coisas’ ou ‘aquilo de que derivam todas as outras coisas’”. Um princípio significa que o início de ser ou de conhecer foi fundamentado em um determinado pensamento da realidade, para que esta seja determinada enquanto realidade conhecida e cognoscível.

De forma geral, quando princípios referentes ao objeto de estudo de alguma ciência são definidos, ficam estabelecidas as fundamentações que irão possibilitar a formulação de hipóteses e suposições com uma base teórica e conceitual coerente ao objeto. Um princípio, portanto, é o fundamento que se dá ao objeto científico.

O conjunto de princípios e técnicas praticadas pelos arquivos vem desde as tabelas de argila aos inventários e catálogos e passam pela publicação de manuais, por estudos das administrações arquivísticas, pela realização com o intuito de discussões e aprofundamento em congressos,

revistas, ou seja, as alternativas para resolver problemas práticos dos arquivos se fizeram princípios e estes “cuentan con el prestigio de la certeza y universalidad de su aplicación práctica” (ROMERO TALLAFIGO, 1994, p. 27).

O processo de consolidação de uma regulamentação de princípios arquivísticos se deu, tanto dependendo de contextos em que se alocavam os arquivos e, assim, puderam se desenvolver com o passar do tempo e com a influência de fatores como condições culturais, sociais, de governo etc., como pela necessidade de consolidar teoricamente uma área que se apresentava sem uma regulamentação de suas regras e normas para poder disciplinar as rotinas dos fazeres da profissão, o que foi sendo construído através das práticas para adquirir status de disciplina arquivística.

Nesse sentido, temos o princípio da proveniência ou *respect des fonds*, no qual os documentos devem ser organizados de acordo com a ordem do produtor. Também, tem-se o princípio da ordem original, que é apresentado por alguns autores como um desenvolvimento do princípio de *respect des fonds* ou um segundo componente que, enquanto um — *respect des fonds* — permite “isolar e circunscrever a entidade que constitui um fundo de arquivo”, o outro tem como objetivo “o respeito ou a reconstituição da ordem interna do fundo” (ROUSSEU; COUTURE, 1998, p. 83). Estes princípios influenciaram e direcionaram a classificação para uma situação homogênea<sup>16</sup>. De acordo com Ducrot (1998, pp. 151-152), seja em arquivos públicos ou privados:

[...] uma boa classificação resulta da observância de três fatores: inicialmente, ela é preparada, por meio de operações que evitarão muitas dificuldades posteriores; em seguida, ela é realizada segundo o princípio fundamental da arquivística, que é o do *respect des fonds*, ou princípio da proveniência, [...]; por fim, ela se apóia em regras específicas de cada categoria de arquivos, sem prescindir da intuição e do pragmatismo para corresponder à natureza própria de cada fundo.

---

<sup>16</sup> Homogênea aqui no sentido de dar respaldo para uma classificação a partir da procedência do documento, respeitando sua origem e a ordem nos fundos, não esqueçamos que cada arquivo tem sua realidade e que a classificação pretende primar por respeitar essas particularidades.

O princípio da proveniência proporcionou à classificação a base para elaboração de suas funções, pois, antes do século XVIII, estas eram preparadas de acordo com as regras dadas pelas bibliotecas e por historiadores, já que as classificações científicas, na época, eram a fonte da aplicação de princípios para a organização de documentos e livros. Para entender como, na arquivística atual, os princípios e regras foram estipulados e como o princípio de *respect des fonds* se tornou fundamental para a arquivística, é preciso saber que os arquivos romanos têm imensa importância nos progressos da organização arquivística. Com seu sentido prático a administração tinha de ser um elemento com critérios para servir à manutenção do Império.

[...] é na prática administrativa romana que podem ser encontradas algumas das linhas de força que irão orientar a profissão até, praticamente, à época contemporânea. Deve acrescentar-se que, antes da criação do chamado estado moderno e do nascimento das preocupações historicistas do século XIX, nada de substancial surgiu que alterasse os conceitos e os métodos de trabalho. Muitos dos critérios utilizados pelos romanos em sua rede de arquivos continuam ainda hoje válidos. E a importância concedida à relação entre documento e a entidade produtora virá, por sua vez, a constituir a chave da arquivística moderna. (SILVA et, al, 2009, p. 61)

A organização romana sempre esteve ligada à administração, como indica Mendo Carmona (1995), os templos tinham depósitos que armazenavam documentos como leis, decretos e plebiscitos e cada cidade grega, pólis, tinha o seu lugar em separado para os documentos que eram produzidos, em que, de acordo com Mendo Carmona (1995), era aplicado de forma rigorosa o respeito à proveniência dos fundos.

Portanto, no período “pré-arquivístico” (JOSÉ GENERELO et. al, 1998), tem-se já uma situação de conseguir uma organização integrada com o conjunto, o que se refletirá por toda a história da arquivologia.

Com a queda do Império Romano, o Estado passa a ser considerado pelas características de quem exercia o governo, ao contrário dos romanos, que o consideravam como um bem comum. Assim, sofrendo as consequências de um mundo em transformação, que marcarão um longo período, os arquivos perdem suas competências de bem público e passam por

diferentes governos. À Igreja Católica é concedido o poder de custodiar e conservar documentos em catedrais e monastérios, ocupando, assim, o antigo lugar do Império durante toda a alta Idade Média.

No entanto, a partir do século XII, houve o “[...] redescubrimiento del Derecho Romano y la fundamentación doctrinal de la monarquía [...]” (MENDO CARMONA, 1995, p. 21), o que proporcionou uma grande mudança para os arquivos, pois a monarquia precisava defender seu poder e, para tanto, os documentos serviam para comprovar suas propriedades e bens. Com isso, uma valorização da documentação e do lugar onde estas eram armazenadas fez com que o registro de ações se tornasse novamente um costume pelas administrações vigentes. Indicando fatores de mudança em relação aos arquivos, em particular europeus, Romero Tallafigo (1994) descreve:

La romanización del derecho y la creación de las universidades en la plenitud de la Edad Media mantuvieron el lógico y ya milenário carácter administrativista a los archiveros. Y siguió cuando el nacimiento de los estados modernos que promovieron las grandes concentraciones de archivos en archivos generales como Simancas, Vaticano, Public Records, etc. (ROMERO TALLAFIGO, 1994, p. 29)

No século XVI, contando o caso do Archivo de Simancas, na Espanha, Silva et al relatam que, em 1588, foi publicada a “Instrucción para el Gobierno del Archivo de Simancas” e que esta pode ser considerada um dos marcos na história da arquivística por conter a noção de centralização, ou seja, Simancas seria o primeiro Arquivo de um Estado. A organização que se dava aos arquivos e o conceito de Estado foram mudando de acordo com a época, no entanto, os autores mencionam que as funções dadas aos arquivos se mantêm coincidentemente com as noções que se tinham na antiguidade, quais sejam:

[...] a origem administrativa da documentação; a concepção jurídica do serviço; a noção de que ele é fonte de informação, inclusive servindo de memória sobre o passado; e, finalmente, o carácter privado do acervo, cujo acesso depende directamente do soberano. (SILVA et. al, 2009, p. 88)



Nesse caso, o arquivo de Simancas tornou-se, com a política do monarca vigente, um símbolo do progresso nos arquivos espanhóis, o que acarretaria um desenvolvimento para a administração de arquivos, visto que as transformações sociais, econômicas e culturais da época também davam margem a mudanças<sup>17</sup>.

Descrevendo o mesmo período, Mendo Carmona (1995) afirma que foi estabelecido um novo sistema administrativo, pois o sistema de governo vigente primava por monarquias absolutistas e centralizadoras, o que resultou no aparecimento dos primeiros “Archivos de Estado” (MENDO CARMONA, 1995, p. 22), e nestes se concentrava toda a documentação gerada.

Era el momento de reunir los documentos que concernían al gobierno del Estado, y que se habían mantenido dispersos hasta entonces en manos de consejeros, secretários, diplomáticos y demás miembros que ejercían las funciones de gobierno junto al Rey. (MENDO CARMONA, 1995, p. 22)

Percebe-se que os arquivos, nessa fase, tinham a função de apoiar a administração e as classes dominantes. Eram guardados em locais restritos e funcionavam como um espelho das ações dos governantes.

Com as mudanças ocorridas, a autora aponta que se encerra um período de longa duração, em que os arquivos serviram de instrumento para distintos governos atestarem a administração de seus territórios.

Nesse sentido, Silva et al (2009) relatam que, nos séculos XVII e XVIII, houve uma maior procura dos arquivos, por conta de pesquisas históricas realizadas no período, os autores relatam ainda que esse

---

<sup>17</sup> Sobre o assunto, os autores discorrem sobre alguns exemplos do desenvolvimento social e econômico dos países da Europa, expondo a situação de Berlim, que, justamente por conta de uma reforma do trabalho administrativo, teve um sistema conhecido pelo nome de *Registratur*. “O sistema Registratur expandiu-se por toda a Europa central e oriental. O sul da Europa permaneceu mais ligado ao registro cronológico e à conservação separada das séries de deliberações, de correspondência, de licenciamentos, etc. Vê-se, pois, que surgiram, a partir de então, duas áreas geográficas com um conceito diferente de organização dos documentos administrativos. As duas tradições conviveram até nossos dias, tendo a corrente germânica evoluído para o estabelecimento de planos prévios (aktemplan), com a classificação dos documentos geridos pelas administrações. [...] Em contrapartida, nos países latinos, as classificações de arquivos permanecerão até aos nossos dias muito difíceis e a tarefa do arquivista muito mais delicada. Acrescente-se que, do ponto de vista arquivístico, como o primado é o da administração, a coexistência de dois métodos de ordenação em nada afectou os princípios gerais da arquivística” (SILVA et al, 1998, p. 91-92).

procedimento impulsionou, de um lado, uma abertura ao conceito de arquivo e a novas funções — para a época —, pois, até aquele momento, o conceito que tinha sido cunhado era de caráter jurídico e administrativo, o que reduzia as possibilidades que os arquivos tinham de, num contexto variado, atender a diversos tipos de indagações feitas. Por outro lado, os autores expõem que esse fato levou a um movimento que estimulou a construção de instrumentos de pesquisa, justamente para suprir os novos propósitos informativos que o arquivo abria no momento. Neste ponto, Silva et al (2009, p.95-96) observam que:

As reclassificações temático-funcionais são uma consequência natural deste movimento de sistematização da informação. Por outro lado, a curiosidade teórica e o racionalismo iluminista vão conduzir aos seus mentores para um conceito deturpado da realidade arquivística, responsável pelo desvio aberrante das classificações metódicas, de base intelectual. Desconhecedores da prática administrativa, muitos deles ir-se-ão ocupar da “organização” de arquivos, defendendo a classificação por matérias. Um dos primeiros teóricos deste método de seriação “inorgânica” dos documentos foi o francês Le Moine, na sua obra *Diplomatique pratique ou traité de l'arrangement des archives et trésors des chartes* (Metz, 1765). Uma outra escola representada em Itália por Pescarenico (1765) e em França por Chevières (1775), é partidária da ordenação estritamente cronológica.

Os autores escrevem que, a partir das correntes francesa e italiana, aconteceu um “ímpeto reclassificador” em vários arquivos da Europa. A consequência desses acontecimentos se deu na desarticulação e na reclassificação de importantes arquivos (SILVA et al, 2009, p.96). A posição dos autores é que:

O Iluminismo deu veste cultural à Arquivística, mas foi também germe de consideráveis desvios. A fase imediata será caracterizada precisamente por um penoso esforço de reconstrução da teoria e da prática arquivística, no sentido de uma disciplina autônoma com objecto próprio e uma metodologia adequada. (SILVA et.al, 2009, p. 96)

O Iluminismo forneceu grande base intelectual aos eventos políticos que se revelaram de extrema importância para que teorias e técnicas fossem desenvolvidas no mundo moderno, e é inegável o papel da Revolução Francesa para o desenvolvimento dos arquivos e da própria teoria arquivística,

de um lado para o bem, com reflexões que surgiram como o direito de todo cidadão de ter acesso aos arquivos, como, para um outro lado, o armazenamento de documentos vindos de diferentes arquivos, tornando, assim, impossível definir qual a origem desses documentos.

O século XVIII trouxe as revoluções burguesas e, diante da Revolução Francesa e da declaração dos Direitos do Homem, fundamentada pelo Iluminismo — liberdade, igualdade e fraternidade —, vieram junto a derrubada do Antigo Regime, com o fim dos privilégios da nobreza e com os direitos decretados para os cidadãos.

Em todos os setores da sociedade, as mudanças eram visíveis e os arquivos tiveram importante papel nesse processo, pois “[...] ahora el archivo pasa a ser considerado *garantía de derechos de los ciudadanos y jurisprudencia de la actuación del Estado*” (MENDO CARMONA, 1995, p. 22).

Pela primeira vez, com a abertura dos *Archives Nationales*, o sentido de nação e de criar algo novo e diferente do que tinha acontecido até o momento foi colocado de forma objetiva, inferindo sentimentos de nacionalismo e percepção de que a identidade nacional de uma nação pode e deve ser fundamentada sobre as bases de seu passado.

A declaração dos documentos da nação francesa como propriedade pública, abertos aos cidadãos para consulta, determinou a proliferação de legislação e regulamentações dirigidas a proteger o contexto documental. (SOUSA, 2006, p. 125)

Esses eventos e sentimentos se espalharam pela Europa e tiveram como resultado a centralização de arquivos de diversas administrações em um único lugar. Com a criação dos *Archives Nationales*, em 1789, este órgão ficou responsável pelos arquivos da nação, no entanto, a centralização foi prejudicial à organização e depois à tentativa de reorganização desses documentos.

O mal foi relativamente pequeno quando se tratava de classificar dessa forma, arquivos de um só organismo (isto é, arquivos de uma mesma origem). Muito mais grave se tornou, porém, nos grandes depósitos de arquivos [...] onde foram reunidos arquivos de diferentes proveniências. (DUCHEIN, 1986, p. 15)

Essa atitude foi tomada por vários países que centralizaram arquivos públicos e privados, misturando documentos de diferentes origens, segundo a qual Silva et al (2009, p. 105) apontam que:

Trata-se de uma espécie de aculturação iluminista e mesmo já positivista dos arquivos, em que valores culturais e ideológicos determinam os procedimentos arquivísticos, em detrimento da organização original.

Referindo-se também ao período das reformas do século XVIII, o autor italiano Lodolini (1995) explica que foi nessa época, na época napoleônica e do período de Restauração, que se constituíram os grandes arquivos da maneira que os conhecemos hoje. As velhas instituições desaparecem dando lugar a administrações modernas, que concentravam em um mesmo lugar toda a documentação produzida em datas anteriores. O autor chama a atenção para o fato de o fenômeno não ser novo, pois referido anteriormente, o arquivo de Simancas foi um exemplo dessas mudanças, assim como o arquivo de Corona de Aragón, em Barcelona, mas se tratava de uma situação de grandes mudanças e estas ficavam em evidência.

Los principios filosóficos de la Ilustración, el ejemplo de la Enciclopédie, y el racionalismo del siglo dieciocho, unidos ao modo en que habían sido formados los grandes archivos, con documentación, de diversas procedências, que había perdido cualquier ligazón con las oficinas productoras (a menudo desaparecidas o transformadas, cuya documentación, con mucha frecuencia, había sido repetidamente desordenada e entremezclada durante los traslados y desplazamientos sufridos), fueron algunas de las causas determinantes que llevaron, sin duda, entre la segunda mitad del setecientos y la primera del ochocientos, a uma difusión de la organización de los archivos “por materias”, es decir, sobre las bases del contenido de los documentos. (LODOLINI, 1995, p. 41)

O autor ressalta em seu texto que esses fatos contribuíram para a valorização cultural dos arquivos, ou seja, os arquivos, como também já foi abordado aqui, estavam evidenciando mais seu status de pesquisa e investigação, e acreditava-se que organizando os documentos por seus assuntos seria mais fácil para os investigadores realizarem suas pesquisas.

No mesmo sentido, Duchein (1986, p. 15) escreve que a “concepção ideológica de classificação dos arquivos acha-se, então, universalmente disseminada”. A influência das classificações científicas fazia com que historiadores se concentrassem no valor intrínseco do documento, ou seja, informativo, deixando de lado seu contexto de produção. Sousa (2006, p. 124) também aponta a influência das classificações científica e bibliográfica na perspectiva da organização dos arquivos:

A classificação temática adotada refletia, em parte, o que estava ocorrendo com outras áreas do conhecimento humano. Os grandes sistemas de classificação científica (Zoologia, Botânica e Química), que influenciaram a organização dos livros em bibliotecas, também tiveram uma grande repercussão nos arquivos.

Os arquivos ganharam a possibilidade de abertura para todos e a possibilidade de serem consultados pelos cidadãos, e também cumpriam sua função inicial, serviam à administração pública, no entanto, agora com a responsabilidade de cuidar de toda documentação produzida, centralizadas, sem separação de órgãos, lugares ou administrações. Os efeitos negativos seriam inevitáveis: seriam separados os documentos vindos de um determinado fundo ou arquivo. Duchein (1986) nos lembra que, na época e no contexto em que estavam, os responsáveis pelos arquivos, administradores e arquivistas não tinham preocupação em misturar, dispersar e dividir documentos. Todas as classificações que foram analisadas posteriormente não respeitavam a ordem em que os documentos tinham sido produzidos, pois eram feitas por assunto, tema ou local.

Depois dos *Archives Nationales*, foram criados o Public Record Office, no Reino Unido, em 1851, o Archivo General Central del Reino, na Espanha, em 1858, e o Archivio di Stato, em Roma, em 1871, e toda a documentação das administrações iriam para esses arquivos (MENDO CARMONA, 1995). Por conta desse novo paradigma, os arquivos passaram a ser vistos como lugares que mantinham a memória da nação, a investigação histórica, portanto, uma nova demanda surgia. O fato de a historiografia científica procurar os arquivos mostrou, de certa forma, a ineficiência do sistema que estava sendo adotado, como comenta Ducrot (1998, p. 154):

Em todos os países, os arquivistas começaram a classificar os arquivos por assunto de pesquisa (classificação metódica), como nas bibliotecas e nos centros de documentação. Ora, essa prática rapidamente revelou-se catastrófica: tirar os documentos do conjunto original a que pertenciam, ou romper sua ordem inicial no seio do fundo para distribuí-los entre temas arbitrariamente escolhidos e que, na maioria das vezes, deixavam de fazer justiça à sua riqueza (já que cada documento pode responder a várias questões), tornava inviável qualquer pesquisa.

A desordem dos arquivos por conta das decisões tomadas de forma ideológica, de acordo com Silva et al (2009) e Duchein (1986), gerou graves consequências que com o passar do tempo foram se tornando insustentáveis, e, diante de todo o caos, foi necessário que algum tipo de ordem fosse apresentada para ao menos minimizar o estado em que se encontravam os documentos. Nesse contexto, foi considerado o fato de que, se um determinado fundo vinha de uma unidade, não se podia alterar a organização desse fundo, do contrário seria impossível manter uma ordem na documentação. Assim, foi formulado o princípio da proveniência ou respeito pelos fundos, que veio em forma de instruções que deveriam ser conduzidas pelos Arquivos do Estado.

O princípio de respeito aos fundos não era uma inovação, pois, em períodos anteriores e em lugares diferentes que não especificamente a França, a iniciativa de acatar uma ordem original de documentos já era utilizada. No entendimento de Martín-Pozuelo Campillos (1996, p. 25), “la formulación del Principio de Procedência no es resultado de un único momento ni sucede en un único lugar”.

De acordo com Heredia Herrera (1991, p. 33), que na tradição espanhola se refere ao princípio como “princípio de procedencia o de respeto al origen y al orden natural”, a primeira vez que foi aplicado data de 1791, na Dinamarca.

Já Adolf Brenneke (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996; HEREDIA HERRERA, 1991) considera que o princípio teve origem com a obra *Von Archiven*, de Philipo Ernest Spiers, em 1777. Também em 1819, Martín-Pozuelo Campillos (1996) afirma que seu enunciado teórico pode ser percebido

na *Academia de la Ciencia de Berlín*, que declarou que seria desaconselhável ao governo prussiano fragmentar os arquivos, fato que a autora considera como um “juicio”, mas que, adiante, teria grande importância, pois se transformaria em um princípio.

Mesmo na França, de acordo com Martín-Pozuello Campillos (1996), em 1328, já havia aproximações com o que viria a se concretizar, pois em determinado momento em que o rei da França renunciou ao reino de Navarra, considerou-se que a documentação de cada reino deveria ficar reunida. No entanto, foi com a manifestação de Natalis de Wailly, que o princípio da proveniência se “concretizou de forma explícita” (SILVA et al, 2009, p. 107).

Dessa maneira, em cada região e em cada momento, esse princípio esteve de forma intuitiva ou por necessidade, de forma consciente e com objetivos de reunir documentos que poderiam se perder em meio a tantos outros, se desenvolvendo conforme regras impostas, e com diferentes denominações, mas, a partir da formulação na França, é inegável que foi adotado por vários arquivos e que se configurou em um marco na história da teoria arquivística. Tratando do assunto, Heredia Herrera (1991, p. 33) afirma que “el principio de procedencia se ha ido afirmando en todos los países como principio fundamental de la Archivística en contraposición a la ‘ordenación por materias’ propuesta en tiempos de la Ilustración”.

Defendido por muitos autores como o historiador que marcou esse princípio, no sentido de lhe dar visibilidade e uma expansão a partir daquele momento, Natalis de Wailly é citado na literatura da área como a principal figura responsável pelo conhecimento do princípio de *respect des fonds*. Em 24 de abril de 1841, uma circular continha as instruções de como e o que os arquivos deveriam respeitar para que a documentação tivesse uma ordem viável de ser armazenada e, conseqüentemente, recuperada. Duchein (1986, p. 16) expõe algumas dessas instruções:

[...] reunir os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos (todos os documentos) provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo, e dispor em determinada ordem os diferentes fundos... Documentos que apenas se refiram a uma instituição, corporação ou família não devem ser

confundidos com o fundo desta instituição, dessa corporação ou dessa família... (DESJARDINS, 1890, p. 30, apud DUCHEIN, 1986, p. 16)

O princípio de *respect des fonds* prima pela constituição de fundos, com base em que todos os documentos que venham de uma instituição, família, pessoa etc. não sejam separados, dessa forma é possível que se formem fundos de arquivos com documentos provenientes de um mesmo lugar.

Y junto a esto, todos los documentos se producen em un orden seqüencial, lógico y natural. Este origen y este orden no son outra cosa que la consecuencia de la naturaleza jurisdiccional del archivo y de su fondo. (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 34)

Na citação da autora, percebe-se claramente a inclinação jurídica do arquivo, de atestar fatos, de comprovar juridicamente questões de uma instituição, pessoa, família, através da ordem em que foram gerados os documentos. Ainda de acordo com a autora, o princípio configura a arquivística para uma orientação como disciplina, em que sua qualidade fundamental será a “ordem” em seu sentido mais amplo, de maneira que fica estabelecido que a naturalidade da produção dos documentos virá a partir da realidade da instituição, pessoa ou família, como resultado de uma estrutura que será determinada pelas atividades exercidas pelos produtores.

Discorrendo sobre os princípios arquivísticos, Bellotto (2002) escreve que estes fazem parte da base teórica da arquivística e marcam definitivamente a diferença entre esta e “outras ciências documentárias”. Sobre o princípio da proveniência, a autora o define da seguinte maneira:

[...] fixa a identidade do documento, relativamente a seu produtor. Por este princípio, os arquivos devem ser organizados em obediência à competência e às atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda dos documentos. Arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter a respectiva individualidade, dentro de seu contexto orgânico de produção, não devendo ser mesclados a outros de origem distinta. (BELLOTTO, 2002, p. 20-21)

O princípio da proveniência ou *respect des fonds*, foi importante no sentido de ser um passo para o desenvolvimento teórico no



campo dos arquivos. Para a execução das novas instruções em vigor, com procedência da circular de 24 de abril de 1841, foi proposto um esquema que tinha, de acordo com Martín-Pozuelo Campillos (1996) e Schellenberg (2006, pp. 241-242), os seguintes pontos:

- a) os documentos deviam ser agrupados por fundos (*fonds*), isto é, todos os documentos originários de uma determinada instituição, tal como uma entidade administrativa, uma corporação ou uma família, seriam agrupados e considerados como o *fonds* daquela determinada instituição;
- b) os documentos de um *fonds* deviam ser arranjados por grupos de assuntos, e a cada grupo seria atribuído um lugar definitivo em relação aos outros grupos;
- c) as unidades, nos grupos de assuntos, seriam arranjadas conforme as circunstâncias, em ordem cronológica, geográfica ou alfabética.

Dessa maneira, o objetivo era ter uma melhor forma de executar as mudanças e transferências que os arquivos sofriam saindo de seu lugar originário e indo para os arquivos centrais, poder visualizar um relacionamento dos documentos que constituíam um fundo e, principalmente, agrupar e separar esses documentos respeitando sua identidade e conferindo ao arquivo sua função de resguardar sua natureza jurídica ou histórica.

Outro ponto de extrema importância foi que o conceito de fundo, naquele momento, de acordo com alguns autores (Silva et al, 2009), foi formalizado, pois como as instruções deixavam bem claro, era necessário que os documentos ficassem agregados por fundos, sem se misturarem com outros documentos vindos de diferentes estabelecimentos, famílias, indivíduos etc. Um fundo de arquivo, de acordo com Bellotto (1991, p. 79) é:

[...] o conjunto de documentos produzidos e ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas e que são preservados como prova ou testemunho legal e ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim.

Sendo assim, um fundo de arquivo tem de seguir o princípio de que seus documentos não podem ser misturados com outros, mesmo que sejam da mesma instituição. “O fundo se compõe de todos os papéis produzidos por um organismo no curso de suas atividades, qualquer que seja o

objeto”, é assim que explica Duchein (1986, p. 22) ao tratar de algumas questões referentes à definição de fundos e de como o princípio pode encontrar problemas ao ser aplicado<sup>18</sup>. Há discussões a respeito, como a de que os documentos vindos de uma instituição não podem ser separados, mas o que acontece com os documentos que vieram de uma determinada repartição dessa instituição?

Nesse sentido, Silva et al (2009) explicam que algumas críticas surgiram a respeito da formulação de Natalis de Wailly. Primeiramente porque o princípio se apresentava totalmente pragmático, com objetivos utilitaristas para o imediato caráter organizativo dos arquivos. Segundo, porque os métodos de organização dos fundos, que eram considerados como elementos indivisíveis do arquivo, ficaram à mercê de uma organicidade que não se ajustava à do conjunto, ou seja, determinava a classificação dos documentos nos fundos a partir das matérias, o que dava lugar a ordenações cronológicas, tipográficas ou alfabéticas (SOUSA, 2009). Como toda regra, essa também necessitava de aperfeiçoamento, e essas críticas trouxeram novas reflexões que enriqueceram a discussão, como foi o caso de Francesco Bonaini (SILVA et al, 2009), que a partir do método histórico (conhecido na Itália pela denominação *metodo storico*), anunciou o respeito pela ordem original, em 1867, nos arquivos da Toscana. Este método é de extrema importância, pois vai apontar como o fundo será organizado internamente e incidirá na classificação.

Diante daquele contexto e de discussões e aperfeiçoamentos em seus princípios, a arquivística ia se firmando como disciplina, e a história interna das instituições que produziam documentos serviria como base para que os profissionais partissem para construir seu trabalho (LODOLINI, 1995). Sobre Francesco Bonaini, o autor escreve que este resumia o princípio de procedência da seguinte maneira:

[...] la organización de un archivo estatal constituye ‘el derecho público de un Estado aplicado a los documentos’. De ello se

---

<sup>18</sup> Para melhor compreensão, ver DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Trad. Amélia Gomes Leite. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-36, abr. 1982- ago. 1986.

deriva la conocida afirmación de que en un archivo es necesario buscar 'no las materias sino las instituciones'(LODOLINI, 1995, p. 41).

Sobre o princípio de respeito aos fundos, de tradição francesa e o princípio da ordem original, italiano, podemos perceber o desenvolvimento e a contribuição ao aperfeiçoamento a partir das reflexões de Mendo Carmona (2004), que faz uma conceituação do princípio da proveniência mostrando que este se estrutura em dois níveis. Para a autora, o primeiro nível:

Se circunscribe a la institución u organismo que constituye el fondo de archivo y que lo hace diferente de los demás. El principio de procedência establece que los fondos de archivo deben conservarse em su organización original, no debiendo mezclarse los fondos procedentes de un organismo con los de outro. (MENDO CARMONA, 2004, p. 36-37)

A partir dessa definição, a autora também defende que, para que o princípio seja aplicado, é preciso, em uma instituição, conhecer todo o seu funcionamento e estrutura, quais são os procedimentos em seus diferentes setores e como esses procedimentos foram sofrendo variações com o tempo. Apenas assim, com um conhecimento profundo das estruturas de uma instituição, é possível executar um quadro de classificação adequado. A autora também se remete ao método histórico dos italianos, no qual “es necesario descender a la historia de las instituciones productoras de documentos para poder realizarlo” (MENDO CARMONA, 2004, p. 37).

O segundo nível do princípio de proveniência definido pela autora é justamente o princípio de respeito à ordem original ou à estrutura interna dos fundos, em que um vem ligado ao outro no sentido que, quando se trata dos fundos de arquivo, estes devem conservar a organização interna do organismo, ou seja, seções, séries e subséries não devem se misturar entre si e tampouco a ordem desses elementos deve ser modificada. Tudo deve seguir a ordenação que teve em seu início (MENDO CARMONO, 2004). A autora complementa com a seguinte afirmação:

Se puede decir que el principio de procedência y de respeto al orden originário se fueron construyendo de forma paralela y estrechamente ligados, aunque para algunos autores son dos principios distintos, complementários pero diferentes. Para ellos la prueba son las distintas posturas que sobre el orden originário mantienen algunos teóricos de la archivística y las

mismas escuelas archivísticas de diferentes países, sin poner en tela de juicio el principio de respeto a la procedência de los fondos. (MENDO CARMONA, 2004, p. 37)

Os dois princípios, pode-se dizer, caminham juntos no tratamento da informação arquivística, pois se complementam como princípios básicos no desenvolvimento e na consolidação da arquivística.

Em relação ao sentido do princípio de *respect des fonds* e ordem original, Bellotto (1991) também escreve que para alguns teóricos da área, os dois princípios chegam a se confundir, enquanto, para outros se diferenciam da seguinte maneira:

[...] o *Provenienzprinzip* do *Registraturprinzip* dos alemães. Um autor canadense argumenta que, para Schellenberg, o primeiro é o princípio do *respect des fonds*, significando que o arranjo dos papéis não pode desvincular-se do lugar de onde vieram, devendo ser agrupados de acordo com sua origem nos corpos administrativos de onde provieram. (BELLOTTO, 1991, p.80).

A autora, nesse ponto, pondera que, se essa afirmação for considerada, pode-se deparar com o fator da ordem que os documentos tinham quando em sua fase de primeira e segunda idades<sup>19</sup>, e aqui, de acordo com Ernest Poner, o princípio seria definido como o *Registraturprinzip*, ou seja o princípio de “santidade” da ordem original, dessa forma teriam de ser respeitadas a ordem em que os fundos tinham, dada por seus produtores, e também a ordem interna dos fundos, ou seja, como estes documentos estavam organizados.

1 – respeitar-se o órgão de origem, não deixando que seus documentos se misturem aos de outro órgão;  
2 – respeitar-se a ordem estrita em que os documentos vieram da repartição de origem, na seqüência original de séries, [...]. (BELLOTTO, 1991, p. 81)

---

<sup>19</sup> A autora se refere ao conceito de teoria das três idades dos arquivos. A idade corrente, onde os documentos são utilizados para desenvolver atividades diárias de uma administração. Na fase intermediária os documentos são utilizados com menor frequência e devem ser conservados por período determinado em tabelas de temporalidade. A fase intermediária é o documento que não serve mais às questões administrativas, mas tem valor para a instituição por serem probatórios.

Dessa maneira, a autora explica que a segunda questão é o princípio de santidade da ordem original, ou chamada por outras diversas definições por diferentes autores.

As consequências do princípio de proveniência não foram imediatas. No entanto, com sua definição, que se desenvolveu por vários países, foi possível explicar o contexto dos documentos desde seu nascimento, o que é preciso para compreender os diversos processos administrativos e culturais que o fizeram chegar até o status de serem armazenados. Sem saber das intenções e objetivos do órgão que o produziu, é impossível entender o verdadeiro papel de um documento e o caracterizar conforme necessário para gerações futuras.

[...] é essencial para a apreciação de um documento qualquer, saber com exatidão quem o produziu, em que circunstâncias, no desenrolar de que ação, com que objetivo, a quem se destinava, como e quando foi recebido por seu destinatário e por que meios chegou até nós. Tal conhecimento só é possível na medida em que o conjunto de documentos que o acompanha tenha sido conservado intacto, individualizado, sem possível mistura com documentos de outras proveniências, mesmo que esses se refiram ao mesmo objeto. (DUCHEIN, 1986, p. 17)

O documento arquivístico é prova das atividades e das funções exercidas pela entidade que o produziu e pertence a toda uma cadeia que engloba outros documentos. A partir do princípio de respeito pelos fundos tem-se um início de reestruturação dos arquivos que sofreram com o processo concentracionista dos novos regimes burgueses e com as classificações que alteravam sua ordem natural.

Reconhecido desde então, de forma generalizada, não apenas como uma regra de carácter prático, mas também como um postulado com valor teórico evidente, o “princípio de respeito pelos fundos” tem sido considerado como o fundamento essencial da Arquivística, em contraposição à ordenação por assuntos defendida no tempo dos iluministas. (SILVA et al, 2009, p. 105)

Os autores supracitados também explicam que, à época, o princípio se aplicava aos ideais historicistas e românticos, que, mais adiante, iriam se desenvolver e, influenciados por um contexto nacionalista, transformar

os arquivos em “laboratórios do saber histórico” (SILVA et al, 2009, p. 114). Isso dava um maior respaldo para a adoção do princípio, já que este possibilitava trazer a história registrada não só das administrações, mas também dos diferentes períodos e situações pelos quais uma nação passou. Duchein (1986, p. 16) afirma que:

Hoje, pode-se dizer que, com pequenas e inexpressivas nuances, o princípio do respeito aos fundos ou princípio de proveniência é universalmente aceito como base da Arquivística teórica e prática. As críticas que, vez por outra, suscita referem-se, tão somente, a algumas de suas aplicações e não ao princípio propriamente dito. Podemos considerar, legitimamente, que este jamais será questionado fundamentalmente e que se constitui numa aquisição definitiva da Arquivística.

O desenvolvimento do princípio de respeito pelos fundos foi sendo ampliado em diversos países, como explica Schellenberg (2006, p. 245), que cita o caso da Prússia, onde os documentos foram agrupados “de acordo com as unidades administrativas que os criaram”, e esse método foi chamado de *Provenienzprinzip*, ou princípio da proveniência, e foi adotado também por meio de regulamentos que eliminavam a classificação dos documentos por assunto e orientavam que fossem armazenados na ordem em que foram criados. O autor também fala sobre os Países Baixos, que adotaram o princípio da proveniência como desenvolvido na Prússia, e o que marca esse feito é a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses, elaborado por Samuel Muller, Johan Adrian Feith e R. Fruin em 1898, com o título de *Manual de arranjo e Descrição de Arquivos (Handleiding vor het ordenen em bescheijven van archieven)*.

Esse manual, como bem colocado na literatura da área, foi o primeiro que discutiu estritamente a arquivística, de forma a inferir reflexões que iam para o terreno teórico, pois dispunha de métodos e regras para os profissionais que trabalhavam em arquivos, uma novidade, pois a área era vista como auxiliar da História. Com a publicação desse e de outros manuais, a arquivística pôde começar a construir seu campo teórico e a pensar não só nos fazeres como também em suas bases metodológicas. O Manual dos

Arquivistas Holandeses foi traduzido para diversas línguas e se tornou fundamental para os estudos sobre arranjo e descrição (Schellenberg, 2006).

Para Martín-Pozuelo Campillos (1996), a ideia principal exposta no manual está nos parágrafos 1, 2 e 16, nos quais os autores primeiramente definem o que é um arquivo a partir do ponto de que o conjunto de documentos escritos ou recebidos por um órgão, pessoa ou funcionário, fique a cargo deste órgão. Em segundo, os autores do manual explicam que o arquivo é um todo orgânico e, aqui, podemos pensar no sentido de que um arquivo é um elemento vivo, que vai sofrendo transformações de acordo com o que é determinado em suas regras e em seu desenvolvimento.

Em terceiro, os autores, de acordo com Martín-Pozuelo Campillos (1996), afirmam o princípio de respeito pelos fundos quando destacam que o sistema de classificação deve se basear inteiramente na ordem original do arquivo, sendo, no entendimento da autora, o preceito mais importante, pois vai esclarecer as regras anteriores e garantir o princípio de proveniência. “Esta es la razón por la que este principio há sido designado posteriormente como el *principio de respecto al orden original*” (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p. 33).

Assim, as regras apresentadas no Manual dos Arquivistas Holandeses foram analisadas e discutidas ao longo dos anos de 1890, tornando-se um símbolo dos esforços dos profissionais envolvidos em sistematizar consistentemente métodos e conceitos referentes à arquivística. De acordo com Martín-Pozuelo Campillos (1996, pp. 33-34), pode-se considerar um significado duplo ao princípio de respeito a ordem original:

[...] la necesidad de separación de conjuntos orgánicos de documentos cuyas procedencias son diferentes, por un lado, y el determinado orden que aquellos conjuntos orgánicos en el interior de una misma procedencia deben contener. Ambas consideraciones representan un doble valor de este principio que, tras su primera formulación, va enriqueciéndose con diferentes formulaciones posteriores que no son sino indicadores de su relevância.

Dessa maneira, a divulgação do princípio de proveniência e sua aceitação por parte de instituições europeias diversas mostram em seu

desenvolvimento um aperfeiçoamento e uma primeira aproximação para a teorização das práticas existentes nas instituições, pois mostrou que se deve seguir tanto a procedência como a ordem em que se encontram esses fundos de forma interna. Como explica Heredia Herrera (1991, p. 37): “importa mucho el afianzamiento de este principio porque éste permanecerá como teoría, aunque sean las aplicaciones las que ofrezcan variantes”.

Entendidos como dois importantes marcos históricos por Martín-Pozuello Campillos (1996), a formulação das instruções francesas, em 1841, e o Manual dos Arquivistas Holandeses, de 1898, estabelecem a reflexão sobre o princípio de proveniência, no sentido de dar a este uma definição mais ampla, em relação à origem dos documentos, e uma mais específica, em que estabelecem a ordenação de fundos, que hoje reconhecemos como princípio de respeito à ordem original dos documentos. O Manual dos Arquivistas Holandeses contribuiu no sentido que evidenciou a relevância do princípio da proveniência.

Não se deve esquecer que o Manual faz parte de um certo contexto e de uma determinada época e por isso tem suas lacunas, como adverte Sousa (2006), que defende que o valor dado ao pioneirismo do manual é totalmente correto, pois ele ainda exerce influência nas práticas e na teoria arquivística. No entanto, as limitações históricas ficam visíveis, conforme explica: “os autores holandeses formularam ou sistematizaram regras fundamentados, principalmente, nas características dos registros documentais e das estruturas administrativas de sua época” (SOUSA, 2006, p. 127). O que, como exposto anteriormente, não tira de nenhuma maneira o mérito da publicação, haja vista que todo material produzido é fruto de sua época e de tentativas de resoluções de problemas que podem ir além, mas que têm o intuito de melhorar um feito a partir de bases empíricas, como é o caso da arquivística. O manual foi extensamente utilizado e adotado por muitos países a partir de suas traduções, confirmando também como o princípio de proveniência estava sendo aceito pelos profissionais da época.

Endossando os argumentos que justificam o uso do princípio de respeito pelos fundos, Duchein (1986) explica que, sendo o arquivo um



conjunto de documentos que reúne organicamente, ou seja, é capaz de refletir a estrutura, as funções e as atividades de seu produtor em todas as suas relações, sejam internas ou externas (BELLOTTO, 2005), espelha a estrutura de seu acervo através de um órgão ou pessoa, a razão de ser do documento de arquivo obviamente será o seu pertencimento a um conjunto. Sendo assim:

O interesse prático de tal método, parece evidente uma vez que oferece ao arquivista uma base segura para o seu trabalho de arranjo e inventário. À margem do respeito aos fundos todo trabalho arquivístico é arbitrário, subjetivo e desprovido de rigor, quando mais não fosse, porque quase todos os documentos poderiam ser classificados de duas ou três maneiras diferentes caso se tomasse como base da classificação o tema correspondente. (DUCHEIN, 1986, p. 17)

O emprego do princípio, portanto, irá garantir que os profissionais não se deixem levar por subjetividades que poderão ser perigosas para a classificação dos documentos, já que, se for realizada uma classificação por assunto, como já exposto anteriormente, corre-se o risco de transformar o arquivo em um caos e seus documentos não serem recuperados.

De acordo com Sousa (2003), além das reflexões do Manual do Arquivistas Holandeses, apenas depois da Segunda Guerra Mundial é que novas contribuições para a teorização sobre a classificação em arquivos vão novamente surgir na literatura da área com a corrente norte-americana de Schellenberg.

Referindo-se aos Estados Unidos, Bellotto (1991) afirma que o uso dos princípios já era discutido antes mesmo de ser criado, em 1934, o *National Archives*, pois em 1912 já havia documentos que evidenciavam a adoção do princípio de *respect des fonds*, como um projeto proposto para a organização de arquivos estaduais.

Na década de 1960, como resultado dos esforços empreendidos em busca de uma teorização arquivística, que foi marcada pela publicação de obras que transcendiam o caráter prático e faziam uma discussão de temas e conceitos presentes na arquivística, como o próprio conceito de arquivo, outra questão era discutida: o que delimitava um arquivo, uma biblioteca e um museu. Como tema também se encontrava a noção de

fundo, que se destacava por ter diferentes interpretações, dependendo do país (SILVA, et al., 2009). Nessa ebulição da busca por uma teoria arquivística, tem-se no V Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Bruxelas, em 1964, em que o princípio de proveniência foi instituído como base principal da Arquivologia. Nesse congresso foram discutidos os métodos modernos de classificação. Silva et al (2009, p. 140) escrevem que os relatórios apresentados durante o evento, com um resultado de uma pesquisa realizada em vários países, mostravam que essa atividade era “mutifacetada”, ou seja, em diferentes países era realizada de forma também diferente, criando uma incoerência nas práticas. “Não só se depreende que coexistem práticas administrativas distintas, como também é óbvio que, em consonância com tais práticas, variam a organização dada aos arquivos, e os métodos de classificação e ordenação adotados”. Os autores, referindo-se ao relatório de J. Papritz e Antal Szedö, apontam alguns exemplos de países onde ocorriam este tipo de tratamento diverso:

O sistema filing dos americanos, baseado numa ordenação alfabética; o sistema francês dos dossiers, que agrupa os documentos de acordo com os assuntos que tramitam nas administrações e admite a prática de reclassificação nos arquivos históricos; o registratur alemão, que tem como base um aktenplan, ou seja, um plano prévio de classificação; as classificações decimais usadas, [...], em diversos países (Holanda, Dinamarca, Bélgica, etc.); a planificação soviética, estabelecendo quadros de classificação nem sempre orgânicos. (SILVA et.al., 2009, p. 140)

A posição dos autores é que essas discussões tiveram o papel de mostrar a realidade das classificações nos arquivos e as consequências das reclassificações, além de levantar questionamentos sobre a validade dos quadros originais de classificação, chegando a concluir que o princípio de proveniência prevaleceu com seu valor, mas que se deveria pensar nas classificações que as administrações realizavam em seus acervos. Dessa forma, os autores afirmam que o respeito pela ordem original, que reforça o princípio de proveniência e incide no respeito à ordem interna dos fundos, é desprezado, pois nenhuma administração a seguia, tendo como resultado as diferentes classificações (SILVA, et al, 2009, p. 141).

Os princípios da proveniência e de respeito à ordem original continuam sendo muito discutidos, como mostrado acima. Em relação às dificuldades de se lidar com os princípios, estes padecem não só por falta de padronização, mas também por conta de problemas de terminologia na área e de definições imprecisas dos termos em diferentes línguas, que, se fossem analisados, evitariam equívocos com circunstâncias que podem causar erros graves para os arquivos. Como explica Duchein (1986), o tratamento em relação à nomenclatura e à diferença dos termos “princípio de respeito aos fundos” e “princípio de proveniência”, que, em alguns momentos, apresentam certa ambiguidade em seus sentidos. De acordo com o autor:

A maior parte das definições de respeito aos fundos, se reportam, na verdade, a esta noção, a tal ponto que o equivalente da expressão respeito aos fundos, nos países de língua germânica e em vários outros, é princípio de proveniência: o fundo é definido como o conjunto de arquivos cuja proveniência é a mesma; entretanto o termo se torna ambíguo quando se trata de precisar-lhe o sentido. (DUCHEIN, 1986, p.23).

Além da definição dos termos, a aplicação do princípio traz uma série de dificuldades e algumas causadas simplesmente pela falta de seu uso para nortear o trabalho de classificação dos arquivos. Duchein aborda cinco pontos fundamentais que incidem na dificuldade prática e teórica de aplicação dos princípios, que são: definir o que é fundo; as variações de competências e atividades dos organismos produtores para a formação de fundos; definição, como exposto anteriormente, da noção de proveniência; definição de fundos fechados e abertos; e o respeito à integridade dos fundos, em âmbito aberto e o respeito às divisões internas do fundo e de suas classificações estabelecidas pelos produtores, em âmbito interno<sup>20</sup>. No entanto, como reconhece o autor, com algumas “pequenas e inexpressivas nuances o princípio de respeito aos fundos ou princípio de proveniência é universalmente aceito como base da Arquivística teórica e prática” (DUCHEIN, 1986, p. 16).

---

<sup>20</sup> Duchein (1986), em seu artigo “O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos” analisa e tenta responder a cada um desses pontos, dando exemplos e algumas respostas para os problemas evidenciados pelo princípio de respeito aos fundos nos arquivos.

Dessa maneira, evidencia-se o valor e a necessidade de utilização desses princípios que, apesar das discussões em torno de seus usos, sentidos, significados e diferentes nomenclaturas, dependendo da região em que está sendo utilizado, direcionam as atividades arquivísticas, e que, se for percebido de forma a ser seguido, sem restrições, pelas instituições arquivísticas, este princípio pode dar base para o entendimento de como lidar com os problemas e questões que surgem a partir da organização dos arquivos.

Nessa realidade, o princípio de *respect des fonds* ou proveniência e sua extensão, o respeito à ordem original, tornam-se os pontos iniciais para a classificação na área. Com o desafio de deixar para trás as maneiras de pouco ou quase nada discriminadas teoricamente para colocar ordem em documentos, a classificação, a partir do princípio da proveniência, teve bases suficientes para se apoiar numa teoria arquivística e ser elaborada de forma que os profissionais tivessem consciência de que regras e normas estavam sendo preparadas para isso. Propomos, para o próximo tópico, elaborar uma genealogia da classificação em sua teoria e prática na arquivologia, para, dessa maneira, entender e chegar à discussão sobre como é feita a classificação de documentos fotográficos nesse ambiente informacional.

#### **4.1 Em busca do fazer, em busca da teoria: a classificação em arquivos**

Os princípios da proveniência e de respeito à ordem original encontram-se no cerne da concepção da classificação na arquivística. O princípio da proveniência ou respeito aos fundos se refere aos interesses externos, ou seja, demanda que os profissionais se atentem ao organismo produtor, englobando suas funções, fato que determinará o porquê da criação daquele documento, seu conteúdo e seu posterior uso como documento histórico. Já o princípio de ordem original, como exposto anteriormente, incide no fato de resguardar os documentos com sua ordem original nos fundos e evitar que esses sejam tratados à luz de classificações por temas ou matérias, o que dificulta e mesmo acaba com as verdadeiras origens dos documentos.

Dessa forma, com os relacionamentos entre documentos e seu produtor e os documentos entre si, os arquivos têm assegurado seu caráter orgânico que, através desses princípios, demonstram a importância das relações de natureza administrativa que vão se desdobrar em algumas características que fazem com que o documento se mostre como arquivístico. A imparcialidade, de acordo com Duranti (1994), é uma primeira característica definida pela veracidade dos documentos produzidos. De acordo com a autora, “os registros são inerentemente verdadeiros [...], ou, citando Hilary Jenkinson, são “livres da suspeita de preconceito no que diz respeito aos interesses em nome dos quais os usamos hoje” (DURANTI, 1994, p. 51). Os documentos têm veracidade e fidelidade aos fatos que ocorreram. Essa característica implica em alguns fatores, como a revelação de ações que não devem ou podem ser expostas e interpretações errôneas; no entanto, devidamente contextualizados e seguidos os princípios que vão explicitar de onde vieram e para o que foram criados, possibilitará a compreensão e o uso desses documentos dentro de seus padrões de produção e função.

A segunda característica, de acordo com a autora, é a autenticidade, que remete ao fator de sua criação para atestar fatos, que, justamente por isso, ganham o direito de ser preservados para futuros usos (DURANTI, 1994).

A terceira característica é a naturalidade, que “[...] diz respeito à maneira como os documentos se acumulam no curso das transações de acordo com as necessidades da matéria em pauta [...]” (DURANTI, 1994, p. 52), ou seja, os documentos são acumulados de forma natural à medida que vão sendo produzidos pelas administrações de seu órgão produtor. A quarta característica é o inter-relacionamento, que denota que um documento é ligado ao outro dentro do conjunto. A razão por que foram produzidos faz com que cada documento tenha ligação com outro, o que confere a ele significado e autenticidade: “na verdade, os registros documentais são um conjunto indivisível de relações intelectuais permanentes tanto quanto de documentos” (DURANTI, 1994, p. 52). Por fim, a autora expõe a quinta característica, a unicidade, que é o fato de o documento ser único dentro do conjunto, podendo existir cópias, mas que serão também únicas em seus devidos lugares.

Observando as características acima, é perceptível a importância dos princípios da proveniência e ordem natural aos arquivos. As cinco levam à conclusão de que os documentos devem seguir sua ordem, não devem ser mesclados a outros e devem respeitar o sentido dado pelo produtor, justamente para serem compreendidos e contextualizados dentro de um arquivo, para fins culturais, históricos, de pesquisa ou memória. Dessa maneira, com esses métodos, há uma mudança na perspectiva do usuário, ao procurar um documento. Conforme afirma Romero Tallafigo (1994), antes de perguntar ou mesmo de buscar o que há sobre determinado assunto, o usuário deverá conhecer os órgãos, o modo de funcionamento e o período que lhe interessa para poder ter sua informação refletida em um conjunto.

Todas essas características, regidas pelos princípios de proveniência e ordem natural, vão precisar de ações que não as façam se perder em meio a propostas ou organizações que podem prejudicar um arquivo, no sentido de ordená-lo de formas intuitivas e como parecer melhor. Para classificar:

[...] hay que identificar por sus formas y fines cada institución productora de documentos, deslindar sus secciones, departamentos y negociados, conocer sus modos reglamentarios, sus plantillas reales. Com los resultados de esa identificación será posible reconocer o reconstituir el orden primigenio de los papeles. (ROMERO TALLAFIGO, 1994, p. 353)

Assim, entendemos a classificação como uma atividade ímpar, que será a ponte entre o produtor e o usuário, a atividade que preservará a ligação entre a cadeia hierárquica da instituição para maior facilidade de recuperação das informações, e demonstrará como aqueles documentos se constituíam dentro de cada órgão produtor.

Deve-se ter cuidado com a classificação e as formas arbitrárias com que pode ser elaborada. Para tanto, Lodolini (1995) alerta que qualquer organização que for proposta a um arquivo que dê uma ordem diferente da original aos documentos, mesmo que com o objetivo de facilitar a recuperação de informações por seus pesquisadores, na verdade representaria um prejuízo para estes pesquisadores, pois poderiam encontrar alguns documentos, no

entanto, estes seriam desprovidos de seus sentidos de origem e dos relacionamentos com os outros grupos de documentos e com seu contexto, “[...] por el lugar que el documento ocupa entre los demás de la misma serie, del mismo fondo, del mismo archivo” (LODOLINI, 1995, p. 42).

Nesse sentido, se observarmos todas as designações que os princípios de respeito aos fundos e de ordem original oferecem ao profissional para dar aos documentos uma organização ideal de acordo com sua produção, concordamos com Sousa (2003) quando este afirma que os princípios são “as bases fundamentais para a elaboração da classificação arquivística.” Assim, o autor afirma que esses princípios podem ser entendidos como: “[...] princípios de divisão ou de classificação naturais, pois são atributos essenciais e permanentes ao conjunto (arquivo) a ser dividido” (SOUSA, 2003, p. 251). Como observa o autor, o arquivo é um conjunto de documentos que, através de sua gênese, carrega as características referidas acima, ou seja, a identidade e a classificação que seus produtores lhe deram enquanto estavam sendo produzidos e acumulados.

Classificar é realizar uma série de atividades que dividem ou juntam elementos diferentes e semelhantes, com o intuito de conhecer, entender e dispor esses elementos de forma que possam ser encontrados, mas também compreendidos dentro de determinado período ou esquema. Abordando a teoria da classificação, Sousa (2003, p. 251) a define como:

[...] distribuir indivíduos em grupos distintos, de acordo com caracteres comuns e caracteres diferenciadores. Pode-se fazer essa distribuição observando-se características superficiais e mutáveis ou então tendo-se em vista caracteres essenciais e permanentes. No primeiro caso, a classificação é elaborada a partir de um princípio de divisão ou classificação artificial. No segundo caso, o princípio será natural.

O autor ressalta que, nos casos em que a classificação é feita de forma artificial, acontece a divisão pelas características de objetos, classificação esta que pode ser mudada e utilizada de diferentes maneiras, pois não incide na essência dos objetos e sim em sua divisão e organização. Nos casos em que a classificação é feita de forma natural, esta traduz toda a ordem que é seguida no meio em que esses objetos estão. Portanto, de forma

empírica, observa-se como esses elementos e objetos estão inseridos em seu meio, como se dão suas semelhanças e diferenças, e parte-se para a divisão, permanecendo juntos os semelhantes (SOUSA, 2003).

Distinguindo uma classificação natural e outra aplicada, Heredia Herrera (1991) escreve que os documentos de arquivo já nascem classificados, pois fazem parte de uma instituição e, dentro dessa instituição, fazem parte de uma dependência, esta é a classificação natural. A autora chama de classificação aplicada aquela em que o arquivista irá praticar com base nas observações da situação da documentação recebida, ou seja, é a elaboração da classificação regida pelas normas arquivísticas praticadas pelos profissionais arquivistas (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 253).

Em sua já referenciada obra, Martín-Pozuelo Campillos (1996) dá a trajetória do princípio de proveniência e define algumas bases teóricas para seu entendimento. Reiterando a importância da classificação e dos princípios, a autora defende que: "[...] la clasificación archivística representa no solo el marco tradicional de este principio sino en si misma, [...], la esencia de la disciplina archivística en su conjunto" (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p. 50).

A autora afirma que a classificação arquivística é considerada tradicionalmente, junto à ordenação, como um dos aspectos mais importantes para que o desenvolvimento da organização de arquivos seja feito de forma ideal, e elenca algumas definições de classificação, como as de Yvonne Chauvin (apud MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p. 51), que apresenta cinco significados diversos:

1. Acción de clasificar: hacer la clasificación día a día.
2. Tipo de clasificación. Es entonces seguida de un adjetivo: es una clasificación alfabética.
3. Operación material de guardar en forma metódica, en vista de una búsqueda posterior.
4. Conjunto de documentos clasificados. Esta clasificación comprende muchos documentos demasiado gruesos.
5. Servicio de clasificación y su local. Llevar un expediente a su clasificación. No confundir con ordenación classification.

Essas definições nos remetem a muitos sentidos do que pode ser uma classificação. Em alguns pontos, Chauvin (apud MARTÍN-POZUELO



CAMPILLOS, 1996) diz claramente que a classificação é de ordem alfabética; depois, de forma pragmática, define-a como a melhor forma de guarda que seria realizada de maneira metódica, para que resulte posteriormente na busca, e, no último ponto, diz para não confundir a classificação com a ordenação. Nesta questão, especificamente, Martín-Pozuelo Campillos (1996) chama a atenção ao longo de sua proposta de definir classificação para a questão do duplo significado que permeia este conceito, pois muitas vezes este é confundido ou mesmo utilizado, em sua dimensão linguística, como sinônimo de ordenação e organização. A autora dá um panorama das definições de classificação no século XIX, em que defende que a preocupação pelo tema foi posta de forma não muito aberta, mas que refletia posições que deixavam margem para a discussão da terminologia dessa atividade. Assim, a autora segue demonstrando diferentes definições do termo, e considera que dois deles ficam muito evidentes na análise terminológica que realizou. A classificação e a ordenação são termos que estão, de acordo com a autora, muito ligados com os mecanismos de que um arquivo dispõe para verificar suas funções, tanto no âmbito de difundir suas informações como em receber os documentos de instituições e tratá-las adequadamente (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996). Dessa maneira, sua definição de classificação é a seguinte:

Seguindo a los canadienses Couture y Rousseau y desde una perspectiva puramente metodológica, entiendo que la clasificación es la primera etapa de un tratamiento que conduce a la accesibilidad del acervo documental.

Essa etapa vai determinar que as outras que se seguirão serão realizadas de forma a preservar as características funcionais e informacionais dos documentos.

O acervo de um arquivo vai sendo composto de forma natural, pois todos os órgãos estão interligados na constituição de documentos que refletem a história e as atividades da instituição. Dessa maneira, Bellotto (1991), referindo-se à prática de tratamento dispensada aos documentos em bibliotecas e arquivos, afirma que a classificação se refere aos arquivos

correntes e que, para os arquivos intermediários e permanentes, a denominação é arranjo ou ordenação. Segundo a autora:

A própria variação semântica nos conduz àquela que seria a dicotomia básica entre as áreas: enquanto a biblioteconomia pode ser regida por normas, a arquivística e, em parte a museologia fundamenta-se em princípios gerais. (BELLOTTO, 1991, p. 17)

Os princípios aparecem de forma extremamente importante na obra de Bellotto (1991), o que se percebe é que todas as funções que serão designadas aos profissionais terão de ser feitas a partir da clara aceção de respeito aos fundos.

Reconhecendo duas dimensões para a organização de um arquivo, sendo que a classificação é correspondente à operação intelectual e a ordenação, à dimensão mecânica, Heredia Herrera (1991), na tradição espanhola, expõe a “ambiguidade de significados” que pode existir quando se trata de distinguir classificação de ordenação. A autora explica que esses dois termos são continuamente utilizados sem uma diferenciação exata, que pode ser vista por parte dos profissionais que, por vezes, afirmam que ordenar é classificar ou que classificar é ordenar e arrumar em classes (HEREDIA HERRERA, 1991). Assim, a autora mostra como em alguns momentos a classificação é definida de forma confusa, em que não se sabe ao certo se é mesmo uma classificação ou ordenação, como na obra “Introducción a la ordenación y clasificación”, de Aurélio Tanodi, que de acordo com a autora, em um primeiro momento escreve que a classificação pode significar o sistema pelo qual irá ordenar um fundo de arquivo e, em outro momento, na mesma obra, dizendo que para se classificar um fundo de arquivo é preciso levar em conta os diferentes métodos, como o cronológico, alfabético, por matérias, confundindo, dessa forma, os dois conceitos (HEREDIA HERRERA, 1991).

Em relação à obra de Marcelo Nuñez Cepeda, a autora afirma que este não se refere à ordenação como uma atividade e sim como uma consequência de outras atividades que considera principais: a catalogação e a classificação (HEREDIA HERRERA, 1991). Com o objetivo de desmistificar a confusão de significados, a autora nos dá a sua visão:

Resulta un tanto extraña la persistência en la confusión de ambos conceptos, cuando de hecho en cualquier âmbito, clasificación y ordenación no admiten igualdad de significados. La clasificación siempre supone establecimiento de clases, de famílias, agrupadas estructural o jerárquicamente dentro de un conjunto. La ordenación es simplemente alineamiento dentro de cada subconjunto. Son conceptos que revisten dichas notas tanto si lo aplicamos a cualquier manifestación social o material, a las bibliotecas o a los archivos. (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 256-257).

A estudiosa lembra que em um arquivo a classificação se dá sempre da mesma forma, ou seja, é determinada pela procedência dos documentos, enquanto a ordenação é estabelecida dentro de cada grupo (HEREDIA HERRERA, 1991).

Na coleção de manuais “Como Fazer”, publicados pelo Arquivo do Estado de São Paulo, Gonçalves (1998) defende que, para que a organização de um arquivo seja realizada com eficiência, é preciso que a organização e a ordenação estejam articuladas, visto que as duas são base de discussões na arquivística. A autora escreve que o objetivo da classificação é:

[...] basicamente, dar visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos. Podemos entender que a classificação é, antes de tudo, **lógica**: a partir da análise do organismo produtor de documentos de arquivo, são criadas categorias, **classes** genéricas, que dizem respeito às funções/atividades detectadas (estejam elas configuradas ou não em estruturas específicas, como departamentos, divisões, etc.). (GONÇALVES, 1998, p. 12)

De acordo com a autora, a ordenação tem o objetivo de auxiliar e facilitar o acesso aos documentos, pois esta se refere à forma com que os tipos documentais serão dispostos fisicamente, como por exemplo, de forma cronológica, alfabética ou numérica. Dessa maneira, para Gonçalves (1998), a classificação se apresenta como atividade hierárquica, tendo sua materialização no plano de classificação, em que irão constar os verdadeiros vínculos de toda a documentação com o organismo produtor e, justamente por expor dessa forma a cadeia documental, haverá compreensão e contextualização sobre a situação daquela documentação, tanto por parte dos

profissionais que organizaram o arquivo quanto por parte dos usuários que terão acesso a esse acervo.

Já a ordenação, no entendimento da autora, é a atividade que trará os critérios que definirão a manipulação dos documentos, ou seja, sem a ordenação, a localização e o acesso à documentação serão ineficientes no sentido de que os tipos documentais não terão a organização devida para serem encontrados (GONÇALVES, 1998). Por essa razão, a Gonçalves defende a articulação dessas duas atividades, remetendo-nos também à definição de Heredia Herrera (1991), quando esta afirma que a classificação é a atividade intelectual elaborada a partir da definição de classes abstratas e coerentemente organizada para refletir as funções e atividades do organismo, e a ordenação, por sua vez, é uma atividade mecânica, já que incide no fato de organizar de forma pragmática e eficiente os tipos documentais.

Entendimento similar aos dos autores expostos anteriormente também pode ser percebido em Tallafigo (1994), quando este afirma que a classificação reflete toda a estrutura orgânica e funcional de um fundo de arquivo, e que, no caso de a documentação chegar desorganizada, tem a função de: restituir a ordem, identificando e separando os documentos recebidos; distinguir e separar as grandes agrupações de documentos que refletem a organização; reconstituir, dentro de cada grupo anterior, a ordem das atividades desenvolvidas pela instituição; e, por fim, elaborar um quadro de classificação em que cada divisão seja estruturada organicamente (ROMERO TALLAFIGO, 1994, pp. 357-358). O autor também se refere à instalação, que é o acondicionamento dos documentos, ou seja, a operação de armazenamento em caixas e estantes.

Outro autor que trata de definir classificação, ordenação e instalação, como Romero Tallafigo (1994), é Esteban Navarro (1995), em trabalho no qual discute a organização e a representação do conhecimento nos arquivos, defendendo que a organização dos fundos só é possível se combinadas as três atividades, e define ordenação e classificação como atividades intelectuais, deixando a parte física para a instalação. O autor explica que realmente há uma falta de normalização terminológica dentro da

arquivística para definir essas áreas e isso causa certo grau de ambiguidade (ESTEBAN NAVARRO, 1995). Assim, Esteban Navarro (1995, p. 74) explica que a classificação consiste em:

Dividir e agrupar los documentos en clases, que adquieren pleno sentido mediante su integración en una jerarquía construída a partir de la elección de unas categorías y de unos criterios de estructuración, basados en la previa asunción de una determinada imagen del sistema de clasificación más adecuado para cada caso y de la parcela del conocimiento o de la realidad institucional sobre la que opera la acción de clasificar.

Dito isso, o autor afirma que a ordenação é a forma de dispor os documentos dentro de cada classe estabelecida pela classificação, seguindo critérios pré-definidos que se relacionam entre si. Esses critérios aparecem na forma de ordenação cronológica, alfabética ou numérica, sendo que têm de ser únicos e uniformes em sua organização, para exprimir a real ordenação da instituição (ESTEBAN NAVARRO, 1995). A instalação, por sua vez, é o ato de colocar cada documento em seu devido lugar e nos suportes adequados para seu armazenamento. Ela tem de seguir rigidamente as duas funções anteriores, ou seja, as grandes classes definidas e a cronologia, por exemplo, e reproduzir fisicamente as estruturas definidas (ESTEBAN NAVARRO, 1995). O autor entende que, se bem definidos esses três conceitos, é possível entender que a organização se faz com atividades intimamente ligadas e sequenciais, pois existem claramente as relações que as constroem. Com isso, entender esses dois termos — classificação e ordenação — é perceber que essas operações, como bem dito por Heredia Herrera (1991), estão dentro da organização geral dos documentos de arquivo e que são essenciais, pois a classificação oferece a relação entre os documentos e a ordenação oferece a localização destes.

Outra questão discutida na literatura arquivística são os conceitos de arranjo e classificação. Referindo-se a arquivos correntes em sua famosa obra *Arquivos modernos*, Schellenberg (2006) afirma que a classificação é tarefa básica e eficiente para o tratamento e o controle da documentação. Para que possam ser úteis à realização do trabalho com

arquivos correntes, o autor afirma que uma boa classificação é imprescindível, como podemos perceber em sua observação sobre os documentos:

Em todos os casos, desde os relativos a importantes assuntos de política até os de operações de rotina, deverão ser agrupados em relação ao seu uso. Refletirão a função do órgão, no amplo sentido do termo, e, no sentido mais restrito, as operações específicas individuais que integram as atividades do mesmo órgão. (SCHELLENBERG, 2006, p. 83)

Portanto, para o estudioso, todas as atividades do órgão produtor devem ser refletidas na organização dos documentos, pois estes comprovam e falam da organização. Nos estudos de Schellenberg (2006) também encontramos referência ao arranjo dos documentos, como em Bellotto (1991). Para o autor, a classificação, “[...] em se tratando de documentos públicos, significa o arranjo dos mesmos segundo um plano destinado a facilitar o seu uso corrente”. Em trabalho no qual faz uma análise sobre a construção discursiva em arquivologia, Barros (2010) afirma que Schellenberg é um dos primeiros a separar a classificação do arranjo e que alguns problemas terminológicos decorrentes daí são, em parte, sua responsabilidade, mas que a classificação para, este autor “[...] começa a ser encarada como uma atividade gerencial [...]” (BARROS, 2010, p. 103), justamente porque a classificação irá permitir que sejam feitas guarda e eliminação de forma mais fácil.

Isso evidencia a perspectiva de que classificação e arranjo são funções para arquivos de idades diferentes e para arquivos diferentes. Na perspectiva de Barros (2010, p. 103):

Esta separação acontece porque começa uma divisão entre as atividades típicas dos arquivos administrativos contemporâneos e os arquivos histórico-culturais, principalmente nos Estados Unidos.

A classificação estaria para Schellenberg relacionada com os arquivos administrativos e arranjo para os arquivos históricos.

A perspectiva de que a classificação seria realizada nos arquivos correntes e o arranjo, nos arquivos permanentes, é abordada claramente na obra de Bellotto (1991), e tem uma aceção parecida com a de Schellenberg (2006). A autora afirma que:

O arranjo é uma operação ao mesmo tempo intelectual e material: organizar documentos uns em relação aos outros; as séries, umas em relação às outras; os fundos, uns em relação aos outros; dar número de identificação as documentos; colocá-los em pastas, caixas ou latas; ordená-los nas estantes. (BELLOTTO, 1991, p. 86)

Portanto, se há um arquivo corrente, a atividade que irá ordenar os documentos será a classificação e, num arquivo permanente, no qual “realmente os conjuntos de documento produzidos recolhidos por unidades administrativas e ou pessoas físicas passam a “conviver” uns com outros [...]” (BELLOTTO, 1991, p. 85), tem-se o arranjo, porque é aí que os conjuntos, nas palavras da autora, serão fundos de arquivo. Gonçalves (1998, p. 14) expõe a problemática da terminologia da seguinte maneira:

Em ambos os casos, [...], o procedimento básico é o mesmo: definir grandes classes abstratas que correspondam, de forma coerente e articulada, às funções e atividades do organismo em questão, no período recoberto pela documentação a ser organizada.

Portanto, a classificação e o arranjo podem ser considerados como operações similares que têm, também, a terminologia como elemento que as distingue. No entanto, como mostra Gonçalves (1998), as operações realizadas em uma e outra idade podem ser diferentes, mas ambas as operações têm o mesmo objetivo, que é revelar de forma clara as relações entre as classes. Assim, classificação e ordenação são atividades que trabalham juntas e apenas são separadas por questões de nomenclatura.

Diante das discussões a respeito das terminologias utilizadas para definir a classificação, encontramos também princípios e elementos que delimitam todo o caráter organizativo e dirigem uma prática da classificação. Adiante, veremos quais são esses elementos e princípios que norteiam o fazer da classificação na visão de alguns autores.

#### **4.2 O fazer da classificação: elementos e princípios**

É interessante perceber que alguns autores definem elementos e princípios para que a classificação se concretize. As definições são fruto de

suas épocas e situações e refletem o período histórico em que cada um sentiu a necessidade de aprofundar seus estudos sobre o tema. A classificação, junto de outras funções exercidas pelos profissionais, é uma importante fase para o acesso e a apropriação das informações contidas nos documentos arquivísticos, com base em quem ou na instituição que os criou, evidenciando o seu contexto de produção.

Para que a classificação se materialize, é necessária a elaboração de um quadro ou plano de classificação, justamente para exteriorizar todo o trabalho intelectual com as classes determinadas no processo classificatório. Sua elaboração permite que o profissional possa estabelecer de forma visível os graus de complexidade de uma organização, já que, com o instrumento, é possível visualizar todas as divisões de um conjunto documental. Em artigo que discute a elaboração de planos de classificação, Rios e Cordeiro (2010, p. 126) apresentam a seguinte definição, também se referindo a Bellotto (1996):

[...] o plano de classificação de documentos de arquivos é desenvolvido para ser aplicado já na fase corrente dos documentos de arquivos, sendo, portanto, um “instrumento de trabalho usado para classificar todo e qualquer documento produzido ou recebido por um órgão no exercício de suas funções e atividades”. Seu objetivo é agrupar documentos sobre um mesmo assunto, representado por uma notação (codificação) e, também, implica na organização física dos documentos arquivados para a sua (recuperação) notacional.

Esses instrumentos auxiliam na gestão da documentação dos arquivos, possibilitando uma melhor recuperação das informações e dos documentos disponíveis no acervo. Para sua construção, são estabelecidas algumas regras que nos remetem aos elementos e aos princípios de classificação.

De acordo com Schellenberg (2006), autor citado também por Heredia Herrera (1991), em relação aos elementos de classificação, existem três aspectos que precisam ser considerados, sendo o primeiro “[...] a ação a que os documentos se referem” (SCHELLENBERG, 2006, p. 84). Falando de documentos públicos, Schellenberg (2006) observa que estes se dividem naturalmente em grupos que se referem a ações, e estas ações, de acordo



com Schellenberg (2006) e Heredia Herrera (1991), podem se manifestar como funções, ou seja, responsabilidades e atribuições de uma determinada instituição para a realização de objetivos que foram propostos em sua criação. Por conseguinte, as funções dão origem a uma série de atividades que, sendo executadas, darão lugar aos serviços realizados na instituição. Por fim, essas atividades geram um conjunto de trâmites que vão originar as séries documentais, fruto de todos os processos anteriores (HEREDIA HERRERA, 1991; SCHELLENBERG, 2006).

O segundo aspecto a ser considerado na classificação de documentos, sendo que os autores em suas obras tratam do documento público, é a estrutura orgânica. De acordo com os autores, a organização da entidade que produz os documentos é normalmente dividida em seções administrativas, oficinas, departamentos, ou seja, a instituição produtora é dividida em seções e, sendo assim, os documentos têm de refletir a estrutura dessa organização (HEREDIA HERRERA, 1991; SCHELLENBERG, 2006).

O terceiro aspecto a ser considerado no processo de classificação é o assunto. Este elemento se refere ao conteúdo de que tratam os documentos, sendo que, de acordo com Schellenberg (2006), na estrutura administrativa dos governos existem muitas pastas e estas podem dar origem a atividades que são específicas de uma área, ou seja, atividades especializadas que fogem da estrutura orgânica da instituição produtora. O autor explica que os cabeçalhos que refletirão o assunto devem ser extraídos conforme a realização de uma análise de assunto no documento e devem corresponder logicamente às especialidades que representam. Quando se refere à classificação por assunto, Schellenberg (2006) relata o estudo de Martin P. Claussen, que fala sobre os sistemas de classificação que são aplicáveis a documentos de arquivo, e cita o caso do Sistema de Classificação Decimal Universal, que é “aprimorado para ser aplicado com vantagem a documentos públicos sobre assuntos gerais, e não é suficientemente detalhado para ser aplicado a material altamente especializado” (SCHELLENBERG, 2006, p. 94), ou seja, deve ser utilizado com cuidado, pois os documentos que precisam ser classificados por assunto devem seguir os padrões rígidos de classificação,

para que se tornem acessíveis, e suas classes devem ser desenvolvidas de acordo com as necessidades observadas.

Dessa forma, nas explicações dos autores, fica claro que a classificação por assunto é vista como um elemento e também como um tipo de classificação que pode ser aplicada, assim como a classificação funcional e a classificação organizacional.

Por classificação funcional entende-se aquela que provém da identificação das funções realizadas pelas instituições. Assim, há como estruturar um plano de classificação que reflita uma cadeia hierárquica em que ficam estabelecidos todos os níveis, de forma estruturada, a partir da entidade produtora (SCHELLENBERG, 2006).

A classificação organizacional tem relação com a descentralização física dos documentos, pois, em um governo, a produção de documentos é incessante e, por vezes, como descrito na classificação por assunto, esses documentos acabam ficando separados; neste caso, são documentos separados de várias seções de um mesmo órgão. Schellenberg (2006) explica que essa classificação é realizada através da definição das classes primárias, que irão representar os principais elementos de organização da instituição. “A divisão em classes organizacionais é possível e aconselhável somente em governos de organização estável, e cujas funções e processos administrativos sejam bem definidos” (SCHELLENBERG, 2006, p. 91). Dessa maneira, como explica Heredia Herrera (1991), é muito comum encontrar em órgãos governamentais classificações mistas, ou seja, orgânico-funcionais, para que seja possível organizar todos os documentos produzidos.

Quanto aos princípios de classificação que devem ser seguidos para que a atividade seja coerente, os expostos por Matín-Pozzuolo Campillos (1996) são resultado de sua análise feita de autores da escola alemã, que, de acordo com a autora, colocam o princípio da proveniência e o de pertinência<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> O princípio de pertinência, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 136), é o “princípio segundo o qual os documentos deveriam ser reclassificados por assunto sem ter em conta a proveniência e a classificação original. Também chamado de princípio temático”. Na introdução do referido Dicionário, encontramos uma justificativa para o termo estar presente na obra. De acordo com os autores, o termo praticamente não mais é utilizado, no entanto é preciso conhecê-lo devidamente.

como os norteadores principais da classificação, sendo que qualquer outro procedimento será variante dos dois primeiros.

A autora também se refere à visão dos autores da corrente holandesa, que definem o princípio da proveniência como o principal norteador do processo de classificação, como já foi visto anteriormente, inclusive, em contrapartida ao que os alemães apresentam como princípio da pertinência, Matín-Pozzuelo Campillos (1996) chama a atenção para a afirmação de que não é o assunto que deve determinar onde o documento irá ficar e sim sua destinação.

Por fim, a autora analisa a obra de Herman Hardenberg, *Algunas reflexiones sobre los principios para el ordenamiento de archivos*, de 1963, em que estão dispostos alguns princípios que se completam. A autora, então, elenca os princípios da seguinte maneira:

**Quadro 3:** Os princípios arquivísticos para classificação expostos por Martín-Pozzuelo Campillos (1996, pp. 56-57)

<b>Princípios arquivísticos de classificação: Martín-Pozzuelo Campillos (1996, pp. 56-57).</b>	
Princípio de destino	Os documentos devem ocupar um lugar no grupo, de acordo com sua natureza inicial
Princípio da estrutura arquivística	Preserva-se o grupo de um arquivo como um todo e não devendo ser alterada a sua ordem
Princípio da restituição	Incide em restituir a ordem do arquivo
Princípio funcional	Os divisões ou subdivisões vêm das tarefas executadas pelo órgão ou pessoa produtora
Princípio de organização	Os grupos refletem a organização da instituição criadora e a organização da instituição

**Fonte:** Elaborado pela autora

A autora reafirma que, obviamente, o princípio de proveniência perpassa todos os outros enumerados.

Os princípios expostos por Schellenberg (2006) servem de base também para Heredia Herrera (1991) e podem ser resumidos da seguinte maneira:

- As classes formuladas devem ser sempre *a posteriori* e nunca *a priori*. Schellenberg (2006) explica que as classes devem ser criadas de acordo com a necessidade e não previamente estabelecidas. No início, podem ser agrupadas de forma mais geral e depois, com a observação e com as necessidades de uma entidade, podem ser expandidas. Esse fato vai de encontro ao que propõe como princípio Heredia Herrera, para quem a classificação é uma atividade anterior à ordenação.

- Os autores defendem a necessidade da consistência (HEREDIA HERRERA, 1991; SCHELLENBERG, 2006), ou seja, é importante que os níveis sejam condizentes exatamente com a subdivisão institucional. Cada nível tem que representar a função ou atividade a que se relaciona.
- Estabelecer cabeçalhos que mostrem também atividades auxiliares, como incluir miscelâneas, por exemplo.
- Estabelecer cabeçalhos separados de atividades que são destaque, como políticas, métodos, ou seja, que são importantes e servem para decisões também importantes na instituição. Deve-se instituir meios para dar destaque a esses documentos ou elaborar cabeçalhos mais específicos (HEREDIA HERRERA, 1991; SCHELLENBERG, 2006).
- É interessante manter um esquema de classificação que se refira às funções correntes da instituição, e que seja periodicamente ajustado, de acordo com as necessidades impostas (SCHELLENBERG, 2006).

Os elementos definidos acima para o fazer da classificação são explicados pelos manuais e devem ser analisados levando em consideração as mudanças que ocorrem nos arquivos e nos próprios documentos. O acesso às informações da instituição é primordial para seu funcionamento e se torna cada vez mais urgente com o volume e quantidade que hoje são produzidos, visto que, seus suportes também se modificaram.

Nesse sentido, a questão da gestão da informação se torna latente nas práticas consolidadas que tratam basicamente da tradição escrita e dos documentos. Assim, no próximo subtópico, abordaremos a gestão da informação sob o ponto de vista de autores que se dedicam à arquivística integrada e qual a análise da classificação, a partir do princípio da proveniência, feita por estas novas discussões.

#### 4.2.1 A gestão da informação e a classificação

A definição do Princípio da Proveniência na contemporaneidade tem sua ótica voltada à Arquivística Integrada<sup>22</sup>, que tem como expoentes Rousseau e Couture. Segundo Lopes (1996, p. 76):

O surgimento no Canadá da proposta de uma arquivística integrada, possivelmente, relaciona-se com o contexto histórico de um país que vive a dualidade da influência cultural européia continental, especialmente a francesa e a do pragmatismo anglo-saxão desenvolvido nos Estados Unidos. [...]. É notável, nesta proposta, a busca de se fundir o records management com a archivistique, em bases diferentes, onde o resultado é superior à soma das partes. Trata-se de um projeto teórico e prático que não renega, aprioristicamente, as origens da arquivística, mas faz a releitura e a adaptação aos problemas atuais.

De acordo com Lopes (1996), Rousseau e Couture (1998), usam a gestão da informação auxiliada pela gestão de documentos, para uma reinterpretção dos pilares tradicionais na arquivística. Têm como base duas vertentes, onde os documentos não devem ser misturados com os de outra proveniência, e cada um deve ser depositado no fundo de origem, ou seja, “preside à organização dos documentos nas unidades e que estes devem conservar e, por outro lado o valor de testemunho que alguns deles têm” (ROUSSSEAU; COUTURE 1998, p. 82).

Para os autores supracitados, Natalis de Wailly deu uma “personalidade” que disciplinava a arquivística com uma nova maneira de tratamento, onde os profissionais poderiam se apoiar para evitar que erros fossem cometidos ao permitir que a organização fosse realizada por fatores que não seriam, de modo algum, fiéis a sua origem, como assunto, autor, cronologia, etc (ROUSSSEAU; COUTURE 1998).

---

<sup>22</sup> De acordo com Garcia e Schuch Junior (2002, p.46): “A arquivística integrada, desenvolvida no Canadá por Rousseau e Couture (1982, 1998), propõe uma arquivística que se preocupa com o tratamento da informação desde seu nascimento até o seu destino final. A arquivística é tratada como a disciplina que agrupa todos os princípios, normas e técnicas que regem as funções de gestão dos arquivos, tais como a criação, a avaliação, a aquisição, a classificação, a descrição, a comunicação e a conservação.”

Os autores escrevem que este princípio é a base teórica e a norma que deve estar presente na elaboração de todos os procedimentos que farão parte do tratamento dos documentos de arquivo. Afirmam que independente da idade dos documentos, o Princípio da Proveniência deve ser respeitado a fim de regular todo o conjunto de informações e documentos advindos de organismos ou de pessoas (ROUSSEAU; COUTURE 1998).

Pense-se na criação, avaliação, aquisição, classificação, descrição, comunicação ou na conservação dos arquivos: todas as intervenções do arquivista devem ocorrer sob o signo do princípio da proveniência e, à partida, do reconhecimento do fundo de arquivo como unidade central das operações arquivísticas.

O Princípio da Proveniência, para os autores, tem dois graus, sendo o primeiro relacionado à forma de arranjo, na qual os documentos gerados por determinada pessoa ou instituição, permanecem unidos ou podem ser agrupados, caso estejam separados (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Pode ser aplicado tanto na fase corrente quanto intermediária. Os autores chamam a atenção para a necessidade de se respeitar este primeiro grau e preservar a utilidade administrativa dos documentos, assim como a importância do valor de testemunho que é conseguido justamente por conta deste respeito, pois “os documentos activos e semiactivos de uma unidade formam uma entidade própria que não pode ser misturada com os documentos de uma ou de várias outras unidades.” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.83)

No segundo grau, os documentos pertencentes a um fundo têm, obrigatoriamente, que preservar ou restabelecer, o lugar que ocupam originalmente no arquivo. Rousseau e Couture afirmam que para que o segundo grau seja cumprido faz-se necessário a existência de uma ordem original aos documentos, onde entram os quadros de classificação e as outras funções relativas a organização do arquivo. Em casos em que o arquivista tem de fazer um trabalho mais acentuado em relação à ordem original os autores deixam a escolha: “Na ausência de um quadro de classificação para os activos, o arquivista escolhe entre as seguintes possibilidades: conservar a ordem existente, tentar reconstituir a ordem primitiva ou aplicar outra ordem.” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.84)

Como vantagens da aplicação do Princípio da Proveniência, Rousseau e Couture (1998), elencam a integridade administrativa e o valor de testemunho, pois os arquivos são o resultado de todas as atividades de pessoas ou instituições e conservá-los em sua ordem natural é poder deixar para conhecimento futuro tanto o testemunho histórico quanto o reflexo das funções desenvolvidas.

A partir de afirmações de Heredia Herrera (1993), Rousseau e Couture escrevem que a utilização do Princípio da Proveniência define a conservação dos documentos em seu lugar de origem e no lugar onde serão armazenados, contemplando assim sua forma de arranjo e estruturação interna, o que favorece a recuperação das informações a partir do momento em que evidencia todas as funções e relações do funcionamento e das atividades que refletem seu órgão produtor, “Isto confere um método de trabalho ao arquivista, em virtude do qual ele considera primeiro as unidades de trabalho maiores, e em seguida as mais pequenas.” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 85).

Desta forma, a recuperação das informações fica muito mais explícita com o conhecimento das relações determinadas pelas atividades e funções do órgão produtor, quando da aplicação do Princípio da Proveniência. Outra vantagem apontada pelos autores é o fato da maximização do processo de gestão dos arquivos, pois:

Para cada uma das funções arquivísticas, o princípio da proveniência fornece grandes eixos, um quadro geral de intervenção baseado nas características e nas actividades da pessoa moral ou física a que se refere. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 85).

Em dissertação de mestrado<sup>23</sup> Tognoli (2010) faz uma análise, através de alguns autores, da “redescoberta da proveniência pelos arquivistas canadenses” mostrando que ao princípio foi dado um novo significado, contemplando seu contexto, produção e sentido social. Nas palavras da autora:

Entendido antes como um princípio físico e estático, seu objetivo era proteger a integridade dos fundos, mantendo-os

---

<sup>23</sup> Para maior aprofundamento no assunto ver Tognoli (2010).



unidos fisicamente. No entanto, mais do que manter a união dos documentos provenientes de uma mesma fonte criadora, em um fundo específico, o princípio pode ser utilizado para análise funcional nos contextos e processos de criação dos documentos. (TOGNOLI, 2010, p. 65)

Assim, o princípio da proveniência passa a ser entendido valorizando os múltiplos contextos que podem estar envolvidos na produção de um documento, o que mostra de forma mais clara a dinâmica de seu funcionamento no órgão produtor ou no processo de vida de uma pessoa, assim como toda a estrutura social que sustenta e sustentou as atividades daquele documento, tendo explicitada também sua função social (TOGNOLI, 2010).

As definições e conceitos expostos pelos autores confirmam que as possibilidades levantadas para o uso do Princípio da Proveniência, visto sob a ótica da Arquivística Integrada, garante aos profissionais um método de trabalho com segurança no sentido de eliminar prováveis prejuízos ao arquivo como perdas ou mudanças de regiões com risco de dispersão da documentação. Garante também que seja mantido o preceito de que os documentos de determinado lugar fazem parte da história e da herança cultural de um povo (LOPES, 1996).

É possível, a partir dos apontamentos acima, observar que as premissas da Arquivística Integrada proporcionam maiores bases para que todos os tipos de documento sejam tratados, assim como pensar na totalidade dentro de um arquivo. A diversidade de informações quanto o volume destas necessita de um tratamento onde o acesso seja privilegiado, no sentido de dar as condições aos profissionais e aos usuários de visualizar efetivamente como estão dispostas na instituição.

De acordo com Lopes (1996, p. 85), é necessário que a gestão da informação seja prática essencial nas instituições<sup>24</sup> e que a gestão arquivística tenha “por base o conhecimento teórico e prático sobre a

---

<sup>24</sup> Para maior aprofundamento sobre a gestão da informação e seus parâmetros na arquivística ver LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCAR, 1996.

informação e sobre os parâmetros referentes á organização de acervos [...]” , desta forma, o autor explica que a gestão de documentos é o que pode acarretar a gestão de informações e para que isto ocorra é preciso delimitar e consolidar conceitos que fazem parte do tratamento destes documentos que deve ser realizado com o aprofundamento teórico e prático das atividades que Lopes (1996, p.86), chama de “coração arquivístico”: a classificação, a avaliação e a descrição.

O autor justifica suas colocações explicando que atualmente cada vez mais o profissional arquivista ainda é requisitado para resolver os problemas decorrentes do grande acúmulo de documentos em sua maioria textuais e com o suporte tradicionalmente tratado, o papel. No entanto, com o surgimento dos diferentes suportes informacionais e das diferentes informações produzidas, este profissional tem também que saber lidar com organização de acervos que vão desde sonoros, filmes, fotografias, passando pelo acesso à informações que por vezes tem de ser compartilhadas com outras instituições e profissionais e o trabalho com sistemas de informação (LOPES, 1996).

Levando estas colocações em consideração, a proposta é que ao pensar na classificação de documentos na concepção da Arquivística Integrada, deve-se estudar as “estruturas, as funções, as atividades e as características específicas dos acervos” (LOPES, 1996, p. 98), para poder ser definido o conjunto de classes, série e subséries que refletirão de modo correto a organização do órgão produtor.

A perspectiva da Arquivística Integrada, que defende a idéia de realizar concomitantemente as atividades de classificação, avaliação e descrição, parte de algumas fases para contemplar o resultado. Uma destas fases é o tratamento inicial do documento, definido por etapas de pesquisa por Lopes (1996). Estas etapas vão influenciar posteriormente na elaboração das atividades acima mencionadas. Descrevemos a seguir as etapas de pesquisa propostas por Lopes (1996) por considerar de fundamental importância para a classificação.

**Quadro 4** : Síntese das etapas da pesquisa para futuras classificação, avaliação e descrição de documentos. Lopes (1996, p.90-97).

<p><b>1<sup>a</sup></b> <b>Etapa</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- levantar estruturas político-administrativas das funções e das atividades das organizações</li> <li>- considerar a origem, evolução e a situação atual da instituição</li> <li>- estudar a historia da instituição e de suas estruturas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- pesquisas</li> <li>- entrevistas</li> <li>- consulta a documentos ou tudo o que fale sobre a documentação.</li> </ul>
<p><b>2<sup>a</sup></b> <b>Etapa</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- levantamento da documentação e do meio físico de guarda</li> <li>- mensuração dos dados sobre o acervo</li> <li>- diferenciar quantidade, suporte, estado de conservação</li> <li>- definir tipologia documentais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- pesquisa junto ao acervo e pelo</li> <li>- estudo das tipologias documentais</li> </ul>
<p><b>3<sup>a</sup></b> <b>Etapa</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- elaboração do método de arquivamento e de recuperação das informações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- pesquisar nas práticas arquivísticas o método mais adequado.</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pela autora

As etapas de pesquisa levarão à elaboração da classificação mais adequada ao acervo e dos procedimentos que resultarão na recuperação

das informações. Lopes (1996), escreve que é defendida uma classificação que possa gerar dossiês dos documentos que devem ser unidos efetivamente sob “o ponto de vista intelectual” (LOPES, 1996, p. 99), pois podem estar separados fisicamente por conta de seus suportes mas têm de refletir a estrutura da organização.

Pode-se imaginar a formação de dossiês, contendo tipologias e suportes bastante diversos, como, por exemplo, ampliações fotográficas, registros eletrônicos e correspondências, prestando e solicitando informações sobre, por exemplo, um congresso de arquivos. A classificação ideológica por dossiês permite que seja possível reunir as informações sobre o conjunto de documentos que, mesmo estando fisicamente separados, estarão intelectualmente, ordenados e codificados do mesmo modo.

O relacionamento entre documentos e seu produtor e dos documentos entre si, têm assegurado seu caráter orgânico e informacional através da Arquivística Integrada, por ser demonstrada a importância de compreender a natureza de um documento a partir do momento de seu nascimento com características de documento arquivístico, com valores e informações que façam sentido a seu produtor e a seus pesquisadores e que a classificação corresponde a uma fase que, sistematizada com o restante do tratamento, é essencial para a recuperação das informações.

Por fim, é possível entender, a partir das definições e discussões referentes à classificação explicitadas aqui, que esta é fundamental para o desenvolvimento da teoria e das práticas arquivísticas. Concordamos com Sousa (2003, p. 241) quando este afirma que a classificação:

É a função intervenção que dá sentido e que preserva o caráter orgânico do conjunto, espinha dorsal de todo o conhecimento arquivístico e o que delimita e distingue o objeto (informação) da Arquivística das outras áreas da Ciência da Informação. A classificação insere-se em um espaço informacional que de um lado se coloca o estoque informacional (arquivo) e de outro o “necessitador” da informação (o usuário). Ela aparece como uma ponte entre o sujeito (usuário) e o objeto (o arquivo), dando a este último inteligibilidade não apenas como instrumento organizador, mas, também, como canal de comunicação.

Assim, a classificação não se resume a atribuir números, códigos e subdivisões a atividades e documentos, e sim é um processo de organização intelectual em que as características, as informações e o contexto de cada documento tratado refletem, com maior ou menor grau de complexidade, as funções e atividades desenvolvidas por uma instituição, a vida de uma pessoa ou os fatos de uma cidade ou país. A principal função de um documento de arquivo é a informação a respeito de determinado fato.

Fica claro que os estudos sobre a classificação arquivística, assim como os estudos gerais da classificação no campo da Ciência da Informação, devem ser aprofundados no sentido de dar mais subsídio teórico aos profissionais, isso refletirá no momento da chegada dos documentos ao usuário.

Para compreender melhor como é realizada a classificação arquivística partimos agora para a análise dos caminhos que o documento fotográfico percorreu até os arquivos. Em seguida trataremos do contexto da documentação fotográfica do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

### **4.3 Os arquivos e os documentos fotográficos**

A lógica da produção de fotografias revela que as explorações das capacidades de registros foram ao máximo utilizadas para documentar diferentes acontecimentos públicos ou privados. Aos poucos, as fotografias passaram a fazer parte da realidade social ao ponto de a necessidade de registrar fatos ganhar status documental e importância em diferentes áreas do conhecimento como a Medicina, a Arquitetura, Criminalística, Antropologia, ou seja, diante de propósitos diversos a fotografia desempenha a função de acompanhar a trajetória de seus produtores.

Pode-se dizer que nos arquivos a entrada do documento fotográfico se deu através dos usos que este tinha em uma sociedade ávida por ter em mãos todos os tipos de provas: das coleções particulares do início do século XX às fotografias institucionais, o caráter documental se mostrou como um testemunho da existência de coisas e pessoas que fizeram parte da construção de uma época.

Considerando o ano de 1826 como o marco da primeira vez que uma fotografia foi fixada em um suporte e que sua expansão se deu ao longo da segunda metade do século XIX, pode-se indicar como provável data do início da entrada desta em arquivos todo o século XX que foi significativo no desenvolvimento técnico e nas discussões em relação ao status de documento não só das fotografias como de diversas fontes<sup>25</sup>.

Tratando da função e desenvolvimento dos arquivos audiovisuais, Edmondson (1998, p.19), escreve que não se pode datar ou inferir um início formal para o começo destes, visto que: “Emergiram de fontes difusas, em parte sob os auspícios de uma larga variedade de instituições de recolha, instituições acadêmicas e outras, como uma extensão natural do seu trabalho.” Desta forma, é de se pensar que a produção fotográfica da época foi “naturalmente” sendo acumulada por estas instituições e quando não, havia a produção de entidades que registravam os feitos da história de empresas ou da administração pública assim como a necessidade, ainda incipiente, de conservá-las.

A grande febre e popularização que a fotografia teve em meio ao público que, em seu início, era apenas restrito às camadas mais abastadas da sociedade teve um desenvolvimento iminente e ganhou lugar entre uma grande parcela da população que desejava ver-se “imortalizada” pela figura bidimensional que mostrava realmente como as coisas eram fazendo com que os estúdios e ateliês fotográficos funcionassem com enorme força. Este sucesso contrasta, na visão de Edmondson (1998), com o atraso com que os

---

<sup>25</sup> “Em 1929, uma profunda crítica da noção de documento começou a ser elaborada pelos fundadores da revista “*Annales d’histoire économique et sociale*”, Lucien Febvre e Marc Bloch, que viria margeada pela “*Escola dos Annales*”. Tinham como objetivo eliminar o espírito de especificidade, promover a pluridisciplinaridade, favorecer a união das ciências humanas, passar da fase dos debates teóricos para a fase das realizações concretas, nomeando inquéritos coletivos no terreno da história contemporânea (LE GOFF. 1932). Nesse contexto surge o que seria uma nova concepção de história, a *nouvelle histoire* que, associada à *Escola do Annales*, se torna uma corrente inovadora, estudando a história de longa duração ou seja, trabalhando com estruturas particulares e não com épocas (BURKE, 1992, p.12). No campo de suas técnicas e métodos a história foi se modificando e, se antes a documentação era relativa ao evento e ao seu produtor, agora ela se torna massiva, serial e revela o duradouro. Portanto, com a *nouvelle histoire*, os documentos passam a ser mais amplos e abrangentes, enfim, qualquer fonte pode ser passível de interrogações sobre o passado. A história se descentraliza dos grandes feitos e presta atenção aos fatos cotidianos, ao homem comum, à coletividade e comportamentos.” (ALBUQUERQUE, 2006, p.51).

arquivos audiovisuais se desenvolveram. De acordo com o autor, apenas nos anos de 1930, os documentos audiovisuais passam a ter uma “identidade mais visível”, incidindo principalmente no estabelecimento de organizações federativas que tinham o objetivo de representar os diferentes suportes informacionais que emergiam naquele momento. Este reconhecimento veio também pelas federações e organizações internacionais de arquivos e bibliotecas (EDMONDSON, 1998, p.19) que perceberam que não poderiam mais deixar seus acervos aquém destes documentos. O autor destaca igualmente a dificuldade dos profissionais da área de arquivos de desenvolver um trabalho especializado nas instituições:

Os arquivistas audiovisuais, como um grupo profissional, também não tiveram nenhum começo formal e estão ainda a desenvolver um sentido de identidade. Aqueles que se identificam com a nomenclatura ou suas variantes, em todo o mundo, vêm de formações muito diversas. Alguns têm qualificações reconhecidas em uma ou mais das profissões que colecionam; outros não.  
(EDMONDSON, 1998, p.19)

Em artigo onde trabalha a questão da fotografia e os arquivos Heredia Herrera (1993) destaca que a França é o país que tem um maior cuidado e atenção às discussões de cunho arquivísticos e que leva em consideração a fotografia como um documento que faz parte de praticamente todas as instituições (HEREDIA HERRERA, 1993). Desde 1859 as coleções de fotografias e seu armazenamento em instituições públicas daquele país se tornaram algo habitual, visto que uma sala exclusiva para estes documentos foi mantida no “Palacio de Industria” (HEREDIA HERRERA, 1993). A autora relata também que em 1949 houve a publicação do primeiro repertório de coleções fotográficas. Não se limitando aos arquivos, a fotografia na França alcançou também museus, como o Museu D’Orsay que propiciou exposições permanentes e, por conseguinte, a Biblioteca Nacional francesa, que guarda milhões de documentos fotográficos (HEREDIA HERRERA, 1993).

Para Lacerda (2008), a fotografia, assim como os filmes, são frutos da era moderna e padecem com a ênfase dada ao documento textual que praticamente ainda domina o universo de estudo de pesquisa neste

campo, ficando relegadas as discussões em relação às “suas características [fotográficas] de registro visual e os atributos exigidos para a aferição de seu valor documental.” (LACERDA, 2008, p.76). No entendimento da autora isso acontece mesmo tendo como fato a presença destes documentos nos arquivos públicos e pessoais.

Quanto a entrada do documento fotográfico nos arquivos, Heredia Herrera (1993) escreve que há diversas questões que necessitam de aprofundamento, quais sejam a terminologia, conservação, suas possibilidades informacionais, formas de agrupamento, o tratamento que transita entre a dupla vertente de classificação e de análise. Segundo a autora, o que realmente importa é conhecer os documentos fotográficos e poder estabelecer suas semelhanças ou não com os documentos de um arquivo. A autora coloca como principal observação a vinculação institucional sendo o diferencial para os diversos suportes. Apenas estabelecendo essa relação é possível tratar o documento tanto quanto a sua conservação e armazenamento como quanto as suas propriedades informacionais e a recuperação de informações. (HEREDIA HERRERA, 1993).

Já Lacerda (2008, p.76-77), vê na inserção destes documentos nos arquivos:

[...] uma transformação notável na área, modificando profundamente a própria forma de se produzir e acumular arquivos no mundo contemporâneo [...]. Essas formas de registro de ação e de informação são portadoras de ‘materialidade’ e de ‘recursos de expressão’ distintos daqueles que representam os diferentes registros presentes na massa documental acumulada ao longo dos séculos.

Esta questão é identificada pela autora como uma primeira dificuldade em aplicar as metodologias presentes no tratamento arquivístico (LACERDA, 2008) que foram durante séculos consolidadas para materiais ditos “tradicionais”. Para Heredia Herrera (1993), o entendimento do conceito de arquivo foi ampliado pelas discussões na linha francesa, onde os objetivos podem, por exemplo, não se limitar a armazenar apenas documentos resultantes de gestão institucional, mas também a outros tipos de documentos que são testemunhos das atividades humanas e fazem parte da memória coletiva (HEREDIA HERRERA, 1993).



Outra questão apontada por Heredia Herrera (1993) é a dimensão artística e informativa que a fotografia apresenta que faz com que este documento esteja em arquivos, bibliotecas, museus e centros culturais sendo diferenciadas pelos objetivos a que foi produzida, deixando para as instituições a decisão de qual deve armazená-las.

O uso que o documento fotográfico pode ter em um arquivo está ligado aos objetivos da instituição que, de acordo com Lacerda (2008), justamente por esse motivo, podem ser utilizados separadamente ou ficar alocados em diferentes espécies e tipos documentais, podem ser copiados em novas séries e servir a outras funções diferentes das inicialmente propostas e podem ter um tratamento de arquivamento específico, sem levar em consideração o restante da organização da instituição (LACERDA, 2008).

Em relação à denominação que os documentos fotográficos têm nos acervos arquivísticos Heredia Herrera (1993) exemplifica duas situações de aquisição, uma de produção de fotógrafos pessoais e outra da produção fotográfica por objetivos institucionais. No entendimento da autora “arquivos fotográficos” e “fundos fotográficos”:

[...] son denominaciones que entran en colisión con la terminología archivística. En el primer caso archivo es utilizado simplemente en la dimensión de almacén de documentos, en este caso fotografías. En todo caso el concepto de archivo referido a las fotografías liga solo de pasada con la dimensión de archivos personales cuando se trata de la producción de un fotógrafo. (HEREDIA HERRERA, 1993, p.11)

Logo, para a autora, o problema está na gênese<sup>26</sup> da produção fotográfica. Se utilizada a denominação arquivo ou fundo fotográfico há o risco de se referir apenas ao lugar físico onde se guardam os documentos e,

---

<sup>26</sup> As autoras Madio e Fujita (2008, p. 253) discutem a gênese, a ação e motivo pelo qual o documento foi produzido, como processo fundamental para o arquivamento. De acordo com as autoras “A gênese documental dessa produção, ou seja, a ação que determinou sua elaboração, juntamente com sua relação intrínseca com os demais documentos, são fundamentais e determinantes para a compreensão da efetivação e concretização específicas do documento. O documento só existe a partir de uma ação, de uma vontade que se efetiva, se concretiza em uma materialidade. Portanto, o documento fotográfico de arquivo, como qualquer outro, tem sua criação estabelecida por normas e ações que determinam e definem sua estrutura final.” (MADIO;FUJITA, 2008, p. 253). A mesma idéia é defendida por Sousa (2009, p.114) quando escreve que “A partir da apropriação dos pressuposto da Teoria da Classificação, entendemos que os princípios de divisão do conjunto (arquivo) devem ser procurados na própria gênese documental, no processo de criação, nas relações estabelecidas e na reprodução das conexões originais.”

por outro lado, o conceito pode aludir à produção pessoal de um fotógrafo, sendo assim arquivos pessoais que ganharão status de “arquivo ou fundo fotográfico”. No entanto, no conceito arquivístico, segundo Heredia Herrera (1993), o fundo tem um relação com a produção originada de uma instituição, a proveniência, e no caso que ela exemplifica esta denominação está sendo utilizada em substituição a “coleções fotográficas”, que seria o mais adequado (HEREDIA HERRERA, 1993). Portanto, as fotografias encontradas em arquivos, Heredia Herrera (1993) são coleções fotográficas produzidas por determinado fotógrafo ou fazem parte dos trâmites obrigatórios das agências de imprensa, por exemplo, de uma instituição. As coleções podem ser adquiridas por compra ou doação ou por transferência por estarem junto a documentos textuais sendo denominadas séries (HEREDIA HERRERA, 1993).

Similarmente, Boadas i Raset (2008, p.28-29), enumera pelo menos quatro tipos de situações em que os documentos fotográficos podem ser adquiridos por arquivos:

- Fotografías generadas por la institución u organización titular del centro, que a menudo puede acompañar a documentación de naturaleza textual y que en determinados casos puede tener un origen y un valor administrativo;
- Reportajes contratados por la institución u organización titular del centro con el objetivo de dejar testimonio gráfico de sus actividades (sociales, culturales, promocionales, divulgativas, etc.);
- Adquisiciones. En el obligado contrato que se debe establecer con el fotógrafo, es preciso indicar quien detendrá a partir de este momento los derechos de explotación de las imágenes fotográficas
- Donaciones o cesiones. En general constituyen el volumen más importante en la mayoría de archivos fotográficos, circunstancia que debería exigir una clara regulación de los derechos de explotación en el momento de su aceptación (p.28-29)

Estas formas comuns de ingresso podem produzir, para Boadas i Raset (2008), alguns determinantes para efetuar procedimentos referentes, num primeiro momento, a acomodação dos documentos no acervo como a necessidade de utilizar equipes especializadas para determinar a técnica que o documento foi produzido, visto que podem produzidas em, por

exemplo, metal, vidro, papel, etc., e também determinar qual a técnica de fixação de imagens. Estes fatores influenciarão na conservação dos documentos e nas condições de sua posterior recuperação para consultas. (BOADAS I RASET, 2008).

Desta forma, percebe-se que os arquivos armazenam documentos fotográficos desde praticamente o início de sua produção e uma das conseqüências é a busca e necessidade de aperfeiçoar as técnicas de tratamento destes materiais.

As circunstâncias do tratamento dos documentos fotográficos em arquivos são bem discutidas na literatura da área e o esforço para elaborar metodologias condizentes com a teoria arquivística é visível neste sentido, mesmo que por vezes ainda não seja executado. Para Heredia Herrera (1993) o tratamento do documento fotográfico se dá através da classificação logo em sua entrada no acervo e para a sua recuperação é indicado a elaboração de um índice ou tesouro (HEREDIA HERRERA, 1993). A autora também indica que a seleção deve ser realizada a partir dos elementos e circunstancias de sua produção.

Para Lacerda (2008), há o problema das técnicas vigentes na biblioteconomia, fato que faz com que arquivistas se espelhem e utilizem estas técnicas, o que em seu entendimento, acaba criando abordagens equivocadas do documento fotográfico ao ponto de não desenvolverem uma teoria própria sobre o assunto, já que este é terreno fértil para discussões na área. Lacerda (2008, p.78) enfatiza que:

Essa abordagem equivocada, consubstanciada no tratamento isolado de cada fotografia, tendo em vista extrair apenas seu valor informativo, ligado aos fatos visuais que representa, alimenta um círculo vicioso que culmina com a naturalização dessas fontes, por parte dos pesquisadores em geral, no sentido de as considerarem os melhores registros capazes de veicular de forma mais “fiel” uma realidade exterior a eles. Documentos descontextualizados, assim como fontes descontextualizadas, devem se constituir num problema de primeira ordem a arquivistas, historiadores e pesquisadores em geral no desenvolvimento de seu trabalho.

Assim, a autora toca em um ponto polêmico sobre o tratamento do documento fotográfico sob a ótica arquivística. Principalmente em relação à classificação destes documentos não há quase nada estabelecido e a base por muitas vezes acaba sendo os tratamentos dados aos materiais na biblioteconomia. É importante referenciar Lopez (2010), pois este parte do princípio de que uma das principais diferenças entre os documentos de uma biblioteca e de um arquivo é a produção. Em um arquivo os documentos são produzidos em série pelo órgão produtor e não se caracterizam pelo tratamento individual, neste sentido o autor questiona, como Lacerda (2008), o tratamento individualizado e “especial” dado aos documentos fotográficos, fato que o separa totalmente da atividade de classificação. Sobre a incidência do documento fotográfico nos arquivos e seu tratamento principalmente em relação à classificação, Lopez (2010) se refere a documentos imagéticos e explica que sua ocorrência nos arquivos pode se dar:

[...] integrado em outros documentos (positivos fotográficos anexos a um processo, por exemplo); como resultado final de uma ação (registros fotográficos de uma assessoria de prefeito, por exemplo) ou como uma coleção que não guarda uma relação orgânica com seu produtor, ou cujo vínculo já não é mais possível de determinar. Tal diferenciação apresenta características fundamentais quanto à organicidade dos documentos. (LOPEZ, 2010, p.221).

O autor esclarece que em relação ao primeiro caso, quando a imagem está junto a outros documentos principalmente textuais, não há a possibilidade de ter uma unidade documental, pois está associada a um determinado conjunto e já classificada a partir dele. O tratamento então se dá através da separação física, por conta do diferente tipo de tratamento de conservação (LOPEZ, 2010, p. 221). No segundo caso, que são documentos produzidos por assessoria de comunicação dentro de um determinado órgão, Lopez (2010) explica que é possível atribuir a espécie documental, pois o documento fotográfico estaria ligado à funções exercidas na instituição e seria fruto de uma ação. O último caso, referente a coleções adquiridas pelos arquivos, é a que tem possibilidades de maior dificuldade na aplicação de normas arquivísticas visto que chegam aos arquivos sem uma organização e por vezes sem informações de sua proveniência. Neste caso, Lopez (2010) indica que a descrição, sem contemplar a contextualização de produção, pode

ser a única alternativa de tratar estes documentos para sua posterior recuperação. Lopez (2010) alerta que qualquer tratamento deve, como colocado também por Heredia Herrera (1993), vir antes de tudo ser “direcionada pela classificação” (LOPEZ, 2010, p. 224). É ela que vai garantir a total contextualização dos documentos que não podem ser tratados de forma diferente dos outros documentos do arquivo (LOPEZ, 2010, p. 224).

Retomando um pouco o sentido de classificação, agora com um entendimento voltado aos documentos fotográficos Damián Cervantes (2008), explica que ao ter uma quantidade de documentos é necessário estabelecer agrupamentos que os diferencie e isto se faz do geral ao particular, ou seja, a gênese do documento é imprescindível para a identificação do fundo, o geral, e as atividades realizadas neste fundo, o particular (DAMIÁN CERVANTES, 2008). Desta forma, o quadro de classificação reflete as seções, subseções e séries que compõe aquele fundo e possibilita uma estruturação hierárquica evidenciando as funções e atividades sem dar possibilidades de ambigüidade em relação ao lugar de um documento dentro de um fundo, já que este está refletido no quadro de classificação<sup>27</sup>.

Entendida dessa maneira, a atividade de classificação está intrinsecamente relacionada à recuperação final do documento de arquivo, e o documento fotográfico como qualquer outro documento de um arquivo necessita de contextualização correta para que suas informações possam ser recuperadas.

---

<sup>27</sup> O autor continua explicando minuciosamente a importância da classificação e relata que “Como se percibe, hablar de clasificación conlleva tácitamente a plantear la existencia de agrupaciones documentales, mismas que Arévalo denomina unidades documentales, y que para otros efectos también se les puede designar unidades de descripción. Con fines de análisis se pueden identificar tres tipos: Unidades mayores, conformada por fondos; unidades intermedias, que comprende las secciones, subsecciones y series y; unidades menores, integrada por expedientes y piezas documentales. Estas son calificadas como agrupaciones naturales cuando su procedencia es común, debido a que tanto su producción como su acumulación se dan espontáneamente como resultado de la administración de una institución. Sin embargo en la práctica suelen encontrarse conjuntos documentales cuyo origen está en distintas entidades productoras, o en su caso en oficinas administrativas diferentes. En tales situaciones se hablará de colecciones, que se ubicarían en las unidades mayores y; secciones (o subsecciones, o series) facticias, identificadas con las intermedias. Parafraseando las obras principales de Heredia Herrera (1991, p. 141-150) y Cruz Mundet (1994, p.244-249), así como al glosario incluido en la Norma ISAD-G (2ª. ed. 1999, p. 16-18), se definen a continuación en forma somera dichos conceptos, procurando de esta manera facilitar la lectura del presente apartado.” (DAMIÁN CERVANTES, 2008, p.36)

No âmbito de um arquivo permanente, estas atividades por vezes podem ser realizadas tendo de ser feitas algumas adaptações, pois, na prática, uma série de questões surgem e dificultam o trabalho dos especialistas. Neste sentido, no próximo tópico será tratado especificamente sobre a documentação fotográfica do Arquivo Público do Estado de São Paulo e do tratamento que está sendo realizado acerca das coleções e fundos compostos por documentos fotográficos.

#### **4.4 O Acervo Iconográfico e Cartográfico do Arquivo Público do Estado de São Paulo**

Veremos a seguir um breve histórico do Arquivo Público do Estado de São Paulo e a formação de seu Acervo Iconográfico visando no tratamento que é dado a esta documentação.

Com a separação das capitanias de São Paulo e Minas Gerais em 1720 é possível pensar no início do acervo permanente do Arquivo do Estado de São Paulo. De acordo com Menezes, P. (2009), o governador e capitão-mor D. Rodrigo César de Meneses chegou a São Paulo depois da separação definitiva das capitanias e, a fim de conhecer sua função e as estratégias de administração da cidade tentou procurar documentos que o auxiliassem, mas não encontrou nada. O governador fez uma solicitação ao vice-rei e em 1721, o secretário de governo Gervásio Leite Rabelo e outros ajudantes, foram designados a reunir e organizar documentos da “governança”, iniciando assim a acumulação de papéis que ajudariam nas tomadas de decisão do governo e formaria o acervo do Arquivo Público Provincial (MENEZES, P. 2009).

O primeiro “índice” relacionado a estes documentos pode ter sua elaboração datada em 5 de setembro de 1721. De acordo com informações do site oficial do Arquivo Público do Estado de São Paulo, Gervásio Leite Rabelo descreveu em uma lista a documentação que conseguiu reunir e que era composta por Regimento, Leis, Alvarás, Provisões e cartas da Secretaria, Ouvidoria Geral e Fazenda Real do Rio de Janeiro. Havia também documentos que vinham do Rei endereçadas ao Governo. O site informa que alguns destes documentos fazem parte do acervo do Arquivo até hoje. O

índice, por indicação do próprio Rabelo para manter as instruções aos sucessores de sua gestão, foi mantido até 1749.

De acordo com Menezes, P. (2009), durante quase 200 anos o Arquivo foi um órgão interno da Secretaria de Governo e sofreu algumas mudanças e reorganizações durante este período.

Podem ser apontadas como algumas destas mudanças a organização dos arquivos da Capitania que contava com documentos das Sesmarias, Ordenanças, documentos Judiciários e correspondências entre os governantes de São Paulo e Portugal. Em 1748 a Capitania de São Paulo foi incorporada à do Rio de Janeiro e houve uma emissão de parte da documentação reunida a este Estado. Com o restabelecimento da Capitania em 1765, a documentação que tinha ficado praticamente abandonada durante o período da junção das capitanias sofreu a tentativa de ser formada e organizada em um arquivo exclusivamente com os documentos e livros necessários à administração do governo. Para tanto, todos os documentos produzidos pela Capitania foram reunidos nas instalações do Colégio dos Jesuítas, que teve participação importante na formação do acervo do Arquivo do Estado de São Paulo, pois a documentação ali acumulada constitui parte importante do acervo atual.

Em 1842 foi aprovada a Lei que criava o Arquivo Público Provincial que dividiu o Arquivo em três seções: Legislativa, Administrativa e Histórica e em 1854 foi criado o cargo de oficial arquivista.

O objetivo do Arquivo até aproximadamente 1892, foi se encarregar do recolhimento de todo o material produzido e remetido pelo governo, após esta data, “a instituição passou a receber e incorporar documentos de origem e natureza variadas como papéis das diversas secretarias de Estado, judiciários, cartórios municipais e documentos particulares.” (MENDES, 2009, p.121). Com isso há uma mudança na forma de acumulação da documentação e como consequência tem-se a chegada de novos documentos sem organização, fato que se agravava pela falta de instrumentos que permitissem a gestão do acervo como o fato de descartar ou não documentos pela avaliação ou ter prazos de guarda, tornando praticamente impossível o acesso a tal documentação.

Neste ano, de acordo com Menezes P. (2009), o governo do Estado de São Paulo criou a *Repartição de Estatística e Arquivo do Estado*, que à época era subordinada à Secretaria do Interior. O resultado foi o crescimento do acervo e o aperfeiçoamento das técnicas de conservação dos documentos. De acordo com Mendes (2010), o objetivo da criação da Repartição era possibilitar maior agilidade na administração. A Repartição teve o compromisso de subsidiar ações tanto acadêmicas quanto administrativas, pois “[...] foi responsável por produzir pesquisas quantitativas em todo o estado, com o objetivo de orientar as ações do poder público quanto a um melhor controle social, reafirmando antigas estruturas de poder.” (MENDES, 2010, p.03)

Em 1893, sob a direção de Antonio de Toledo Piza e Almeida, segundo diretor do Arquivo, inicia-se a publicação da série *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*<sup>28</sup>, que é visto por Mendes (2010) como a primeira tentativa de disponibilizar as informações e os documentos do Arquivo. De acordo com o autor, a razão para sua criação foi publicar os documentos antigos que pertenciam ao acervo da Repartição de Estatística e Arquivo, mas, na prática, as publicações tornaram-se fontes documentais consultadas pela intelectualidade paulista para suas pesquisas. Os Documentos interessantes também mostravam como a documentação estava sendo tratada no arquivo, como, por exemplo, a divulgação da catalogação e classificação de acordo com os padrões da época.

Em meio a mudanças de prédios e reorganização do acervo, ficando inclusive sem funcionar durante um período por conta de falta de mobiliário e condições de trabalho da equipe, o Arquivo se instalou na década de 1950 e começou a mudar seu perfil na organização e na aquisição de documentos. As mudanças foram acarretadas principalmente pela aquisição de materiais de diferentes procedências:

[...] o Arquivo passou a conter em seu acervo materiais produzidos por instituições não governamentais, bem como por pessoas físicas e jurídicas decorrentes de atividades

---

<sup>28</sup> Detalhes desta publicação podem ser obtidos em MENDES, André Oliva Teixeira. **Os Documentos interessantes para a história e costume de São Paulo**: subsídios para a construção de representações. São Paulo, 2010. 223f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2010.



específicas de seus titulares e que possuíssem relação orgânica perceptível no processo de acumulação, sendo adquiridos mediante doações ou compra. (MENDES, 2009, p.121).

Estes documentos foram denominados como Arquivos Privados justamente por conta de sua natureza e forma de aquisição. A partir da década de 1970 houve o investimento na integração de profissionais arquivistas à equipe também começando a contribuir com uma nova perspectiva de tratamento e disponibilização de informações arquivísticas. Menezes P. (2009, p.116) explica que desde sua gênese, o Arquivo tenta manter suas bases nas demandas da administração estadual dando apoio à administração da cidade. Desta forma, consegue se colocar com características que o identificam com os objetivos conceituais de um Arquivo Público:

[...] o Arquivo do Estado deve garantir a preservação, a guarda, a organização e a disponibilização ao público de toda documentação produzida e/ou acumulada pelos órgãos do Poder Executivo paulista no desempenho de suas atividades. A garantia, estendida a toda a sociedade, de irrestrito acesso aos documentos do Arquivo do Estado de São Paulo confere à Instituição um caráter fundamental para o livre exercício da cidadania e da formação das identidades, consciência e memória paulista. (MENEZES P., 2009, p. 116).

A autora enfatiza que pouco a pouco, em relação à organização, o Arquivo demonstra sua importância nas fases do documento produzido pela administração paulista. O arquivo corrente teve uma proposta de harmonização das idades junto a diversas secretarias para que os processos de transferência da documentação assim como destinação, sejam otimizados. A documentação intermediária também recebeu atenção quanto ao armazenamento e tratamento que é feito por equipe especializada. O acervo permanente, que é o mais consultado por pesquisadores, tem prédio próprio e também conta com equipe especializada para seu tratamento.

Hoje o Arquivo Público do estado de São Paulo conta com ações desenvolvidas desde 2007 no sentido de ampliar fisicamente seus espaços, investimento em equipes especializadas e uma organização que visa a disponibilização, pelo site, de novos fundos documentais aos usuários com a proposta de acesso total de seus acervos.

O Arquivo Permanente se divide em Centros onde são realizadas todas as atividades de tratamento da documentação específica a cada um, podem ser melhor visualizados no organograma da instituição.

**Figura 1:** Organograma do Arquivo Público do Estado de São Paulo.



**Fonte:** Arquivo Público Do Estado De São Paulo. Site Oficial. Disponível em: <[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/es\\_organograma.php](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/es_organograma.php)>. Acesso em: 23 de mar. 2012.

Conforme as informações disponibilizadas no site oficial do Arquivo, o Departamento de Preservação e Difusão do Acervo tem o objetivo de recolher os documentos considerados de valor permanente da Administração Pública Estadual Direta, Indireta e Funcional, ou seja, todos os documentos produzidos pelas secretarias e órgãos de alguma forma ligada à administração vão para o Arquivo Público.

Em seus objetivos também é referido a recolha de arquivos privados, de pessoas físicas ou jurídicas, considerados de interesse público e social. Como já dito anteriormente, houve uma intensificação na aquisição de Arquivos Privados que pode ser exemplificado pelo Arquivo de Washington Luís, que se caracteriza por um dos arquivos pessoais mais importantes sob a

custódia do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Mendes (2009), explica que a partir do tratamento deste arquivo, surgiu o Projeto “Memória dos governantes de São Paulo” que tem como objetivo fazer do Arquivo do Estado um centro de estudo e pesquisa tanto da política local quanto nacional. O autor explica a opção por manter estes arquivos da seguinte maneira:

A importância disso reside no fato de que os documentos de caráter pessoal revelam informações que, por muitas vezes, extrapolam o nível oficial da gestão pública, esclarecendo questões sociopolíticas relevantes à pesquisa histórica. (MENDES, 2009, p. 122).

Portanto os fundos mantidos pelo Arquivo Público podem receber doações externas desde que sejam importantes para a pesquisa e história e sigam os objetivos da instituição.

Continuando a analisar o organograma, o Departamento de Preservação e difusão de Acervo está ligado a Centros, que são o Centro de Acervo Permanente que tem a função de assegurar e preservar os documentos textuais de valor permanente. Este Centro é dividido nos Núcleos de Paleografia, Acervo Textual Público e Acervo Textual Privado.

O Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa, cuja função é auxiliar os pesquisadores dando condições de acesso ao acervo, ter uma integração com o Núcleo de comunicação e divulgar, por meio de programas e da divulgação editorial, as ações que são realizadas no Arquivo para conhecimento dos usuários. Este Centro é dividido nos Núcleos de Ação Educativa, Assistência ao Pesquisador, Atendimento ao Público e Biblioteca e Hemeroteca.

O Centro de Preservação que tem o objetivo de cuidar de todos os aspectos do programa de preservação dos acervos além de auxiliar com as orientações técnicas referentes às entidades da Administração. É dividido nos Núcleos de Conservação, Microfilmagem e Acondicionamento e Encadernação.

E o Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico que tem descritas as seguintes atribuições, de acordo com o site oficial do Arquivo Público:

I – assegurar a preservação e o acesso aos documentos iconográficos, cartográficos e audiovisuais de guarda permanente;

II – gerir:

- a) os documentos iconográficos, cartográficos e audiovisuais de guarda permanente;
- b) a movimentação dos documentos sob sua guarda;
- c) em ambiente específico, o atendimento ao público.

O Centro é dividido no Núcleo de Acervo Cartográfico onde são tratados mapas e plantas e o Núcleo de Acervo Iconográfico, que tem a função de identificar, organizar, classificar, catalogar e descrever os documentos iconográficos, assim como implantar e gerenciar um programa de conversão digital do acervo.

De acordo com Santos (2009), há cerca de 1 milhão de imagens reunidas no Núcleo que são organizadas de acordo com o fundo a que pertencem podendo ser da administração ou dos Arquivos Privados. Para que a consulta possa ser realizada, o Arquivo Público elaborou guias onde é possível ter acesso à documentação que se encontra disponível no site oficial do arquivo. A autora enumera algumas coleções fotográficas de importante valor histórico como a *Coleção Guilherme Gaensly*, que retratam marcos arquivísticos da cidade de São Paulo; o *Álbum de Fotografia da Escola Normal e Anexas de São Paulo de 1908*, que contém imagens da escola que tinha o objetivo de formar professores; *Álbum de Retratos*, formada por retratos pessoais de origem desconhecida do final do século XIX; *Coleção de Cartões Postais*, que retratam diferentes cidades brasileiras e européias (SANTOS, 2009).

A grande maioria dos documentos fotográficos que se encontram no Arquivo Público são as do Jornal Última Hora que foi fundado pelo jornalista Samuel Wainer em 1951 e circulou até 1971. Criado no Rio de Janeiro com propósitos de “defender o governo de Getúlio Vargas” (SANTOS, 2009, p.127), teve publicações em diversas capitais brasileiras. Além de seu caráter histórico, o Jornal é importante por ser considerado inovador nas características gráficas de suas edições e do forte apelo popular (SANTOS,

2009). A utilização de fotografias e de ilustrações em praticamente todas as páginas dão um caráter diferente a esta publicação que tinha, aproximadamente quatrocentos fotografias tiradas por dia para compor cada edição.

O fundo Última Hora ficava armazenado no arquivo do próprio jornal e foi adquirido por compra pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo por conta de seu valor histórico em 1989. Desde então, vem se dando através do trabalho da equipe e de projetos, o tratamento do fundo que está disponível no site oficial do Arquivo dividido em três segmentos: Ilustrações, fotografias e jornais. As informações contidas no site o descrevem como “site temático” que tenta dar conta das tipologias de documentos que o fundo possui.

As ilustrações receberam tratamento individual e foram disponibilizadas no site podendo ser procuradas por uma lista de autores, pelo período ou pela lista de títulos.

Os jornais foram digitalizados envolvendo a equipe do Arquivo Público e de uma empresa terceirizada e foram disponibilizados podendo ser consultados por edição.

As atividades de tratamento das fotografias do fundo Última Hora tiveram início no ano de 2006. O projeto, de acordo com informações do site oficial e da observação realizada na instituição, tem o objetivo de organizar, conservar, realizar o tratamento das imagens, produzir instrumentos de pesquisa e disponibilizar os documentos digitalizados na internet. Até o momento, de acordo com informações na visita técnica à instituição, há 90.000 imagens disponíveis no site.

Primeiramente as fotografias tiveram o tratamento arquivístico referente a todo o Fundo. A organização do Fundo e conseqüentemente das fotografias respeitaram a organização original, ou seja, foi respeitado o princípio da proveniência.

Para tanto, as fotografias do Última Hora são resultados das “missões fotográficas”, trabalho que era desenvolvido por fotógrafos quando

estes iam a campo para fazer a cobertura de notícias. As fotografias então produzidas por este fotógrafo originam uma série. Desta forma, o título de cada missão – que geralmente se refere ao assunto da reportagem - descrito nos envelopes recebidos pelo Arquivo Público foi mantido e transcrito para o site. Os filtros onde a pesquisa pode ser realizada têm os campos “período”, a “lista de autores” e o campo “termo ou palavra-chave”.

**Figura 2:** Campos para pesquisa de fotografias



**Fonte:** Arquivo Público Do Estado De São Paulo. Site Oficial. Disponível em:

< <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>>. Acesso em: 23 de mar. 2012.

As imagens recuperadas por autor mostram a descrição conforme recebida do acervo do Jornal, o que se transforma em uma legenda da fotografia.

**Figura 3:** Imagem recuperada através do campo “autor”



**Fonte:** Arquivo Público Do Estado De São Paulo. Site Oficial. Disponível em:

< <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/frameset.php?pesquisa=015059>

>. Acesso em: 23 de mar. 2012.

A partir das informações obtidas na visita técnica e contidas no site oficial do Arquivo Público ficamos cientes de que a descrição arquivística das imagens não foi realizada. Portanto, ao inserir um termo no campo “termo ou palavra-chave” pode-se recuperar inúmeros documentos fotográficos de várias missões apenas por causa de uma palavra.

Realizamos uma pesquisa com a palavra casa e como exemplo, nas figuras abaixo podem ser vistos os dois resultados que obtivemos:

**Figura 4:** Imagem recuperada no campo “termo ou palavra-chave”



**Fonte:** Arquivo Público Do Estado De São Paulo. Site Oficial. Disponível em:

< <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/frameset.php?pesquisa=009384>

>. Acesso em: 23 de mar. 2012.



**Figura 5:** Imagem recuperada no campo “termo ou palavra-chave”



**Fonte:** Arquivo Público Do Estado De São Paulo. Site Oficial. Disponível em:

<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/frameset.php?pesquisa=002793>

>. Acesso em: 23 de mar. 2012.

Portanto, ao inserir uma palavra como casa no sistema de busca não temos uma recuperação específica de, por exemplo, uma casa e sim de todas as palavras “casa” que estão nas descrições das missões. Também no site oficial do Arquivo Público podemos consultar a justificativa:

[...] pode existir alguma dificuldade no momento da consulta, como missões estarem sem título, imagens não corresponderem ao título da missão e até mesmo imagens de assuntos diferentes estarem presentes na mesma missão. Essas situações não ocorrem por erro do sistema, de inserção de informação ou por problemas na organização dos negativos. Na verdade, estavam presentes na organização primária do jornal, e provavelmente resultam de pequenos problemas cotidianos de uma equipe de redação atribulada de um periódico problemas cotidianos de uma equipe de redação atribulada de um periódico. Continuamos trabalhando para criar mecanismos que facilitem a pesquisa.

Assim, podemos inferir que o tratamento dado às fotografias do Fundo Última Hora no Arquivo Público foi feito a partir do momento de sua entrada e que foi respeitado o princípio da proveniência e feito um arranjo conforme o fundo. O arranjo, como já exposto anteriormente, é uma atividade consagrada na literatura brasileira que se refere às atividades de organização da documentação de caráter permanente. Retomando o ponto de vista de Gonçalves (1998, p.12) sobre a questão da denominação das atividades de classificação ou arranjo, a autora explica que em qualquer um dos casos o objetivo final é “[...] definir as grandes classes abstratas que correspondam, de forma coerente e articulada, às funções e atividades do organismo em questão [...]”, e questiona se é necessário que denominações diferentes possam ser dadas a este tipo de tratamento, mesmo que seja feito conforme cada caso em particular.

Entendemos a denominação de arranjo nos arquivos permanentes e respeitamos a literatura corrente, no entanto, fica clara na situação que é dado um lugar de acordo com a organização original aos documentos, determinados grupos, subgrupos e séries em caráter hierárquico, o que nos remete à classificação destes documentos. Quanto ao tratamento específico da imagem, nas formas de sua recuperação e descrição arquivística, até o momento, no Arquivo Público do Estado de São Paulo, estão em

desenvolvimento, inclusive está sendo elaborado um vocabulário controlado que proporcionará uma melhor recuperação destas imagens e que, de acordo com Heredia Herrera (1993), é instrumento fundamental para a melhor recuperação de documentos desta natureza.

Na visita técnica, tivemos a oportunidade de observar também o tratamento de outro fundo de fotografias que está no Arquivo Público, o do Memorial do Imigrante. Para que estas imagens sejam disponibilizadas o Arquivo contou com a descrição arquivística das imagens, baseada na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, Nobrade, e foi elaborado um vocabulário controlado que no momento passa por uma revisão em relação à correções de sinonímias. Foram estipulados os campos para o banco de dados da seguinte maneira:

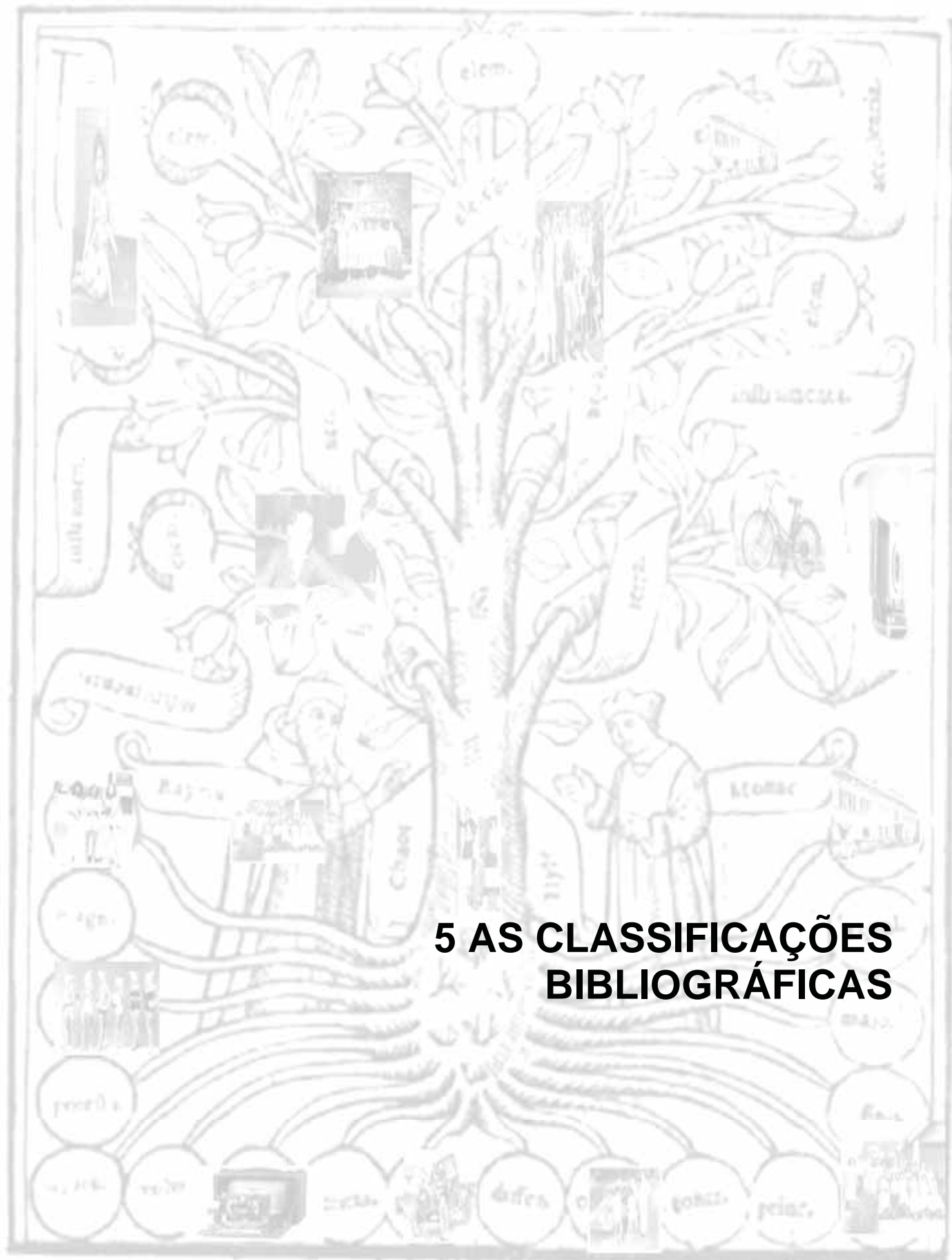
- Legenda
- Tema
- Data
- Material
- Autor
- Local
- Formato
- Número Topográfico
- Palavras-chave.

Quanto às publicações consultadas para o tratamento dos documentos iconográficos do Arquivo Público do Estado de São Paulo, foram citados as Recomendações e diretrizes do Senac, Tesouro do Cinema Brasileiro e Manual para Indexação de Documentos Fotográficos da Biblioteca Nacional.

O tratamento dos documentos fotográficos no Arquivo Público do Estado de São Paulo mesmo sendo inicial reflete o esforço da instituição e de sua equipe em ser coerente tanto com os objetivos da instituição como com os de seus usuários. Os princípios arquivísticos são respeitados e há por estes toda uma mobilização para que o tratamento dos documentos

fotográficos sejam efetivamente tratados por estes princípios fato que exige pessoal qualificado e tempo de preparo para todas as fases do processo.

No próximo capítulo, trataremos das classificações bibliográficas e, igualmente, da questão da classificação do documento fotográfico em uma biblioteca.



## 5 AS CLASSIFICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

A organização física de documentos não é uma preocupação que se inicia apenas com a emergência das classificações bibliográficas no século XIX. Como organizar e manter documentos minimamente acessíveis para o uso sempre foi tema que reuniu a atenção das mais diferentes culturas no intuito de armazenar seus registros produzidos. De acordo com Tálamo et al (1995), no segundo milênio antes de Cristo, encontra-se a evidência mais antiga da procura por uma ordem dos documentos mesopotâmicos, que, produzidos em tábuas de argila, tinham de ficar protegidos por um tipo de envelope que continha algumas informações semelhantes ao que hoje chamamos de resumo.

As autoras também citam a Biblioteca de Alexandria, onde eram elaborados resumos acerca de peças de grandes dramaturgos e documentos históricos, para que os conteúdos dos papiros fossem encontrados mais facilmente. Esta biblioteca, de acordo com Rendo Rojas e Herrera Delgado (2010), foi dirigida por grandes humanistas e homens de ciência que, com as influências filosóficas da cultura grega, criaram uma conexão que se refletia de forma perceptível nas bibliotecas. Assim, a criação da Biblioteca de Alexandria esteve ligada:

[...] a una visión histórico-cultural concebida dentro de las escuelas filosóficas helenísticas [...]. Es por eso que el modelo bibliotecario alejandrino, culminado por la figura de Calímaco de Cirene, tuvo tal éxito y se insertó profundamente en el paradigma bibliotecario, que se convirtió en el arquetipo de las centros bibliográficos que se continuaron erigiendo en el mundo gregorromano. (RIAÑO ALONSO, 2005 apud RENDO ROJAS et al, 2010, p.6).

Em um artigo sobre a biblioteca de Alexandria, Eliane Mey (2004), descreve como eram catalogados e classificados os rolos de papiro por Calímaco, que se inspirou na divisão do conhecimento Aristotélico para a organização por assunto, ordem alfabética, organização física, ou seja, se observarmos pelo ângulo da biblioteconomia, perceberemos que as bases do trabalho de Calímaco podem ter analogia com as práticas contemporâneas de tratamento dos documentos, e que catálogos e tabelas, deixando de lado os mitos e as invenções sobre tal assunto, eram elaborados com os fins utilitários e de organização que se utiliza hoje (MEY, 2004).

Sobre a prática de divisão de documentos nas bibliotecas da antiguidade, Piedade (1983), também se refere a Calímaco como o “primeiro bibliotecário” que publicou um catálogo denominado *Pinakes*, onde os livros eram divididos por tipo de autores. A autora afirma que:

Pouco ou nada se sabe sobre a organização das bibliotecas gregas e romanas, mas Sayers considera que um povo que contou com uma mente tão inclinada para a classificação como a de Aristóteles, não poderia deixar de ordenar suas bibliotecas, e Estrabão parece confirmar este pensar, pois referindo-se a Aristóteles, teria afirmado: “foi o primeiro a possuir uma coleção de livros e ensinou aos reis do Egito como ordenar uma biblioteca”. (PIEADADE, 1983, p.69)

Na Idade Média, com as escolas monásticas e universidades, a ordem em uma biblioteca seguia as disciplinas de ensino, assim como já eram elaborados sistemas como os de Bacon para a organização do conhecimento. Piedade (1983) escreve que os livros eram ordenados de diversas formas, como por ordem cronológica, alfabética, por tamanho e que pelo regulamento das universidades, era necessário deixar em separado os livros que pertenciam a uma ou outra disciplina, de acordo com as sete artes liberais que aqui já foram referidas.

Com os manuscritos e os monges copistas, também é possível perceber cuidados com a organização para recuperar os documentos. De acordo com Tálamo et al (1995), eram introduzidas nas margens dos manuscritos anotações que tinham o objetivo de condensar o que estes continham, as autoras afirmam que esta maneira de “resumir” as obras foi a precursora de revistas que tinham o caráter referencial.

Com todas as analogias e inferências em busca de semelhanças com nossos métodos de classificação atuais, a maneira “esquemática” com que as classificações se apresentam (DALBERG, 1979), apenas era ensaiada pelas técnicas que foram se desenvolvendo conforme os estudos e as necessidades de cada época. De acordo com Dahlberg (1979), foi no final do século XVII que as classificações bibliográficas começaram a passar de uma “arte” (DAHLBERG, 1979), para a concepção que se tem atualmente. A autora afirma que é apenas a partir desta época que surgem evidências do uso

do termo classificação em títulos de publicações que almejavam uma organização e um plano de classificação tanto para as ciências como especificamente para os livros.

A classificação das ciências é vista por Pombo (2002), seguindo Diemer, como um segundo nível de seu desenvolvimento. A autora coloca que o problema, de interesse dos filósofos teve um grande desenvolvimento desde o Renascimento e no século XVII, mas que é no século XIX que esta passa a ser vista definitivamente como uma atividade da filosofia das ciências, pois “assumiu como sua tarefa principal a questão da relação entre as várias ciências” (POMBO, 2002, p.3). Com o desenvolvimento no campo das ciências e com o surgimento de o que San Segundo Manuel (1996) chama de muitas “ciências de transição”, ou seja, as ciências que nascem entre uma e outra ciência como a bioquímica, que é fruto da Química e da Biologia, tem-se uma necessidade de estabelecimento de limites e conexões: onde começa uma ciência e qual a sua ligação com outras (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996). A elaboração de obras que propunham uma classificação, segundo Dahlberg (1979), se tornou um “hobby” que tinha entre os adeptos o físico Ampère, por exemplo, e influenciou de maneira pontual o trabalho de bibliotecários que também estavam a procura de alternativas para a organização de livros, desenvolvendo assim novos sistemas e tentativas de organização.

A classificação das ciências é então actividade filosófica autônoma, determinada por razões teóricas, especulativas, de conquista de uma mais rica compreensão das relações entre os saberes, ou visando efeitos normativos sobre as ciências da época. É assim que com Augusto Comte, Ampère e Spencer, a classificação das ciências se constituirá mesmo no problema central da filosofia das ciências. (DAHLBERG, 1979, p.05)

Especialmente a filosofia positivista de Comte pode ser considerada como uma grande influência para a elaboração das classificações bibliográficas. San Segundo Manuel (1996), explica que no século XIX uma nova concepção de classificação das ciências surge com o intuito de designar um método exato, com os novos descobrimentos científicos, e com o progresso das ciências naturais, acompanhou e estimulou o modelo de organização



técnico-industrial da sociedade que se elegia como moderna, levando ao seu desenvolvimento e consolidação. A sociedade da época, valorizando as atividades econômicas e cada vez mais imbuída pelo espírito da produção de bens materiais, procurava também uma teoria filosófica que contemplasse este momento, que afirmasse através do materialismo as ideologias econômico-sociais vigentes.

O cientificismo, que marca o período, faz com que os estudiosos reconheçam que a natureza é material sendo assim capaz de explicar o mundo dos valores e o mundo dos fatos (RIBEIRO, 1974). Augusto Comte desenvolve sistematicamente seu método em duas obras “Curso de Filosofia Positiva” publicado em 1830 e “Discurso preliminar sobre o espírito positivo”, publicado em 1844, que, totalmente fruto de sua época, tenta através destas obras acabar definitivamente com investigações que tratavam o incognoscível, com teorias que tratavam de objetos que não se podia conhecer, e focou todo o seu estudo no mundo real, com observações que afirmavam poder conhecer as coisas e os fenômenos reais, e não apenas a sua essência (RIBEIRO, 1994).

Passa então o positivismo a dominar o pensamento típico do século XIX, como método e como doutrina. Como método, embasado na certeza rigorosa dos Fatos de experiência como fundamento da construção teórica; como doutrina, apresentando-se como revelação da própria ciência, ou seja, não apenas regra por meio da qual a ciência chega a descobrir e prever (isto é, saber para prever e agir), mas conteúdo natural de ordem geral que ela mostra junto com os fatos particulares, como caráter universal da realidade, como significado geral da mecânica e da dinâmica do universo. (RIBEIRO, 1994, p.08).

Desta forma, o positivismo de Comte vem para servir a uma sociedade que mudava seus valores e suas definições sociais, culturais, políticas e econômicas, que observava os fatos por indução e daí tirava as conclusões baseado na sucessão de fatos que ocorriam, ou seja, faz-se uma observação direta dos fatos e tiram-se as conclusões que a experiência indicou. Com o princípio de que apenas o que está sujeito á observação poderá ser objeto da ciência, Comte acaba por distinguir as ciências abstratas das

ciências concretas. Neste sentido, San Segundo Manuel (1996, p. 64), fala de três fatores que determinam e fundamentam o seu sistema:

La filosofía positiva ha de imperar en el futuro según se desprende de la filosofía de la historia.

La fundamentación y la casificación de las ciencias incluidas en la filosofía positiva.

La estructuración de una doctrina de la sociedad o sociología.

A estrutura da teoria de Comte se baseia em três estados mentais do homem, assim como a classificação hierárquica dos conhecimentos. San Segundo Manuel (1996) aponta que depois de formulados estes três fatores a primeira lição que propõe é que cada uma das concepções gerais e conhecimentos passam por três estados teóricos diferentes, sendo que o primeiro é o estado teológico ou fictício que é onde os fatos se explicam como se fossem produzidos pelas ações diretas e contínuas de agentes sobrenaturais, ou seja, o método de filosofar do homem é influenciado pela teologia (RIBEIRO, 1994; SAN SEGUNDO MANUEL, 1996). O segundo estado é o metafísico ou abstrato o homem projeta espontaneamente sua própria psicologia sobre a natureza, é uma variação do primeiro estado, sendo que o agente natural é substituído pela força abstrata (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996). No terceiro estado, científico ou positivo, o homem se põe a conhecer os fatos procurando neles uma explicação positiva, ou seja, combina raciocínio e observação e reduz a explicação dos fatos a seus termos reais (RIBEIRO, 1994), se limita a fazer relações entre os fenômenos da maneira que os sentidos humanos os percebem.

Esta concepção positiva do mundo se estende não só aos fatos científicos, mas também ao desenvolvimento de cada indivíduo. De acordo com Ribeiro (1994), Comte percebe a criança no estado teológico, o adolescente como um ser metafísico e os adultos como positivistas. São três ordens gerais da realidade representados pelo espírito humano (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996).

Partindo desta lei dos três estados do conhecimento humano, Comte sugere que a classificação das ciências apenas poderá ser vista através

do positivismo, pois só assim será possível construir uma sólida teoria geral da classificação, já que, anteriormente, as classificações haviam sido abordadas por um ponto de vista subjetivo, pelo ponto de vista das faculdades do espírito. Para Comte, este ponto de vista deveria ser lógico (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996). Desta forma, é elaborada uma classificação que busca antes de tudo o utilitarismo onde: [...] se iniciaba con las ciencias sobre los fenómenos más simples y generales y culminaba en las ciencias sobre los fenómenos más complejos y particulares.” (KEDROV, 1974 apud SAN SEGUNDO MANUEL, 1996, p.64-65).

Baseados em San Segundo Manuel (1996) e em Ribeiro (1994), temos o quadro abaixo com as principais divisões das ciências elaboradas por Comte:

**Quadro 5:** Representação da classificação de Comte baseado em Ribeiro (1994) e San Segundo Manuel (1996).

CIÊNCIAS ABSTRATAS		CIÊNCIAS CONCRETAS
Matemática	<i>Abstrata ou cálculo</i> <i>Geometria</i>	Mineralogia
Astronomia	Ciências sobre os corpos inorgânicos <i>- astronomia geométrica</i> <i>- astronomia mecânica</i>	Botânica
Física	Ciências dos fenômenos terrestres	Zoologia

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>barologia</i></li> <li>- <i>termologia</i></li> <li>- <i>acústica</i></li> <li>- <i>ótica</i></li> <li>- <i>eletrônica</i></li> </ul>	
Química	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>inorgânica</i></li> <li>- <i>orgânica</i></li> </ul>	
Biologia	<p>Ciências sobre a espécie</p> <hr/> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>estrutura e classificação dos seres vivos</i></li> <li>- <i>fisiologia vegetal</i></li> <li>- <i>fisiologia animal</i></li> </ul>	
Sociologia	<p>Ciências sobre o indivíduo</p> <hr/> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>física social ou sociologia</i></li> </ul>	

**Fonte:** Elaborado pela autora.

No quadro é possível observar como Comte partiu do geral para o particular e conseguiu estabelecer algumas ligações entre as ciências.

De acordo com Ribeiro (1994, p.11):

A classificação das ciências abstratas baseia-se na ordem lógica e cronológica das ciências. Na ordem lógica, porquanto é próprio da inteligência passar do mais simples e abstrato para o mais completo e concreto, conforme a regra da síntese proposta por Descartes. Ora, nesta classificação, a primeira ciência, que é a matemática, é mais simples e abstrata que a segunda, a astronomia, e assim por diante na ordem cronológica, porque a primeira ciência que se constituiu,

segundo Comte, foi matemática, depois a astronomia, em seguida a física, a química, a biologia e, por último, a sociologia. Mais tarde, Comte acrescentará a moral para coroar essa classificação.

A classificação de Comte, de acordo com San Segundo Manuel (1996), tem a característica principal representada em sua coordenação. Vai ser seguida, durante o século XIX, por vários filósofos como Ampère, que propõe uma classificação arborescente, que influenciará a Classificação Decimal de Dewey.

Diante das classificações do século XIX e século XX, San Segundo Manuel (1996), se refere também ao materialismo dialético, ou seja, a concepção de que o ser e sua realidade material são os elementos determinantes do pensamento humano, todas as realizações no aspecto social se dão a partir das determinações do ser e da realidade material. Os objetos que estão presentes no meio físico são influências determinantes projetadas pela mente, então, para compreender a realidade em todas as suas nuances, é necessário compreender a realidade histórica, para que os fenômenos sociais sejam entendidos. Desta forma, San Segundo Manuel (1996, p.67) explica que:

Marx gestó el método dialéctico científico aplicable también al problema de la clasificación de las ciencias, pues las leyes fundamentales de la dialéctica materialista actúan en todos los ámbitos, ya sea en el desarrollo de la naturaleza, de la sociedad y del pensamiento.

Assim, Marx realizou, uma síntese das ciências sendo que sua estruturação estava baseada na idéia de que a base do sistema de conhecimentos está ligada ao desenvolvimento do mundo. A autora supracitada explica que a divisão elaborada tem as ciências naturais como primeira na hierarquia, logo depois as ciências técnicas vêm demonstrando a relação do homem com o trabalho industrial. As ciências econômicas são geradas pelas forças produtivas da sociedade e a partir daí há a ramificação através das superestruturas ideológicas como a política, jurídica e assim por diante, criando uma ordem de subordinação, uma depois da outra (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996). Também Gimeno Perelló (2002, p.10), explica

como a subordinação e a coordenação se diferem nas correntes filosóficas seguidas pelos autores da época:

El principio de subordinación se opone en el materialismo al de coordinación. Por el proceso de subordinación, lo simple, que es lo inicial en el desarrollo, es su grado más inferior, mientras que lo complejo es lo final, el grado superior de desarrollo. Pero, a diferencia del tercer estado positivo en Comte, el principio de subordinación del materialismo científico excluye toda ruptura entre disciplinas y subespecialidades.

A proposta de classificação através do materialismo dialético influenciará a Classificação Bibliográfica na URRS.

O desenvolvimento e aplicação de teóricos de diversas áreas e correntes científicas em relação a classificação das ciências e do conhecimento, nos séculos XIX e XX se dá de maneira a definir algumas características de uma sociedade em mudança. Uma sociedade que vê a vida no campo ser desestruturada e o êxodo em massa de pessoas para as cidades que precisam absorver e manter serviços bastantes para que a produção do capital seja compatível. A melhora das técnicas agrícolas no cultivo e no modo de produção, gerando novas tecnologias referentes ao uso do solo e uma organização produtiva do trabalho, que enfatizam a iniciativa privada e a livre produção individual. O positivismo de Comte e a transformação da religião pautada num ser sobrenatural para o culto da própria humanidade, que seria o grande deus num mundo racionalista. A Revolução Industrial e a organização fabril exigindo novas técnicas de produção e novas necessidades de aprendizado, sendo que a maior divisão ou a especialização de funções que se criavam a partir dos processos produtivos impostos tinham como consequência o início das relações impessoais e meramente individuais.

Com as especializações em diferentes setores produtores, que precisavam de mão-de-obra especializada para suprir este novo momento, as classificações bibliográficas encontram seu lugar enquanto forma de organização pragmática de ciências que nascem com o objetivo de dar maiores estruturas e condições de desenvolvimento a esta nova sociedade. A era das especializações estava posta e as classificações bibliográficas vêm para suprir

uma necessidade que tem todo um contexto e uma demanda social, política e cultural ao seu redor.

De acordo com Gimeno Perelló (2002), na segunda metade do século XIX as primeiras abordagens das classificações de acordo com a lógica dialética, começaram a abordar as classificações dos seres vivos pelo princípio da subordinação. Estas classificações foram inspiradas no evolucionismo de Darwin e posteriormente no campo da química com tabelas periódicas e o estudo dos organismos da natureza. Desta forma, a influência das ciências positivistas e dos relacionamentos entre os objetos científicos ficam evidentes nas propostas de classificação bibliográficas.

El positivismo científico desarrollado por Auguste Comte a mediados del XIX establece una división de la ciencia moderna en múltiples e inconexas especialidades que los centros bibliográficos y bibliotecarios estructuran en lenguajes enciclopédicos de clasificación decimal para el tratamiento de la información científica y su conservación. Lenguajes fuertemente inspirados en el positivismo comtiano. (GIMENO PERELLÓ, 2002, p.10).

Assim, tem-se o trabalho de forma específica para disseminar e principalmente dividir e relacionar estas novas ciências, áreas e subáreas do saber que emergiam das necessidades de linguagens e esquemas específicos para a organização de informações. Sobre as classificações bibliográficas trataremos no tópico a seguir.

### **5.1 As classificações bibliográficas: da filosofia ao pragmatismo**

As classificações bibliográficas, como as conhecemos atualmente, são fruto do final do século XIX, quando foram elaboradas tabelas sistemáticas que pretendiam dividir o conhecimento de forma a ser funcional para encontrar informações e documentos. Chegamos aqui no terceiro e quarto nível da problemática das classificações discutido por Pombo (2002). A classificação dos livros e das informações representa, para a autora, um novo domínio no mundo das ciências, já que se propõe a especificamente tratar dos sistemas de classificação para organização de documentos.

o objecto de análise é então o conceito de classificação na sua idealidade e abstracção máxima; o objectivo, a constituição de

uma teoria da classificação que estude a totalidade dos possíveis sistemas de classificação e determine os meios da sua realização. (POMBO, 2002, p.3).

A autora faz uma observação em relação a Diemer que considera que mesmo que a classificação tenha fins utilitaristas é necessário, para sua elaboração, a ajuda dos filósofos, pois tratam de problemas clássicos da teoria do conhecimento.

Com a finalidade de estabelecer as relações devidas entre os documentos, mantendo as características intelectuais de sistemas de pensamento que foram desenvolvidos até o momento, os sistemas de classificação se tornaram instrumentos imprescindíveis para as funções dentro de uma unidade informacional. Desta forma, a classificação bibliográfica pode ser definida como:

[...] la agrupación u orden de libros y outro tipo de documentos según su contenido, formando grupos dentro de los campos de conocimiento humanos en que estos campos resultan ser compartimentos conceptuales. (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996, p.69).

O ordenamento de documentos de acordo com o assunto de que tratam e sua separação ou junção que leva em consideração as semelhanças e diferenças é a base das classificações bibliográficas, pois, “Na verdade, quando nos referimos á classificação bibliográfica, subentendemos uma classificação que tem por base os assuntos tratados nos documentos.” (PIEIDADE, 1983, p.65). Mesmo sendo bibliográficas, Piedade (1983), explica que uma classificação pode ter base filosófica ou não, e as que não tem são denominadas *classificações utilitárias*. A autora cita uma série de estudiosos<sup>29</sup> que concordam ou não que as classificações bibliográficas sejam acrescidas de elementos das classificações filosóficas e descreve algumas características necessárias para tratar os documentos:

1. uma classe que reúna as obras sobre todos os assuntos, subdividida pela forma do documento;
2. subdivisões de forma, aplicáveis aos vários assuntos;

---

<sup>29</sup> Ver Piedade (1983, p.65-66).



3. uma notação, isto é, um conjunto de símbolos para representarem os assuntos e permitir a ordenação lógica dos documentos;
4. um índice, para facilitar a consulta. (PIEDADE, 1983, p.66).

Elementos para que seja realizada uma “boa classificação” são enumerados por outros autores como em Pombo (2002), quando esta descreve, baseada em Apostel (1963), cinco elementos que seriam principais para uma classificação “real”: o mecanismo classificador, que incide numa execução boa ou má do ato de classificar; a determinação da estrutura classificatória a partir da sistemática multiplicidade de fins; a aplicação das classificações a um determinado domínio da realidade; há uma contextualização e uma historicidade a respeito dos domínios onde a classificação irá ser aplicada; todas as classificações se apresentam no formato arborescente, respondendo a estruturação de classes e subclasses originadas de domínios da realidade. De acordo com a autora, estas características se aplicam, diferindo por vezes conforme uma ou outra área do conhecimento ou contextualização, a todas as classificações que se propõe real, onde é possível compreender que às classificações bibliográficas podem ser também aplicáveis.

Em relação ao conceito de classificação bibliográfica, San Segundo Manuel (1996, p. 70) escreve que estas:

[...] se basan prioritariamente en las clasificaciones del conocimiento, pero añaden a éstas distintas características que las conforman como tales. En las clasificaciones documentales las consideraciones de orden práctico priman sobre los fundamentos filosóficos, aunque éstos sean la base de su estructura, además estas clasificaciones son aplicadas indistintamente a bibliografías y bibliotecas. Así la practicidade de las clasificaciones documentales conlleva características o critérios que determinan la adecuación y utilidad del sistema.

A autora explica que as classificações bibliográficas têm o objetivo de ordenar os grupos temáticos de uma determinada unidade documental e elaborar catálogos e bibliografias sistemáticas que sejam úteis à recuperação das informações, sendo que toda a documentação seria regida

por uma ordem que se interrelaciona (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996). Nesta direção, Tálamo et al (1995), escrevem que o acesso à informação sempre é realizado através de intermediações, ou seja, sempre terá um meio para ser transmitida, sendo assim, as intermediações, em uma biblioteca, se materializam nas figuras dos catálogos e bibliografias onde as informações podem se relacionar de forma a dar acesso a documentos que estariam eventualmente dispersos. Tálamo et al (1995, p.53), explicam que:

Para entender essa organização é preciso considerar, inicialmente, os sistemas que lhe servem de base. Pode-se afirmar, sem erro, que tais sistemas são de natureza classificatória, isto é, partem do princípio de que as informações podem ser organizadas em um número infinito de classes.

A exemplo de outros autores, San Segundo Manuel (1996), também aponta algumas características e requisitos para que uma boa classificação seja realizada sendo que em primeiro lugar é necessário envolver de forma geral os diversos assuntos, em toda a sua extensão, para que sejam contemplados os diferentes ramos do conhecimento e deve ser expansiva, tendo espaço para novos assuntos e conceitos; deve ser lógica e compreensível e ter um esquema de facetas, para conseguir chegar a todos os assuntos mesmo os menos específicos; deve incluir aspectos como divisões que se remetem a forma, lugar e tempo para a classificação se tornar mais completa; deve conter uma notação adequada à organização e representação dos assuntos; deve ter o cuidado de relacionar e combinar conceitos a partir do desenvolvimento de símbolos documentais, onde é possível expressar por exemplo, pontos de vista sobre um assunto; o índice alfabético deve ser claro e funcional para localização mais rápida de assuntos e por último deve explicar de forma clara como o instrumento pode ser utilizado (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996).

Com base em San Segundo Manuel (1996), nos referimos ao sistema de classificação de Jacques Charles Brunet, que, no mercado livreiro parisiense do século XIX, escreveu o *Manuel du libraire et de l'amateur de livres*, um repertório bibliográfico para os fundos de livros que seriam comercializados (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996). A autora explica que

Brunet não foi o primeiro a elaborar um instrumento assim, sendo que em 1678, um teólogo francês chamado Jean Garnier, elaborou um sistema de classificação para organizar a Biblioteca del Colegio Jesuita de Paris, onde, de acordo com a autora, inovou ao deixar as divisões das disciplinas que eram oferecidas nas faculdades e estabelecer grupos temáticos que incluíam a Teologia, Filosofia, História e Jusriprudência. No contexto onde se encontrava, a classificação de Garnier foi um marco por ter sido realizado sob uma estrutura doutrinal. Desta forma, com a influência de Garnier, Jacques Brunet elaborou o seu sistema que apresentou notações mistas e complexas, que combinava algarismos arábicos e romanos e letras maiúsculas e minúsculas (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996; PIEDADE, 1983).

Por ter sido muito difundido, este sistema leva o nome de Brunet, sendo até hoje visto como um esquema de classificação que teve grande expansão. De acordo com Piedade (1983, p.71)

Este sistema foi a classificação europeia que maior influência exerceu no continente e serviu de base às classificações utilizadas na biblioteca Nacional de Paris, na Biblioteca de Sainte Geneviève (Paris) e no British Museum.

No século XIX pode-se dizer que o sistema francês de classificação foi dominante, no entanto, de acordo com San Segundo Manuel (1996), no final do século foi sendo substituído pelos sistemas anglo-saxões como o de Melvil Dewey.

O exemplo de um sistema de classificação bibliográfica de grande difusão é a Classificação Decimal de Dewey. Em 1873, Dewey apresentou à biblioteca onde trabalhava um plano que sugeria a reorganização dos livros a partir da divisão dos campos do conhecimento. A partir do estudo das obras dos grandes filósofos como Aristóteles, Locke, Bacon, Harris, a CDD não rotulava as estantes e sim permitia de forma específica que os livros fossem encontrados. Tálamo et al (1995, p.54) definem o sistema da seguinte maneira:

[...] sistema de classificação geral porque apresenta a ordenação de todo o conhecimento humano. Qualifica-se como bibliográfica porque, ao contrário dos sistemas de classificação

filosóficos que se preocupam com a hierarquização do conhecimento e com a ordem da ciência e das coisas, serve de base para a organização de documentos estabelecendo relações entre eles, para facilitar sua localização.

Desta forma, o sistema de Dewey se apresenta como uma classificação enumerativa, onde indica os assuntos de forma a apresentar símbolos que representam o conhecimento (PIEADADE, 1983). O sistema, como indica San Segundo Manuel (1996), nasceu para responder às necessidades práticas de uma determinada biblioteca de tipo específico, semelhante a uma biblioteca municipal ou escolar, que precisavam dispor de forma imediata os livros acessíveis a seus usuários. A CDD é totalmente fruto de sua época e contexto, sendo que a autora coloca que “[...] no tuvo nunca Dewey la pretención de hacer una clasificación científica, sino que trató en todo momento, de solventar unas necesidades prácticas.” (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996).

Desta forma, a classificação tem a função ordenar fisicamente documentos em estantes de bibliotecas e ordenar as fichas bibliográficas nos catálogos de bibliotecas (TÁLAMO, et al, 1995). Para o estudo das similaridades entre assuntos, a CDD é útil, pois os trata sistematicamente, no entanto, há algumas críticas a respeito da representação adequada das ciências, mostrando suas relações de interdisciplinaridade. Pode-se visualizar, nos apontamentos onde se discute a separação das Ciências Sociais da História e a distância entre as Línguas e a Literatura (PIEADADE, 1983).

A estrutura da CDD contém as ciências divididas em dez classes que são subdivididas em dez e assim por diante. Também contém tabelas auxiliares onde é possível definir tempo, lugar, forma, etc, para que as classificações se tornem mais específicas. Em relação à elaboração do sistema de classificação por Dewey, Vikchery (1980, p.203) explica que:

O ponto de partida de Dewey foi o pensamento crítico especulativo, de modo que o grupo 1 foi constituído da Filosofia. O espírito individual, ainda não absorvido na multiplicidade dos fenômenos mas concentrado na abrangência, fica próximo à Religião...Conseqüentemente nos dois primeiros grupos encontra-se uma transição da concepção individual para a concepção coletiva, uma transição que assume uma forma mais concreta no grupo 3, onde se acham as Ciências

Sociais... Em seguida, a comunidade que busca e constrói seu conhecimento faz uso da Linguagem... Então, segue em primeiro lugar a Ciência Pura... levando às Ciências Aplicadas....A abordagem de Dewey foi assim apenas tão subjetiva quanto a dos outros idealistas do século XIX, usando dicotomias como abrangência e múltipla, individual e coletiva.

A visualização do sistema de classificações de Dewey é a seguinte:

**Quadro 6:** Sistema de Classificação de Dewey - CDD

000	Generalidades
100	Filosofia
200	Religião
300	Ciências Sociais
400	Línguas
500	Ciências Puras
600	Ciências Aplicadas
700	Artes
800	Literatura
900	Geografia. Biografia. História

**Fonte:** Elaborado pela autora

Dewey dividiu o conhecimento, de acordo com Piedade (1983) como se fossem nove bibliotecas especializadas e criou uma décima classe para incluir os materiais como enciclopédias, revistas, etc. O sistema teve grande aceitação sendo adotado para a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e pela *British National Bibliography*, o que mostra a importância que a organização sistemática trouxe.

A hierarquia é estabelecida através de dois aspectos: na notação, onde tem-se a representação com assunto

Além das críticas em relação às áreas do conhecimento, como exposto acima, o sistema de classificação de Dewey também é acusado de um nacionalismo exacerbado, já que foi criada para uma biblioteca norte americana, com influências culturais tipicamente de seu meio. Neste sentido, (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996) utiliza De Golier (1976), para comentar o fato:

de todas las criticas [...] que, teóricamente justificadas pero la práctica inoperantes, denunciaban sus multiples defectos: nacionalismo manifesto, debido al lugar preponderante asignado a los temas relativos a los Estados Unidos de América; carácter arbitrario de ciertas separaciones [...]; falta de idoneidad de la sistematización com respecto al estado de los conocimientos científicos.

O sistema de Dewey nasceu em uma época em que os Estados Unidos passavam por mudanças como o final da Guerra Civil, a imigração em massa, a industrialização e o uso da mão-de-obra imigrante e a abertura de muitas bibliotecas públicas, que tinham a função de ser uma extensão do colégio, para assimilar e educar os imigrantes que chegavam. Os valores da classificação de Dewey são os valores da sociedade de sua época (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996).

Mesmo com todas as críticas o sistema de Classificação Decimal de Dewey conseguiu seu lugar, pois tratou de utilizar os números decimais para dar a alternativa da organização, utilizando as classificações filosóficas como modelo para algo prático. Na introdução da 27ª edição da Classificação Decimal Universal, é colocada a importância da CDD quando mencionado o fato de seu importante papel no estabelecimento de fazer com que o assunto fosse representado por um código e que este fosse o principal recurso de organização de livros numa biblioteca, unindo os assuntos semelhantes.

## **5.2 O sistema de Classificação Decimal Universal**

A criação do sistema de Classificação Decimal Universal, CDU, se deu mediante a expansão da CDD internacionalmente. Paul Otlet e Henry La Fontaine, advogados, tinham o objetivo de organizar um Repertório Bibliográfico Universal, um índice classificado onde seria possível abranger

todas as informações produzidas. Faziam parte do *Institut International de Bibliographie* (IIB), que se localizava em Bruxelas (PIEDADE, 1983; SAN SEGUNDO MANUEL, 1996; CDU, 2007).

Resultando de uma Conferencia, a adoção do sistema de classificação de Dewey foi adotado para o tratamento do repertório de bibliografias e, por pedido feito por carta a Dewey, Otlet conseguiu a permissão para a tradução do sistema que estava em sua quinta edição para o francês.

Desta forma, influenciados pelo positivismo de Comte, Otlet manifesta suas intenções acerca de uma nova ciência, como explica San Segundo Manuel (1996, p.80): “[...] la Documentación, ya que todas las ciencias van a estar imbuídas, tal como lo expresa Otlet, de un carácter positivo y documentário. Y este caracter va a abarcar a todas las ciencias incluídas las naturales.”

De acordo com a introdução da CDU, Otlet e La Fontaine perceberam que o conhecimento humano poderia ser expresso pela linguagem universal que são os números e perceberam também que os números decimais empregados no sistema, devido à capacidade de expansão, poderiam, de forma melhor, dar conta de todo o trabalho minucioso que era realizado com as bibliografias que, diferentemente de livros na estante, exigiam uma elaboração mais específica e detalhada de assuntos. Assim, em 1905, é publicado o *Manuel du Repertoire Bibliographique Universel*, resultado dos estudos acerca da CDD que anos mais tarde se denominou Classificação Decimal Universal. A CDU pode ser definida como:

[...] um sistema de conceitos hierarquicamente estruturados em grandes classes, destinado à classificação do conhecimento e dos suportes físicos de seu registros, a que denominados genericamente documentos: livros, revistas, fitas, [...]. (SILVA; GANIN, 1994, p. 4).

O plano de tradução inicialmente da CDD se transformou em uma classificação diferente, que permite que a síntese seja realizada, relacionando assuntos através de sinais gráficos e números compostos. A CDU é uma classificação com notação numérica ordenada, onde cada número são partes de frações decimais podendo ser divididos de dez em dez infinitamente.

(CDU, 2007). Otlet e La Fontaine também visualizaram as tabelas como instrumentos para organizar uma lista com características de vários assuntos. Na CDD já era possível ver estes padrões repetidos de vários assuntos, no entanto, com a CDU:

[...] dava-se agora um passo adiante com a separação dos algarismos finais e sua reunião em tabelas de números auxiliares, os quais poderiam ser acrescentados onde quer que o usuário achasse necessário. Este princípio de síntese significava que se poderia alcançar um nível muito maior de detalhamento do que o oferecido pelo esquema publicado: maior precisão combinada com economia de apresentação. (CDU, 2007)

Todo o trabalho de Otlet e La Fontaine era em direção à organização da informação, ou seja, retirar os elementos essenciais dos documentos e suas interrelações para assim recuperar a informação e disseminá-la por assunto. A inserção do conceito de relação e de todos os recursos que a CDU dispõe para que sejam representadas através da síntese, permite que sejam elaboradas notações compostas para representar assuntos que não estão no sistema. (SILVA;GANIN, 1994).

Portanto, Silva e Ganin (1994), explicam que por conter elementos que permitem que sejam criados subsistemas ou minissistemas de conceitos secundários, que não estão previstos dentro do sistema e que podem ser atribuídos pelo classificador, o sistema de classificação de Otlet e La Fontaine combinam de forma inovadora a hierarquia que era seguida rigidamente na CDD e a riqueza oferecida pela síntese, representadas pelos inúmeros símbolos e tabelas auxiliares.

Desta forma, há quatro características fundamentais apresentadas pela CDU (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996; SILVA;GANIN, 1994), que a fazem ser um primeiro esquema facetado de classificação:

- a decimalidade é instituída pelo fato de o conhecimento ter sido dividido em dez classes, e dentro de cada uma poder ser dividida de dez em dez infinitamente;



- a universalidade se faz a partir da decisão de utilizar números e sinais gráficos que podem ser reconhecidos universalmente. Também pela pretensão de ter em sua estrutura a divisão de todas as áreas de conhecimento do mundo, tendo espaço para atualizações e para atribuição de novos conceitos.
- a hierarquia é a forma subordinada onde se apresentam o conjunto dos conhecimentos no sistema. Cada termo é subordinado a outro se relacionando com o todo, supondo assim que o universo é um conjunto harmônico.
- caráter analítico-sintético é como os assuntos podem ser representados de diversas formas, ou seja, multifacetados e trabalhados de diferentes perspectivas com o mesmo cuidado e de acordo com o uso que aquele documento terá.

O sistema é constituído, assim, por partes intimamente relacionadas cada qual com sua função se remetendo ao todo. A estrutura da CDU pode ser visualizada a seguir:

**Quadro 7:** Estrutura da Classificação Decimal Universal - CDU

0	Generalidades. Ciência e conhecimento. Organização. Informação, etc.
1	Filosofia. Psicologia
2	Religião. Teologia
3	Ciências Sociais. Direito. Educação
4	Vaga
5	Matemática e ciências naturais
6	Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia
7	Arte. Belas Artes. Recreação. Esportes
8	Linguagem. Lingüística. Literatura
9	Geografia. Biografia. História
Tabelas Auxiliares Comuns	
Tabelas Auxiliares Especiais	
Índice alfabético	

**Fonte:** Elaborado pela autora.

A estrutura geral da CDU, como representada no quadro, compreende as dez áreas do conhecimento com o auxílio das tabelas para especificar os assuntos. Vickery (1980) escreve que a CDU é um sistema que tem a pretensão de atender a recursos práticos, suas tabelas com maior detalhamento indicam já o modelo de facetas, que será trabalhado no próximo tópico por conta da classificação dos dois Pontos. Mesmo com pontos imperfeitos e detalhes que deixam a desejar em casos de classificar documentos, por exemplo, de assuntos que não foram atualizados, a CDU é um valioso instrumento no campo da recuperação e organização da

informação, servindo com precisão e se adaptando às novas tecnologias da informação.

### **5.3 A classificação de Ranganathan**

As antigas teorias da classificação pressupunham que o conhecimento poderia ser dividido e subdividido em infinitas classes, desenvolvendo assim uma cadeia de classes e subclasses cada uma mais específica que a outra, no entanto, a CDD e a CDU, esta última com algumas ressalvas que foram expostas no tópico anterior, seguem a Árvore de Porfírio, ou seja, dividem o conhecimento do geral para o particular considerando as características dos documentos e não suas diferentes perspectivas (PIEIDADE, 1983). Foi Ranganathan que mostrou que o conhecimento poderia ser dividido de forma a combinar relações com o intuito de fazer uma representação exata, específica e de acordo com vários ângulos do assunto, ou seja, realizar uma classificação por facetas.

Uma abordagem analítica e combinatória, de acordo com Dahlberg (1972), era perceptível nos sistemas elaborados por Dewey com a CDD, na classificação de Cutter, Brown e de maior influência na CDU. No entanto sua abordagem de classificação era diferente pela não utilização de

[...] classes pré-estabelecidas e prontas às quais os títulos tinham de ser relacionados, mas criava classes de livros somente no momento em que um livro era analisado segundo os elementos conceituais de seu assunto, e sintetizado segundo as regras das fórmulas de facetas ligadas às disciplinas. (DAHLBERG, 1972, p.07)

Os sistemas de classificação se estabeleceram, em sua elaboração ao longo do tempo, em relacionamentos entre conceitos, ou seja, conceitos de determinada área se relacionam entre si onde se tem um sistema interrelacionado. Neste sistema sempre um determinado conceito estará relacionado com outro e, na lógica aristotélica, o relacionamento gênero-espécie é um postulado. Desta forma, explica Tristão et al (2004), foi de acordo com este relacionamento que os sistemas de classificação bibliográfica foram desenvolvidos, o que acarretou na manifestação de muitos sistemas enumerativos e rígidos quanto ao relacionamento de assuntos.

As autoras continuam escrevendo que o resultado deste tipo de classificação são as limitações impostas em relação à combinação entre as classes, ou ainda, a dificuldade em expressar conteúdos semânticos no sentido de facilitar a recuperação de informações através de seus relacionamentos de significados entre os termos que “[...] causa dificuldades quando se pesquisa em ambientes multidisciplinares, ou quando se lida com objetos de natureza complexa.” (TRISTÃO et al, 2004, p.166-167).

Na classificação em facetas, estes problemas podem se minimizados, pois esta se baseia na condição de uma análise minuciosa do vocabulário onde os termos resultantes desta análise serão classificados considerando o conjunto-padrão de categorias estabelecidas como funcionais (TRISTÃO et al, 2004). Desta forma, tem-se a interrelação dos termos, pois as categorias funcionam como um núcleo de estabelecimentos de relações semânticas que se realizam conforme o vocabulário controlado.

Desta forma, uma diferença marcante entre os sistemas de classificação bibliográficos elaborados a partir da concepção arbórea e os esquemas facetados é que estes “[...] são mais flexíveis, mais precisos e mais adequados à classificação de coleções de muitos elementos e de crescimento permanente.” (PRIETO-DIAZ, 1987 apud TRISTÃO et al, 2004, p.167).

A classificação facetada, neste sentido, trata de identificar e organizar um assunto de maneira que suas partes possuam características comuns a diversas categorias de um mesmo assunto. Nestes sistemas, tem-se a divisão do assunto realizada em cadeia, ou seja, quando há a análise, é necessário que este seja dividido em subclasses até que as possibilidades se esgotem.

Na história das classificações bibliográficas, Shiyan Ramarita Ranganathan representa, para Vickery (1980), o pensador que desenvolveu da melhor maneira a teoria das classificações e que hoje, de acordo com Tristão et al (2004, p. 165):

[...] tem sido largamente discutida na academia como uma solução para a organização do conhecimento, em decorrência

de suas potencialidades de acompanhar as mudanças e a evolução do conhecimento.

O conhecimento é considerado por Ranganathan como um ciclo que contém a totalidade de idéias de um ser humano, essas idéias ficam claras e são construídas através da observação e das influências das coisas que o cercam em seu meio. Para visualizar este ciclo, abaixo temos a Espiral do conhecimento, elaborada por Ranganathan:

**Figura 6:** Espiral do conhecimento de Ranganathan.



**Fonte:** Ranganathan. Prolegomena<sup>30</sup>

<sup>30</sup> Em artigo intitulado "A organização de domínios de conhecimento e os princípios ranganathanianos" Campos e Gomes (2003, p.154) explicam como funciona a Espiral do conhecimento de Ranganathan "[...] para explicar o movimento do próprio ato de conhecer, perceber e sua influência sobre os esquemas de classificação, Ranganathan apresenta a Espiral do universo do conhecimento, que possui várias fases no seu desenvolvimento. Por conveniência de referência, Ranganathan (1963a, p. 359) utiliza a denominação dos pontos cardeais para demonstrá-las: Nadir - apresenta a acumulação dos fatos obtidos pela observação, experimentação e outras formas de experiência; Ascendente - apresenta a acumulação de leis indutivas ou empíricas em referência aos fatos acumulados em Nadir; Zênite - apresenta as leis fundamentais formuladas, isto é, a compreensão de todas as leis indutivas ou empíricas acumuladas no ascendente com implicações obrigatórias; Descendente - marca a acumulação das leis de dedução na direção das leis fundamentais de Zênite.

Esses pontos cardeais produzem quatro quadrantes no ciclo da espiral, a saber: Quadrante 1 - Situa-se entre Descendente e Nadir. Corresponde ao estágio do desenvolvimento do domínio do Universo do conhecimento, onde os fatos são encontrados e registrados. Nele estão inseridos os seguintes conceitos: experimentação, observação, concretude e particularização; Quadrante 2 - Situa-se entre Nadir e ascendente. Corresponde ao momento em que as leis empíricas ou indutivas são formuladas e registradas. São os seguintes os conceitos nele inseridos: intelecto, indução, abstração, generalização; Quadrante 3 - Situa-se entre o

Ranganathan, matemático e bibliotecário, desenvolveu suas teorias no século XX e reconheceu, dentro das classificações bibliográficas, que um determinado assunto selecionado para realizar a classificação pode ser subdividido ao infinito, pois o conhecimento (é perceptível sua concepção através da visualização da Espiral do Conhecimento, Figura 6) não é algo estático que pode ser visto apenas de uma perspectiva:

[...] o conhecimento é multidimensional: as interligações de cada conceito espalham-se em muitas direções, e usualmente cada assunto é uma síntese de vários conceitos múltiplos ligados. Os assuntos assim formados parecem mostrar "laminação". (VICKERY, 1980, p.210)

Com o desenvolvimento de sua teoria, foi possível ver que as classificações tinham muito mais a oferecer se pudessem ser elaboradas conforme os preceitos aristotélicos, e não apenas seguindo os predicáveis de Porfírio.

De acordo com Campos e Gomes (2003, p.52):

A teoria da classificação facetada está apresentada praticamente em quatro obras básicas: Five laws of library science (Ranganathan, 1963a), Prolegomena to library classification (Ranganathan, 1967), Philosophy of book classification, (Ranganathan, 1951), além da própria Colon classification, (Ranganathan, 1963). Ranganathan conseguiu estabelecer princípios para uma nova teoria da classificação bibliográfica, e o fez tendo como base o próprio conhecimento.

Estas obras trazem um novo tipo de classificação conhecida como Classificação Facetada, Classificação em Facetas ou Classificação Analítico-Sintética. (PIECADE, 1983). De acordo com Gomes et al (2006, p.19), citando Ranganathan:

Classificar é mapear, organizar. Ranganathan alerta para a dificuldade de colocar numa linha milhões e milhões de idéias, com "miríades de possíveis relações-imediatas-devizinhança entre elas". "Podemos gastar noites sem dormir e ainda assim

---

ascendente e Zênite. Corresponde ao estágio em que as leis fundamentais são entendidas e registradas. Intuição, abstração e generalização são conceitos inseridos; Quadrante 4 - Situa-se entre Zênite e Descendente. Corresponde ao momento em que as leis dedutivas são derivadas e registradas. Os conceitos inseridos são intelecto, particularização, dedução e concretude."

não chegarmos perto de uma solução segura. Se não formos estudiosos sérios de classificação, podemos desistir dizendo: 'A Classificação é impossível'. Para alguns, a classificação é marcada a ferro como um absurdo lógico".

A classificação facetada é apresentada a partir de bases teóricas que vão sustentar a proposta de Ranganathan. De acordo com Gomes et al (2006), em artigo que analisa e contextualiza as obras do filósofo, primeiramente são oferecidos ao entendimento das classificações a explicação de seus Princípios Normativos gerais, depois Cânones para construção das classes e dos elementos que as compõe. A seguir “[...] estabelece as Categorias Fundamentais, como princípio para ordenação das classes.” (GOMES et al, 2006.p.3).

A classificação facetada se firma através de uma teoria que vai dar possibilidades de serem elaborados outros instrumentos de linguagens documentárias a partir das facetas. San Segundo Manuel (1996, p.103) a define como:

[...] un esquema clasificatorio que desarrolla el concepto de sistema, y entiende por sistema a la exposición básica de un tema en correlación con una determinada escuela de pensamiento, ya sea filosófica, política, científica, religiosa científica u otras. Ranganathan desarrolla, desde distintos puntos de vista, sus tablas, así en varias clases principales aparecen diversos sistemas.

É um esquema, como dito, analítico sintético por ter como pressuposto os processos de análise do assunto do documento, para que se possa através da decomposição dos assuntos, retirar os conceitos complexos e básicos. O processo sintético consiste em analisar cada um destes termos para poder uni-los novamente de acordo com suas relações com outros conceitos e com as características específicas dos documentos (TRISTÃO, et al, 2004).

Ao construir o seu sistema, Ranganathan, de acordo com Vickery (1980), começou definindo um universo de entidades que são seres concretos e seres conceituais. Cada uma das entidades definidas possuem um número grande de atributos que podem originar características possíveis de dividir o universo em grupos ou em classes, sendo que as classes derivadas

desta divisão são colocadas lado a lado para ter uma seqüência. Vickery (1980, p. 211) descreve o conjunto de conceitos seminais de Ranganathan e explica que cada classe é um novo universo que é suscetível de divisão, pois, “A divisão sucessiva por uma série de características dá origem a uma cadeia de classes que deveriam ser apropriadamente moduladas.”

A classificação desenvolvida por Ranganathan se trata de um sistema com vários graus de especialização que fazem menção aos diferentes ramos de uma ciência. Desta forma, são determinadas tabelas que contém as disciplinas que podem ser subdivididas em facetas de acordo com suas características. De acordo com Gomes et al (2006, p.6):

O argumento de Ranganathan requer um sistema pré-coordenado, como é o caso das tabelas de Classificação, em especial de sua *Colon Classification (CC)*, cuja notação pode conter códigos para representar os vários aspectos tratados num livro descrevendo, assim, o assunto de maneira mais completa. A CDU foi a primeira tabela de classificação que tentou a representação do assunto dos livros de modo mais completo, através de suas tabelas auxiliares empregando sinais para indicar alguns aspectos (por exemplo, tempo, língua).

San Segundo Manuel (1996, p.104) mostra um pouco desta estrutura do sistema, onde, de acordo com a autora, é iniciado por uma tabela que contém assuntos principais para depois serem inclusos as disciplinas tradicionais, assim podendo subdividi-las em facetas de acordo com as características do documento que está sendo analisado:



**Quadro 8:** Parte da estrutura do sistema de Ranganathan. Baseado em San Segundo Manuel (1996).

Classes Principais
Z Generalidade
1 Universo do conhecimento
2 Biblioteconomia
3 Ciência do livro
4 Jornalismo
A Ciências Naturais
B Matemática
C Física
D Engenharia
E Química
F Tecnologia
G Biologia
H Geologia
I Botânica
J Agricultura
K Zoologia
L Medicina
LX. Farmacia

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Não só as classes principais que contém as ciências mais tradicionais mas Ranganathan elaborou também classes representadas por

letras do alfabeto grego. Em suas obras, Ranganathan sugeriu, de acordo com Vickery (1980), que os universos originais estabelecidos poderiam ser divididos em séries, o que daria origem à facetas, que por sua vez são manifestações das cinco categorias por ele definida. Desta forma, reunir as facetas de acordo com as Categorias Fundamentais é o primeiro passo para que a classificação seja composta das classes e sub-classes definidas. Para chegar às Categorias Fundamentais, o filósofo propõe buscar o “nível seminal”, ou seja, o ponto que origina as classes definindo suas características comuns (GOMES et al, 2006). Citando Ranganathan, em sua Collon Classification, Gomes et al (2006, p. 20), descrevem o que o filósofo entendia por Categorias Fundamentais:

Categorias Fundamentais é uma expressão que não pode ser definida a não ser por sua enumeração, porém os testes realizados por Ranganathan, a partir de 1955, de seus postulados e princípios relativos às Cinco Idéias Fundamentais, levam-nos a crer que "categorias fundamentais" poderiam ser entendidas como "categorias as mais genéricas possíveis e passíveis de se manifestarem de diversas formas, capazes de hospedar todos os objetos da natureza até então conhecidos pelo Homem, e de classificá-los de acordo com sua natureza conceitual, cada um numa e somente numa categoria."

Tristão et al (2004, p.12) explica ainda que as Categorias Fundamentais dão uma visão de conjunto de todos os agrupamentos de assuntos, ou seja, possibilita que o assunto seja entendido em seu aspecto global e de acordo com seus relacionamentos com a área. Desta forma:

O uso de categorias na organização de conceitos e, em consequência, na elaboração de uma classificação é um recurso para o entendimento da natureza do conceito e para a formação das estruturas conceituais. As categorias possibilitam a sistematização do conhecimento.

De acordo com Vickery (1980), San Segundo Manuel (1996), Piedade (1983) e Gomes et al (2006), as cinco categorias de Ranganathan são definidas como PMEST e significam:

**Personalidade** – é a primeira na ordem da classificação dos Dois Pontos. É o objeto de estudo de cada disciplina e corresponde a primeira faceta. San Segundo Manuel (1996) dá alguns exemplos de como seria tratada por área do conhecimento como para a Psicologia, a personalidade seria seu objeto que

são as pessoas, crianças, etc., para a Linguística a personalidade será a língua e assim por diante.

**Matéria** – é a forma material dos objetos. Pode aparecer como material e propriedade no sentido de que o material tem suas propriedades intrínsecas, integrantes do objeto e pode representar uma característica deste.

**Energia** – as ações que se dão em relação à matéria. A energia pode ocorrer entre todas as espécies de entidades dentro do sistema.

**Espaço** – localização espacial e divisão territorial e física do objeto;

**Tempo** – localização temporal define o contexto temporal do objeto.

O sistema proposto por Ranganathan tem um papel importante no sentido de mostrar que a classificação não precisa ser tão rígida hierarquicamente, pois as facetas dão uma maior liberdade e flexibilidade para se estabelecer as inter-relações entre as áreas e assuntos e como a estrutura do conhecimento em Ranganathan não é estática, ela está sempre em movimento e sempre mudando (VICKERY, 1980). Suas obras também expressam a proposta dos cinco modos que podem formar assuntos específicos (VICKERY, 1980; SAN SEGUNDO MANUEL, 1996), quais sejam:

- Laminação que propõe facetas dentro do mesmo universo, ou seja, através da superposição de uma faceta com a outra é possível extrair assuntos básicos e assuntos isolados que, depois de combinados se transformam em assuntos compostos.
- Dissecação que divide uma classe com o objetivo de formar uma série de subclasses. Cada lâmina representa um assunto básico ou isolado que é dividido podendo formar seu próprio universo.
- Desnudação ou desfolhamento que permite representar o núcleo ou o específico de um assunto básico ou de uma idéia isolada buscando um detalhamento maior.
- Reunião ou agregação livremente de termos diferentes. Podem ser introduzidos na estrutura termos novos.

- Superposição com a conexão de assuntos isolados que pertencem ao mesmo universo e podem formar uma idéia composta.

Como todos os sistemas, este teve seu desenvolvimento marcado por correções, discordâncias e críticas, que ainda estão sendo elaboradas e contribuem para que se aperfeiçoe e ofereça novas possibilidades de uso. Vickery (1980) coloca que estas idéias e teorias desenvolvidas pelo filósofo fizeram com que a classificação fosse vista com maior flexibilidade, mas alerta que seus estudos ainda estão sendo analisados e que o uso deste instrumento ainda é restrito no sentido de ser extremamente específico e, talvez, não funcione tão bem com usuários em unidades de informação. No mais, as contribuições de Ranganathan hoje se refletem na Teoria do Conceito, Teoria da classificação e estudado no âmbito da construção de tesouros e taxonomias para a organização da informação em diferentes tipos de ambientes.

Foram expostos, de forma geral, algumas das contribuições marcantes do desenvolvimento das classificações bibliográficas. Podemos citar para maior aprofundamento os sistemas desenvolvidos por Charles Ami Cutter, que em 1879 publicou a *Expansive Classification*, onde propôs uma organização dos assuntos e áreas de forma expansiva em sete tabelas classificatórias; a classificação da Biblioteca do Congresso de Washington, em 1800, que estabelece os assuntos tratados em suas tabelas representados por letras do alfabeto; a classificação de James Duff Brown, que em 1906 publica a Classificação Temática; a classificação de Henry Evelyn Bliss, que estabeleceu uma divisão de assuntos a partir de quatro pontos de vista que são o filosófico, teórico, histórico e prático proposta na obra seriada *A bibliographic classification extended by systematic auxiliary schedules for composite specification and notation*, publicado em 1953.

Estes sistemas e outros que são utilizados e ainda desenvolvidos atualmente são os resultados de estudos, grupos de pesquisa e esforços para proporcionar uma organização das informações que contemple ao mesmo tempo as exigências práticas como teóricas em termos de novas linguagens e perspectivas documentárias. Todos estes estudiosos deixaram e

deixam passos a serem desenvolvidos e trabalhados no sentido de se ter uma classificação adequada a cada contexto, respeitando culturas, diferenças sociais e finalidades impostas por instituições de diferentes naturezas.

As discussões agora se voltam ao tratamento dado aos documentos fotográficos em bibliotecas, em específico na Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade.

#### **5.4 Fotografias na biblioteca: o acervo da Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade**

Contextualizar o percurso de documentos fotográficos em acervos de bibliotecas se torna tarefa difícil quando se pretende saber dados exatos de como as fotografias entraram nesta instituição, desde quando, como foi sua aceitação. Pela bibliografia e trabalhos encontrados, o que se supõe analogamente às fotografias nos arquivos, é que a partir da segunda metade do século XIX estes documentos passaram a fazer parte da realidade social e, as bibliotecas como instituições que servem à parcelas da sociedade, adquiriram e armazenaram registros fotográficos praticamente desde sua consolidação.

Algumas citações levantadas mostram que a França país onde oficialmente a fotografia tem seu marco, foi primeiramente onde fotografias foram armazenadas em instituições como bibliotecas, arquivos e museus. De acordo com Vasquez (2000) a *Bibliothèque Nationale* da França foi a primeira instituição no mundo a recolher e incluir fotografias ao seu acervo.

Historicamente, a *Bibliothèque Nationale* da França foi a primeira instituição em todo o mundo a incorporar a fotografia ao seu acervo, ao receber, em 1851, uma série de doze calótipos produzidos pela *imprimerie photographique* de Blanquart-Evrard, a título de depósito legal, em obediência à conhecida lei que já incidia há decênios sobre os livros e as gravuras. (VASQUEZ, 2000, p.44-45).

O autor considera este começo nobre, por conta do editor Louis-Dédiré Blanquart-Evrard, responsáveis por fotografias do livro de Maxime Du Camp, que contava com registros de lugares como o Egito, Palestina e Síria, lugares estes que foram visitados por Maxime Du Camp e pelo escritor

Gustave Flubert entre 1849 e 1851. O autor explica também que a entrada das fotografias na *Bibliothèque Nationale* da França não foi apenas por meio de livros, mas existiam os portfólios sobre determinados temas que agregavam conjuntos de fotografias. A aquisição se dava também com imagens avulsas que, cada vez produzidas em maior quantidade, influenciou a ampliação do *Cabinet des Estamps*. Pela primeira vez foi perceptível como a produção em massa da fotografia incidiria em uma instituição informacional, requisitando espaço, profissionais adequados e tratamento coerente.

Nos Estados Unidos, também foi uma biblioteca, a Lybrary of Congress, sediada em Washington, a primeira instituição a colecionar fotografias, objetivando com isso subsidiar o trabalho dos congressistas, a votação de leis e as reformas políticas e sociais. (VASQUEZ, 2000, p.44)

Com estas primeiras incursões nas instituições referenciadas pelo autor, é possível compreender que coleções de documentos fotográficos são uma realidade em bibliotecas que os armazenam por diferentes razões. É interessante referenciar Alves (1998, p. 05), que logo na apresentação do Manual para Indexação de Documentos Fotográficos, afirmar que este documento também tem lugar na biblioteca:

A Biblioteca é, originalmente, a casa do livro. Ou, para sermos mais abrangentes, da documentação textual. Mas há muito o texto deixou de ser a única fonte primária relevante na pesquisa em diversos campos do conhecimento. A imagem, que antes era usada apenas como mera ilustração do texto, ganhou relevo na medida em que se desenvolveram estudos visando o aprofundamento de sua leitura e que a multimídia passou a ter papel relevante nos processos de informação, preservação e divulgação de imagens.

O Manual é referência para os profissionais de todos os campos que trabalham com documentos fotográficos e foi elaborado por conta do acervo de fotografias que a Biblioteca Nacional possui. A questão da indexação é abordada de forma a dar ao pesquisador acesso eficiente e rápido aos documentos fotográficos e foi idealizado por bibliotecários. Publicado em 1998, suas recomendações até hoje são utilizadas por bibliotecas que possuem acervos com fotografias como é o caso da Biblioteca Pública

Municipal Mario de Andrade, que, em seu acervo possui coleções fotográficas de grande valor histórico.

Considerada como uma das mais tradicionais bibliotecas do país por conta da riqueza e importância de seu acervo, a Biblioteca Municipal foi fundada na cidade de São Paulo no ano de 1925. Suaiden (2000) escreve que sua inauguração foi um marco para a biblioteconomia brasileira, visto que foi considerada desde o início um monumento à cultura. É a primeira biblioteca da cidade e a segunda maior do país, a primeira é a Biblioteca Nacional, RJ.

O contexto social em que o estado de São Paulo se encontrava favorecia a concepção de espaços onde pudessem contemplar fatores culturais e educacionais. Gomes (2008) faz uma análise desse período explicando que a passagem de uma sociedade agrária para a industrial é um dos fatores a se considerar como impulsor da criação da biblioteca, visto que essa população necessitava de educação e de materiais especializados para sua nova realidade que tem como consequência o fato do crescimento populacional na cidade. A implantação de escolas onde eram aplicados todos os níveis de Educação também foi fator determinante para o aparecimento da biblioteca, além do interesse político e apelo popular em criar uma biblioteca pública na cidade.

A primeira diretora foi a bibliotecária formada pela Universidade de Columbia, Adelpha de Figueiredo. O segundo diretor foi Rubens Borba de Moraes que reorganizou o acervo – que se iniciou com obras doadas pela Câmara Municipal de São Paulo - e inseriu um plano que deveria ser com vistas a melhoras dos serviços. Suaiden (2000, p. 53), escreve que estes pontos se resumiam em “1) reorganização completa dos serviços técnicos; 2) adoção de esquema de expansão bibliotecária; 3) formação de pessoal habilitado; 4) cooperação com outros institutos.” O terceiro diretor foi Edson Nery da Fonseca, que, de acordo com o autor tinha influências européias como todos os outros diretores que eram intelectuais voltados à literatura e ciência (SUAIDEN, 2000).

Estas influências podem ter causado a idealização do projeto proposto para iniciar uma Diretoria que cuidaria dos aspectos culturais junto aos educacionais, pública e totalmente voltada às necessidades dos usuários da época. Gomes (2008) mostra como esse processo aconteceu e relata que em 1934 Paulo Duarte, redator do jornais *O Estado de SP* e *Diário Nacional* e amigo de Mário de Andrade, foi convidado pelo prefeito Fábio Prado para colaborar com a administração sugerindo um projeto cultural (GOMES, 2008). Assim, as idéias que já eram discutidas em reuniões por um círculo de intelectuais do qual faziam parte nomes como Sérgio Milliet, Antônio de Alcântara Machado, Rubens Borba de Moraes e Mário de Andrade.

Segundo a autora, Mário de Andrade e Paulo Duarte elaboraram a idéia do Departamento de Cultura com um projeto onde havia uma diversidade de opções que serviriam á cultura:

Com o decreto do Ato nº 861 de 30 de maio de 1935, organizou-se o Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo, inicialmente com quatro divisões: Divisão de Expansão Cultural, Divisão de Bibliotecas, Divisão de Educação e Recreios e Divisão de Documentação Histórica. Mário de Andrade foi nomeado diretor do Departamento de Cultura pela Portaria Municipal nº 1094 e ficou encarregado também da Divisão de Expansão Cultural. (GOMES, 2008, p.35).

Neste período a discussão era em torno da implantação de um sistema de bibliotecas municipais, interligadas, pois não havia um sistema de cooperação entre as bibliotecas, o que era prejudicial ao usuário (SUAIDEN, 2000). Depois de um curto período a Biblioteca Pública do Estado foi incorporada às funções da Biblioteca Municipal.

Com o crescimento da biblioteca tanto em acervos quanto em seções foi necessária a mudança para o prédio idealizado pelo arquiteto francês Jacques Pilon.

Apenas em 1960 a Biblioteca foi denominada de Biblioteca Pública Municipal Mario de Andrade. De acordo com as informações do site oficial da Biblioteca, em 1975 houve a extinção da Divisão de Bibliotecas. Em seu lugar foi criado o Departamento de Bibliotecas Públicas que passou a ser o órgão ao qual a Biblioteca estava subordinada. Em 2005 a Biblioteca Mário de



Andrade passou a ser um Departamento dentro do sistema Municipal de Bibliotecas e em 2009 foi feita uma reestruturação administrativa que deu maior liberdade à instituição para cumprir suas metas que são preservar e dar acesso às informações.

O acervo da Biblioteca Mário de Andrade está estruturado por coleções que se denominam: **Coleção de Arte**, composta por livros, periódicos, enciclopédias especificamente sobre arte, urbanismo, estética, pintura, fotografia, ou seja, é uma referência para os usuários e é uma das coleções mais antigas da cidade. **Coleção Geral** é o acervo de livros da biblioteca que abrange todas as áreas do conhecimento. Conta com aproximadamente 200 mil volumes e atualmente tem diretrizes que regulam a entrada do material por conta do espaço físico, portanto, o acervo desde 2007 comporta apenas obras de Literatura e Humanidades. A **Coleção Circulante** é composta de livros e pode ser retirada para empréstimo. Suas áreas de concentração são literatura e artes, mas é possível encontrar também obras de todas as áreas do conhecimento. A **Coleção São Paulo** fica no espaço físico da Circulante e é um centro de informação e pesquisa especificamente sobre a cidade de São Paulo, sendo que as obras apenas podem ser consultadas no local. A **Coleção ONU** também se localiza no espaço físico da Circulante e reúne material publicado pela ONU recebidos desde 1958. A **Coleção de Referência** é composta por dicionários, enciclopédias, guias de praticamente todas as áreas do conhecimento. A **Coleção de Periódicos** contém jornais, revistas alguns deles encontrados apenas na Biblioteca Mário de Andrade.

Desde a década de 1920, a Biblioteca Mário de Andrade conta com a aquisição de um acervo de **Obras Raras**. Este foi aberto ao público em 1940 e possui um acervo valioso. Suas aquisições são através de compra e doação e é composto por livros, periódicos, gravuras, álbuns de fotografias, mapas raros, incunábulo, edições de viajantes como Debret.

De acordo com texto disponibilizado pela Seção de Obras Raras (s.d):

Seguindo os modelos tradicionais da grande biblioteca dos séculos XIX e XX, engloba coleções paralelas como

manuscritos, cartografias e iconografia diversa. Diferente da Biblioteca Nacional, que possui setores específicos como Iconografia, Música e Arquivo Sonoro, Mapas e Obras Raras, a Biblioteca Mário de Andrade conta com outra estruturação do acervo. Assim, a Seção de Obras Raras – Sala Paulo Prado – constituiu-se a partir da reunião de diferentes coleções privadas num total aproximado de 40 mil livros e 20 mil volumes de periódicos, núcleo ao redor do qual foram agregados ainda os conjuntos de manuscritos, fotografias, gravuras e desenhos. Entre os destaques da coleção, constam incunábulo do século XV e livros impressos a partir do século XVII.

A Biblioteca desta forma se propõe a ser verdadeiramente um centro de estudo e pesquisa reunindo em seu acervo diferentes tipos de suportes documentais e persegue o objetivo de preservar e disponibilizar estes documentos.

Sobre a questão dos documentos fotográficos na biblioteca Mário de Andrade, através da visita técnica e da bibliografia consultada, foi possível identificar as duas formas em que este documento se encontra na instituição.

O trabalho de organização e tratamento das fotografias produzidas pela Biblioteca, ou seja, documentos que contam a história da instituição e de seus fazeres, é bem recente e elaborado por bibliotecários. As fotografias são produzidas, na maior parte dos casos, pela Supervisão de Ação Cultural. Estas fotografias vão para o banco de dados que está sendo construído para abrigá-las e tem circulação interna. Os interesses internos versam sobre os eventos realizados na Biblioteca, a ação cultural, a disponibilização de informações de palestras, cursos na mídia social.

Também são disponibilizadas a pesquisadores com incidência maior de jornalistas que têm o objetivo de preparar matérias específicas sobre a biblioteca ou arquitetos que verificam as transformações do prédio e dos espaços da Biblioteca.

O trabalho feito pelos bibliotecários da instituição incluem, além do desenvolvimento de um banco de dados para abrigar estes documentos, a elaboração de um vocabulário controlado que, a partir das

necessidades dos usuários tanto externos como dos próprios profissionais, irá facilitar a recuperação das informações destes documentos.

A importância desta documentação está na preservação e acesso das fotografias utilizadas como resultado das ações realizadas, assim ela faz o papel do documento produzido pela instituição que servirá para preservação da memória, divulgação e pesquisas acerca da própria instituição. Portanto, os documentos fotográficos com estas características na Biblioteca Mário de Andrade, vão ser tratados de acordo com sua função e departamento que a produziu.

A outra questão dos documentos fotográficos na instituição é, como já apontado, na Seção de Obras Raras. As fotografias são mantidas pelo seu valor histórico e importância para a sociedade de modo geral, saindo um pouco do caráter regional.

O conjunto de álbuns inclui não só documentação relativa à cidade de São Paulo, mas diversos exemplares sobre o Brasil no século XIX, como os editados por Marc Ferrez (1843-1923), a exemplo do soberbo ensaio sobre a Estrada de Ferro do Paraná ou o dedicado ao sistema de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro. Menção deve ser feita ao álbum intitulado *Província de S. Paulo*, datado de aproximadamente 1870, organizado pelo Barão Homem de Mello, importante colecionador do século XIX. (BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE, Site Oficial)

A equipe da Seção de Obras Raras (s.d.), explica que o pesquisador tem a oportunidade de conhecer álbuns fotográficos editados por Militão Augusto de Azevedo (1887) ou uma série organizada por Washington Luís, durante sua administração municipal entre 1914 e 1919. Os livros ilustrados são outro destaque da coleção que demonstram desenhos feitos a partir de originais fotográficos, como é o caso da edição *Brasil Pitoresco*, de 1859, que tem estampas litográficas feitas a partir de imagens registradas por Victor Frond.

Para a disponibilização de parte deste acervo via internet, foi feito um trabalho conjunto da Biblioteca Mário de Andrade com o Instituto Embratel. Em *Tesouros da Cidade*, é possível consultar vinte álbuns

fotográficos dos séculos XIX e XX, além de livros e estampas raras. O projeto permitiu que fossem digitalizados os álbuns de forma a ter uma visão completa.

No ano 2000 a equipe da seção de Obras Raras definiu junto a empresa que realizou todo o processo de digitalização os campos que seriam utilizados para busca assim como alguns descritores. A equipe se baseou em publicações como as “Normas mínimas recomendadas para catalogação e classificação”, da FUNARTE publicado em 1982, Manual para catalogação de documentos fotográficos, Cassia Maria Mello Silva, também uma publicação da FUNARTE de 1996, no Manual para indexação de documentos fotográficos, da Biblioteca Nacional, entre outras.

Para que os documentos pudessem ser recuperados foram definidos também campos que, em todas as imagens acessadas aparecem ao lado remetendo às informações. Os campos são os seguintes:

- Álbum
- Título da Foto
- Autoria
- Local
- Data
- Conteúdo
- Dimensão
- Descritores

A partir dos campos, os descritores foram definidos de acordo com as características e prováveis legendas que existiam nas fotografias.

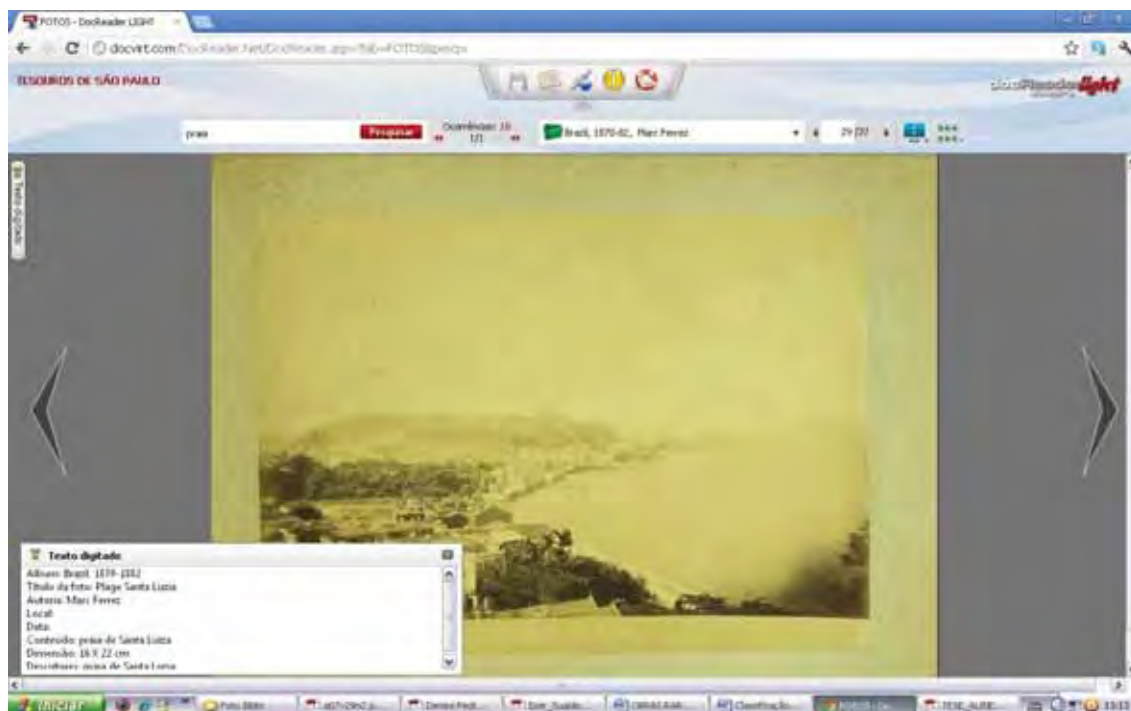
**Figura 7:** Site onde estão armazenados Álbuns de Fotografias da Seção de Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade



**Fonte:** DocPro Bibliotecas Virtuais. Disponível em:  
<<http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=>>.  
Acesso em: 12 de abr. 2012.

A pesquisa pode ser feita diretamente por Álbuns ou por palavras-chave

**Figura 8:** Pesquisa por palavra-chave



**Fonte:** DocPro Bibliotecas Virtuais. Disponível em: <http://docvirt.com/DocReader/Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=>.

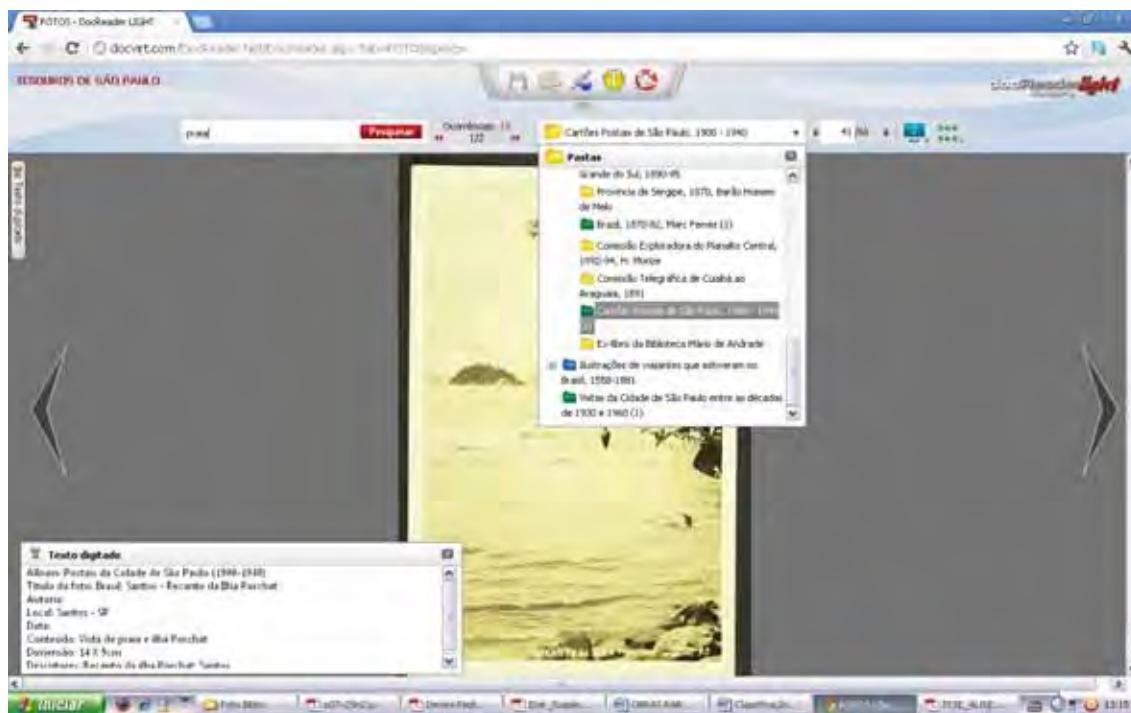
Acesso em: 12 de abr. 2012.

Neste exemplo a pesquisa foi feita com a palavra “praia”. Recuperou-se uma fotografia de Marc Ferrez que, no campo Conteúdo é descrito “praia de Santa Luiza”.

A equipe da Seção de Obras Raras justifica a questão dos descritores explicando que a limitação a termos que são constantes no processo de identificação dos originais foi escolhida por conta de restrições na implantação do banco de dados

Além da recuperação pelos descritores, a página mostra todas as incidências das palavras pesquisadas em outros álbuns que são representados pelas pastas verdes. Também, aparecem as pastas amarelas que não contém a palavra em questão.

**Figura 9:** Incidências das palavras pesquisadas



**Fonte:** DocPro Bibliotecas Virtuais. Disponível em: <http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=>>.

Acesso em: 12 de abr. 2012.

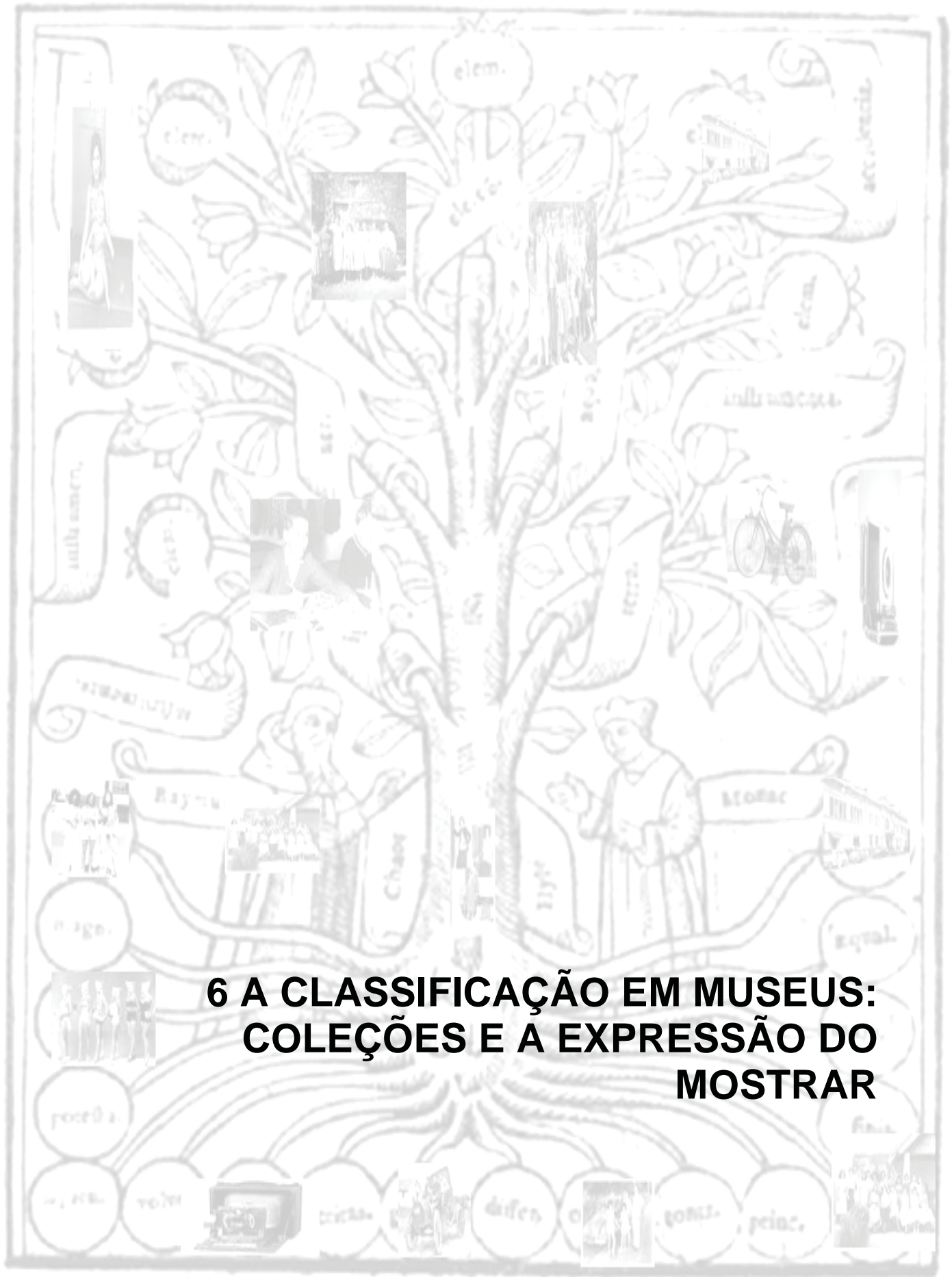
Nas pesquisas realizadas percebe-se também que há muitos documentos que não têm identificação de autoria, data ou local, o que, para um pesquisador pode ser prejudicial, visto que estas informações são de extrema importância para que possam ser constituídos o contexto do documento e da situação retratada.

Quanto a classificação pode-se inferir que no caso destes documentos, foi designado à Seção que o abriga, considerados seu valor histórico, mas se limita apenas às informações que o documento possui, que por vezes não são suficientes para uma pesquisa. Os descritores e a parte de indexação dos documentos não foram contemplados.

Partimos assim, para o estudo da classificação na museologia, que tem seu desenvolvimento marcado por uma série de influências históricas e teóricas que remetem também às classificações bibliográficas e arquivísticas,

pois em alguns momentos caminharam juntas ou sofreram as mesmas influências, mas que tem suas características próprias. No entanto, da mesma forma que a classificação bibliográfica é essencial à organização das informações e sua posterior recuperação, a classificação museológica atua sendo imprescindível para uma boa organização, representação e conhecimento das estruturas que contextualizam e dão acesso aos documentos.





## 6 A CLASSIFICAÇÃO EM MUSEUS: COLEÇÕES E A EXPRESSÃO DO MOSTRAR

A principal atividade que alimenta e conduz a existência de um museu são as coleções. O colecionismo tem um papel fundamental na formação e na condução de um museu, aliás, para manter estas coleções preservadas e organizadas com o objetivo de mostrar ao público, é necessário um lugar onde, além do espaço físico, seja possível o tratamento destes objetos.

A prática de colecionar é seletiva e mantém critérios definidos pelo colecionador que separa, organiza e classifica o que realmente lhe satisfaz, agrada ou é útil de alguma forma para sua vida. Guardar objetos que vão ser úteis em algum momento é algo que é feito a todo o momento, no entanto guardar objetos por motivos afetivos ou estéticos onde se preserva ao máximo sua forma original e se tem um orgulho em mostrar o que possui é um ato de colecionar e de prazer com sua coleção.

Muito anterior aos sistemas de escrita, é possível perceber que a atividade de colecionar teve uma dimensão organizadora e classificadora que se manifesta em todos os momentos da história do homem (MARSHALL, 2005). Já no ato de coletar e selecionar, na pré-história, se tem uma diferenciação entre o que se pode ou não, na natureza, ser utilizado. Desde sons e sinais até a divisão das cidades, famílias e clãs, é possível perceber a organização e a classificação fazendo do espaço e das coisas um complexo tecido aglutinador de semelhanças e diferenças. Mendoza (2005, p.220), escreve que:

Conservar diversos objetos del pasado para el futuro es un hecho decisivo para la cultura humana, sin esta actividad el hombre debería recomenzar cada vez y no podría enriquecer su propio acervo con el de los hombres que lo precedieron.

No entanto, Mendoza (2005), fala que esta ação de guarda de objetos por necessidade é muito geral quando se trata de colecionismo, pois significa apenas uma pequena parte de seu sentido considerando-se que a mera conservação de objetos pode ser afetiva, cheia de erros e pode não ter

um sentido ao longo do tempo, já a coleção é planejada e objetiva, se compõe de um conjunto de atos previamente delineados para que se tenha um fim específico (MENDOZA, 2005). Podem-se decidir quais objetos guardar, como conseguí-los, como organizá-los, ou seja, uma série de questões que influenciam o colecionador a dispor do melhor modo, pois colecionar implica em querer algo para si e poder mostrar este algo um a determinado público.

Se remetendo às sociedades primitivas, Pomian (2004) explica que as coleções também estão presentes nestes grupos, se consideradas através da perspectiva de que o importante é a função que se dá ao conjunto de objetos e como ele vai servir à sociedade. O autor dá o exemplo de um grupo australiano que, na realização de cerimônias de iniciação de adolescentes, lhes eram mostrados uma série de objetos como máscaras, estatuetas, objetos de cobre que tinham a função de ser expostos naquele momento, “Todos estes objectos são mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, submetidos a uma protecção especial em locais fechados [...]” (POMIAN, 2004, p.67).

De acordo com o autor uma coleção é um conjunto de objetos – sendo que estes podem ser naturais ou artificiais – que não têm interesse em serem comercializados e sim, permanecer em um local protegidos e dispostos à exposição ao público (POMIAN, 2004). O autor toma o cuidado de mostrar que esta é uma definição descritiva e que uma efetiva coleção também pode ser um tesouro escondido, longe dos olhos do público e que devem satisfazer uma série de condições para que sejam realmente consideradas coleções (POMIAN, 2004). Estas condições podem depender de fatores como definição de mesmo objeto, cor, nacionalidade, tipo de objeto, ou seja, variam de acordo com o colecionador e o tipo de coleção que ele faz. Pomian (2004), inclusive, fala da quantidade de objetos necessários para que se forme uma coleção, sendo que isto não se pode definir, pois:

[...] o número de objectos que formam a colecção depende do local em que se acumulam, do estado da sociedade, das suas técnicas e do modo de vida, da sua capacidade de produzir e acumular o excedente [...] (POMIAN, 2004, p.67).

O ato de colecionar exprime uma compreensão das coisas e do mundo e o autor entende que estas são compostas por condições que os homens estabelecem entre o visível e o invisível, quando objetos são reunidos e expostos tanto aos olhos de seus pares e aos olhos do invisível, como no exemplo do autor, em seu famoso texto “Colecção”, publicado na Enciclopédia Einaudi, onde demonstra mobiliários funerários que são compostos por objetos materiais que servem tanto para os homens como para a comunicação entre um outro mundo, que se configura como uma função importante atribuída a estes objetos.

Para evitar qualquer mal-entendido, sublinhe-se já que a oposição entre o visível e o invisível pode manifestar-se de modos extremamente variáveis. O invisível é o que está muito longe, no espaço: além do horizonte, mas também muito alto ou muito baixo. E é aquilo que está muito longe no tempo: no passado, no futuro. Além disso, é o que está para lá de qualquer espaço físico, de qualquer extensão, ou num espaço dotado de uma estrutura de facto particular. É ainda o que está situado num tempo sui generis ou fora de qualquer fluxo temporal: na eternidade.(POMIAN, 2004, p.66).

Portanto, as condições para uma coleção e as funções que estas vão exercer se diversificam a partir do momento em que há o objetivo de mediar e transmitir uma mensagem que pode ser do visível ao invisível ou vice versa. (POMIAN, 2004). Além do mundo dos mortos, o invisível são lugares onde a subjetividade está presente o tempo todo, pois um passado, o lugar onde ficam os deuses, uma lembrança apenas pode figurar como este lugar invisível.

A formação de coleções vem da diversidade dos objetos, da especificidade do público a quem será exposta, das condições sociais, econômicas e culturais de uma sociedade e principalmente da visão e do modo de ver o mundo do colecionador, pois “Colecionar espelha diferentes formas de apreensão do mundo em diferentes momentos históricos [...]” (MARSHALL, 2005). Estes objetos têm a função de serem “intermediários” (POMIAN, 2004, p.67) entre seu público – o visível – e um mundo exterior – o invisível.

Para Pomian (2004), os objetos adquirem um valor ao fazer a ligação entre o mundo visível e o invisível. Quando um objeto não tem valor de

uso, mas são carregados de significados, passam a ser, na visão do autor, semióforos, ou seja, suportes de idéias (POMIAN, 2004). O significado dos objetos, o que ele representa, incide diretamente no valor que as peças em uma coleção terão para que sejam trocadas e contempladas. Como semióforos, estes objetos representam a aceção de um mundo construído para ser olhado e preservado, pois sem serem expostos ao olhar simplesmente não têm sentido de serem colecionados:

A compra de arte, a formação de bibliotecas ou de colecções, é uma das operações que ao transformar utilidade em significado, permitem a quem tenha uma alta posição na hierarquia da riqueza ocupar uma posição correspondente do gosto ou do saber [...] (POMIAN, 2004, p.80).

A coleção é parte de uma estrutura formada pelo colecionador, seu meio e as condições culturais e sociais que interferem na reunião dos objetos. Suano (1986) escreve que uma coleção ao mesmo tempo em que expõe uma história e visão de mundo particular, a do colecionador, também espelha as características de uma parte do mundo onde foi criada. Isso é evidenciado quando observados os tipos de objetos, datas, locais onde foram coletados, quais suas características, principais, ou seja, uma série de fatores que vão comprovar sua existência a partir de critérios definidos e da influência do meio onde foram angariados.

É o que mostra Susan Pierce (2005), em “Interpreting objects and collections”, onde escreve que uma coleção é a materialização e o resultado de uma variedade de elementos que vão influenciar sua composição seu entendimento. Estes elementos podem ser o contexto em que se encontram, as pessoas e seus relacionamentos, o mundo material, ou seja, tudo vai fazer com que as coleções sejam uma parte de um mundo entendido por seu colecionador e fora dele. É uma atividade que concentra a complexidade, pois o colecionador expõe ali a sua relação particular com o mundo.

O colecionismo, se pensado em todas as etapas da vida das pessoas, pode ser entendido como uma atividade que tem relação com todos os aspectos que estão intrincados na existência humana. Não se pode falar

apenas de um uma tendência ou apenas um tipo de coleção, pois ele se mostra diverso e as formas de acumulação de vários tipos.

Para Pierce (2005), as coleções podem ser observadas por três modos diferentes: um tipo são as coleções de *souvenirs* que expressam uma carga de significados pessoais muito grande. Estas coleções expressam sentimentos e afetividades de pessoas no sentido de conduzi-las ao passado, às histórias de vida e relações pessoais que vão se materializar em certos objetos (PEARCE, 2005). Como exemplo de uma coleção *souvenir*, Lima e Carvalho (2005), fazem referência a Susan Stewart (1989) quando ilustram processos de doação de objetos<sup>31</sup> com significado afetivo e explicam que:

Os souvenirs são objetos resultantes de um processo em que o indivíduo torna palpável uma experiência do passado. Funcionam como o ponto de partida de uma narrativa pessoal e testemunhal (evidência de uma verdade), uma resposta à necessidade de compreender o amplo e o coletivo. (LIMA; CARVALHO, 2005, p.97).

Apartados de sua característica e atividade prática, um tipo de abstração das propriedades dos objetos é produzida, pois adquire outros sentidos, diferentes dos que antes tinha. Assim, com uma estreita relação entre o colecionador e seus objetos, são desenvolvidas as coleções. São eleitos os instrumentos, objetos e tudo o mais que agrada o colecionador e essa relação pode ser caracterizada pela coleção *souvenir*.

Outro tipo de coleção definido por Pearce (2005) são as *fetichistas* que também têm um apelo afetivo e de fortes experiências que levam ao emocional e pessoal do colecionador, no entanto, neste tipo de coleção, a necessidade e a intensidade com que os objetos são desejados fazem com que o colecionador seja o foco, o desejo dele é o principal mecanismo para a formação da coleção. Neste sentido, Murguia (2007, p.6) explica que a diferença entre a coleção *souvenir* e a *fetichista*:

[...] é muito tênue, porque ambas se fundamentam num processo irracional, pelo qual se estabelecem relações afetivas

---

<sup>31</sup> Em capítulo de livro Lima e Carvalho (2005), demonstram como são realizadas as doações ao Museu Paulista, SP e como estes doadores percebem, sentem e entendem os objetos que deixam para a instituição, que, por sua vez, é um símbolo da história nacional e estadual do país.

entre o colecionador e seus objetos. Mas, no caso dos souvenirs, tem-se a formação de um outro universo, construído a partir da retirada do objeto de uma rede de relações, na qual ele poderia ter existido de maneira diferente.

Um terceiro tipo de coleção são as sistemáticas que são formadas a partir de critérios de organização. Selecionando e utilizando a razão e a ciência como principais vetores para a escolha dos objetos, as coleções sistemáticas têm seu início no Renascimento e seguem princípios de particularidade sobre determinado assunto e/ou objeto como conjuntos de características semelhantes que representam um parâmetro para a categorização de tipos de objetos, ou seja, por amostra, um determinado modelo representa todos do mesmo tipo, criando assim uma espécie de classificação onde cada elemento tem seu lugar e pode se relacionar com o conjunto.

As coleções são, portanto, a reunião de objetos que, retirados de seu contexto original, passam a fazer parte de um conjunto artificial com fins diversos - como a exposição, o status social, referências pessoais ou o aspiração por conhecimento – mas que sempre serão o resultado do desejo e da ação de um colecionador que quer e precisa ter ao seu redor, pequenas partes do mundo refletindo sua visão e contexto em que está inserido. Assim, a formação de um museu, é ligada às coleções e ao colecionismo, à capacidade de agrupar objetos com critérios definidos para que a compreensão do que foi não seja perdida e possam ser realizadas análises e reflexões sobre os testemunhos materiais deixados ao longo do tempo.

Os museus, espaços destinados a preservar e armazenar coleções e/ou formar estas coleções, cumprem o papel de tratar, organizar e mostrar o que têm. É o lugar onde se pode exercer a atividade da recolha de diferentes objetos e esta função possibilita a guarda e a exposição. Suas raízes remontam às civilizações da Antiguidade e sua função foi construída a partir de indícios substanciais representados por objetos e pela necessidade de desenvolvimento das sociedades seja na perspectiva pragmática ou religiosa, os modos de juntar e mostrar sempre estiveram presentes na vida dos homens.

Estes espaços foram, ao longo do tempo, mudando e seu desenvolvimento é relativamente recente. Como foram constituídos a partir de

coleções e como, na literatura, são tratados o início e a história das museus é o que será discutido a seguir, com o intuito de entender a consolidação do conceito de museu que se tem atualmente e refletir a respeito das influências e do caminho percorrido da classificação sobre sua história.

### **6.1 A história dos museus marcada pela história das classificações**

A tentativa de explicação e de dar ao mundo um sentido faz com que se crie um paralelo vivido pelos homens e pelos deuses: aqueles com histórias cotidianas e estes com aventuras heróicas onde são construídas as narrativas míticas em relação à vida dos deuses e à influência na vida dos humanos. Os fatos reais se misturam à mitologia nas muitas vezes em que nos remetemos aos primórdios de eventos que ocorreram na Antiguidade.

Na Grécia Antiga, uma história recontada diversas vezes garantia que os deuses não fossem esquecidos pelos homens e que seus fazeres se perpetuassem, sendo exaltados como façanhas heróicas. Desta forma, as Musas, filhas de Mnemosine, a memória, são conhecidas por serem figuras que habitam o Olimpo e têm a capacidade de guiar os poetas, pois estes detinham a faculdade de manter vivas as histórias e assim não deixar fechar o ciclo que a mitologia grega exigia: a preservação da memória destes feitos para reger, com parâmetros, a sociedade grega. As musas conhecem o passado, o presente e o futuro e são filhas de Mnemosine, isso lhes dá o poder de manipular a memória com suas danças, músicas e narrativas, ajudando os homens a esquecer seus problemas. Por outro lado, ao celebrar os deuses imortais pela boca dos poetas, as musas mantinham vivas as memórias necessárias para a manutenção e para o entendimento do mundo daquela sociedade.

Com referências voltadas à religião, e imersos nela, as sociedades da Antiguidade eram dirigidas tendo como norte o poder de suas conquistas e também a idéia do divino e da glória dada pelos deuses. Desta forma, os templos, de acordo com Hernández Hernández (2006, p.22), eram lugares de ensinamento e aprendizagem das ciências, e os artefatos recolhidos



nas guerras eram “inventariados”, com muito cuidado, por sacerdotes que, tratavam de “conservar todos los saberes en los famosos ‘anales sagrados’”, sob uma rígida metodologia, o que garantia uma apresentação das riquezas de seu lugar.

O *mouseion*, ou Casa das Musas, era o lugar onde “[...] a mente repousava e onde o pensamento profundo e criativo, liberto dos problemas e aflições cotidianos, poderia se dedicar às artes e às ciências.” (SUANO, 1986, p.10). Neste lugar, se misturavam o templo, com suas manifestações míticas e a palavra do poeta que consagrava ou não um herói lhe concedendo ficar na memória. Ali estava presente também a pesquisa, que demonstrava uma sociedade preocupada com o saber e com as formas de conhecimento.

De acordo com Suano (1986), com a economia em expansão no século II no Egito, a dinastia dos Ptolomeus deu as possibilidades para que o *mouseion* fosse criado em Alexandria, buscando o saber e a religião, pois havia obras expostas para agradar as divindades, mas também havia a procura por explicações através da produção do conhecimento que se manifestava por seus estudiosos e pela diversidade de temas que reunia. Suano (1986, p.11), explica que:

O *mouseion* de Alexandria possuía, além de estátuas e obras de arte, instrumentos cirúrgicos e astronômicos, peles de animais raros, presas de elefantes, pedras e minérios trazidos de terras distantes, etc., e dispunha de biblioteca, anfiteatro, observatório, salas de trabalho, refeitório, jardim botânico e zoológico. E entre os grandes trabalhos por ele abordado figuravam um dicionário de mitos, um sumário do pensamento filosófico e um detalhado levantamento sobre todo o conhecimento geográfico de então.

Segundo Hernández Hernández (2006), provavelmente a idéia de conceber um lugar com tais características tenha sido influenciada e desenvolvida nas escolas filosóficas que existiam em Atenas, a Academia de Platão e o Liceu Aristotélico. Estes locais são descritos em documentos da época<sup>32</sup> que comentam sobre uma biblioteca e um museu com estátuas,

---

<sup>32</sup> A autora comenta as observações feitas no testamento de Teofrastes, que foi diretor do Liceu de Aristóteles: “[...] la escuela surge como una fundación religiosa en la que se encuentran el

santuários, e lugares para refeição e estudos se tornando assim, um ambiente para o encontro e a celebração do saber e dos Deuses. A autora explica que:

[...] no poseía colecciones artísticas, sino elementos botánicos y zoológicos, así como salas de anatomía y de observación astronómica. Aunque su primera y principal razón de ser era constituirse en morada de las Musas y lugar donde podían realizarse diversas actividades de carácter científico, artístico y literario [...]. (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 2006, p.23).

Essa concepção de um lugar para armazenar coleções, que na Antiguidade ficava junto a biblioteca de Alexandria, ficou consagrada em nossa literatura como a origem dos museus, no entanto se deve tomar cuidado, com esta questão e buscar o entendimento do que seja um museu através da história e da época em que se situa. Na Antiguidade tinha-se um centro de cultura e ciências, um espaço onde eram valorizados o conhecimento e o estudo e existiram coleções junto a outros elementos como pergaminhos. Este espaço tão bem idealizado por aquela cultura deu as bases para o que hoje é considerado museu.

Estudos arqueológicos mostram como faraós e imperadores mantinham imensas coleções tanto em templos que podiam ser visitados pelo público como de ordem privada. Por motivos de prazer, para acrescer fortunas particulares, pela importância na sociedade ou por determinação religiosa, as coleções com objetos diversos eram mantidas como por exemplo, em Roma, por conta das muitas guerras e conquistas de territórios, o que era recolhido como, objetos exóticos, curiosos ou que representavam a riqueza dos povos derrotados, se transformavam em coleções que eram expostas com o objetivo de mostrar a vitória e o poder (SUANO, 1986; BITTENCOURT, 1996). No entendimento dos autores, (SUANO, 1986; BITTENCOURT, 1996) os romanos foram os grandes colecionadores da Antiguidade.

Durante a Idade Média, a configuração do colecionismo mudou em face das classes dominantes – nobreza e clero – que controlavam a

---

satuario de las Musas (*mouseion*) adornado con las estatuas de las diosas y de un busto de Aristóteles [...]" (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 2006, p.22). Também, as explicações de Estrabón, que escreve que além de ser um lugar de estudos e convivência: "[...] el museo debía ser también una institución real y sus miembros debían contar con la aprobación del Rey. Pero era en el palácio real donde se conservaban las colecciones artísticas."(HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 2006, p.23).

sociedade. O desapego às coisas materiais é pregado e um grande tesouro, que era adquirido em forma de doações, ficavam sob a custódia da Igreja que, poderosa, mantinha sua riqueza muito bem guardada e a utilizava, além de símbolo de status, como uma forma de firmar pactos políticos, financiar guerras e formalizar alianças (CHAGAS, 1985; SUANO, 1986).

De acordo com Carlan (2008), Carlos Magno, ao se tornar Rei dos Francos e depois Imperador do Ocidente, tem sua figura associada ao Renascimento Carolíngio, período em que foram reavivadas atividades artísticas, culturais e literárias. Com o monopólio da Igreja sob as obras da Antiguidade clássica, resgatar e aliar esta cultura ao ensino e à erudição era uma idéia que Carlos Magno quis colocar em prática fundando um Império que, de alguma forma, estava ligado ao antigo Império Romano, com a possibilidade de ser um centro de difusão de cultura, artes e literatura e ter ao mesmo tempo, todos os princípios da fé cristã.

Durante o Renascimento Carolíngio [...], Carlos Magno estabeleceu leis onde tudo que lembrasse a cultura romana fosse guardado. Preservar, recolher, recuperar [...]. Com isso, através de uma importante atividade cultural, o imperador franco é reconhecido pela Igreja como legítimo sucessor de Roma. (CARLAN, 2008, p.76).

Apesar de toda a força e do tesouro mantido pela Igreja na Idade Média, o termo colecionismo não era utilizado, pois os objetos tinham um significado que os ligava ao divino e a vontade de Deus, o que os configurava com uma coleção pelo sentido da acumulação, mas não eram expostos e nem tinham a finalidade de estudo ou ensino e sim a função de proporcionar poder e controle.

No século XIV tem-se o começo de uma nova forma, ou um retorno ao colecionismo com atributos marcados pela influência do contexto – o humanismo e a ciência inundavam os espíritos renascentistas e as grandes viagens marítimas possibilitavam que a Europa presenciasse a chegada de coisas que se mostravam novidades e necessitavam ser conhecidas e estudadas.

As coleções da época que vão principalmente se caracterizar como principescas, compostas por pedras preciosas, manuscritos, relíquias, tiveram compradores particulares interessados nos objetos, curiosidades e tesouros que vinham como resultado das viagens à América e Ásia. As obras de arte e objetos da antiguidade também se tornaram alvo para formar coleções que levavam ao retorno às artes clássicas e eram procuradas para fazer parte das coleções principescas. As coleções representavam toda a influência e status que uma família, príncipe ou clero poderia ter aos olhos da sociedade e tanto que nos séculos XV e XVI foram acrescidas por trabalhos de artistas famosos e talentosos com o fim de produzir obras exclusivamente para coleções particulares. Famílias e príncipes financiavam e tornavam-se mecenas destes artistas.

Do mesmo modo, as riquezas que foram feitas a partir da conquista dos mares e das viagens com o intuito do contato mercantil, fizeram com que a configuração da burguesia da época mudasse, permitindo que comerciantes pudessem, com as condições econômicas favoráveis, investir também no financiamento de artistas. Isso pode ser percebido através dos manuscritos e artefatos da antiguidade que continuavam interessando muito, mas também a produção de pinturas, esculturas e obras arquitetônicas. Leonardo Da Vinci, Michelangelo, Fra Angelico, etc., tinham recursos fornecidos por príncipes, famílias de comerciantes e por Papas para enriquecer coleções. Um exemplo são os famosos Médicis, de Florença, que além de manter uma coleção imensa de artistas da época também agiam na compra de objetos de diferentes países (SUANO, 1986; SILVA, 2007).

Coube aos Medici no século XV – segunda fase do Renascimento – a reutilização do vocábulo “Museu”, porém agora para designar uma coleção de caráter privado, acessível apenas aos eleitos das famílias de mecenas. (CHAGAS, 1985, p. 187).

O termo museu, neste momento, é designado para nomear tanto a coleção dos Médicis quanto o prédio onde ficavam armazenadas, fato que no entendimento de Grossmann et al (2004), pode ser visto como uma demonstração do significado que é atribuído ao museu nos tempos atuais. Neste sentido, destaca-se o papel da Europa com as coleções particulares de

obras de artes que foi extremamente importante para o que hoje se entende por museu. Não só estas, mas também as coleções de artefatos naturais chamavam a atenção pela diversidade de espécimes e por serem utilizadas para aulas em universidades européias (SUANO, 1986). Neste período pode-se vislumbrar o início do significado da palavra museu, como é entendida atualmente, pois as formas de colecionar, armazenar as coleções e mostrá-las seguiram o desenvolvimento que estava acontecendo em todas as áreas na época.

Para Janeira (2006), houve um grande aumento nas atividades que versavam em “manter conjuntos de objetos em torno de um tema” e desta forma, o modo de acumular estes objetos se traduziu na compilação de exemplares que “baliza entre uma comunidade de semelhanças com sinais de diferenças” (JANEIRA, 2006, p.66). Para a autora, as condições sociais e culturais do momento influenciaram diretamente na formação de grandes coleções, que eram recolhidas à custa de, ao mesmo tempo, um olhar de bom gosto e de curiosidade com as novidades trazidas de lugares distantes.

Na Europa, esta tendência individualizada teve um surto especial num momento bem preciso: por um lado, através do gosto requintado associado à riqueza artística do Renascimento; e, por outro lado, através da moda de espécimes exóticos, multiplicadores de uma natureza cheia de surpresas, chegados pelos Descobrimentos. Intercâmbio que começa com colheitas gananciosas, roubos desmesurados e pilhagens sem escrúpulos, entre impérios e colônias.

De acordo com Bittencourt (1996), era perceptível uma tendência ao estudo em lugares que não havia livros e sim objetos naturais e, desta forma, no século XVI e XVII, os Gabinetes de Curiosidade são uma alternativa para os estudiosos e um elemento de afirmação de todo o progresso disciplinar especializado que vem das Ciências e das Artes, no entanto, este espaço era apenas utilizado por exceções permitidas pelos donos das coleções, um público escolhido de acordo com sua classe e suas influências.

As salas destinadas aos Gabinetes eram pequenas e concentravam uma série de diferentes peças (LARA FILHO, 2006) que se “amontoavam” por vezes, de maneira que não demonstrava uma conexão entre

os objetos, mas que tinham uma organização própria que Janeira (2006), descreve como fascinante, na medida em que misturava indisciplinarmente, quadros, relíquias, aparelhos que significavam o avanço da ciência e as conquistas dos homens. Apenas aparentemente havia uma desorganização nos Gabinetes, pois, ainda não se tinha um entendimento total do por que alguns objetos tinham sido criados e nem como era a cultura de onde haviam sido trazidos (LARA FILHO, 2006). Com observações que remetem à visão da pesquisadora em museologia Hooper-Greenhill, Lara Filho (2006), escreve que os Gabinetes tinham como intento propagar uma idéia de universalidade – no sentido da diversidade e de poder conhecer - a respeito do que tinha em seu interior, buscando uma relação de semelhança e diferença entre as coisas. Janeira (2006, p.65) reitera explicando que:

Mistura? Talvez para nós, pelo que o uso desta palavra pode ser traiçoeiro, se for entendido com tom depreciativo; de facto, corresponde a aproximações que se fazem com grande pertinência e prazer, antes da influência que a nomenclatura e classificação científica iriam a impor muito proximamente.

Indisciplinada e desorganizada? Só à distância, mas não para eles, seguramente, que ainda saboreavam o conhecimento sem o espartilho das disciplinas.

Isto anula o conceito de desorganização e mostra a semelhança deste espaço com a Enciclopédia. No início, segundo Possas (2005), pode-se constatar que os Gabinetes são enciclopedistas, por tentar ter ao alcance, os artefatos e objetos que existem na natureza em lugares longínquos, idéia esta defendida também por Bittencourt (1996, p. 10), quando explica que a Enciclopédia, analogamente aos Gabinetes de Curiosidades seguiam uma tradição científica, a de sistematizar a “[...] realidade perceptível por meio da arrumação de itens representativos.” A articulação entre os objetos para que estes pudessem demonstrar a relação entre si, eram as primeiras impressões sobre estas coleções que, de acordo com Possas (2005), não expunham ainda a preocupação nítida com a classificação. No entanto, as influências da Ciência Moderna que, a partir do século XVI confrontava o conhecimento até ali estabelecido e propunha uma transformação nos conceitos que fundamentavam os estudos, refletiam nas experiências com a forma de organização destas coleções, visto que, como dito antes, elas

estavam em um meio muitas vezes de intelectuais que primavam pelo conhecimento e copiosamente, podiam fazer de suas pequenas salas de curiosidades, universos catalogados e classificados.

Um exemplo, citado por Bittencourt (1996) e Lara Filho (2006) é Samuel Quiccheberg, um médico belga que, por conta da formação de uma coleção de objetos e curiosidades naturais, publicou em 1565 as *Inscriptones vel tituli theatri amplissimi*, que era um catálogo impresso (BITTENCOURT, 1996), onde estava descrito como organizar uma coleção de acordo com os parâmetros enciclopédicos (LARA FILHO, 2006). A publicação contém, de acordo com Lara Filho (2006), um esquema de classificação com cinco classes divididas em seções e é dedicada às coleções dos príncipes para enaltecer os colecionadores em seus sistemas (LARA FILHO, 2006). A classificação de Quiccheberg mostra que são os objetos o seu ponto de partida portanto, desta forma: "A classificação se estabelece a partir de concepções de mundo e não recorre a uma árvore do conhecimento construída a partir de categorias filosóficas do conhecimento." (LARA FILHO, 2006, p.22)

O autor observa que fica claro que para Quiccheberg são os objetos com suas funções pedagógicas que propiciarão um maior conhecimento do mundo, portanto há a passagem - ainda bem incipiente - do museu da antiguidade para o museu moderno que se preocupará com o objeto como portador de informações e assim ter o conhecimento deste como questão central e não apenas o fato de pertencer a um colecionador (MAIRESSE, 2004 apud LARA FILHO, 2005).

Com um estudo sobre a documentação museológica em museus de arte, Marín Torres (2002) explica que o museu de arte se configura como um "documento global" e isto mostra também a história da sociedade, pois nos inventários, catálogos e coleções é refletida uma determinada época e cultura. A autora escreve que todo o processo que se iniciou com os colecionadores a fim de classificar e documentar suas coleções, foram mudando de acordo por um lado por conta do entendimento do mundo de seus colecionadores e por outro pelo desenvolvimento de técnicas e propósitos exclusivos (MARÍN TORRES, 2002) para que fosse dado um tratamento,

podemos dizer documental às obras. Para a autora, a classificação, princípio que distingue o colecionador do fetichista, é o elemento que dá um sentido científico às coleções afetivas e reflete o momento em que está sendo formada e conseqüentemente tratada a partir de sua compilação em listas e inventários:

Cuando los objetos de las colecciones se multiplican, como ocurre durante el siglo XVI, se realizan comparaciones y se crean series, buscando similitudes o dibujos (tamaño, estéticos, materias, autor, origen) y cuando optaban por un principio de selección había otros que no estaban de acuerdo, con lo que se producían discusiones museológicas sobre el orden, clasificación o disposición más adecuados [...].

Neste sentido, a autora também defende a idéia de que os espaços onde se achavam as coleções apenas num primeiro momento pareciam em desordem e que a ordem se construía com a intenção de representar o universo, como a enciclopédia. Fazendo referência a Douglas Crimp, a autora escreve que todos os princípios de seleção e de organização, como a classificação, dos Gabinetes de Curiosidades eram extremamente diferentes dos museus modernos e da imagem de museu que se tem atualmente (MARÍN TORRES, 2002).

Os Gabinetes de curiosidades, para Possas (2005), demonstram a ambigüidade científica da época, pois de um lado tinham ligações com as idéias veiculadas por Carl Von Lineu, que publicou o *Systema Naturae* em 1735, obra em que afirmava “[...] ser possível classificar todos os seres vivos em categorias bem delineadas e adequadas à todos os seres vivos: nome, teoria, gênero, espécie, atributos, uso e litteraria.” (POSSAS, 2005, p.152). O sistema de Lineu se mostrava pouco flexível por considerar o número de espécimes fixo e sem variações, mas, mesmo assim, os estudiosos acreditavam que os Gabinetes mostravam justamente o poder de classificar tudo o que se encontrava no velho e no novo mundo (POSSAS, 2005).

A autora supracitada escreve que por outro lado, os Gabinetes são administrados também por influência de uma corrente mais contemporânea que tinha como membro, por exemplo, Buffon, um dos estudiosos da época que desenvolveu uma ciência baseada em fatos com foco na história natural e acreditava que a natureza era muito diversa para poder ter uma classificação.



Todos estes questionamentos em meio a nova concepção de ciência, que fugia dos cânones escolásticos e propunha um conhecimento aprofundado dos seres. Os dois grupos representavam estas novas concepções científicas com suas diferenças: “Um, que desejava classificar a partir de categorias taxonômicas e outro que desejava classificar a partir da diversidade e da especificidade de cada espécime.” (POSSAS, 2005, p.153).

Os Gabinetes de Curiosidades, nos séculos XVI e XVII, eram organizados em dois eixos, *Naturalia* e *Mirabilia*. Em *Naturalia* ficavam as coleções dedicadas ao reino animal vegetal e mineral e em *Mirabilia* ficavam objetos e antiguidades de povos distantes que eram vendidos e apreciados por colecionadores e a *Artificialia* que eram os objetos resultantes da ação humana, tudo o que era produzido pelo homem ficava nesta divisão (POSSAS, 2005).

Com muitas peças reunidas, os gabinetes permitiam que fossem observada a diversidade de objetos onde todo tipo de animais, artefatos, ou objetos exóticos (LARA FILHO, 2005), eram agrupados formando um mosaico do que existia no mundo. As iniciativas para uma reorganização dos museus são também comentadas e justificadas por Burke (2003, p.102), quando este escreve que:

Não surpreende, portanto que a ascensão aparentemente irresistível dos museus nesse período tenha sido explicada não só como um indicador da expansão da curiosidade mas como uma tentativa de administrar uma “crise do conhecimento” que se seguiu à inundação da Europa pelos novos objetos provenientes do Novo Mundo e de outros lugares – crocodilos, tatus, cocares de penas, múmias egípcias recentemente descobertas, porcelana chinesa – objetos que resistiam a se adaptar às categorias tradicionais.

Em sua grande maioria eram particulares e fechados ao grande público por conter documentos importantes de famílias e nobres e o que era aberto ao público, tinha como donos famílias de colecionadores e de mecenas (POSSAS, 2005). Estas coleções cresceram, naturalmente pelo investimento que lhes era dado e foi necessário que lugares apropriados armazenassem estes objetos. À medida que novos objetos do conhecimento eram adquiridos e expostos também especializações se formavam como estudiosos que se

dedicavam á zoologia, botânica, anatomia, etc. As coleções expostas nestes lugares servem de suporte para a produção dos estudiosos que criam e desenvolvem a ciência explica (BITTENCOURT, 1996). O autor afirma que todo o material que está exposto são documentos que precisam ser decifrados e esta exigência se materializa na recuperação do conhecimento que veio da Antiguidade, buscar na ciência e no conhecimento a epistême para o entendimento do mundo (BITTENCOURT, 1996).

A imagem de que tudo poderia ser compilado e armazenado, não só fisicamente, se reflete muito na atual concepção que se tem do que seja um museu, um espaço que reúne, dividido por temas, a cultura da humanidade, com o aspecto enciclopédico, ou seja, resumidamente, todo o conhecimento sobre determinado fato ou objeto está dentro do museu e da enciclopédia. É a idéia de ter perto, em formato acessível, tudo o que se produz e poder pesquisar e estudar.

Os Gabinetes de curiosidades foram se transformando em locais e em instituições que acompanhavam o desenvolvimento da ciência. Sobretudo, como explica Janeira (2006), pode-se perceber que a visão de mundo e de sua organização pelas elites que ali era explicitada não era a única que tinha destaque naqueles gabinetes, mas também mostrava o entendimento destas classes sobre o que poderia ser “[...] a matriz maior do conhecimento e o modelo primordial do gosto.” (JANEIRA, 2006, p.66).

No século XVII, em 1683, é inaugurado o primeiro museu público na Europa, o Ashmolean Museum, localizado em Oxford e originado de uma coleção particular de Elias Ashmolean. Contudo, as formas de visita ainda se restringiam apenas a convidados e a estudantes ou artistas que estavam ligados de alguma maneira a universidade (SUANO, 1986). Desta forma, o conceito de museu público deve ser visto com cuidado e Coelho (2004), escreve que este conceito é limitado, justamente pelo fato de suas visitas serem destinadas a um público específico. O Ashmolean pode ser compreendido como a primeira instituição que se configura como moderna, por buscar o ideal da valorização científica, pois mesmo com as visitas restritas, há uma tentativa de intermediação entre público e instituição.

As mudanças culturais e sociais trazidas com o Renascimento, com a Reforma Religiosa e com as novas concepções de estudo dos clássicos, assim com a reformulação da Igreja para combater estas mudanças, investindo na difusão da cultura e do ensino, mesmo que este fosse apenas para a defesa da organização dos fiéis cristãos foram de extrema importância para um novo entendimento das sociedades a respeito das antigas convicções incidiram no papel e no desenvolvimento dos Gabinetes como instrumentos da ciência. Como comenta Lara Filho (2006, p.31), os Gabinetes:

[...] acompanharam e expressam as mudanças nas diferentes formas de organização por que passam, nos critérios para a formação dos acervos de objetos e também na função social que desempenham. Se no início eles eram vistos como verdadeiros tesouros particulares de príncipes e reis, aos poucos eles se tornam locais de estudo e pesquisa. Esta passagem é gradual e somente tomará forma no século XVIII, com o Iluminismo.

Partindo das considerações de Edouard Pommier<sup>33</sup>, Marín Torres (2002) explica que o desenvolvimento das coleções e dos espaços destinados a armazená-las pode se dividir em dois tipos: as coleções simbólicas que são formadas ao redor de determinado grupo que têm os objetos como símbolo de poder podendo ser conhecidas também como *regalia*, ou seja, relíquias e objetos que se destinavam ao culto. Estas coleções geralmente representavam os reis ou famílias nobres. Um segundo tipo de coleção são as de cunho cultural, onde:

[...] se incluirían las colecciones reales y las de aquellos que quieren afirmar su rango social y que tienen los medios materiales para hacerlo. Estas colecciones se refieren a três domínios: la naturaleza, la antigüedad (toda clase de 'monumento', es decir, testimonio de una civilización tal y como lo entendía la cultura del siglo XVIII: medallas, piedras grabadas, escultura funerária, cerâmicas, piezas de mobiliário, inscripciones) y, por último, las bellas artes. (MARÍN TORRES, 2002, p.45).

Em relação ao acúmulo das artes, a autora supracitada aponta que também neste século, a exemplo de como todo o desenvolvimento do museu veio sendo realizado, é perceptível a consideração das obras de arte como um objeto cultural que emite em seus valores o bom gosto e o poder.

---

<sup>33</sup> Escritor e inspetor geral dos museus da França.

As coleções, antes estudadas isoladamente, eram vinculadas a pesquisas de universidades. Nos séculos XVIII e XIX, a formação dos museus caminhou lado a lado com o desenvolvimento das pesquisas científicas, que teve um papel importante na consolidação destes como espaços de estudo e de construção do conhecimento (POSSAS, 2005).

As mudanças trazidas pelas especializações das disciplinas e conseqüentemente das coleções fazem com que os museus comecem a reproduzir a ordem das ciências, pois a divisão entre *Naturalia* e *Mirabilia* já não atendem mais às pesquisas (KURY; CAMENIETSKI, 1997) e diante do progresso os Gabinetes de Curiosidades vão se tornando mais raros dando lugar a museus de ciência.

A partir do século XVIII são muito visíveis as tentativas de organização dos museus para compartilhar com a ciência as pesquisas que eram realizadas em seu espaço. Tentativas desta organização já haviam sido feitas e neste período “O debate da ordem da natureza, da classificação e do estatuto das coleções de História Natural marcou o panorama intelectual europeu das últimas décadas do século XVIII e do início do século XIX.” (KURY; CAMENIETSKI, 1997, p.63).

A Revolução Francesa trouxe uma abertura, dos museus. Como forma de consolidar o poder adquirido, os revolucionários tornaram as coleções públicas. Com a necessidade de saber exatamente o que a nação possuía as práticas de preservação dos bens, seguidas pela inventariação e catalogação das riquezas (BREFE, 2007) foram uma forma de organizar o conhecimento a favor dos interesses da época, que, tendo a burguesia como classe dirigente, precisava expandir a seus pares a educação e desenvolver a ciência. Foi assim que, de acordo com Suano (1986), em 1792 houve a criação de quatro museus na França que mostravam claramente seus objetivos: tinham de servir de instrumentos políticos para alimentar o novo regime. O Museu do Louvre, Museu dos Monumentos, Museu de História Natural e Museu de Artes e Ofícios, tinham a função de desenvolver o pensamento científico e cultural da sociedade (SUANO, 1986).

Desta forma, foram inaugurados grandes museus em diferentes países como o que viria a ser o Museu do Vaticano, fundado primeiramente como Museu Pio-Clementino em 1782 e as grandes coleções principescas na Itália e na França (SUANO, 1986). Estas instituições delinearão, contando com os resultados do período da Revolução Francesa, a concepção atual do que é um museu. Com a intenção de manter um espírito nacionalista tinham o objetivo de formar, educar, ou seja, tinham finalidades pedagógicas utilizando os conhecimentos do passado para atestar a construção de uma nação. Com as colonizações, os europeus mantinham inúmeros acervos que remetiam às colônias, como foi feito na Grécia Antiga. O espírito científico e comercial da época dava estímulos para que os artefatos fossem levados para ser estudados a fim de conhecer melhor os recursos naturais e humanos destas culturas diferentes.

A busca pela educação e a apresentação de um lugar onde deveriam ser reconhecidos símbolos nacionais, fez com que a necessidade de uma organização e classificação dos materiais nos museus, fosse cada vez mais latente. Lara Filho (2005), afirma que qualquer tipo de coleção seja uma bibliografia ou objetos que fazem parte de Gabinetes de Curiosidades ou museus, necessitam e utilizam a catalogação e a classificação como uma forma de relacionar o homem com o mundo e com seu ambiente. Os museus sempre fizeram este tipo de relação e tratamento de suas obras, mas as especializações científicas, as mudanças sociais e culturais, abertura para o público e, conseqüentemente, a documentação que ia se formando a partir daqueles objetos, fez com que estudiosos se dedicassem a pesquisas voltadas ao tratamento da documentação museológica que sofreu muitas influências dos sistemas de classificação de cada época, como as classificações bibliográficas e da ordem das coisas e da ciência no final do século XVIII e nos seguintes séculos XIX e XX. A ciência carecia de constatações precisas da realidade, com estudos empíricos e novas metodologias. Linarez Pérez (2008) enfatiza que a intelectualidade do final do século XIX estava imbuída pelo caráter cientificista que reinava desde o final do século XVII e que reinou em todo o século XVIII e estas influências foram decisivas para o movimento dos museus. Estes tinham de seus dirigentes uma visão herdada, logicamente universalista,

que valorizava a expansão das coleções visto que as práticas patrimoniais e de acumulação de objetos de diferentes culturas e origens eram características vigentes.

Assim, o sentido do que era um museu e sua inserção na sociedade foi sendo desenvolvido e o passar do tempo apenas configurou novas realidades para esta instituição como escrevem Grossmann et al (2004):

Os museus evoluíram nitidamente de uma atitude meramente depositária e conservadora, em que as obras em si eram o mais importante, para outra que se poderia descrever como orientada para o público. Neste caso, seu objetivo é, tanto quanto manter uma obra, criar as condições para que essa obra entre no circuito imaginário da cultura mediante sua exposição adequada ao público.

Os autores explicam que estas mudanças vieram acompanhadas por outras como os museus sem acervos, a idéia e a possibilidade da abordagem de temas individuais para a montagem de exposições e não a constituição de um museu ao redor de uma coleção específica (GROSSMANN et al, 2004). Um prédio ou local específico para as obras também é uma mudança significativa no desenvolvimento do conceito de museu, visto que, nas décadas de 1980 e 1990 o aparecimento de museus ao ar livre e de ecomuseus diferem da idéia de um local fechado e fixo para as exposições. Um exemplo dado pelos autores é a aproximação dos museus com outras instituições como os centros culturais como o Centro Cultura de Artes e Cultura Georges Pompidou, localizado em Paris, França. De acordo com Grossmann et al (2004), a construção deste centro cultural remete aos primórdios dos museus, onde os espaços de convivência, discussão e investigação coexistiam juntos possibilitando uma rica experiência entre seus usuários.

Todas as novas situações em que o museu foi inserido e as mudanças ocorridas por conta de diferentes conceitos e necessidades da sociedade fazem com que uma determinada documentação seja produzida a partir do tratamento destes acervos, sejam eles fixos ou não, virtuais ou materiais.

A conceituação e o tratamento da documentação museológica é assunto do próximo tópico onde pretendemos entender como as classificações influenciaram no desenvolvimento e na percepção que hoje se tem das coleções em museus.

## 6.2 O tratamento da informação e a documentação museológica

Um museu, de acordo com a definição do ICOM (2001), é uma instituição de caráter permanente sem fins lucrativos, que tem o objetivo de servir á sociedade e auxiliar em seu desenvolvimento sendo aberta ao público com o dever de investigar, conservar, expor os registros materiais produzidos pelo homem e por seu meio para a educação e lazer da sociedade. De acordo com Giovanaz (1999), o que é preciso perceber primeiramente em um museu são os traços de durabilidade, pois são instituições criadas especialmente para sobreviver ao tempo e guardar os testemunhos humanos. A autora explica que o conceito que comumente nos é apresentado, se consolidou no século XIX, onde o museu serve aos preceitos de ostentação.

Ele continua sendo o local onde se armazenam coleções de objetos materiais que definem a identidade de um povo ou grupo. Podemos, então, definir o museu como o espaço destinado a reverenciar uma determinada memória, uma determinada história ou seja, aquela que ele pretende mostrar e contar. Este *habitus* da instituição é formado em uma operação de saber o que classificar, de atribuição de um 'valor museológico' ou seja, atribuindo um caráter distintivo aos objetos acumulados e expostos por esta instituição. (GIOVANAZ, 1999, p. 165).

Assim, o museu guarda os grandes fatos e os grandes momentos da história, sendo estes escolhidos para atender á necessidade de um estado ou país para construir uma determinada memória em cima de fatos meticulosamente escolhidos e classificados como importantes. Esta concepção se aproxima da definição da Sociedade Americana de Museus, referenciada por Grossmann et al (2004), onde o museu é uma instituição:

[...] aberta ao público e administrada para o bem público, com a finalidade de conservar, preservar, estudar, interpretar, colecionar e exibir para o público, para sua instrução e fruição, objetos e espécies de valor educativo e cultural, incluindo material artístico, científico (seja animado ou inanimado), histórico e tecnológico. Museus assim definidos devem também

incluir jardins botânicos, zoológicos, aquários, planetários, sociedades históricas casas e propriedades históricas que preenchem os requisitos acima referidos. (GROSSMANN et al, 2004, p.268).

Para Marín Torres (2002), o museu é um organismo que está em constante atualização e expansão de seu acervo, sendo que a primeira atividade que fundamenta todo o seu desenvolvimento é a coleção que posteriormente será conservada, estudada, difundida e preservada adequadamente nestes locais construídos com este fim. A cultura material<sup>34</sup> é o principal instrumento de trabalho de um museu, e esta permite o desenvolvimento de conhecimentos acarretando elementos fundamentais à construção de identidades culturais e sociais.

Na definição de Loureiro (2008, p.25):

Os museus são espaços onde predominam elementos bi e tridimensionais pertencentes a tempos, espaços e grupos sociais diferenciados cujos arranjos são sobrecodificados por dois elementos axiais do mundo ocidental: a dicotomia natureza cultura e a dimensão histórica. Cumpre a essas instituições um conjunto de elaborações estratégicas de preservação não somente dos aspectos físicos dos objetos, mas também a análise apurada dos diversos conteúdos simbólicos passíveis de integrarem conjuntos narrativos significativos.

O objeto, desta forma, é adotado pelo museu como um documento que se conecta tanto aos domínios históricos e sociais quanto às relações que possui com os lugares e com as pessoas que representa (LOUREIRO, 2008). Neste sentido, Chagas (1985, p.185), coloca que o museu tem o objetivo de “levar o homem à reflexão”, a pensar em sua relação com o ambiente físico e social, pois é a partir de seus documentos e de seus vestígios

---

<sup>34</sup> A noção de cultura material surgiu nas ciências humanas e em particular na arqueologia e antropologia influenciada pelo materialismo histórico. É todo o conjunto de elementos concretos que forma uma sociedade como por exemplo, adornos, ferramentas, utensílios, edifícios, etc, visto como um reflexo dos valores e da cultura de cada sociedade. Para um entendimento detalhado do conceito ver BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura Material In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa: Casa da Moeda, 1989, v.16, p.11-47 e MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.21, , 1998.



deixados ao longo do tempo que o museu se constitui, sendo indissociável a relação homem e museu.

Sobre a importância dos acervos nos museus, Meneses (1994) explica que estamos num universo onde a cultura material é indispensável para nossa sobrevivência, seja ela biológica, social ou psíquica e que esta participa da “[...] produção e reprodução social [...]” (MENESES, 1994, p.12), sendo que pode-se não perceber totalmente os mecanismos que esta produção e reprodução se dão, contudo estas estão refletidas nas apropriações sociais que se fazem da natureza física das coisas. O autor escreve que:

No museu, nos defrontamos com objetos enquanto objetos, em suas múltiplas significações e funções – ao contrário, por exemplo, do que ocorre num supermercado. Objetos de nosso cotidiano (mas fora desse contexto e, portanto, capazes de atrair a observação) ou estranhos à vida corrente (capazes, por isso, de incorporar à minha as experiências alheias). Doutra parte, é a função documental do museu (por via de um acervo, completado por bancos de dados) que garante não só a democratização da experiência e do conhecimento humanos e da fruição diferencial de bens, como, ainda, a possibilidade de fazer com que a mudança – atributo capital de toda realidade humana – deixe de ser um salto do escuro para o vazio e passe a ser inteligível. Enfim, seria bom lembrar que, ao se falar em acervo cartorialmente definido, de posse institucional do museu, aquele acervo operacional (porque é sobre ele que o museu opera), constituído por todo tipo de evidência – que pode estender-se a um território inteiro (SUANO, 1978: 122-3, Meneses 1984-5: 200-1). (MENESES, 1994, p.12).

Para Meneses (1994), existem os “documentos de nascença”, ou seja, em algumas sociedades primitivas ou complexas é possível que certos objetos sejam criados com a função de documentar, já que o homem é um ser documentado, mas qualquer objeto pode ter sua função atribuída a documento pois são de natureza retórica e isto dá ao historiador a possibilidade de falar sobre o objeto e “a explicitação de seus critérios e procedimento é fundamental para definir o alcance de sua fala. (MENESES, 1994, p.21).

Neste âmbito, Barbuy (2008), reitera este entendimento quando escreve que não há dúvidas que um artefato seja um portador de informações diversas sobre a história, o passado um lugar. Os objetos levam a recordar ou conhecer menos um fragmento, se contextualizado, da realidade que passou.

Desta forma se configuram como integrantes de um sistema de cultura específico, mesmo quando observados individualmente, e materializam a cultura (BARBUY, 2008).

Os objetos de museus são retirados de seu habitat natural onde têm um significado e estão inseridos em um contexto e são transferidos para um lugar artificial, criado para abrigá-los com o desafio de preservar sua história. Essa passagem do natural para o artificial faz com que o objeto seja considerado, em um museu, um documento, uma fonte para pesquisadores e para exposições. Na concepção de Ferrez (1994) os museus, como a Museologia, têm a função básica de preservar, de oferecer subsídios através destes objetos coletados, à pesquisa e à comunicação de evidências que o homem deixou, tornando conhecidos assim seu patrimônio cultural e natural.

Para preservar, expor e oferecer ao estudo e laser seus objetos os museus necessariamente precisam de um sistema de organização e tratamento informacional. Este tratamento se dá através de processos que irão envolver a coleta de objetos, o armazenamento adequado, o tratamento no sentido de classificar e catalogar as peças, organização e por fim a disseminação das informações destes objetos em catálogos elaborados especificamente para este objetivo.

A criação de normas e modelos que sirvam para a mediação das informações que os objetos carregam visam uma interlocução entre os contextos culturais que estes representam e sua disseminação para os usuários que necessitam de informações por diversos motivos.

Os objetos de museus, como qualquer outro documento, têm informações e representam um momento da atividade humana ou um registro da natureza. São fontes de pesquisa e assumem dentro da instituição um papel voltado ao conhecimento e ao estudo, já que mostram uma realidade deslocada de seu lugar original. Por isto devem ser tratados, contextualizados, catalogados e classificados adequadamente. Quando se trata de estudar os museus com foco em suas funções Ferrez (1994), entende que este é intimamente ligado às atividades informacionais, pois os objetos são portadores

e veículos de informações e como tais têm o potencial de se transformarem em fontes para pesquisas científicas, podendo assim gerar novas informações e conhecimentos.

A elaboração de instrumentos que possam servir para auxiliar na gestão e na organização, com regras determinadas, para os objetos de museu é a documentação museológica. Para Marín Torres (2002), num primeiro momento, é preciso distinguir documentação das fontes documentais que são utilizadas para que sejam investigadas as origens de um objeto ou sua história ou mesmo os fatores do colecionismo. No caso das fontes documentais o que se destaca são os livros onde se encontram os registros dos objetos, possíveis correspondências que falem ou descrevam a coleção, diários, guias de viagens, ou seja, tudo o que pode levar à pesquisa do contexto daquele objeto ou coleção e sirva de material de compreensão, inclusive os documentos que ficam no próprio museu, sendo os informes em relação a conservação e a visitas etc (MARÍN TORRES, 2002).

Os instrumentos que fazem o controle administrativo, difusão dos fundos e coleções do museu, inventários, catálogos ou guias são na visão de Marín Torres (2002) a documentação museográfica<sup>35</sup>, pois todo estudo que se fizer de uma coleção, pressupõe que seja dirigido pela elaboração de instrumentos de classificação, catalogação, análise, para que a informação científica seja devidamente divulgada e possa ser pesquisada.

Para Barbuy (2008) a documentação museológica é a organização das informações sobre o acervo de um museu. Esta organização

---

<sup>35</sup> Adotaremos a definição documentação museológica, no entanto a autora distingue museografia de museologia conceituando da seguinte maneira: "Sin entrar en la profunda discusión y en la abundante literaturacientífica que ha estudiado estes dos conceptos, podemos decir, que, basicamente, se distingue por el acercamiento teórico-histórico de los fenómenos museísticos y la cultura material realizado por la museología, frente ao estudio de orientación más práctica que ejerce la museografía. Del mismo modo, la documentación museológica sería una parte disciplinal dentro de la ciencia museologica que se encarga de estudio de la teoría, historia, técnicas y procedimientos llevados a cabo en los museos a la hora de gestionar y dar un sentido informativo y científico a sus colecciones. (MARÍN TORRES, 2002, p.50).

permite que todos os trabalhos desenvolvidos na instituição tenham uma base que permita que as informações se tornem acessíveis ao público e pesquisadores. Para a autora, o objetivo da documentação é:

[...] constituir uma base ampla de informações, que alimente pesquisas e ações de curadoria, tanto da própria instituição como externas, e se alimente, por sua vez, das pesquisas realizadas sobre o acervo institucional ou em torno dele. (BARBUY, 2008, p.37).

Passando por várias transformações ao longo do tempo, a documentação em museus não é um processo atual, pois pode ser encontrada desde registros na antiguidade até a Idade Média, representados por inventários de objetos (MARÍN TORRES, 2002). De acordo com a autora, por conta do colecionismo privado, os livros de registros foram muito importantes – por exemplo, na Idade Média - por conterem informações como ordem de chegada e pela descrição de características bem específicas que permitiam a identificação dos objetos (MARÍN TORRES, 2002). A importância destes registros e de sua conservação é observada atualmente pelo fato de permitirem um conhecimento a respeito de coleções. “Muchos de los que se conservaron in situ y fueron publicados a finales del siglo XIX sin llegar a alterarse, [inventários] han servido para la reconstrucción de las colecciones [...]” (MARÍN TORRES, 2002, p.53).

Um exemplo de como se podem identificar coleções e o método utilizado para sua organização é o estudo sobre os Gabinetes de Curiosidades do já citado anteriormente Bittencourt (1996), onde mostra as práticas documentais de Olaus Worm, um naturalista dinamarquês que possuía uma coleção de curiosidades compostas por, pelas análises de Bittencourt (1996), 1500 itens. Em 1655 publicou um catálogo impresso que descrevia seu conteúdo. Não é o primeiro a elaborar um catálogo mas, de acordo com o autor:

[...] apresenta, pela primeira vez, de maneira detalhada, o espaço de uma coleção. Outras imagens, publicadas mais ou menos na mesma época, mostram coleções, mas nenhuma da maneira que Worm tentou fazer. Está lá, tomado de maneira ampla e frontal, o gabinete. Podemos ver as coleções arrumadas e podemos perceber o método subjacente ao sistema. (BITTENCOURT, 1996, p.10).

Worm, e os enciclopedistas, partiram do método de sistematizar a realidade através da organização física de objetos para assim representar um conhecimento ou uma parte do mundo. A reunião e a organização destes objetos resulta não só no conhecimento mas também em uma história que remonta às origens e feitos do homem. Assim, Bittencout (1996, p. 14) explica que:

[...] tanto os Gabinetes de Curiosidades quanto as Enciclopédias são, em última análise, repositórios de informações sistematizadas e recuperáveis. São equipamentos de ciência gerados pela prática da classificação. São, os dois, interposições entre as coisas e as palavras, quer dizer, entre o natural e o humano. É interessante observar que tal interposição, produto da classificação, resulta em um simulacro da natureza, perfeitamente controlado pelo entendimento humano.

A elaboração de catálogos e de instrumentos que representassem os conteúdos dos Gabinetes de Curiosidades ou museus é uma prática que foi desenvolvida por diferentes estudiosos, sempre na tentativa de organizar e dar possibilidades de estudo destas coleções. Cerávolo e Tálamo (2007) afirmam que durante séculos o registro e o controle das informações de coleções eram executados por pessoas ilustradas, cientistas, colecionadores, pois, se conheciam a matéria, ou a fundo as coleções, era fato que conheciam também o tratamento que deveriam ter.

As operações que se realizavam nos antecedentes da documentação museológica ainda eram de caráter simples e básico, no entanto, já preanunciavam as atividades que seriam desenvolvidas posteriormente. Para Marín Torres (2002), a aquisição pode ser vista como uma atividade que originou os livros de registro, pois ali eram descritos critérios de seleção, data e ordem de entrada e como a obra foi adquirida (MARÍN TORRES, 2002). O tratamento também é descrito como uma fase da documentação pois permite que seja realizada a análise mais formal, onde a autora se refere ao inventário e a análise de conteúdo, que se caracteriza pela catalogação, classificação e ordenamento das obras (MARÍN TORRES, 2002). Por fim a difusão informativa completa as atividades com a identificação, folhetos, publicações a respeito da obra ou da coleção que visam o público.

Atualmente, o trabalho de sistematização continua em instrumentos mais complexos e dinâmicos, mas sempre, sistemáticos, como explica Bittencourt (1996, p.14) “[...] ser científico é ser sistemático [...]” e a sistematização leva ao conhecimento.

A documentação museológica é definida por Ferrez (1991, p.1) como:

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento.

A documentação esclarece a autora, tem um papel fundamental nos museus. Além de servir para ter um entendimento minucioso da obra gera uma quantidade de informação pode servir a diversos setores. A pesquisa científica proporciona que informações importantes sejam registradas nos catálogos e desta forma novas informações e conhecimentos podem ser gerados, evidenciando também a função social que o museu deve desempenhar.

Para Loureiro (2008), nos museus a documentação tem início quando as áreas do conhecimento que estão presentes em seu ambiente são relacionadas, pois apenas assim a análise, base do processo documentário, terá subsídios suficientes para criar sistemas de recuperação de informações que possam refletir, de forma a não deixar de lado a contextualização histórica, aspectos sócio-culturais etc. e, com isto, o acesso do público às informações que são veiculadas será mais eficaz pois a atividade de documentar em um museu é poder fazer uma integração das diferenças e tradições que são características das ciências para que os diferentes discursos e saberes possam ser utilizados pelos também muitos grupos sociais que fazem uso da instituição. (LOUREIRO, 2008, p.29).

Com a consolidação dos museus modernos no século XIX, a abertura ao público e a doação ou compra de coleções privadas, tem início uma maior atenção e preocupação com a gestão de museus na qual a

documentação ocupa lugar imprescindível e as discussões em torno da criação de uma organização que se dedique aos assuntos museológicos começa a ganhar espaço. De acordo com Marín Torres (2002, p.179):

Las cuestiones de normalización y uniformidad de criterios para la elaboración de inventarios, catálogos y guías preocuparon a las asociaciones nacionales de museos de carácter profesional formadas en este siglo. En el caso de Inglaterra, la necesidad de la mejora de las clasificaciones e indizaciones de los museos fue una de las preocupaciones manifestadas en la primera reunión de conservadores de la Asociación de Museos británicos en 1889.

A autora também registra que foi em 1877 a primeira publicação que falava da necessidade de um corpo profissional de museus. Esta publicação foi lançada por Elijah Howarth do Museu Sheffield, Inglaterra, que continuou, por alguns anos a se esforçar para desenvolver uma cooperação entre os museus e seus profissionais (MARÍN TORRES, 2002).

No entanto, mesmo que as origens da documentação museológica se mostre como prática que se desenvolveu ao longo dos séculos da existência dos museus, seu entendimento como disciplina é recente como indicam Cerávolo e Tálamo (2007) que, baseadas nos estudos de Paulette Olcina, escrevem que antes da década de 1950 as atividades desta natureza ainda não tinham normas específicas e eram realizadas guiadas pelo bom senso. As autores destacam que o processo de desenvolvimento da documentação em museus foi lento e, como todos os processos de tratamento, teve erros e acertos, e diferenciam a pesquisa museográfica do tratamento documental, até pelo fato de os profissionais que exercem essas funções serem diferentes. Para as autoras:

[...] dependendo da natureza das coleções que um museu abriga, são os curadores ou especialistas que a exercem. Dado este fato distinguimos a pesquisa museográfica que registra dados essenciais sobre um objeto e mesmo investiga outros para preencher as fichas de catalogação, da pesquisa e do tratamento documental realizados sobre aquela massa de dados para produzir instrumentos de busca e de acesso a informações. (CERÁVOLO;TÁLAMO, 2007, p.02).

No século XX, muitos órgãos foram criados e publicações lançadas, fato que contribuiu com o avanço da consolidação da documentação

museológica, dentre os quais pode-se citar: Associação Americana de Museus, Estados Unidos; Associação para Documentação nos Museus, Inglaterra; Oficina Internacional de Museus, França, que deu início a publicação da revista *Museion*. Com isso, as atividades de investigação com base científica e respaldo de especialistas, a busca por melhores formas de organização, conservação e apresentação da documentação museológica tem lugar nas discussões destas organizações e dentro dos próprios museus, com a formação de laboratórios para esta finalidade.

De acordo com Marín Torres (2002), a criação da OIM teve como idealizador o historiador Henri Focillon que defendia que o órgão fosse um centro de documentação e intercâmbio, inclusive com congressos e exposições, dos museus internacionalmente. A autora explicita a opinião do historiador, quando este escreve que a documentação nos museus é útil e importante porque possibilitaria aos agentes da oficina seu instrumento de trabalho, ou seja, é o ponto de partida para que o pesquisador conheça as obras através, por exemplo, de um catálogo-guia onde tenha informações sobre a conservação das peças, um laudo de especialistas propondo uma classificação única e mesmo a forma correta de utilizá-la (MARÍN TORRES, 2002). A autora explica que a documentação, no caso da OIM, teria uma dupla finalidade pois serviria como instrumento de trabalho aos profissionais da oficina e serviria aos usuários. A proposta de Henri Focillon se baseia principalmente na ponte entre o que se tem na instituição e os novos conhecimentos que podem surgir dali com o apoio da documentação (MARÍN TORRES, 2002). De acordo com a autora, um modelo de ficha normalizada proposta pela OIM seria:

- Tipo de museo: sobre todo si eran enciclopédicos o especializados.
- Colecciones más importantes.
- Fechas de los catálogos publicados.
- Expectativas del conservador en cuanto al futuro del museo.
- Si está gestionado por una sociedad de amigos.
- Si existen relaciones con otros museos, en especial con extranjeros. (MARÍN TORRES, 2002, p.248).



O tipo de organização proposta seria dedicada às funções de normalização terminológica para a classificação, se transformando assim em um centro de informações para todos os museus (MARÍN TORRES, 2002). Com a participação de especialistas poderiam desenvolver ali serviços que suprissem uma carência imediata de normalizar as atividades de documentação da época. Em 1927, em uma conferência organizada pela OIM, foram definidas distinções em tipos de catálogos para que houvesse a normalização destes. Foram divididos em: *catálogos guias* que eram para os visitantes e deveriam ser de manejo simples, elaborados depois de todo o tratamento das obras do museu, com informações iniciais sobre o significado e contexto das obras expostas, reproduções das obras e principalmente um preço modesto para que pudesse ser adquirido pelos visitantes, além de estarem sempre atualizados. Os *catálogos sumários* definidos como listas de obras de arte, monumentos ou até grupos de monumentos que eram conservados nos museus. Tinham o nome dos artistas, títulos das obras e uma explicação resumida do tema da obra, também tinham o número do catálogo, que era fixo. Além disso, tinha-se o cuidado de deixar campos com flexibilidade para outras informações que por vezes poderiam ser acrescentadas. E por fim os *catálogos científicos*, que tinha o mesmo perfil dos catálogos sumários, mas incluía detalhadamente biografia dos autores, maior contextualização das obras e detalhes das técnicas utilizadas para sua composição, além das referências em livros ou fotografias.

O debate sobre a normalização da documentação nos museus se intensifica com concordâncias e muitas oposições. Destaca-se também neste contexto algum tempo depois, a formação do Conselho Internacional de Museus, ICOM, criado em 1946 e vinculado à UNESCO em substituição à OIM. Em 1950, o ICOM cria o Comitê Internacional de Documentação, CIDOC que tem uma importante participação da bibliotecária Yvonne Oddon, que desenvolveu junto a equipe de especialistas uma ficha de classificação museológica, no entanto, esta se mostra genérica e as discussões sobre a individualização dos itens de um acervo vieram à tona questionando justamente os campos definidos de forma superficial para os variados tipos de informação. Sobre estes campos, adiante tem-se uma demonstração da ficha.

De acordo com Cerávolo e Tálamo (2007), o CIDOC, na década de 1960, visando a prática da documentação em museus de forma internacional, iniciou um trabalho de padronização dos registros de museus com recomendações acerca do uso de etiquetas-padrão para que o objeto fosse identificado e modelos também padronizados elaborados por Yvonne Oddon de fichas catalográficas e inventários. As dificuldades afloraram por conta da diversidade de procedimentos que cada museu executava e também da diferença da função de cada museu.

Na década de 1970, a informatização<sup>36</sup> para a documentação dos museus entra em pauta e a tentativa de desenvolver sistemas com as informações presentes nos registros já existentes se mostra também complexa, visto que os sistemas seriam para fins de organização e comunicação de informações de modo mais rápido (CERÁVOLO;TÁLAMO, 2007). Apenas a partir da década de 1980, de acordo com as autoras, a documentação e a pesquisa científica serão discutidas visando o objetivo de tornar mais eficiente o trabalho dos pesquisadores. Este procedimento se divide em duas correntes, a francesa, que indica uma visão mais reflexiva e no entendimento do objeto como documento composto de informações que poderiam ser utilizadas nas pesquisas científicas e a norte-americana, caracterizada por ser mais tecnicista e visar o rápido acesso aos objetos e conseqüentemente às suas informações (CERÁVOLO;TÁLAMO, 2007).

Na década de 1990 começou-se a pensar na concepção da normalização através dos estudos de terminologia e um controle dos vocabulários utilizados nos museus. De acordo com Marín Torres (2002), o CIDOC se concentrou em dois pontos que se mostravam essenciais: estudar as necessidades dos museus de acordo com suas diferentes especialidades e o estabelecimento de categorias para a descrição de objetos. Desta forma:

---

<sup>36</sup> De acordo com Cerávolo e Tálamo (2007), foi a partir das considerações de G. Lewis, a partir da implantação da informatização e a previsão de seus possíveis usos, que o museu passou a ser visto como uma fonte de informação, pois com os sistemas informatizados, a questão da visualização da informação ficaria mais evidente (CERÁVOLO;TÁLAMO, 2007). Tirando as pretensões de que a informatização “salvaria” a questão da documentação em museus, houve uma necessidade de compreensão em nível mais aprofundado da própria documentação, daí os estudos teóricos acerca do conceito de documentação e dos sistemas de informação que agora faziam parte tão intensamente das instituições.

Se formaron varios grupos de trabajo, el de reconciliación de normativas, el de normas de documentación, de archivos de imágenes, de terminología (que elabora el *Dictionarium Museologicum*), de los centros de documentación y el estudio de las bases de datos (MARÍN TORRES, 2002, p.307).

Os museus se adaptam às necessidades de seu tempo e novos grupos de trabalho surgiram no CIDOC como resultado desta adaptação: os grupos dedicados a etnografia, arte contemporânea, iconografia, sítios arqueológicos normas e terminologia, centro de informação e internet (MARÍN TORRES, 2002), inclusive Cerávolo e Tálamo (2007) colocam que a terminologia é questão-chave nas discussões destes grupos, pois auxiliariam na implantação de bancos de dados informatizados. As autoras explicam que:

Leonard Will, representante inglês no Grupo de Terminologia para Nomes de Objetos do CIDOC, afirma que a questão da indexação em museus ainda estava na infância, pois a documentação em museus nunca teve lugar central como ocorreu nas bibliotecas. [...]. No seu entender seria o emprego de “recursos biblioteconômicos” (*library resources*) que poderia incrementar e subsidiar os museus no desenvolvimento de serviços de informação para visitantes. (CERÁVOLO; TÁLAMO, 2007, p. 36).

Outros órgãos atualmente também trabalham com o CIDOC e a tendência é que se continue com o trabalho de elaboração de normas de informação museológica, para que seja possível um intercâmbio e unificação de práticas que facilitem a comunicação informacional entre as instituições (MARÍN TORRES, 2002; CERÁVOLO; TÁLAMO, 2007).

Entendido como uma unidade informacional, o museu deve determinar formas que sejam coerentes com as necessidades de seus usuários para a transmissão de informações contidas nos objetos e tende a desenvolver assim, meios de tratar e disseminar estas informações. O contexto informacional é importante no sentido de dispor de ferramentas que possuam um controle documental, como os vocabulários controlados, tesouros ou listas de cabeçalhos além de conhecer a linguagem dos usuários, ou a linguagem natural. Este tratamento vai dar origem aos produtos documentários que, como explica Yassuda (2009, p.24) podem ser os seguintes:

[...] no livro tomo são registrados os objetos assim que chegam ao museu, assim como a sua baixa. Nele consta o

registro, identificação e classificação. Denomina-se catálogo o conjunto de fichas de diversos tipos e diferentes conteúdos, ordenadas sistematicamente. O ato de classificar também pode ser chamado de catalogação aprofundada baseado nas fichas classificatórias. A classificação ou catalogação é uma etapa de análise profunda da peça, exigindo uma análise apurada. Os índices seriam ramificações da ficha classificatória competindo a ele possibilitar a recuperação por diferentes entradas (autor, tema, localização no acervo, etc.). As etiquetas são usadas como decodificadores das peças, acompanhando-as nas exposições.

A documentação museológica é elaborada por diferentes profissionais que estão envolvidos com o processo de aquisição, entrada, registro e exposição da obra como museólogos, curadores, historiadores, conservadores, ou seja, as peças de um museu são tratadas de forma interdisciplinar, revelando que o processo de tratamento documental necessita de olhares diversos para que todas as informações possam ser ressaltadas.

Para chegar aos objetivos informacionais de uma instituição museológica Loureiro (2000, p.112), explica que:

Tendo como finalidade básica obter o controle do acervo e otimizar sua utilização por meio da preservação e disseminação de seus conteúdos informativos, tais procedimentos têm como produto a documentação museológica – que pode se constituir não apenas ferramenta de grande utilidade para a localização de itens da coleção e o controle de seus deslocamentos internos e externos, mas também, fonte de pesquisa e auxiliar indispensável ao desenvolvimento de exposições ou outras atividades do museu.

Todas as informações que são referentes ao acervo dos museus são definidas como documentação museológica, e devem ser mantidas atualizadas para preservar a memória de sua coleção, assim como transmitir informações necessárias a seus usuários.

Para Ferrez (1998), a documentação museológica e seus sistemas podem ser vistos analogamente aos sistemas de recuperação da informação denominados na Biblioteconomia. Para mostrar esta semelhança, a autora elaborou o seguinte esquema:

**Quadro 9:** Sistemas referentes a documentação museológica

<i>Objetivos</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* conservar os itens da coleção</li> <li>* maximizar o acesso aos itens</li> <li>* maximizar o uso da informação contido nos itens</li> </ul>
<i>Função</i>	* estabelecer contato efetivo entre as fontes de informação (itens) e os usuários, isto é, fazer com que estes, através de informação relevante, transformem suas estruturas cognitivas ou os conjuntos de conhecimento acumulado.
<i>Componentes</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Entradas: seleção aquisição</li> <li>* Organização e Controle: registro número de identificação/marcação armazenagem/localização classificação/catalogação indexação</li> <li>* Saídas: recuperação disseminação</li> </ul>

**Fonte:** Ferrez (1998, p.04)

Diante do exposto, o processo de documentação museológica é composta pelas seguintes fases:

- Aquisição: que é o processo pelo qual se adquire os objetos. De acordo com Santos (2000), o recebimento passivo de objetos por um museu não é recomendado, visto que sempre deve-se manter o foco da especialidade a que serve. Se aceitar tudo pode acabar descaracterizando sua coleção.

- Registro: o registro serve de base para a identificação do objeto e para seu posterior tratamento técnico. De acordo com Santos (2000), o livro de registro é

um instrumento que oferece aos profissionais um quadro exato do que a instituição possui, ou seja de todo o patrimônio.

- Processamento técnico ou catalogação: é a atividade de referenciar os objetos do museu em uma “ficha de processamento técnico”, elaborada especialmente de acordo com o museu e suas características. Informações como número e nome do objeto são essenciais e o uso do Manual de Catalogação e dicionários e instrumentos que tragam uma terminologia específica da área são importantes para dar aos objetos uma descrição física mais exata (SILVA, 2000).

- Classificação: estabelecer categorias em relação às coleções e inserir os objetos cada um em sua categoria correspondente é o processo de classificação. A classificação vai determinar a identificação de forma correta dos objetos assim como possibilitar uma análise dos níveis de informação que este possui.

- Pesquisa: de acordo com Silva (2000), a concepção de museu apenas como um lugar para exposição e depósito de objetos antigos está ultrapassada e é necessário ver também seu papel como centros de pesquisa. o objeto de museu, como já dito, pode servir á pesquisas diversa e cabe ao profissional responsável pelo acervo elaborar instrumentos que dêem esta possibilidade.

As peças das coleções nem sempre vêm acompanhadas das informações necessárias sobre sua origem, histórico etc. Entretanto são coleções importantes e representativas, constituindo-se pois, elas mesmas, em um documento.(SILVA, 2000, p.89).

Desta forma, um museu deve ampliar sua documentação visando a pesquisa. Os métodos de documentação museológica continuam em processo de desenvolvimento e se adaptando às mudanças. Um desafio para os museus estabelecer justamente através de sua documentação a intermediação correta a seus usuários. A classificação, uma das fases da gestão de museus, se bem elaborada pode ajudar e facilitar a recuperação de informações contidas nos objetos. Os esquemas de classificação que foram elaborados para os museus é o assunto do próximo tópico, desta forma pretende-se entender qual é o seu papel de forma geral para em seguida

especificá-lo na classificação de documentos fotográficos e seu percurso nos museus.

### **6.3 O tratamento documental nos museus: a classificação**

Partindo das definições de documentação museológica expostas acima, de seu desenvolvimento e baseados nos autores referenciados, a classificação é um dos elementos que compõe, junto a catalogação, aquisição e pesquisa, o processo de tratamento documental das peças. A materialização deste tratamento se dá através da elaboração dos catálogos, inventários e bases informatizadas que possibilitam uma visão geral dos dados das coleções, o que também permite uma sistematização destas informações tanto para os profissionais que cuidam do acervo quanto para os pesquisadores e usuários.

Para que seja realizado o tratamento das obras de um museu de acordo com normas da documentação museológica, todos os objetos passam pelo processo do registro, fotografia do objeto para o catálogo, inventário.

O termo classificação é definido pelos Cadernos de Diretrizes Museológicas (2006, p.148) como:

seqüência de operações realizadas em um museu que visam a distribuir os objetos/documentos em diferentes categorias agrupando-os de acordo com suas analogias e características comuns. O sistema de classificação varia de acordo com a estrutura, funções, atividades e objetivos das instituições produtoras. Exemplo: no Museu Mineiro, o conjunto de objetos classificados na categoria comunicação, embora apresentem diferenças entre si, quanto à morfologia, material, técnica, dimensão e uso, compartilham da característica de prestarem-se como suporte material às atividades de comunicação, ou seja, de transmissão de informações ao homem, seja na forma escrita, sonora, visual, etc.

Portanto, em um museu a classificação é feita a partir das características dos objetos de acordo com o contexto e função a que se presta a instituição, ou seja, seguem o tipo de museu e provavelmente suas linhas de atuação e são inseridos de acordo.

Para Ferrez (1994), baseada nos apontamentos de Mensch (1987), os objetos são portadores de informações intrínsecas e extrínsecas que devem ser identificadas na abordagem museológica. As informações intrínsecas são as percebidas no próprio objeto, sem necessidade de recorrer a outras fontes. As informações extrínsecas ou informações documentais, como aponta Mensch (1987) apud Ferrez (1994), necessitam de outras fontes para que sejam conhecidos o contexto e o significado que o objeto teve antes de sua entrada no museu. Geralmente estas informações são adquiridas no momento que o objeto é adquirido pelo museu ou através de pesquisa e bibliografias. Desta forma, são descritos as categorias de informação que devem ser identificadas a partir dos objetos.



**Quadro 10:** Categorias de informação que devem ser identificadas a partir do objeto

<b>Categorias de informação a serem identificadas a partir dos próprios objetos ou de outras fontes, Mensch (1987, 1990) apud Ferrez (1998,p.02).</b>	
<i>1. Propriedades físicas dos objetos (descrição física)</i>	
a) composição material b) construção técnica c) morfologia, subdividida em:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• forma espacial, dimensões</li> <li>• estrutura da superfície</li> <li>• cor</li> <li>• padrões de cor, imagens.</li> <li>• texto, se existente</li> </ul>
<i>2. Função e significado (interpretação)</i>	
a) significado principal  b) significado secundário	<ul style="list-style-type: none"> <li>• significado da função</li> <li>• significado expressivo (valor emocional)</li> <li>• significado simbólico</li> <li>• significado metafísico</li> </ul>
<i>3. História</i>	
a) gênese  b) uso  c) deterioração, ou marcas do tempo  d) conservação, restauração	<ul style="list-style-type: none"> <li>• processo de criação no qual idéia e matéria-prima se transformem num objeto</li> <li>• uso inicial, geralmente de acordo com as intenções do criador/fabricante</li> <li>• reutilização</li> <li>• fatores endógenos</li> <li>• fatores exógenos</li> </ul>

**Fonte:** Ferrez (1998, p.02).

A autora explica que a análise do objeto é feita seguindo a matriz tridimensional propriedade física, função e significado e história sendo que a primeira são as características extrínsecas e a segunda e terceira as características intrínsecas.

Um esquema de classificação com vias à normalização é o já citado trabalho de Yvonne Odonn. A Ficha Classificatória Polivalente – Odonn – 1 que foi elaborada no ICOM por Yvonne Odonn, apesar do nome, mostra campos voltados mais à descrição do que à classificação propriamente dita.

Yvonne Odonn, de acordo com Oliveira (2009), foi influenciada pelo estudioso Georges Henri Rivière, que foi um dos participantes da criação do ICOM em 1947, e foi seu diretor de 1948 a 1966. Mesmo depois de sua saída da direção, Rivière permaneceu como “conselheiro permanente” até 1985, ano de sua morte (LAPA, 2011).

De acordo com Oliveira (2009), para Rivière o estudo das coleções do museu se dava com a elaboração paralela de instrumentos de classificação e de análise, que serviria tanto para a organização da documentação como para a gestão. Deste modo a documentação era atividade central nos museus considerando que a atividade primordial da instituição eram suas funções educativas e culturais e por isso teria de ter aspectos que contemplassem a comunicação da informação científica (RIVIÈRE, 1993 apud OLIVEIRA, 2009). A autora ressalta que Rivière compreendia o termo documentação de forma “polivalente”, porque pode ser moldada e utilizada de acordo com as necessidades de cada instituição, além de ser um termo que ainda não tem um campo nocional definido na área (OLIVEIRA, 2009). Assim, os instrumentos seriam as formas mais precisas e seguras para o estudo e conservação das informações que são produzidas em um museu tendo sua materialização no catálogo, quando for o caso de um tratamento científico e para o registro dos objetos, no inventário.

**Figura 10:** Ficha Classificatória Polivalente – Oddon – 1

1 N° do objeto.....	4 Classificação.....	5 Localização no Museu.....
2 Instituição.....		
3 Proprietário.....		
6 Local de origem.....		
7 Nome do objeto ou da espécie.....		
8 Nome do autor ou classe, ordem, família ou gênero.....		
9 Materiais.....		
10 Descrição, técnicas, título (se houver), assinatura, dimensões.....		
11 Data, modo, fonte e lugar de aquisição.....		
12 Preço pago, avaliação, data (se houver).....		
13 Coletor, missão.....		
14 Grupo cultural ou étnico.....		
15 Função, uso, utilização.....		
16 Cronologia; dúvidas acerca da autenticidade.....		
17 Estilo, escola, influências representadas.....		
18 História.....		
19 Conservação, restauração, notas museográficas.....		
20 Documentação.....		Código do museu.....
Técnico responsável pela ficha.....		Negativo.....

**Fonte:** Camargo-Moro (1986)

A ficha foi criada entre 1971 e 1973 e serviu, na época, como referência para diferentes sistemas de documentação de museus de forma internacional, como era a proposta do ICOM. Podia ser adaptada a variados tipos de acervo pois sua intenção era justamente a padronização do tratamento documental. De acordo com a necessidade de cada museu, a ficha poderia ter mais ou menos detalhes ou campos, e dar um visão ampla sobre cada objeto (CAMARGO-MORO, 1986). Os campos da ficha, se observados em relação ao

tipo de museu, podem ser considerados bem genéricos, visto que as informações em determinados museus, como os de arte, etnográficos ou históricos têm de ser específicas e seguir a linha em que o museu se insere.

No Manual Prático “Como Gerir um Museu”, publicado pelo ICOM (2004), há a menção à classificação em diversos momentos, mas não há uma definição nem um tópico específico para o assunto. Num primeiro momento o Manual explica o processo de catalogação, numeração e identificação dos objetos museológicos e cita a classificação como uma informação no catálogo, junto a detalhes descritivos, identificação, origem, fotografia do objeto. Depois, no momento em que o Manual descreve e recomenda campos para a elaboração do inventário, é citado “Informação sobre a classificação e nome” (ICOM, 2004, p. 51), no caso esta classificação seria para museus de história natural podendo ser adaptada a outros tipos de museus como de artes ou históricos. Os campos são descritos da seguinte maneira:

### **Informação sobre a classificação e nome**

#### **Nome do objecto/nome comum (campo obrigatório)**

O nome comum do objecto, mais conhecido entre um membro do público ou investigador. Pode ser útil incluir um nome geral, seguido pelo nome técnico mais específico, de forma que a função seja comum ao utilizador geral e ao investigador. No caso de um objecto arqueológico, de arte ou de história, este registro pode ser completado pelos dois campos da categoria (categoria por forma, função ou tipo e Categoria por técnica). No caso de um espécime de história natural, este registro é para a forma não latina do nome, enquanto o nome latino é registrado no nome de Classificação. [...].

#### **Nome de classificação**

O nome de classificação de um espécimen de história natural.

Exemplo: “agraecum sesquipedale”. (ICOM, 2004, p.51).

O Manual continua a explicação, sugerindo a classificação por determinadas categorias, dando o entendimento de que esta função é objetiva no sentido de dar um lugar ao objeto e definir sua classe dentro da instituição:

#### **Categoria por forma, função ou tipo**

Termo de classificação que descreve a forma física, função ou

tipo do objecto. O método específico dependerá da área de estudo. Exemplo: “recipente”, “mobiliário”. [...].

### **Categoria por técnica**

Termo de classificação que descreve a técnica de produção do objecto. O método específico deve ser registrado no campo Técnica. A utilização deste campo de classificação dependerá do tipo de acervo. Exemplo: “cerâmica”, “cestaria”. (ICOM, 2004, p.51)

É possível perceber que nas recomendações do Manual do ICOM, a classificação é uma parte do processo de catalogação que dará origem e definirá os campos necessários para o inventário. Estas recomendações fazem parte do esforço dos profissionais do ICOM em estabelecer uma normalização e adequação às formas de tratamento dos acervos de museus.

O *Thesaurus para acervos museológicos*, se destaca em relação ao tratamento e classificação dos objetos de museus. Publicado em 1987, lançado pela Fundação Nacional Pró-Memória e de autoria de Helena Ferrez e Maria Helena Bianchini o Thesaurus é a primeira obra brasileira que a propor uma classificação para os objetos de coleções históricas, ou seja, os museus que tratam dos grandes temas de uma nação, por exemplo.

O Tesouro é um instrumento que tem como característica ser constituído por um conjunto de termos que se referem a uma área específica do conhecimento e relaciona, de forma semântica e genérica estes termos. De acordo com Ferrez e Bianchini (1987, p. XV):

[...] é um conjunto de conceito ordenados, de modo claro e livre de ambigüidade, a partir do estabelecimento de relações entre os mesmos e que pode ser definido segundo sua função ou estrutura.[...].

O thesaurus, portanto, é um conjunto de termos que sofreram controle e de relações que definem os seus conteúdos semânticos, a saber:

- relações de equivalência;
- relações genéricas (gênero-espécie);
- relações associativas; e
- relações partitivas.

O *Thesaurus para acervos museológicos* foi elaborado de acordo com as relações de gênero e espécie, ou seja, relações que refletem o todo, portanto genéricas. As relações partitivas, associativas e de equivalência e o esquema classificatório proposto compreende três níveis que são básicos: “[...] hierarquicamente relacionados: classes, subclasses e uma lista e uma lista aberta de termos/nomes de objetos que pode ser expandida, de forma controlada, pelos usuários [...]”. As classes se estabelecem como referência para o universo dos objetos do acervo; as subclasses reúnem classes funcionais mais precisas e os “termos/nomes dos objetos”, tal como as autoras denominam, são “palavras para identificar objetos específicos” (FERREZ; BIANCHINI, 1978, p.22).

[...] o conceito de função original é parte importante [...], pois é o atributo imutável presente em todos os objetos e, portanto, a única característica que pode ser utilizada como fundamento para uma classificação sistematizada, independentemente do uso que esses objetos possam vir a ter mais tarde (FERREZ; BIANCHINI, 1978, p.22).

As autoras explicam que a classificação, na construção metodológica do thesaurus visto que não teve o propósito de classificar o universo geral dos objetos/documentos criados pelo homem e sim que o trabalho se resume à classificação apenas de alguns museus brasileiros. Portanto o thesaurus não representa a totalidade dos conhecimentos de um acervo, mas fornece um modelo para que outros trabalhos possam ser desenvolvido em cima do que foi proposto.

Pode-se verificar, pelo que foi referido acima, que as noções de documento, documentação, informação, classificação, forma sendo estabelecidas juntamente com o desenvolvimento da teoria em museus. No próximo tópico será analisado o papel da fotografia nos museus e sua inserção nesta instituição, assim como o Acervo iconográfico do Museu Paulista.

#### **6.4 A fotografia no museu**

A passagem de uma economia que se caracterizava como predominantemente agrária e artesanal para uma economia industrial mudou significativamente a vida das pessoas do século XIX. Por conta das atividades

mercantilistas desenvolvidas na Europa, a necessidade de se buscar novas técnicas e novos métodos que pudessem auxiliar e aumentar a produção de mercadorias impulsionou o desenvolvimento das fábricas e das máquinas. As oficinas artesanais com produção pequena e praticamente apenas com membros de uma mesma família trabalhando já não respondia às exigências e volume de produção necessárias à sociedade. A substituição de pequenos espaços por um espaço específico para o trabalho, com equipamentos do proprietário e um maior número de funcionários resultava em uma produção mais vasta, para um mercado que estava em pleno crescimento. Primeiro, a produção foi mecanizada no setor têxtil, onde a fabricação de algodão viveu uma revolução. A energia a vapor foi um fator decisivo no crescimento de outros setores como a mineração e metalurgia, que, com o uso também do ferro, permitiram uma nova percepção prática na vida das pessoas. As distâncias já não eram mais as mesmas com o uso da tecnologia a vapor nos trens e nos navios e o início do trabalho estruturado, hierarquizado e assalariado, dirigia a vida dos operários.

Neste contexto, de mudanças constantes e de uma aceleração nítida da vida e dos acontecimentos sociais e culturais, os museus começam a se consolidar como as instituições que conhecemos atualmente. A concepção de museus estava ligada, à época, a uma pretensão pedagógica, ou seja, os ideais nacionalistas e a formação do cidadão a partir de exemplos e do conhecimento do passado. Estes fatores apareciam como um dos principais objetivos das pessoas que conduziam esta instituição naquele momento, pois era preciso construir efetivamente uma nova concepção e mentalidade em relação ao lugar que pertenciam, e isto vem também pela função educativa que os museus públicos serviriam. De acordo com Suano (1986, p.37)

[...] não se domina o que não se conhece e conhece-se melhor pelo ordenamento sistemático da realidade a ser conhecida. Por isso a sociedade procedeu ao registro geral das Forças Armadas, ao ordenamento especial dos homens, à regulamentação da circulação dos bens, à classificação das doenças, tudo em função de um quadro econômico que levasse ao enriquecimento acelerado.

Conforme explica a autora, havia um grande esforço por parte da burguesia em criar novos quadros administrativos e culturais para afirmar sua posição e instituir também sua mentalidade através do domínio e do controle de todas as esferas da sociedade.

Tanto as atitudes referentes à educação quanto à imposição dos ideais burgueses e o contexto da formação fabril, influenciavam o desenvolvimento e as exposições nos museus, pois, o que era produzido manualmente durante um longo período da história, agora era elaborado por máquinas, o que acarretou muitas discussões a respeito sobre o que era o artesanato, em que a arte poderia se transformar, o papel da produção industrial. Estas discussões caminhavam juntas com a organização de exposições que tinham o intuito de mostrar exatamente o produto destas transformações, o objeto industrial.

Nesse cenário o museu cresceu e multiplicou-se. Por um lado, era a instituição ideal para abrigar as coleções necessárias às ciências naturais para suas tarefas classificatórias. Por outro, era também a instituição ideal para espelhar as mudanças em curso na sociedade européia. A burguesia, a exemplo da aristocracia, passou a fazer uso do museu como palco para exibição de suas conquistas. (SUANO, 1986, p. 37).

A expansão, na Europa, de variados espaços denominados museus criou também uma influência à importância pela cultura e pela ciência, tendo como consequência, a preocupação em organizar as coleções.

O grande interesse pela preservação dos bens culturais que foram adquiridos ao longo do tempo com as coleções particulares também é predominante no século XIX. Julião et al (2006), ressalta que não só a ambição em manter as “antiguidades nacionais” era o principal foco dos museus como também mostravam os resultados do longo domínio colonial que a Europa exercia sobre outros países exibindo o que foi reunido durante as viagens anteriores. Mas também eram organizadas grandes expedições com pretensões científicas, de estudar, conhecer e reunir coleções que se remetiam à fauna e flora dos países colonizados o que possibilitou a formação de importantes acervos armazenados nos museus europeus sobre outras culturas. Como resultado da expansão colonial, se tem a propagação dos museus



etnológicos, que refletiam as grandes navegações e as coleções de objetos e coisas de outras culturas.

Destacam-se principalmente as coleções de base científica que almejam mostrar o quanto aquela sociedade é culta e civilizada através da representação do desenvolvimento por meio das coleções nos museus. De acordo com Souza (2007), no século XIX os museus se tornam espaços que representam a nova ordem estabelecida e todos os avanços e desenvolvimentos que trouxe para a sociedade. Mesmo museus criados um século antes, como o Louvre, têm destaque apresentando as conquistas que o progresso da sociedade europeia conseguiu. Desta forma, o nível de “institucionalização e publicização” fazem com que a sociedade também invista na instituição por dar credibilidade de que estas podem proporcionar o acesso à “ciência e à história” (SOUZA, 2007, p.16). Os museus de ciência continua o autor, se desenvolvem na vertente do trabalho de investigação científica e se apresentam para um público amplo, também reflexo das mudanças dos objetivos do museu, ou seja, a apropriação pela sociedade destes espaços, as descobertas e avanços científicos.

Os museus acompanharam o processo de desenvolvimento e se modificaram em suas especialidades. A tentativa de refletir as condições políticas, sócias e econômicas e toda a evolução científica e intelectual da época fez com que os museus históricos ou nacionais, tivessem lugar nesta sociedade que exultava os ideais nacionais.

As inovações tecnológicas do século XIX se estendem através de diferentes áreas, e, justamente quando o museu teve a sua expansão e difusão perante a sociedade como instituição científica, de aprendizado e de pesquisa, a fotografia iniciava seu percurso, sendo neste século, como é conhecido, pela primeira vez fixada sua imagem em uma superfície plana. Esta idéia é explicitada por Crimp (2005) quando escreve que:

Se a teoria estética modernista e sua prática começam com a criação, nos primeiros anos do século XIX, do museu tal como o conhecemos, elas também coincidem com a invenção da fotografia, cujas imagens mecanicamente determinadas iriam persegui-las. A pintura, principal arte do museu, desenvolveu-

se ao longo da era moderna em oposição aos poderes descritivos da fotografia, sua ampla disseminação e seu apelo de massa. (CRIMP, 2005, p.16).

Em meio às transformações e as discussões sobre arte e técnica, a fotografia chega e gera uma discussão que se insere no terreno das máquinas, das imagens mecanizadas e do avanço tal dos instrumentos tecnológicos, que até para representar a realidade se utiliza de um instrumento.

A inserção da fotografia no museu se deu em meio a debates sobre o paradigma de esta ser ou não arte. Vasquez (2002) escreve que a questão ainda suscita dúvidas e parece não ter encontrado uma resposta que satisfaça às correntes de estudiosos do assunto. O autor comenta que:

A fotografia, assim como a escrita, é uma linguagem simbólica que tanto pode ser empregada com fins de expressão artística quanto com fins meramente utilitários. Entretanto, enquanto no campo da escrita há uma nítida distinção entre o caráter utilitário de um contrato de trabalho e o caráter expressivo de um poema, no campo da fotografia existe uma inexplicável confusão entre as fotografias meramente utilitárias e aquelas produzidas com uma verdadeira expressão artística. (VASQUEZ, 2008, p.46).

Para Costa (2008) o processo de legitimação da fotografia pelos museus de arte – no caso de sua pesquisa os museus de arte no Brasil, especificamente o Museu de Arte Contemporânea da USP – é o resultado de três fases que a autora chama de estratégias, tendo cada uma suas próprias discussões e problemáticas.

A primeira estratégia é, de acordo com Costa (2008), a institucionalização da fotografia pelo Museu de Arte Moderna de Nova York, MoMA, que em 1940 criou o Departamento de Fotografia.

Em tese de doutorado, Dobranszky (2008) propõe uma pesquisa acerca da legitimação da fotografia nos museus de arte contando a experiência do MoMA. A autora relata que na Europa do século XX diferentes movimentos artísticos tiveram na fotografia uma forma de expressão junto a outras técnicas e cita o Dadaísmo, Surrealismo, Construtivismo Russo e o formalismo da Bauhaus como expoentes desta realidade (DOBRANSZKY, 2008). Com os movimentos artísticos uma nova percepção da fotografia e do

que ela poderia representar do mundo vinha à tona. De acordo com a autora, havia mudanças também na fotografia que era feita de maneira tradicional, pois as técnicas experimentadas e criadas eram utilizadas para retratar mudanças políticas, sociais e culturais e pode-se ter como alguns exemplos Man Ray, Moholy-Nagy e Rodchenko (DOBRANSZKY, 2008). Mas este tipo de fotografia deu espaço para a fotografia documental que a partir das primeiras décadas do século XX, nos EUA, tem influências diretas as vanguardas européias. Exposições com fotografias de artistas europeus e locais podiam ser vistas já em 1913 (DOBRANSZKY, 2008) e no MoMA, em 1932, houve a primeira exposição de fotografias, mostrando-a ao lado da pintura.

Neste contexto, visando armazenar a fotografia direta, ou seja, a “fotografia pura” (DOBRANSZKY, 2008), sem as manipulações que as obras artísticas permitiam é criado o Departamento de Fotografia, no MoMA. É importante deixar claro que a fotografia documental, neste caso, se refere ao fato de evidenciar as características reais de uma foto desde as técnicas de revelação até as imagens que mostravam um cotidiano de pessoas e fatos (DOBRANSZKY, 2008).

O curador do Departamento de Fotografia do MoMA foi Beaumont Newhall, que, junto a sua equipe, definiram critérios para que a fotografia fosse aceita como arte no museu. Se referindo às observações de Cristofer Phillips, Costa (2008, p. 133), explica que:

[...] a transformação cultural que possibilitou a assimilação da fotografia como arte pelo museu foi paradoxal: o museu passou a valorizar a fotografia não enquanto *imagem reproduzível* e versátil, mas enquanto objeto de *coleção*, pautado por valores como raridade, autenticidade, expressão pessoal e virtuosismo técnico.

Portanto, para a autora, neste caso, é defendida uma leitura mais formalista da fotografia, descrevendo seus processos no sentido da especificidade de linguagem e de sua permanência no campo das artes (COSTA, 2008).

Este “primeiro momento” da fotografia no museu – primeiro a partir da perspectiva dada pelas autoras (COSTA, 2008; DOBRANSZKY, 2008)

das obras nos EUA pois, de acordo com Vasquez (2000), é importante frisar a exposição individual do fotógrafo Henri Cartier-Bresson, no Palácio de Belas Artes da Cidade do México em 1934, portanto, há expressões da fotografia em outros países e em outros momentos também – leva inclusive às discussões em torno de a fotografia ter seu valor documental. Dobranszky (2008) analisa críticas onde este valor pode ser percebido como, por exemplo: “[...] as fotografias são uma forma de aproximação dos fatos do passado muito mais tocantes e impactantes que os documentos históricos e estatísticas.” (DOBRANSZKY, 2008, p. 159) ou sobre a fotografia de imprensa, que se mostrava como um documento da realidade. Com todas as questões levantadas e discussões em torno do assunto, Vasquez (2000), explica que o Departamento de Fotografia do MoMa teve papel fundamental na afirmação da fotografia como forma de expressão artística e “[...] se impôs de imediato como o paradigma maior do gênero.” (VASQUEZ, 2000, p.46).

Segundo Rouillé (2005), o fato de legitimar a fotografia como uma expressão cultural e artística é recente, visto que esta é fruto de seu contexto social e cultural. Assim, pode-se pensar que o século XX trouxe uma renovação ou mudança para o campo a fotografia que se mostrava como elemento de uso para registrar fatos ou a “realidade”. Os muitos eventos em torno da fotografia mostram, de certa forma, estas mudanças como a publicação de obras específicas sobre o assunto, revistas, festivais e eventos acadêmicos, estudo e pesquisas históricas, as coleções privadas se constituíram com maior frequência, os museus abrigaram acervos fotográficos, ou seja, todo um mercado em torno da função de fotografar nasceu com a crescente migração da utilização da fotografia como utilitária para o campo da cultura e da arte. (ROUILLÉ, 2005).

Essa consagração foi acompanhada de um novo olhar dirigido à fotografia. Tendo sido vista, durante muito tempo, como simples ferramenta útil, suas produções têm sido, cada vez mais, apreciadas pelo que são em si. Substituiu-se o uso prático do dispositivo pela atenção sensível e consciente prestada às imagens. Mudaram as práticas e as produções, os lugares e os circuitos de difusão, bem como as formas, os valores, os usos e os autores. (ROUILLÉ, 2005, p.15).

A utilização da fotografia pela pop art e pela arte conceitual nos anos de 1960 e 1970 é considerada por Costa (2008), a segunda via de sua legitimação pelo museu. Mesmo sem ter um objetivo claro de que queriam ou reivindicavam a fotografia como arte, e talvez, como escreve Costa (2008), nem interessados na discussão sobre a fotografia como arte, esta foi usada pelos artistas daquele momento como um instrumento para propor uma nova leitura da arte tendo como consequência uma maior abertura do museu em relação a esta arte que “assimilou” os diferentes tipos de propostas e inseriu a fotografia em seus acervos.

Vista da perspectiva provinciana do mundo artístico do final dos anos 70, a fotografia surgiu como divisor de águas. Reavaliada de maneira radical, ela se instalou nos museus em pé de igualdade com as expressões tradicionais das artes visuais e de acordo com precisamente os mesmos parâmetros artísticos e históricos. Criaram-se novos princípios de conhecimento fotográfico, o cânone dos grandes fotógrafos aumentou enormemente, e os preços no mercado da fotografia explodiram. (CRIMP, 2005, p.3)

Na década de 1980, a terceira estratégia a que a autora se refere é a valorização de modelos pictóricos como os referentes ao Renascimento e à pintura propriamente dita. Além de manter os antigos critérios já estabelecidos, a fotografia seria produzida em grandes formatos, em cores e, para alguns artistas, seria uma “pintura/quadro” (COSTA, 2008, p.134). A autora ressalta que a assimilação das fotografias no museu, seja a partir da referência da arte ou das discussões teóricas que suscita só veio a se concretizar na década de 1990.

A entrada da fotografia nos museus, sejam eles de arte, de história, etnológico, etc. tem relação imediata com o ato do colecionismo. Pode-se até dizer que o colecionismo particular em grande parte contribui para que documentos fotográficos raros sejam institucionalizados e possam depois servir de objeto de estudo e conhecimento pela sociedade. Em artigo que trata do papel da fotografia e da curadoria em museus, Carvalho e Lima (2000), explicitam essa relação das coleções privadas e das coleções “sistemáticas” (CARVALHO;LIMA, 2000), evidenciando lado a lado estas funções essenciais que influem no papel da fotografia como documento. As autoras explicam que a

fotografia, por conta de seu modo de produção dão margem à aspiração dos colecionadores pois “Pode-se afirmar que boa parte da produção fotográfica disseminou-se socialmente levando-se em conta a sua vocação de item colecionável.” (CARVALHO;LIMA, 2000, p.20). Exemplificam relatando o caso de esterioscopias, cartões portais, retratos que exigiram que se desenvolvesse formas de mostrar, representadas pelos suportes onde eram armazenadas como os álbuns (CARVALHO;LIMA, 2000). De acordo com as autoras:

As funções de controle e domínio do mundo exterior, de prazer estético facultado pelos arranjos formais, inerentes à atividade de colecionar, encontram na fotografia plena satisfação. A miniaturização dos locais através de imagens de cidades do mundo inteiro, de personalidades através dos retratos, assim como a reprodução das obras de arte, permitem infinitas estratégias para a formação de coleções – séries de cidades, povos, obras de arte, *souvenirs* de viagens, lembranças e narrativas afetivas e familiares. (CARVALHO;LIMA, 2000, p.20)

Desta forma, a medida que estas coleções foram por algum motivo deixando ou tendo de deixar de fazer parte de coleções particulares, a configuração de sua entrada em instituições informacionais foi se consolidando, não só em museus, que podem ser exemplificadas por inúmeras incorporações de acervos e coleções particulares, mas também em bibliotecas e arquivos que caracterizam a produção fotográfica da instituição.

Sobre o acervo iconográfico do Museu Paulista especificamente as coleções de fotografias e seu tratamento com ênfase na classificação é que se refere o próximo tópico. Para compreender o papel destes documentos na instituição levou-se em consideração a formação do Museu Paulista como museu histórico e a acumulação de fotografias desde as utilizadas como modelos para representações pictóricas, como as aquisições feitas a partir da definição de suas linhas de pesquisa e campo de atuação.

## **6.5 O Acervo Iconográfico do Museu Paulista**

No decorrer do século XIX, o Brasil era lugar propício a muitas expedições científicas realizadas por estrangeiros que vinham em busca de elementos para constituir coleções referentes a fauna e a flora e a objetos que

representassem a cultura material como objetos ligados à arqueologia, antropologia e etnologia. Influenciados pelo espírito científico da época, Schwarcz (2007) explica que toda a pesquisa referente a questões científicas no Brasil, a *sciencia*, era feita através destas viagens que tinham interesse exclusivo em coletar objetos, fato que não era realizado pelo governo ou pelas instituições nacionais por falta de interesse ou de recursos (SCHWARCZ, 2007). O objetivo dos pesquisadores que vinham nas expedições, de acordo com Schwarcz (1989, p.26):

centrava-se na classificação correta dos objetos e não na questão da preservação do conjunto de peças, uma vez que a idéia imperante era que essas culturas se extinguiriam até por um princípio de seleção, estando os 'vestígios' segundo a visão desses cientistas, mais bem preservados em museus metropolitanos.

Contudo, as idéias em relação às teorias filosóficas e políticas começam a mudar lentamente o panorama das ciências no Brasil. De acordo com Schwarcz (1989), o positivismo, naturalismo e evolucionismo principiam a se refletir nos estudos, atitudes e padrões sociais, incitando a uma leitura romântica sobre uma "cultura nacional". Neste panorama entram em atividade vários museus, entre eles o Museu Paulista.

A iniciativa de criar um Museu em São Paulo, ou pelo menos a idéia vem de Lucas Antonio Monteiro de Barros com o pedido de contribuições à província para construir um monumento à Independência (SCHWARCZ1989;2007), mas este projeto não tem continuidade. Em 1970 o debate da construção tem um retorno, no entanto não há verbas suficientes destinadas a este fim e é apenas em 1885 ordenado o início das construções do projeto do engenheiro italiano Tommaso Gaudenzio Bezzi, que levou cinco anos para que fosse finalizado e que teve além das dificuldades financeiras, uma série de problemas referentes a mão-de-obra e utilização de novas técnicas de construção como agravantes do tempo de sua conclusão (SCHWARCZ, 2007). Com sua inauguração, as perspectivas de aproveitá-lo para alguma função ficou em aberto como a pretensão de adaptar o prédio para que ali fosse alocada uma escola ou mesmo uma universidade. Estas

pretensões não se concretizaram e o prédio foi utilizado inicialmente como um centro de atividades de ciências naturais e matemáticas.

Em 1893 a instituição adquire coleções de Joaquim Sertório que antes se encontravam no Museu do Estado, com coleções de história natural, objetos indígenas, jornais, quadros e mobiliário, todas sem nenhum tipo de classificação, de acordo com (SCHWARCZ, 2007). Em 1894 é feito o convite a Hermann Von Ihering para a direção da instituição. A partir daí podia-se perceber uma incipiente definição da finalidade do monumento. No mesmo ano de 1894 foi aprovada uma lei e um decreto que criou oficialmente o Museu Paulista inaugurado em 7 de setembro de 1895<sup>37</sup>.

De acordo com Schwarcz (1989) e Elias (1984), em seu início o Museu tinha características marcantes que remetiam ao objetivo de ser enciclopédico com suas coleções voltadas à reunião de “todo o conhecimento humano”, apontando desta forma as tendências científicas européias baseadas na classificação do conhecimento. De acordo com Schwarcz (1989, p.42):

Tendo como base esse saber evolutivo, classificatório e pautado nas Ciências Naturais, von Ihering imprimirá ao *M.P.* toda uma ‘marca profissional’, adaptada e conforme aos grandes modelos europeus.

Pela influência de von Ihering como diretor, o Museu adquiriu um caráter científico com preocupações em relação à classificação dos objetos das coleções e ao métodos rígidos utilizados e baseados nos padrões da ciência. Para Meneses (1994, p.), o diretor fez com que as coleções do Museu se reportassem diretamente ao modelo europeu e a formação de von Ihering, junto aos objetivos determinados para a instituição fez com que se refletisse com perfeição a relação entre as ciências naturais e as práticas para esta empregadas. Explicando o rigor científico aplicado à época Meneses (1994, p. 574), escreve que:

---

<sup>37</sup> Schwarcz (1989, p.41) explica que com a criação do Museu Paulista: “Abria-se então um novo museu cujo objeto era, segundo Von Ihering, ‘estudar a história natural da América do Sul e em particular do Brasil, por meios científicos’. Na direção da instituição encontrava-se, dessa feita, não um cientista local mas um zoólogo alemão, acostumado aos debates e perspectivas de seu continente de origem, e que imprimirá ao *M.P.* um caráter predominantemente ligado às Ciências Naturais e, em especial, ao estudo da Mineralogia, Botânica e Zoologia.



Tal simbiose é que permitiu a própria formulação do conceito (hoje vital para os museus) de coleção, concebida como um conjunto sistemático de peças utilizadas como evidência e regida por premissas e normas científicas. Daí conceitos correlatos, como tipo, série, padrão, que esvaziavam os conteúdos de peças únicas, excepcionais, irrepetíveis. A coleta de campo, subordinada a um programa racional, aparece, nessa ótica, como o recurso mais adequado para a formação e ampliação das coleções, juntamente com a permuta e a compra. E a taxonomia é a operação-chave que a coleção solicita. Com isso, o museu se transforma em centro documental e produtor de conhecimento novo.

A direção de von Ihering se estendeu até 1815 e teve como marcos, além do esforço de um centro de pesquisa para as Ciências Naturais nos moldes europeus, a publicação da Revista do Museu Paulista.

A partir de 1916, com a direção de Afonso de Taunay, o Museu Paulista inicia uma grande transformação em relação a seus objetivos e função na sociedade. Em estudo especificamente sobre a gestão de Taunay no Museu Paulista, Brefe (2005), relata que logo no primeiro ano que esteve a frente do museu, Taunay montou uma sala de exposições sobre a história de São Paulo, fato que desencadeou o olhar regionalizado sobre as obras que fazem parte das situações históricas ali representadas. O diretor determina que as coleções de história natural, foco do Museu, fossem subordinadas a especialistas e delimitou em 1922 as características da Seção de História. A consolidação como museu histórico estava se formando lentamente na gestão de Taunay e Brefe (2005, p.53) explica que:

A partir de 1918, o acervo histórico começou a crescer, a ser inventariado, classificado e exposto por Taunay, de modo que a criação oficial da seção histórica foi resultado de um processo lógico e irreversível, em que a história passou a ocupar papel central e distinto daquele ocupado anteriormente. Por isso, apesar de manter as coleções de história natural e as atividades vinculadas a esse domínio, a história se transformou na “menina dos olhos” da instituição, ganhando estatuto epistemológico e não apenas ético.

Desta forma, o museu passou a conviver com diferentes seções com organização voltada exclusivamente para a área que pertenciam (BREFE, 2005). A autora explica que na gestão de Afonso de Taunay, o Museu Paulista podia entendido como dois museus no mesmo espaço, por conta das

coleções de história natural e o enciclopedismo e pela criação da Seção de História e os esforços para a formação de coleções de documentos históricos (BREFE, 2005).

Para Meneses (1994), logo em seguida a criação da Seção de História inicia-se um processo que o autor denomina de “desmembramento”, onde cada vez mais se percebe a especialização como norteadora deste processo inclusive mediante a contratação de profissionais das áreas que o Museu possuía, visando assim dar um melhor tratamento às obras. Desta forma, o autor relata que o Instituto Biológico de Defesa Animal, por exemplo, passa a ser parte da Seção de Botânica no ano de 1927 e, por conseguinte, a Seção de Zoologia, passa a fazer parte do Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura em 1939 (MENESES, 1994).

Ao longo das décadas de 1920 a 1940 foi se consolidando o olhar regional dado às coleções adquiridas pelo museu como plantas topográficas, documentos coloniais e quadros e aquarelas que mostravam as transformações da cidade de São Paulo (BREFE, 2005). Para viabilizar as exposições sobre a história paulista, a procura e coleta de documentos iconográficos ganhou grande importância na gestão de Taunay, passando inclusive a encomendar obras a pintores e escultores com “prescrições bem definidas” (MENESES, 1994, p.576).

Estas “prescrições”, de acordo com Brefe (2005), tiveram duas fontes imprescindíveis para poderem ser executadas que foram as fotografias de Militão de Azevedo, que atualmente constitui uma das grandes coleções que o Museu abriga e aquarelas de Hercules Florence. A autora registra que estas fontes era tidas como documentos que serviam para a pintura de obras que seriam expostas no museu afirmando desta forma o valor documental que a fotografia tinha na época para as instituições, pois era utilizada justamente por ser uma “cópia da realidade”. Sobre o assunto Brefe (2005, p.109) explica que:

[...] a partir da gestão de Taunay, um acúmulo crescente de material fotográfico, por meio do qual ele procurava colecionar toda sorte de documentos cujos originais não podiam ser adquiridos, inclusive documentos iconográficos que pretendia mandar reproduzir posteriormente em dimensões maiores. Na

correspondência do museu, é bastante comum encontrar pedidos de Taunay, às mais variadas instituições e pessoas, de reproduções fotográficas de documentos que ele desejava colecionar ou mandar copiar em versão fac-símile. Sem dúvida, fica clara a idéia de que, se não fosse possível adquirir o documento autêntico, a fotografia permitiria a posse de uma cópia fiel e de autenticidade indiscutível.

Mas, apesar a importância para as cópias e para completar o acervo a autora alerta que no espaço da exposição as fotografias ainda não tinham a igualdade das pinturas, que eram muito mais valorizadas no sentido da representação intelectual e artísticos dos fatos dentro de um museu (BREFE, 2005).

Passadas inúmeras mudanças que direcionaram o Museu Paulista a ser definitivamente um museu histórico, em 1963 este é incorporado à Universidade de São Paulo e inicia-se o processo de dedicação científica ao campo História da Cultura Material. A definição do campo específico de atuação do Museu permite a atuação em três linhas de pesquisa: Cotidiano e Sociedade que analisa a construção de identidades e mobilidade e distinção social e é representada por veículos, mobiliários, utensílios domésticos, etc.; a linha de pesquisa Universo do Trabalho se dedica a estudar as formas de divisão do trabalho, organização profissional, níveis de automação, etc e pode ser representada por fragmentos de construção, armas uniformes em seu acervo; e História do Imaginário se dedica às fontes documentais que podem ser vistas como exemplos de representações sociais e simbólicas como as fotografias e as pinturas (YASSUDA, 2009).

Os gêneros documentais presentes no Museu Paulista também se dividem em três: a Documentação textual, Documentação tridimensional e Documentação iconográfica.

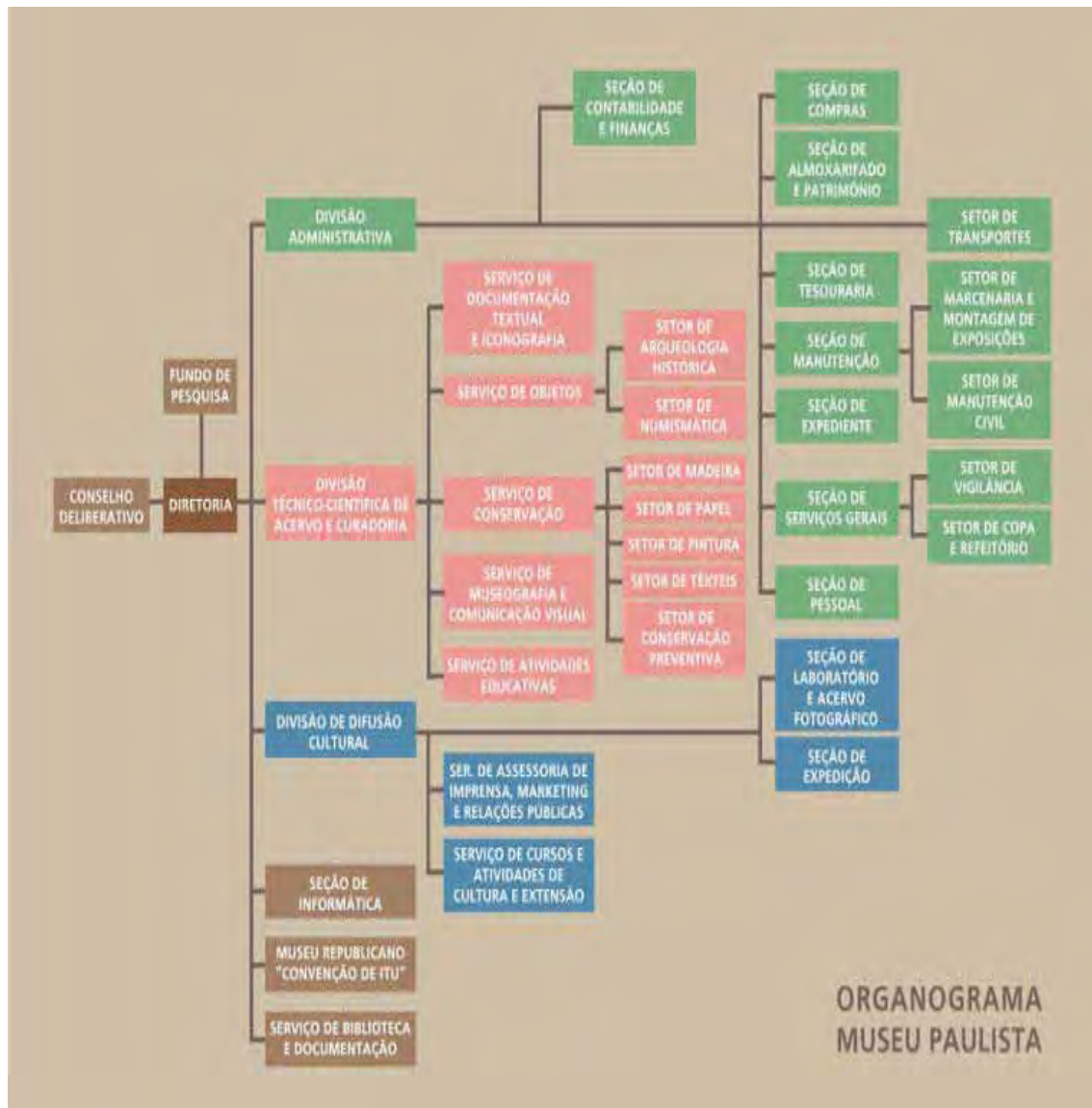
A Documentação textual é formada por fundos de arquivo, coleções de jornais e revistas. De acordo com Barbuy et al (2001), essa documentação recebeu tratamento arquivístico e permitiu que fossem criados quadros com a finalidade de dar aos profissionais que trabalham no acervo a oportunidade de recuperar informações referentes ao acervo e à instituição.

A Documentação tridimensional se caracteriza pelo acervo de objetos que a instituição possui. A organização do acervo conta com uma divisão em 26 categorias (BARBUY et al, 2001; ALMEIDA et al, 2002) que servem para que os objetos sejam organizados de acordo com “coleções tipológicas” (ALMEIDA et al, 2002) baseadas em características morfológicas e funcionais. De acordo com Almeida et al (2002, p. 228) explica o desenvolvimento de um thesaurus para que estas coleções possam ficar organizadas: “Tem como critério central o aspecto funcional dos objetos, agrupados e subagrupados conforme o sistema de usos no qual se inserem.”

A Documentação iconográfica são as imagens bidimensionais que a instituição possui como pinturas, desenhos, gravuras, impressos, fotografias, negativos, mapas (BARBUY et al, 2001). Na década de 1990 há uma reestruturação do acervo do Museu fazendo com que o acervo e a documentação fossem reorganizados no sentido de dar o caráter histórico universitário e delimitando de forma efetiva suas linhas de pesquisa e de sua área de atuação, a cultura material (BARBUY et al, 2001). Desta forma, a curadoria passou a se basear na integração de todos os processos que envolvem tanto o acervo quanto a pesquisa proporcionando a produção de conhecimentos científicos assim como a disseminação das informações produzidas e de seu acervo (BARBUY et al, 2001).

Começou-se assim, um tratamento geral quanto aos documentos nas questões da própria organização física e da necessidade dos processos de catalogação para estes documentos. No organograma do Museu Paulista, é possível ver exatamente onde se localiza e a que setores está ligado o Serviço de Documentação Textual e Iconografia.

**Figura 11:** Organograma do Museu Paulista



**Fonte:** Site Oficial do Museu Paulista. Disponível em:

<<http://www.mp.usp.br/institucional/organograma.html>>. Acesso em: 13 de mar. 2012.

Este serviço integra a Divisão Técnico-Científica de Acervo e Curadoria – DAC que de acordo com Makino et al (2002, p.259) “[...] concentra as atividades-fim do Museu Paulista.” Os autores relatam que a documentação iconográfica permaneceu, durante a aquisição das coleções para o museu, junto a documentos textuais sem um tipo específico de tratamento, com exceção das pinturas que desde sua entrada na instituição contaram com tratamento de catalogação (MAKINO et al 2002, p.259).

Em artigo sobre a curadoria em museus tratando da documentação iconográfica Lima e Carvalho (2005, p.53) relatam como se desenvolveu no Museu os estudos em relação à “linha curatorial” que seria seguida. As autoras explicam que:

No que diz respeito aos acervos fotográficos, houve mudanças nos procedimentos de aquisição de coleções, que se direcionaram para conjuntos significativos tanto na sua quantidade como na qualidade de informações preservadas.

O fator “importância” que se dá à fotografia a partir da década de 1990 é tratado por Carvalho e Lima (2000), que contextualizam a época explicando que a produção acadêmica e as preocupações com a preservação destes documentos vêm permeadas pelo conhecimento de instituições no país que têm importantes coleções em seus acervos. As preocupações de profissionais da informação que lidam diretamente com as fotografias vieram expressas, de acordo com as autoras, na quantidade de material que era produzido, na demanda social em relação àqueles documentos e pela informatização que deu cara nova à organização e disponibilização das informações. “É esta perspectiva que se assiste, [...], ao desenvolvimento e proposição de projetos de catálogos eletrônicos que vêm facilitando a busca e a recuperação da informação visual.” (CARVALHO;LIMA, 2000, p.27).

Neste sentido, a implantação de um sistema documental se fez extremamente necessário e os pesquisadores do Museu Paulista idealizaram um sistema que pudesse contêm todos os tipos de dados da instituição. Nas palavras dos autores, a opções feita gerou um “sistema complexo” (BARBUY et al, 2002, p.16), onde se pudesse saber a história, contextualização e ligação dos documentos com todos os outros excluindo a escolha de um sistema que apenas servisse para localizar e disponibilizar informações.

**Figura 12:** Estrutura do banco de dados do Museu Paulista

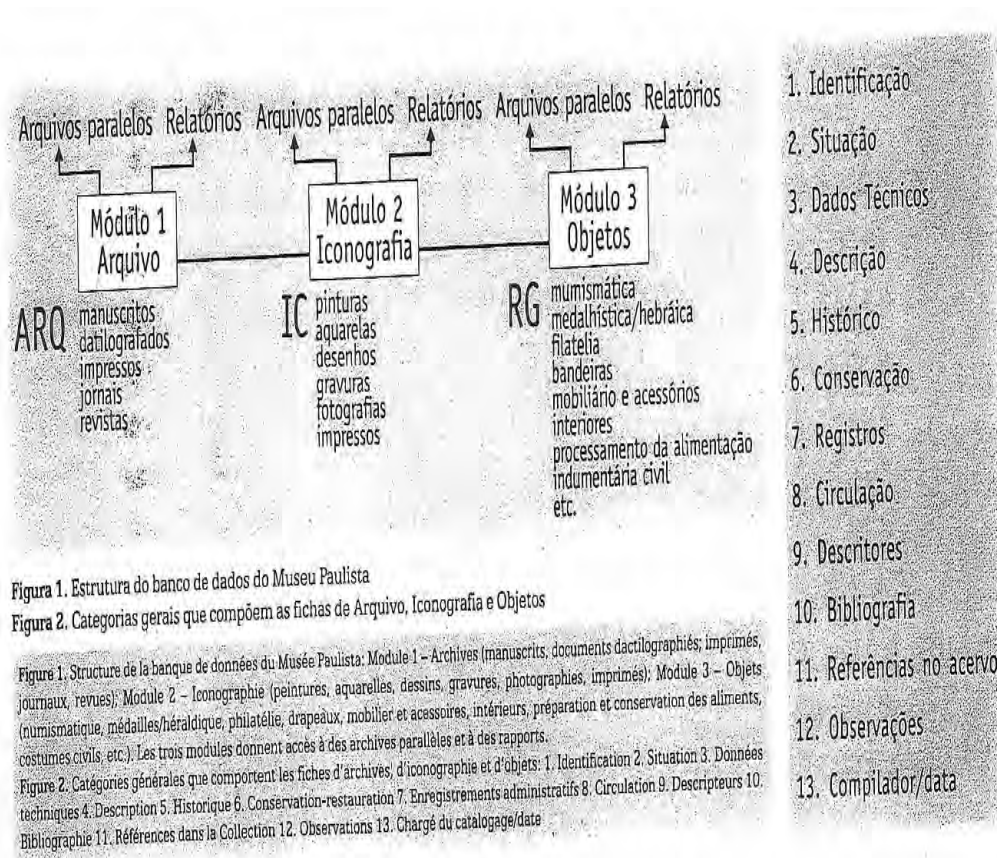


Figura 1. Estrutura do banco de dados do Museu Paulista

Figura 2. Categorias gerais que compõem as fichas de Arquivo, Iconografia e Objetos

Figure 1. Structure de la banque de données du Musée Paulista: Module 1 – Archives (manuscrits, documents dactylographiés, imprimés, journaux, revues); Module 2 – Iconographie (peintures, aquarelles, dessins, gravures, photographies, imprimés); Module 3 – Objets (numismatique, médailles/héraldique, philatélie, drapeaux, mobilier et accessoires, intérieurs, préparation et conservation des aliments, costumes civils, etc.). Les trois modules donnent accès à des archives parallèles et à des rapports.

Figure 2. Catégories générales que comportent les fiches d'archives, d'iconographie et d'objets: 1. Identification 2. Situation 3. Données techniques 4. Description 5. Historique 6. Conservation-restauration 7. Enregistrements administratifs 8. Circulation 9. Descripteurs 10. Bibliographie 11. Références dans la Collection 12. Observations 13. Chargé du catalogue/data

**Fonte:** Barbuy et al (2001, p.17).

O sistema de documentação foi dividido pelos gêneros documentais que o museu abriga e o Módulo Iconografia, como pode ser visto na figura 12, contempla a fotografia. Os autores relatam que esta divisão resultou em um “remanejamento” dos itens do acervo, pois, como já foi dito anteriormente, o acervo se constituía, por muito tempo, com diferentes objetos como roupas, textos, objetos, guardados conjuntamente, pelo fato da não distinção entre organização física e organização documental (BARBUY et al, 2001, p.18).

A entrada da documentação fotográfica é feita por doação ou compra e em todos os casos, os docentes pesquisadores selecionam os materiais de acordo com as linhas de pesquisa do Museu. Como já explicitado acima, a instituição também conta com a documentação produzida a partir da gestão de Taunay que Makino et al (2001), relatam que por conta da

reorganização dos acervos os profissionais tiveram a possibilidade de contabilizar estes documentos e perceber a riqueza do acervo que estava armazenado no Museu. Com o intuito de continuar a coletar fotografias que fizessem parte de coleções significativas para a pesquisa, houve o enriquecimento ao longo do tempo com álbuns de família, retratos, paisagens que têm relação com a história do Estado de São Paulo<sup>38</sup>. Um dossiê da coleção é elaborado contendo todos os dados que possibilitem sua identificação, de onde veio, quem doou.

Para que os dados dos documentos pudessem ser disposto no sistema de documentação, os autores explicam que um vocabulário controlado e tesouro foi criado, baseado na literatura vigente e em outros instrumentos com igual objetivos não só brasileiros como internacionais, para facilitar o trabalho de inclusão de dados (BARBUY et al, 2001). Pela observação realizada *in loco* foi possível perceber que estes instrumentos possibilitaram melhor entendimento do que deveria ser disponibilizado no sistema pelos próprios profissionais envolvidos com a alimentação do sistema.

Pela documentação consultada e a pesquisa de observação *in loco* realizada, obteve-se a informação de que os documentos iconográficos no museu sofrem um tratamento unitário e o número de localização no acervo é seqüencial.

É possível entender este processo na consulta e nos exemplos que estão descritos no “Manual Para Preenchimento da Ficha de Iconografia” do Museu Paulista, onde há o passo a passo das instruções para a inclusão dos dados dos documentos.

A ficha elaborada pelos pesquisadores tem por objetivo possibilitar o cadastro de todo o material iconográfico do acervo. Está dividida em 12 categorias informacionais, como descrito no Manual (2004, p.1):

#### . IDENTIFICAÇÃO

---

<sup>38</sup> As explicações detalhadas sobre o acervo iconográfico do Museu Paulista podem ser encontradas em Makino et al (2001), Lima e Carvalho (2005), Lima e Carvalho (2004) e em publicações essenciais para a compreensão dos processos de mudança e desenvolvimento que o Museu Paulista passa como os Anais do Museu Paulista.



- SITUAÇÃO
- DADOS TÉCNICOS
- HISTÓRICO
- CONSERVAÇÃO
- REGISTROS
- CIRCULAÇÃO
- DESCRITORES
- BIBLIOGRAFIA
- REFERÊNCIAS NO ACERVO
- OBSERVAÇÕES

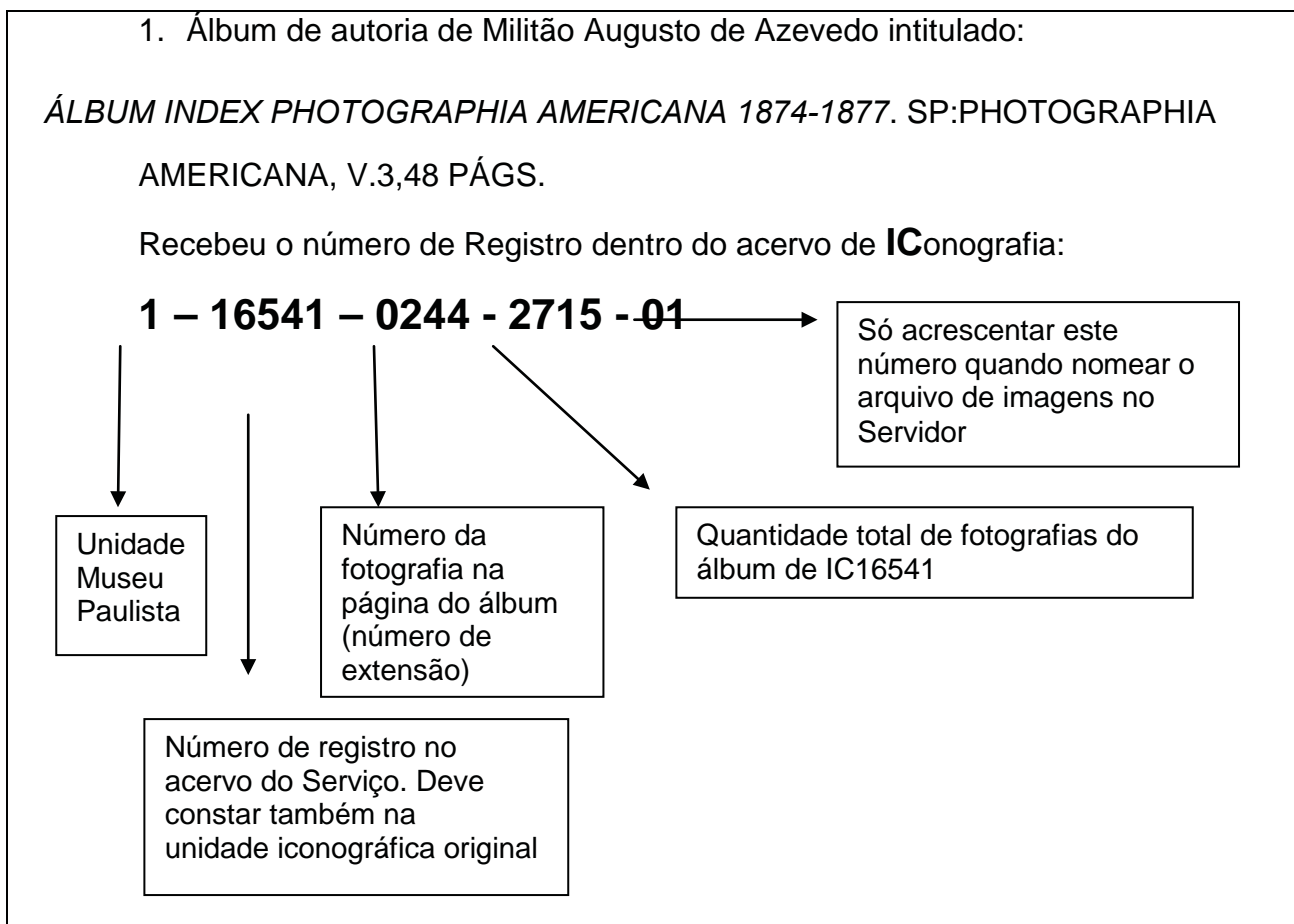
O Manual denomina categorias as divisões onde serão preenchidas as informações sobre os documentos iconográficos. As categorias são as maiores classes de coisas semelhantes e, dentro destas vão se definindo classes que se relacionam em um todo.

A categoria **Identificação** se desdobra em campos que no total somam-se 21, onde todos os dados de contextualização do documento poderão ser descritas a partir de perguntas; “o que é, quem produziu ou confeccionou o documento, quando e onde.” Manual (2004, p.01).

Esta categoria é importante, pois trata da localização do item no acervo. Este número é específico para o Serviço em que o documento se encontra, no caso do acervo iconográfico sua denominação é IC. Pelas instruções contidas no manual, através deste número é possível saber em que Museu o documento se encontra, visto que há o Museu Paulista, SP e o Museu Republicano localizado na cidade de Itu, SP; o número de registro do documento; a extensão de um determinado documento, ou seja, no caso de um álbum ter 60 páginas este número corresponderia, por exemplo, à fotografia na página 23. Há a recomendação no Manual de que este número não deve apenas figurar no sistema informatizado e sim que deve estar previamente no documento; o número de IC ainda prevê a quantidade total do material iconográfico, quantidade de fotografias que existem em um álbum por exemplo; e por último o manual recomenda o acréscimo dos dois últimos números apenas no caso de a imagem digitalizada que irá fazer parte do sistema, para que o computador localize a imagem.

Conforme a figura 13, o número de IC é determinante para a localização das imagens de forma a evidenciar como está organizada na coleção, no acervo e no sistema informatizado.

**Figura 13:** Número de IC



**Fonte:** Manual para preenchimento da ficha de iconografia do Museu Paulista (2004, p.02).

Com todas as informações do número de IC preenchidas os campos que complementam esta categoria são, por exemplo, o campo de denominação que indica a técnica em que o documento foi elaborado. As técnicas das fotografias, por exemplo, têm a avaliação e são definidas pela equipe de conservação. Este campo também pode indicar a tipologia documental; o campo de autoria da imagem, o campo origem determina onde foi produzida a imagem e assim por diante.

A categoria **Situação** tem ao todo seis campos que remetem à “situação do documento iconográfico enquanto unidade de um determinado conjunto documental (fundo, coleção, dossiê) e enquanto objeto físico (localização).” Manual (2004, p.12).

Conforme a explicação do manual, esta categoria trata de alguns conceitos arquivísticos. Por exemplo, o seu primeiro campo é denominado Fundo/Coleção/Dossiê, onde é dada a instrução para o caso de o documento iconográfico pertencer a algum destes conjuntos documentais, a indicação deverá ser retirada do Mapa Topográfico que, pela definição do glossário arquivístico do Arquivo Público do Estado de São Paulo, é um instrumento de controle para a localização física das unidades de arquivamento de documentos ou do Livro Tombo, instrumento que controla a entrada dos documentos no acervo. Há ainda outros dois campos denominados Grupo e Subgrupo que não estão descritos como deve ser o preenchimento, mas é possível supor que seja o grupo referente ao fundo ou coleção ou dossiê que estes documentos iconográficos estão.

Ao observar esta categoria e estes campos é possível inferir que a partir deles pode-se fazer a relação de uma fotografia, por exemplo, com os outros documentos do acervo e ter a noção de conjunto daqueles documentos o que se torna extremamente importante para os objetivos científicos da instituição.

O campo Localização se refere ao local físico onde o documento está alocado no acervo. A indicação deve ser feita partindo do maior para o menor como exemplifica o manual (2004, p.13) “armário, prateleira, caixa, gaveta”, assim são normalizados uma indicação alfanumérica para a organização e localização do documento:

*Exemplos*

A02 G04 D469

A02 PR25 CX03 Manual (2004, p.13).

Os campos Negativo e Cópia-consulta se referem respectivamente ao número do negativo que reproduz a “peça original” e onde

está armazenada a cópia de consulta do documento original, com uma codificação igual ao campo localização.

A categoria **Dados técnicos** se refere às características morfológicas do documento iconográfico, ou seja, a estrutura do documento iconográfico e as características técnicas destes documentos. É composto por seis campos: Original-reprodução, é explicado se é original ou uma cópia que pode pertencer a outras instituições. Há o campo Cor, se preto e branco ou colorido; Material-técnica, qual a técnica utilizada ou material para compor o documento em sua materialidade, aqui é preciso a avaliação da equipe de conservação e restauro, para que sejam identificadas as características década documento. O campo Dimensões, que se refere ao tamanho, moldura do documento. O campo Anexo, quando houver algum outro suporte além do documento iconográfico. O campo Incrições, que evidencia tudo o que for encontrado escrito ou marcado no documento, pois estas podem contar a história do documento no ambiente em que foi produzido ou por onde passou. É um fator importante para pesquisadores que desejam ou precisam saber os detalhes de um período, dedicatórias, família, etc., por permitir que estas marcas sejam conhecidas.

A categoria **Histórico** tem apenas um único campo e se refere à descrição de toda a trajetória do documento.

A categoria **Conservação** se refere a todos os dados sobre a situação física dos documentos iconográficos sendo evidenciados pelos campos Estado de conservação, Acesso pois é necessário saber se o documento está em condições de ser consultado. Para estas informações a parceria com os profissionais de conservação é imprescindível.

A categoria **Registros** se refere ao percurso institucional do documento, todos os caminhos que ele percorreu até chegar ao sistema de documentação. Seus campos se dividem nas informações de uso interno como patrimônio, número dentro da própria Universidade de São Paulo, por conta da vinculação do Museu à Universidade, Tipo de Aquisição, Fonte, de onde veio o documento, Valor da Aquisição, ou seja, todas as informações referentes a

compra, doação, valores pagos, moeda da época. Dados que servem para os profissionais do Museu para controle e que também podem interessar a pesquisas como o caso de saber quem foi a fonte ou a moeda que foi utilizada à época de sua compra.

A categoria **Circulação** faz referência às reproduções, referências textuais, eventos que participou, citação em inventários etc.,. Evidencia todos os registros que o documento iconográfico teve dentro do Museu.

Na categoria **Bibliografia** são especificadas as informações da bibliografia que estão na ficha. É constituído apenas de uma campo.

A categoria **Referência no Acervo** tem a função de ligar todos os documentos do Museu, seja de qualquer gênero. Esta categoria também remete ao caráter voltado à pesquisa científica da instituição e da possibilidade de visualizar os diferentes tipos de acervo de maneira interligada.

A categoria **Observações** é referente a informações não foram especificadas em outros campos.

A **Compilação** referencia os profissionais que fizeram o preenchimento da ficha.

E por último tem-se a categoria **Descritores** que se caracteriza pelo uso das palavras-chave que se encontram no vocabulário controlado desenvolvido pela própria instituição.

As explicações do Manual são detalhadas no sentido em que dão uma visão ampla de como a implantação do sistema documental, junto ao trabalho que já realizado com o preenchimento das fichas manualmente, podem ter dado um diferencial na recuperação das informações do acervo, assim como a otimização destas para fins de pesquisa.

É importante destacar aqui o papel do curador diante da aquisição e posterior tratamento das coleções fotográficas que são adquiridas pelo Museu. Carvalho e Lima (2000), falam da importância do papel do curador

em um acervo que adquire coleções fotográficas. As autoras escrevem que em primeiro lugar o curador deve perfilar sobre como aquela coleção irá contribuir para a sociedade, qual seu potencial de conhecimento e como será utilizado para gerar novos conhecimentos (CARVALHO;LIMA, 2000, p.19). Em seguida é preciso contextualizar o objeto por meio da reconstituição de sua biografia e por último, não esquecer de que qualquer organização feita a partir de um olhar, mesmo que o de curador e profissional, vem munido de valores culturais, portanto, os critérios para o tratamento destas coleções devem estar bem definidos e muito claros (CARVALHO;LIMA, 2000, p.19).

Na reflexão de Milton Guran (2011), o curador é a ponte entre a possibilidade da reflexão intelectual sobre a obra e o mercado, podendo esse mercado se caracterizar de vários modos inclusive o informacional, que vão incidir em sua circulação social. O autor explica que:

[...] uma das mais importantes atribuições do curador é propor e organizar coleções públicas e privadas de fotografias, que se constituem, pela própria natureza da fotografia, em reservas culturais de formação de identidade, de autoconhecimento e de autocrítica de uma sociedade. As fotografias são meios de memória e suportes de imaginação. (GURAN, 2011, p.02).

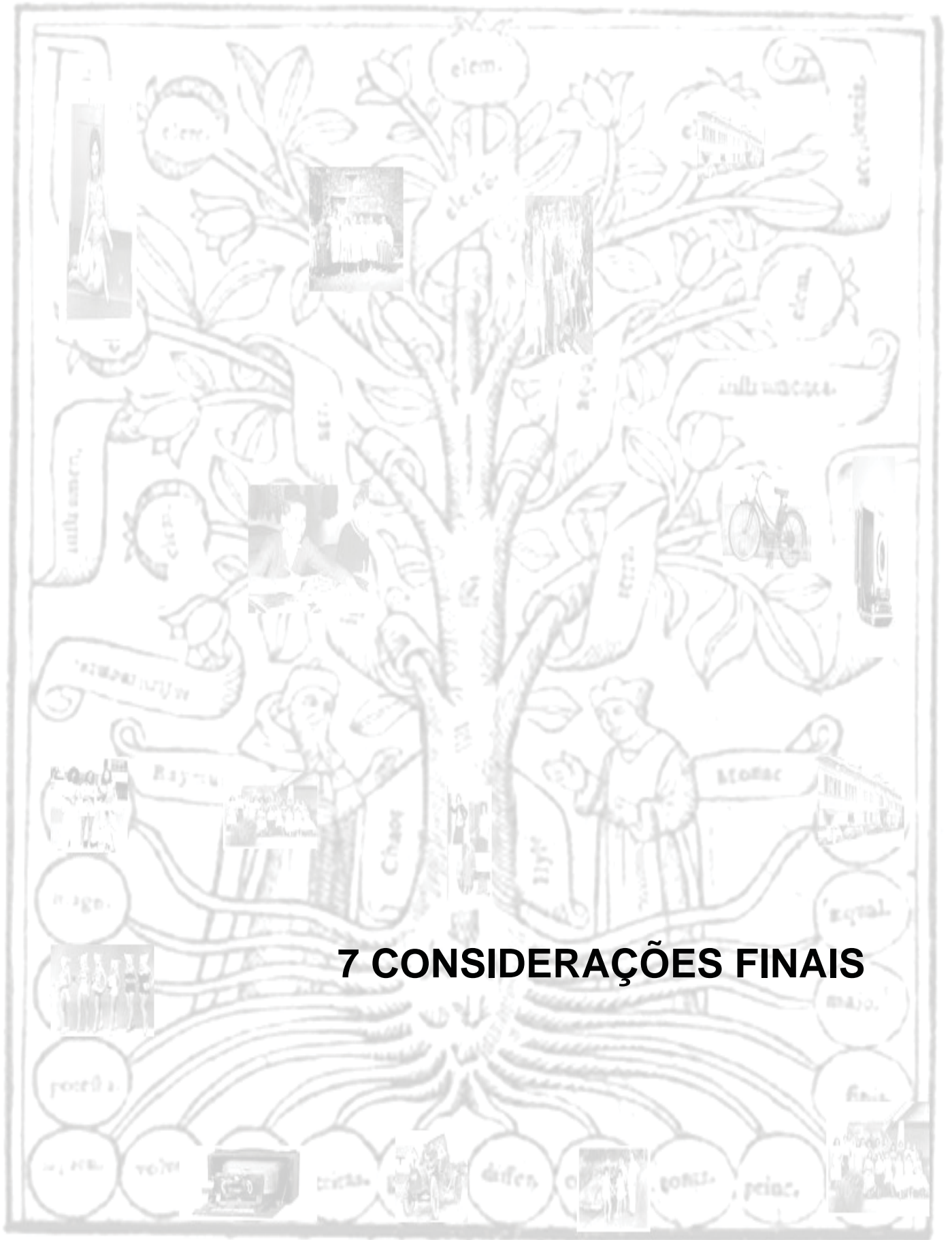
A atividade de curadoria no Museu Paulista, explicitada em artigos científicos que demonstram os resultados dos estudos em relação ao acervo, dão a compreensão dos esforços referentes à organização, em todos os sentidos dos documentos iconográficos. Lima e Carvalho (2005), escrevem que é necessário compreender a “natureza histórica” da produção de imagens para que resulte num maior aperfeiçoamento dos sistemas de documentação em descrever de forma que leve ao entendimento de um processo social e sua disponibilização dê conta de pesquisas científicas voltadas a estas práticas.

As atividades de curadoria e pesquisa no Museu Paulista levam à percepção que há um cuidado em sempre manter os objetivos da instituições bem delimitados. Isso se reflete na análise dos campos de sua ficha e na observação das coleções que compõe o acervo. É possível observar que a classificação está implícita nas atividades documentais realizadas desde o momento da escolha e da aquisição dos documentos que

farão parte do acervo. Lima e Carvalho (2000) explicam muito bem esta atividade quando escrevem que:

Os princípios de organização dos quais depende a coleção sistemática pressupõe uma realidade observável e operações racionais que permitam a seleção deste ou daquele objeto do mundo material para ser considerado, estudado, preservado. São princípios herdados de um conhecimento baseado na taxonomia, cujo amadurecimento se dá no século XIX com a consolidação dos museus de História Natural. As operações de classificação que caracterizam na instituição, a atividade sistemática de colecionar não podem ser vistas como neutras, especialmente no caso das ciências humanas. Elas carregam do passado uma herança que não deve ser ignorada, sobretudo nos casos das coleções vinculadas à estrutura disciplinar fundada na compartimentação do conhecimento. (LIMA;CARVALHO, 2000, p.19).

Portanto, seguindo essa “herança” do passado e tentando estabelecer relações com as funções e objetivos da instituição atual, o exemplo do Museu Paulista fornece uma contextualização de como a documentação pode ser utilizada como símbolo do desenvolvimento de uma época e de uma determinada cidade, assim como pode tentar manter uma unidade e coerência com os modos de organização atuais, e a classificação permeia todo este processo de tratamento da documentação.



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Investigar os parâmetros teóricos que cercam uma área, assim como definir um conceito exige um empenho em examinar as fontes onde possam ser apreendidos subsídios para tecer discussões acerca do que foi sugerido. Ao propor uma pesquisa que visa investigar três campos que se unem por perspectivas científicas comuns, mas que apenas recentemente vêm sendo pensados com maior cuidado acerca de suas relações, é tarefa difícil no sentido de reunir bibliografias por vezes dispersas, como é o caso da investigação acerca da classificação de documentos fotográficos em arquivos, bibliotecas e museus.

Para atingir nossos objetivos, realizamos uma pesquisa com diversos autores da área da Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Como nosso objeto de estudo é polissêmico, palavra aqui utilizada para ilustrar sua presença em diferentes unidades informacionais, com funções também diferentes, tivemos de enveredar ainda por bibliografias nas áreas de Filosofia, Sociologia, Antropologia além das específicas sobre Fotografia e Documentos Fotográficos, para que nossa reflexão pudesse espelhar um sentido ligado às condições sociais que impulsionam fatos e invenções e criam necessidades que precisam da ciência para serem solucionadas.

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa foi identificar, reunir e compreender os fundamentos teóricos do termo classificação desde as classificações sociais e filosóficas até como se deu nos arquivos, bibliotecas e museus. Para o alcance deste objetivo foi necessário primeiramente trabalhar com autores como GIL (2001), Durkheim e Mauss (1995), Gimeno Perelló (2002), San Segundo Manuel (1996), Burke (2003), Costa (1997), Abbagnano (2000), Shera (1957), Araújo (2006), Pombo (2002) e Vickery (1980). A leitura das obras de tais autores possibilitou um entendimento a respeito do termo classificação nas ciências, de seu desenvolvimento e mudanças ocorridas em relação a sua conceituação ao longo do tempo e de suas vertentes, sendo que as correntes filosóficas mais clássicas e pragmáticas tiveram grande ênfase em toda a sua história, principalmente quando se trata da Ciência da Informação e de seus campos de atuação. A perspectiva aristotélica de classificação, mesmo

sendo superada a partir do século XVII em diante, continua presente em aspectos claros de nossa sociedade. A partir do momento em que o homem categorizou sua realidade e passou isso a todos os seguimentos de sua vida, sejam sociais, culturais ou econômicos, a divisão das coisas, dos saberes e dos próprios homens se tornou quase o fator essencial para o conhecimento de sua essência. Foi possível, através dos argumentos trabalhados, entender como as relações das classificações das ciências por todo o tempo se uniram às concepções de organização de acervos de qualquer instituição.

O primeiro objetivo específico foi contemplado através da investigação de como se deu a classificação em cada um dos campos estudados. Primeiramente, percorremos teoricamente o percurso da classificação em arquivos onde privilegamos o contexto histórico e os princípios vigentes. Para o estudo foram trabalhados alguns autores como Duranti (1994), Romero Tallafigo (1994), Abbagnano (2000), Rousseu e Couture (1998), Silva et al (2009), Mendo Carmona (1995), Duchein (1986), Lodolini (1995), Ducrot (1998), Martín-Pozuelo Campillos (1996), Heredia Herrera (1991), Schellenberg (2006), Bellotto (2002), Sousa (2006) e Esteban Navarro (1995). A partir destes autores foi possível fazer uma leitura voltada aos principais aspectos da classificação nos arquivos desenvolvidos inicialmente através da perspectiva mais prática e posteriormente com a urgência de uma consolidação teórica mais consistente que foi determinante para fazer pensar nas bases que se mantinham por necessidade de fazer. O sentido particular de cada arquivo fez com que fossem desenvolvidas nomenclaturas ou mesmo modos de executar ações diferentes e ainda hoje os embates em torno dos elementos que os caracterizam são alvo de discussões.

Também, para contemplar o segundo objetivo fizemos um estudo das características, historia e conceito da classificação no campo da biblioteconomia utilizando autores como Tálamo et al (1995), Eliane Mey (2004), Piedade (1983), Dahlberg (1979), San Segundo Manuel (1996), Gimeno Perelló (2002), Pombo (2002), Vikchery (1980), Tristão et al (2004), Campos e Gomes (2003) e Gomes et al (2006). A biblioteconomia busca compreender de que forma seus modelos de organização e disseminação da

informação podem servir à seus usuários que naturalmente mudam, e os estudos de classificação podem auxiliar no sentido de definir conceitos e estruturas para organizar a complexidade de informações que estão disponíveis.

Igualmente, para completar o alcance do primeiro objetivo, o percurso sobre a classificação em museus foi realizado com a leitura e análise dos seguintes autores Mendoza (2005), Marshall (2005), Pomian (2004), Pierce (2005), Lima e Carvalho (2005), Murguia (2007), Hernández Hernández (2006), Suano (1986), Bittencourt (1996), Carlan (2008), Chagas (1985), Grossmann et al (2004), Janeira (2006), Lara Filho (2006), Possas (2005), Marín Torres (2002). A classificação na museologia é um dos processos que determinam a recuperação do contexto em que o objeto se insere, assim como seu lugar dentro da organização das informações do próprio museu.

O segundo objetivo específico foi alcançado através das visitas técnicas e da observação feita nas instituições. Fizemos questão de ir aos setores onde são tratados os documentos fotográficos e conversar com os responsáveis para ver um pouco do trabalho que desenvolvem, a partir daí as informações que tivemos acesso versaram sobre explicações em relação ao armazenamento, aquisição, guarda, e tratamento geral destes documentos, até a disponibilização nos sistemas informatizados. Foi possível constatar também que a premissa de que partimos se faz verdadeira: as conversas com os profissionais que atuam na área e lidam especificamente com documentos fotográficos mostraram que, mesmo este tendo de ser tratado como qualquer outro documento, suas especificidades sempre geram dúvidas que acarretam uma procura de fontes para entender como pode ser realizado da melhor maneira.

O terceiro objetivo específico está permeado durante todo o trabalho, a partir do momento em que definimos o contexto de produção da fotografia no primeiro capítulo, a fim de mostrar suas características e desenvolvimento tanto técnicos quanto sociais, entendo que estes fatores influenciarão nos conhecimentos que um profissional deve ter ao trabalhar com estes documentos. Também, pode ser visto contemplado quando discutimos a

classificação em cada campo o que tornou claro – mesmo que por vezes não seja admitido – que cada um dos campos tem relação com o outro. Isso pode ser demonstrado pelo uso dos materiais de referência, pela busca de técnicas ou teorias que possam ser adaptadas entre as áreas para melhor recuperação de informações e no próprio desenvolvimento dos estudos em relação especificamente ao documento fotográfico.

A classificação permeia todos os momentos em que foram pautadas as discussões a respeito de como deveria ser realizada a organização de documento nestes campos. O que podemos averiguar com a investigação realizada é que as problemáticas sociais repercutem no modo como estas instituições vão tratar e organizar seus documentos, a sociedade muda, os usuários mudam, os acervos mudam, as práticas de classificar esta documentação têm de acompanhar estes desafios. Para contemplar as nuances que os documentos fotográficos trazem, as classificações nestes campos se tornam atividades complexas, realizadas com parâmetros específicos a cada um, mas com olhares interdisciplinares, que tentam considerar aspectos essenciais para que estes sejam utilizados de forma ideal.

Qualquer sistema de classificação fechado, que tenha a pretensão de ser uniforme, irá se tornar obsoleto por conta da dinamicidade das relações que influenciam a maneira destes campos tratar seus documentos. A arquivologia, biblioteconomia e museologia são compostos pela dinamicidade das relações sociais. As práticas que refletirão como as informações serão oferecidas são necessidades das próprias sociedades, moldando um desenvolvimento cíclico entre sociedade, desenvolvimento teórico e práticas consolidadas nas instituições.

Por outro lado, a utilização de sistemas de classificação para a organização de informações revelam uma necessidade, por mais que sejam apenas um recorte da realidade. A utilização destes deve ser a favor dos objetivos determinados.

Cabe ressaltar que esses fazeres tradicionais materializados, em nosso caso os sistemas de classificação, obedecem a reflexões e teorias

de entendimento do que seja um documento para essas instituições. Consideramos o desenvolvimento dos sistemas de classificação em cada uma destas instituições como fruto de sua época e de seu contexto. Cada sociedade classifica segundo seus conhecimentos. Cada uma propõe e desenvolve formas de organizar seu meio de acordo com suas necessidades e expectativas. Assim, como cada sociedade classifica de uma forma, cada instituição tem suas especificidades que por vezes se aproximam e outras se distanciam, mas tentam delimitar um campo apenas seu. Porém, o documento fotográfico está presente nas três instituições.

A arquivologia, biblioteconomia e museologia são atividades profissionais que, apesar de serem parte da mesma base, a Ciência da Informação, são distintas em funções e em objetivos. Talvez, a melhor contribuição desse trabalho seja a referência das atividades reunidas lado a lado, servindo para os profissionais de cada área conhecer mais um pouco sobre elas. Sendo assim, a presente pesquisa - que de maneira alguma é exaustiva - pretende favorecer uma reflexão sobre os sistemas de classificação para servir de subsídio a novas reflexões sobre o tratamento dos documentos fotográficos.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

**Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, v.6, n. 01/02, jan./dez., 1993.

**ACERVOS DO MUSEU PAULISTA/USP** (Museu do Ipiranga). José Sebastião Witter (coord.). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1999. 127p.

AGUAYO, Fernando, et al. Proyecto de investigación para la creación de una fototeca digital y un Sistema de Información para Archivos Fotográficos (SIAF). In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v.13, n.1, p.235-252. jan./jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Classificações facetadas. **Revista Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.73-81, 1972.

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **Catálogo e descrição de documentos fotográficos: uma aproximação comparativa das normas AACR2 e ISAD (G)**. 2006. 197f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2006.

ALMEIDA, Adilson José de. O serviço de objetos do Museu Paulista. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.10/11, p. 227-257. 2002/2003.

ARANALDE, Michel Maya. Reflexões sobre os sistemas categoriais de Aristóteles, Kant e Ranganathan. **Ciência da Informação**, v.38, n.1, p.1-19, 2009.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos teóricos da classificação. In: **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n.22, 2º semestre, 2006. p.117-140.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Site oficial**. Disponível em:

<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Guia do acervo**. Disponível em:

<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/guia.php>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Catálogos**. Disponível em:

<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/a\\_autocrimescapital.php](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/a_autocrimescapital.php)>. Acesso em: 20 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Centro de difusão e apoio a pesquisa**. Disponível em:

<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/difusao/>> . Acesso em: 20 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Publicações.** Disponível em:

< <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/difusao/publicacoeslivraria.php>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

BARBUY, Heloisa. O sistema documental do Museu Paulista: a construção de um banco de dados e imagens num museu universitário em transformação. /Le système documentaire du Musée Paulista : la construction d'une banque de données et d'images dans un musée universitaire en transformation. In: OLIVEIRA, Cecilia H. S.; BARBUY, Heloisa (Org.). **Imagem e produção de conhecimento.** São Paulo: Museu Paulista, 2002. p.13-29. Seminário realizado no Museu Paulista da USP, São Paulo, 1-2 out. 2001, como parte integrante dos 18èmes Rencontres internationales Image & Science do CNRS-Paris.

\_\_\_\_\_. Documentação museológica e a pesquisa em museus. In: GRANATO, Marcus, et al. **Documentação em Museus/Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST.** Rio de Janeiro: MAST, 2008. (MAST Colloquia;10)

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **A construção discursiva em arquivística:** uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição. 2010, 132f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer, 8).

\_\_\_\_\_. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook In: **Estudos Históricos**, n.21, 1998.

\_\_\_\_\_. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

\_\_\_\_\_. **Arquivística:** objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo: 2002.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: **Walter Benjamin (1892-1940).** São Paulo: Ática, 1985. 256p.

- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE. Site oficial. Disponível em <  
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/>>. Acesso em:  
21 de mar. 2012.
- BITTENCOURT, José Neves. Gabinetes de Curiosidades e Museus: sobre tradição e rompimento. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v.28, p.7-20, 1996.
- BRANDALISE, Vitor Hugo. Há 300 anos, a Vila de São Paulo virava cidade. **ESTADÃO.COM.BR**, 10 de julho de 2011. Disponível em:  
<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,ha-300-anos-a-vila-de-sp-irava-cidade,742993,0.htm> Acesso em: 22 de jan. de 2012.
- BRANDÃO, Antônio Jackson de Souza. Aspectos da linguagem fotográfica: do Renascimento à era digital. **Revista Travessias**, Paraná, v.3, n.1, 2009.
- BRASIL. ARQUIVIO NACIONAL. **DICIONÁRIO** brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: AN, 2005.
- BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Museu, imagem e temporalidade. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, n.15, v.2, p.31-36, jul.-dez., 2007.
- \_\_\_\_\_. **O Museu Paulista:** Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945. São Paulo: Editora UNESP/Museu Paulista, 2005.
- BOADAS i RASET, Joan. Patrimonio fotográfico: estratégias de gestión y conservación. **Mus-A:** Revista de los museos de Andalucía. n.9, p.28-31
- BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura Material In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa: Casa da Moeda, 1989, v.16, p.11-47.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento:** de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- CADERNO de diretrizes museográficas. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.
- CAMARGO-MORO, Fernanda de. **Museu:** aquisição/documentação. Rio de Janeiro: Eça, 1986.



- CAMPOS, Astério. O processo de classificação como fundamento das linguagens de indexação. In: **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.6, n.1, jan./jun., 1978.
- CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Organização de domínios de conhecimento e os princípios ranganathianos. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.8, n.2, p.150-163, jul./dez., 2003.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: FLAMARION, Ciro. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARRETERO PÉREZ, Andrés. La documentación en los museos: una visión general. **Museo**, n.2, p.11-29, 1997.
- CARLAN, Claudio Umpierre. Os museus e o patrimônio histórico: uma relação complexa. **História**, São Paulo, v.27, n.2, p.75-98, 2008.
- CARVALHO, Vânia Carneiro; LIMA, Solange Ferraz, et al. Fotografia e história: ensaio bibliográfico. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. V.2, São Paulo, jan./dez., 1994. p.253-300.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. Fotografias como objetos de coleção e de conhecimento. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v.32, 2000.
- \_\_\_\_\_. Fotografia no museu: o projeto de curadoria da Coleção Militão Augusto de Azevedo. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v.5, jan./dez., 1997, p.205-248.
- CASANOVA, Pablo González. Clasificaciones y definiciones: notas para un bibliotecário. In: **Investigación Bibliotecológica**, v.10, n.20, enero/junio, 1996. p.03-08.
- CERÁVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma teoria da museologia. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.12, p.237-268, jan./dez. 2004.
- CERÁVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima. Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. In: VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2007, Salvador, BA. Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2007.

- CHAGAS, Mário de Souza. Um novo (velho) conceito de museu. **Cad. Est. Soc.**, Recife, v.1, n.2, p.183-192, jul./dez. 1985.
- COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de políticas culturais**. São Paulo: Iluminuras, 2004.
- COMTE-SPONVILLE, André. **Dicionário filosófico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- COSTA, Helouise. Da fotografia como arte à arte como fotografia: a experiência do Museu de Arte Contemporânea da Usp na década de 1970. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 131-173, jul./dez. 2008.
- COSTA, Helouise; SILVA, Renato Rodrigues da. **A fotografia moderna no Brasil**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- COSTA, Antonio Firmino da. Classificações sociais. **Leitura**, Lisboa, v.3, n.2, p.65-75, out. 1997.
- CURTY, Renata Gonçalves. Conjugando diplomática e XML: aproximação possível no contexto da proveniência de documentos jurídicos digitais. In: **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.104-120, jul. /dez. 2007. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=149>>. Acesso em: 22 de maio de 2010.
- CRIMP, Douglas. **Sobre as ruínas do museu**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DAHLBERG, Ingetraut. Teoria da classificação, ontem e hoje. In: CONFERENCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, Rio de Janeiro: IBICT, 1979.
- DAMIÁN CERVANTES, Gumaro. **Los documentos especiales en el contexto de la archivística**. En Línea: México, 2008.
- DARNTON, R. Os filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da Encyclopédie. In: \_\_\_\_\_. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 247-275.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. In: **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n.1, abr. 1982-ago.1986, p.14-33.

DURKHEIM, Émile, MAUSS, Marcel. Algumas Formas Primitivas de Classificação (1903) In: MAUSS, Marcel'. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1995.

DOBRANSZKY, Diana de Abreu. **A legitimação da fotografia no museu de arte**: O Museum of Modern Art de *Nova York* e os anos Newhall no Departamento de Fotografia. 2008. 546f. Tese (Doutorado em Multimeios) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Estudos Históricos**, v.21, p.151-168, 1998.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p.49-64, 1994.

EDMONDSON, Ray. **Uma filosofia de arquivos audiovisuais**. Paris: UNESCO, 1998.

ESTEBAN NAVARRO, Miguel Angel. La representación y la organización del conocimiento en los archivos. In: GARCÍA MARCO, Javier (ed.) **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación**, ACTAS DEL I ENCUESTRO DE ISKO-ESPANA, Madrid, 4-5 de noviembre de 1993, Zaragoza, 1995, p. 65-90.

FABRIS, Annateresa. (org.) **Fotografia**: usos e funções no século XIX. São Paulo: EDUSP, 1991. 298p.

FAGUNDES, Joyce et al. O objeto tridimensional como fonte de informação e preservação da memória social. **Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia e Documentação**, ENEBD, UNIRIO, 2009.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. **Cadernos de Ensaio n.2**: estudos de museologia. Rio de Janeiro: Minc/Iphan, 1994.

\_\_\_\_\_. ; BIANCHINI, Maria Helena J. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória/Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987.

- FILIPPI, Patricia de et al. **Como tratar coleções de fotografias**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer; 4)
- GARCIA, Olga Maria Correa; SCHUCH JUNIOR, Vitor Francisco. A aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação. **Inf.Inf.**, Londrina, v.7, n.1, p.41-56, jan./jun. 2002.
- GIMENO PERELLÓ, Javier. De las clasificaciones ilustradas al paradigma de la transdisciplinariedad. **El Catoblepas: Revista crítica del presente**, n.10, dez., 2002.
- GOLÇALVES, Cássia Denise; MARCONDES, Marli. A coleção fotográfica V-8. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v.13, n.1, p.253-269. jan./jun., 2005.
- GRANJEIRO, Cândido Domingues. **As artes de um negócio: a febre fotográfica**. São Paulo 1862-1886. São Paulo: Fapesp/Mercado de Letras, 2000.
- GROSSMANN, Martin. O museu de arte hoje. Fórum permanente: museus de arte entre o público e o privado, 2004. Disponível em: [www.forumpermanente.incubadora.fapesp.br/portal/painel/artigo/o\\_museu\\_hoje](http://www.forumpermanente.incubadora.fapesp.br/portal/painel/artigo/o_museu_hoje). Acesso em: 22 de maio de 2007.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. **Planteamientos teóricos de la museología**. Gijón: Trea, 2006.
- FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. 82p.
- FREUND, Gisele. **Fotografia e sociedade**. Trad. Pedro Miguel Frade. 2.ed. Lisboa: Vega, 1995. 214p. (Comunicação e Linguagens; 3).
- FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- FUJITA, Mariângela Spotti Lopes et al. A memória acadêmica em imagens fotográficas: representação documentária e digitalização de fotografias. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 13., 2004, Natal. **Anais...**Natal, 2004. 1 CD-ROM.
- GENERELO, Juan José; MORENO LÓPEZ, Ángeles. (Orgs.). **Historia de los archivos y de la archivística em España**. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, 1998.

- GIGANTE, Maristela Cid. Os sistemas de classificação bibliográfica como interface biblioteca/usuário. In: **Revista Ciência da Informação**, v.25, n.2, 1995.
- GIL, Fernando. Classificações. In: \_\_\_\_\_. **Enciclopédia Einaudi**. Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 2001. 432p. v.41.
- GIOVANAZ, Marlise Maria. Práticas de coleção: seleção e classificação dos restos do passado. **Anos 90**, Porto Alegre, n.11, jul., 1999.
- GOMES, Hagar Espanha; MOTTA, Dilza Fonseca; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Revisitando Ranganathan: a classificação na rede. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:  
<<http://www.conexaorio.com/bit/revisitando/revisitando.htm>>. Acesso em: 1 fev.2010.
- GOMES, Denise Pedroso. O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (1935-1938): política de criação de bibliotecas e democratização de leitura. 111f. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, 2008.
- GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto Como Fazer;v.2)
- GRANJEIRO, Cândido Domingues. **As artes de um negócio**: a febre photographica São Paulo: 1862-1886.
- GURAN, Milton. Curadoria: expressão e função social, **Studium**, n.32, inverno 2011.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. La fotografía e los archivos. In: FORO IBEROAMERICANO DE LA RÁBIDA. Jornadas Archivísticas, 2, 1993, Palos de la Frontera. La fotografia como fuente de información. Huelva: Diputación Provincial, 1993.
- \_\_\_\_\_. **El principio de procedencia y los otros principios de la archivística**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo. 2003. (Coleção Scripta, 5).
- \_\_\_\_\_. Archivística general: teoria y práctica. 5.ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

JANEIRA, Ana Luísa. Primórdios do colecionismo moderno em espaços de produção do saber e do gosto. **Memorandum**, n.10, p. 65-70. 2006. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a10/janeira01.pdf>>. Acesso em: 13 de ago. de 2011.

JULIÃO, Letícia et al. **Cadernos de diretrizes museológicas**. Rio de Janeiro: IPHANCEDIT, 2006.

KATTNIG, Cécile. **Gestion et diffusion d'un fonds d'image**. Paris: Nathan Université, 2002, 127p. (Information;documentation).

KAULA, Prithvi.N (Trad.) Rethinking on the concepts in the study of classification. **Herald of Library Science**, vol. 23, n. 2, jan./apr. 1984, p. 30-44. Disponível em:

<[www.conexaorio.com/biti/kaula/index.htm](http://www.conexaorio.com/biti/kaula/index.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2010.

KOSSOY, Boris. Decifrando a realidade interior das imagens do passado. In: **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, v.6, n. 01/02, jan./dez., 1993.

KURY, Lorelai Brilhante; CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Ordem e natureza: coleções e cultura científica na Europa moderna. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v.29, p.57-85, 1997.

LACERDA, Aline Lopes de. **A fotografia nos arquivos**: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate da febre amarela no Brasil. 2008. 258f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LAPA, Sofia. Georges-Henri Rivière na gênese do Museu Calouste Gulbenkian: contributos para o estudo da colaboração entre o museólogo francês e a Fundação Calouste Gulbenkian. **Revista de História da Arte**, n.8, p.88-109, 2011.

LARA FILHO, Durval de. **Museu**: de espelho do mundo a espaço relacional. 2006. 139f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. Museu, objeto e informação. **TransInformação**, Campinas, v.21, n.2, p.163-169, maio/ago. 2009.

LEACH, Edmund R. **As idéias de Lévi-Strauss**. São Paulo: Cultrix, 1977.

LEITE, Miriam L. Moreira. A imagem através das palavras. In: **Revista Ciência e Cultura**. n. 38, v.9, 1986. p.1483-1495.

\_\_\_\_\_. **Retratos de família**: leitura da fotografia histórica. 3.ed. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2001. 189p. (Texto e arte; 9).

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. 3.ed. São Paulo: Vozes, 2003.

LIMA, Luiz Costa. **Teoria da literatura em suas fontes**. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura material e coleção em um museu de história: as formas espontâneas de transcendência do privado. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). **Museus**: dos gabinetes de curiosidades ao museu moderno. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005.

\_\_\_\_\_. Fotografias. Usos sociais e historiográficos. In: O historiador e suas fontes. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs). São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. Comentário XI. **Anais do Museu Paulista**, v.12, p. 73-77, jan./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Cultura visual e curadoria em museus de história. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXXI, n.2, p.53-77, dez. 2005.

LINAREZ PÉREZ, Juan Carlos. El museo, la museología y la fuente de información museística. In: **Revista Digital Nueva Museología**, v.17. n.4, 2008. Disponível em

<[http://www.nuevamuseologia.com.ar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=159:el-museo-la-museologia-y-la-fuente-de-informacion-museistica&catid=81:museologia&Itemid=458](http://www.nuevamuseologia.com.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=159:el-museo-la-museologia-y-la-fuente-de-informacion-museistica&catid=81:museologia&Itemid=458)>. Acessado em: 28 de outubro de 2010.

LODOLINI, Elio. El archivo del ayer al mañana: la archivística entre tradición e innovación. In: **Boletín Anabade**, n.1, 1995. Tradução realizada por María Jesús Álvarez-Coca González de palestra proferida pelo autor em 17 de novembro de 1993, no Archivo histórico Nacional, Espanha.

LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos**: teorias e práticas. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCAR, 1996.

LOPEZ, André Porto Ancona. **As razões e os sentidos**: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP, São Paulo, 2000.

LÓPEZ, Ramiro Lafuente. Representación del conocimiento y clasificación em el ámbito bibliotecológico. In: **Investigación Bibliotecológica**, ano, p.08-14.

LOUREIRO, José Mauro Mateus. Esboço acerca da documentação museológica. In: GRANATO, Marcus, et al. **Documentação em Museus/Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. (MAST Colloquia;10)

LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; CALDERON, Wilmara Rodrigues. Fundo arquivístico: múltiplas leituras. In: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida. (Orgs.). **Gestão em arquivologia**: múltiplas abordagens. Londrina: EDUEL, 2008.

MADIO, Telma Campanha de Carvalho; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Importancia de la génesis documental para identificación de acervos fotográficos. **IBERSID**, 2008.

MAKINO, Miyoko et al. O serviço de documentação textual e iconografia do Museu Paulista. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.10/11, p.259-304, 2002/2003.

MANINI, Miriam Paula. A fotografia como registro e como documento de arquivo. In: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida. (Orgs.). **Gestão em arquivologia**: múltiplas abordagens. Londrina: EDUEL, 2008.

MARÍN TORRES, María Teresa. **Historia de la documentación museológica**: la gestión de la memoria artística. Espanha: Ediciones Trea, 2002.

MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jaqueline Torres. Por trás das coleções: uma experiência com os acervos da história da saúde. **Episteme**, Porto Alegre, n.20, p.49-54, jan./jun. 2005.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M. Paz. **La construccion teórica en archivística**: el principio de procedencia. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 1996.



\_\_\_\_\_. Dificultades para la concepción de uma clasificación universal en Archivística. In: GARCÍA MARCO, Javier (ed.) **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación**, ACTAS DEL I ENCUENTRO DE ISKO-ESPANA, Madrid, 4-5 de noviembre de 1993, Zaragoza, 1995, p. 65-90.

MARSHALL, Francisco. Epistemologias históricas do colecionismo. **Episteme**, Porto Alegre, n.20, p.13-23, jan. jun., 2005.

MEIRA, Maria Angélica. Sistema integrado de museus da Secretaria de Cultura do Estado do Pará – critérios e métodos de sistematização da documentação museológica. **CIDOC: supporting museum documentation**, 2002. Disponível em:

<<http://cidoc.mediahost.org/archive/cidoc2002/comunicacoes/htm/comunicacoes/meira.html>>. Acesso em: 12 de dez. de 2011.

MELLO, Célia Regina Menezes. **A fotografia documental na coleção museológica Pirelli do Museu de Arte de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) São Paulo. Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes. 2001. 136f.

MENDES, André oliva Teixeira. Tratamento da documentação privada no Arquivo do Estado de São Paulo. In: SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. Os documentos interessantes e o Arquivo do Estado: a construção de uma identidade. **Histórica** – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.43, ago. 2010.

MENDO CARMONA, Concepción. Los archivos y la archivística: evolución histórica y actualidad. In: ÁNGEL RUIZ RODRÍGUEZ , Antonio. (Ed.). **Manual de Archivística**. Madrid: Editora Síntesis, 1995. (BIBLIOTECONOMIA Y DOCUMENTACIÓN).

MENDOZA, Celina A. Lértora. ¿Por que hacemos colecciones? **Episteme**, Porto Alegre, n.20, suplemento especial, p.217-228, jan.juh., 2005.

MENEZES, Patrícia. O Arquivo do Estado de São Paulo. In: SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1999.

- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. V.2, São Paulo, jan./dez., 1994. p.09-42.
- \_\_\_\_\_. Museu Paulista. **Estudos Avançados**, v.8, n.22, São Paulo, set./dez. 1994.
- \_\_\_\_\_. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.21, , 1998.
- \_\_\_\_\_. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p.11-36, 2003.
- MESTRE I VERGÉS, Jordi. **Identificación y conservación de fotografías**. Espanha: Ediciones Trea, 2003, 118p. (Biblioteconomía y administración cultural; 88).
- MEY, Eliane Serão Alves. Bibliotheca Alexandrina. In: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.1, n.2, p.71-91, jan. jun. 2004.
- MONGELLI, Lênia Márcia (coord.). **Trivium e Quadrivium: as artes liberais na Idade Média**. São Paulo: Íbis, 1999.
- MURGUIA, Eduardo Ismael. O Colecionismo Bibliográfico. Uma reflexão sobre o livro além da informação. In: VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2007, Salvador, BA. **Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2007. ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO**. Brasília: IBICT, 1996. 150p.
- OLIVEIRA, Ana Karina Rocha de. **Museologia e Ciência da Informação: distinções e encontros entre áreas a partir da documentação de um conjunto de peças de 'Roupas Brancas'**. 2009. 133f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Museu Paulista da USP: percursos e desafios. **Estudos Avançados**, n.25, v.73, 2011.
- PASSETI, Dorothea V. **Lévi-Strauss, antropologia e arte: minúsculo – incomensurável**. São Paulo: EDUSC/EDUC, 2008.

PAZ, Octavio. **Claude Lévi-Strauss: o último festim de Esopo**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

PEARCE, Susan (Organizadora). **Interpreting objects and collections**. New York: Routledge, 2005.

\_\_\_\_\_. **Museums, objects and collections: a cultural study**. Washington: Smithsonian Institution, 1993.

PEÑA, Catalina Naumis. Indización y clasificación: un problema conceptual y terminológico. In: **Documentación de las Ciencias de la Información**, V. 26, 2003, p. 23-40.

PIEIDADE, M. A. Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983. 221p.

PINTO, José Mauro da Conceição. **A teoria da classificação no campo comunicacional: um olhar sobre a comunicação em bibliotecas, museus e arquivos**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, 2001, 137f.

POMBO, Olga. **Da classificação dos seres à classificação dos saberes**. 2002. Disponível em : <[www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/pombo-classificacao.pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/pombo-classificacao.pdf)>. Acesso em 25 de mai. 2007.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. Coord. Fernando Gil. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004. 457p. V.1.

POSSAS, Helga Cristina Gonçalves. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades ao museu moderno**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005.

RENDÓN ROJAS, Miguel Angel; HERRERA DELGADO, Lizbeth Berenice. Bases filosóficas de la organización de la información. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.1, p.3-17, jan./abr. 2010.

RENDÓN ROJAS. El proceso de lectura en el Sistema de Información Documental. **Ciência da Informação**, v.15, n.1, p.3-17, 2010.

RIBEIRO JUNIOR, João. **O que é positivismo**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (coleção Primeiros Passos).

RIOS, Elaine Rosa; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. Plano de classificação de documentos arquivísticos e a teoria da classificação: uma interlocução entre domínios de conhecimentos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.15, n.2, p.123-139, maio/ago. 2010

RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269.

ROMERO TALLAFIGO, Manuel. **Archivística y archivos**: soportes, edificio y organización. 2.ed. Carmona: S&C ediciones, 1994 (Biblioteca Archivística;1)

SANTOS, Fausto Henrique dos. *Metodologia aplicada em museus*. São Paulo: Mackenzie, 2000.

ROUILLÉ, André. **A fotografia**: entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Senac, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SÃO PAULO, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O acervo fotográfico do Departamento do Patrimônio Histórico: processamento técnico e informatização**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. 80p.

SAYÃO, L. F. Preservação digital no contexto das bibliotecas digitais: uma breve introdução. In:

Marcondes, C. H. et al.; (Orgs.). **Biblioteca digital**: saberes e práticas. 2 ed. Salvador/Brasília:

UFBA/IBICT, 2006. p. 127-150.

SAN SEGUNDO MANUEL, Rosa. **Sistemas de organización del conocimiento**: la organización del conocimiento en las bibliotecas españolas. Madrid: Imprenta Nacional del Boletín Oficial del Estado, 1996.

SANTOS, Rosimeire dos. Os arquivos iconográficos do Arquivo do Estado de São Paulo. In: SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: UNESP, 1999.

SHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O nascimento dos museus brasileiros (1870-1910). In: MICELLI, Sérgio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SILVA, Armando Malheiro da. et al (Orgs.) **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. 3.ed. Porto: Edições Afrontamento, 2009. (Biblioteca das Ciências Sociais; 2).
- SILVA, Michel Platini Fernandes da. **Coleção, colecionador, museu: entre o visível e o invisível. Um estudo acerca da Casa de Cultura Christiano Câmara em fortaleza, Ceará**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO-MAST, Rio de Janeiro, 2010.
- SILVA, Odilon Pereira da; GANIN, Fátima. **Manual da CDU**. Brasília: Briquet Lemos, 1994.
- SHERA, Jesse Hauk. Padrão, estrutura e conceituação na classificação. Tradução de Hagar Espanha Gomes. 1957. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/biti/shera/index.htm>>. Acesso em: 22 de abril de 2008.
- SMIT, Johanna Wilhelmina Smit. A Documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO, Marcus, et al. **Documentação em Museus/Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. (MAST Colloquia;10).
- SONTAG, Susan. Na caverna de Platão. In: **Ensaio sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Arbor, 1983. 198p.
- SORLIN, Pierre. Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da história. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n.13, 1994, p.81-95.
- SOUGEZ, Marie-Loup. **História da fotografia**. Lisboa: Ediciones Cátedra, 2001. 314p.
- SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Classificação: um dos problemas fundamentais da arquivística contemporânea. **Arquivo & Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 3-4, 1995.

- \_\_\_\_\_. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: \_\_\_\_\_. Em busca de um instrumental teórico-metodológico para a construção de instrumentos de classificação de documentos de arquivo. In: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida. (Orgs.). **Gestão em arquivologia: múltiplas abordagens**. Londrina: EDUEL, 2008.
- \_\_\_\_\_. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: \_\_\_\_\_. et al (Orgs.). **Arquivística: temas contemporâneos**. 3.ed. Distrito Federal: SENAC, 2009.
- \_\_\_\_\_. **A informação orgânica arquivística**. Brasília, 2000. Disponível em: <[www.caarq.com.br/textos/InformacaoOrganicaArquivistica.doc](http://www.caarq.com.br/textos/InformacaoOrganicaArquivistica.doc)> Acesso em: 21 mai. 2008.
- \_\_\_\_\_. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.Net**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.120-142, ago.dez 2006.
- SOUZA, Daniel Maurício Viana de. **Museus de Ciência e Divulgação Científica: a informação sob o crivo da ideologia**. 107 f. Dissertação (Mestrado). IBICT – Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2007.
- SPENCER, Herbert. **Classificação das ciências**. São Paulo: Cultura Moderna, 1930.
- SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v.29, n.2, p. 52-60, maio/ago. 2000.
- SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos; 182).
- TAGG, John. **El peso de la representación: ensayos sobre fotografías e historias**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2005.
- TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves M. et al. Vamos perseguir a informação. **Comunicação e Educação**, São Paulo, v.4, p.52-57, set./dez. 1995.
- TALLAFIGO, Manuel Romero. **Archivística y archivos: soportes, edificio y organización**. 2.ed. Carmona: S&C ediciones, 1994 (Biblioteca Archivística;1)
- TORRES VARGAS, Georgina Araceli. **El acceso universal a la información, del modelo librario al digital**. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliológicas, 2010.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010.

TRISTÃO, A.M.D.; FACHIN, G.R.B; ALARCON, O.E. Sistema de classificação e tesauros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n.2,, p.161-171, maio/ago. 2004.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica**: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. 2009. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.

VASQUEZ, Pedro Karp. Mudança de foco: a criação de Departamento de Fotografia, Vídeop & Novas Tecnologias do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v.32, 2000.

\_\_\_\_\_. A fotografia no Império. São Paulo: Jorge Zahar, 2002.

VICKERY, Brian C. **Classificação e indexação nas ciências**. Rio de Janeiro: BNG-Brasilart, 1980. (Coleção Biblioteconomia, documentação, ciência da informação).